DESDE 1932
EDIÇÃO 25.059

DIÁRIO DO COMÉRCIO

Fundador:
José Costa
Presidente:
Adriana Costa Muls

diariodocomercio.com.br | Belo Horizonte, sábado, 13, a segunda-feira, 15 de abril de 2024 | R$ 3,50

Consumidor mineiro está buscando mais crédito

A busca do consumidor de Minas Gerais por crédito subiu 3,8% em fevereiro na comparação com mesmo mês de 2023. De acordo com pesquisa da Serasa Experian, o desempenho observado no Estado ficou acima da média nacional, de -0,2%, resultado que indica estabilidade.

Para o economista da Serasa Experian, Luiz Rabi, o índice nacional representa mesmo estabilidade após as mudanças na economia, como queda das taxas de juros e do desemprego. "As pessoas começam a renegociar dívidas e a gente percebe que o indicador começa a ter estabilidade", analisa. **Pág. 14**

Setor de serviços cresce acima da média nacional

O setor de serviços em Minas Gerais destoou da média nacional e apresentou crescimento no mês de fevereiro. No período, o incremento foi de 0,2% na comparação com o mês imediatamente anterior, na série com ajuste sazonal. Em relação ao mesmo intervalo do ano passado, o crescimento atingiu 5,6%.

No Brasil, foi registrada uma queda de 0,9% em fevereiro na comparação com o mês imediatamente anterior.

Os dados são da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), que foi divulgada na sexta-feira (12), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pág. 3**

Cafés especiais em Minas e no País já são tendência

Neste domingo, é comemorado o Dia Mundial do grão; mercado interno está mais exigente

ADOBESTOCK

Pela classificação da Specialty Coffee Association (SCA), para ser especial, grão tem que atingir pelo menos 80 pontos

O consumidor de café tanto no Estado quanto no restante do Brasil tem se tornado um público cada vez mais exigente em busca de produtos com melhor qualidade. Mais produtores apostam na produção de cafés especiais, que prometem melhores sabores se comparados aos demais grãos. Para ser especial, o café precisa marcar, pelo menos, 80 pontos na classificação da Specialty Coffee Association (SCA).

A Faemg revela que não há estatísticas oficiais que mensuram o mercado de cafés especiais no País. Mas é possível afirmar que o Estado também é o principal produtor deste tipo de café no mundo. Entidades especializadas do setor apontam que entre 10% a 15% da safra brasileira é de cafés especiais. Se reportar esse mesmo percentual para as safras mineiras, o Estado produziu em torno de 3 a 4 milhões de sacas de cafés especiais na última safra. **Pág. 16**

Negócios ambientais: lucro com propósito

O evento Sexta no Parque teve como tema "Negócios de Impactos Socioambiental" e discutiu as diferentes áreas e oportunidades deste tipo de impacto apresentando investimentos e ações governamentais. Especialistas de vários setores apresentaram *cases* de sucesso no Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BHTec). Negócios de impacto socioambiental são aqueles que têm como atividade principal o desenvolvimento de soluções - produtos, serviços e/ou modelo de negócio - para problemas sociais e ambientais. E segue a lógica de mercado: buscam o lucro e operam em um modelo financeiramente sustentável. **Pág. 17**

VIRGÍNIA MUNIZ / BH TEC

Evento Sexta no Parque, no BHTec, reuniu especialistas e apresentou *cases* de sucesso

EDITORIAL

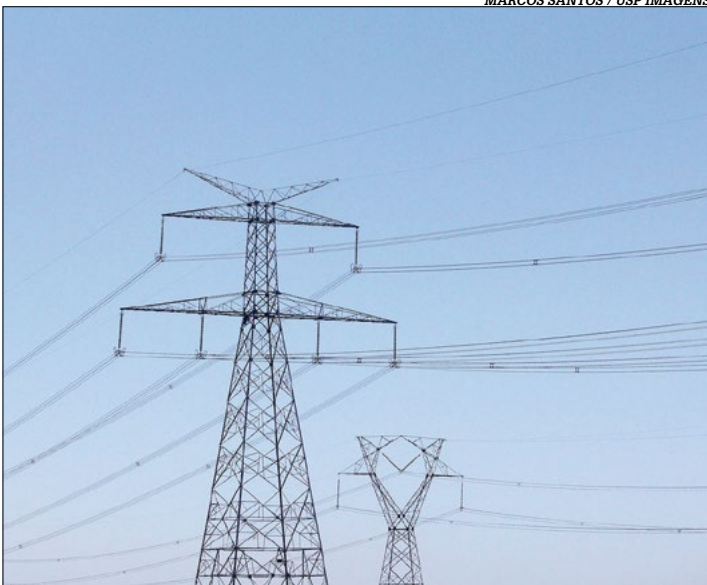
Último capítulo de uma novela que já dura décadas foi finalmente escrito na semana que passou, o leilão para concessão do trecho da BR 040, entre Belo Horizonte e Juiz de Fora, realizado na última quinta-feira. Conforme pactuado, a empresa vencedora será responsável pela administração e modernização da via nos próximos 30 anos, com investimentos de R$ 8,7 bilhões. A rodovia em questão é a principal ligação terrestre entre o Rio de Janeiro e Brasília, passando por Belo Horizonte. Um de seus trechos, entre Juiz de Fora e Rio de Janeiro – a antiga estrada União e Indústria – foi a primeira rodovia pavimentada no País, então apresentada como razão de orgulho para a engenharia brasileira. É de se esperar que o capítulo final dessa novela que tanto interessa a Minas Gerais e ao País, tenha começado a ser escrito, levando a um final feliz. Para isso é de se imaginar que todo o processo de concessão tenha sido revisto no sentido de eliminar eventuais falhas e assegurar que as obrigações assumidas possam efetivamente ser entregues. **Pág. 2**

ARTIGOS

Consumo no mercado livre alcança 53%

Mais da metade da energia elétrica consumida mensalmente em Minas Gerais (53%) vem do mercado livre (ACL). São hoje 3.577 unidades consumidoras, segundo dados do Boletim de Energia Livre da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel).

Somente no primeiro trimestre de 2024, 305 novos consumidores ingressaram no ambiente de contratação livre em Minas. Entre 2024 e 2025, serão ao todo 1.425 novas CCEE mineiras. **Pág. 4**

MARCOS SANTOS / USP IMAGENS

Minas já tem mais da metade da energia vinda do ACL

Cfem bate recorde no Estado no 1º trimestre

A arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem) em Minas Gerais alcançou a marca de R$ 885,2 milhões no acumulado do primeiro trimestre deste ano. No exercício passado, o montante havia sido de R$ 668,3 milhões. É um recorde de recolhimento no Estado. O valor indica uma alta de 32,4% na comparação com 2023.

O resultado pode ser um reflexo do crescimento dos embarques de minério, produto que, historicamente, é responsável por mais de 70% dos *royalties* da mineração. **Pág. 12**

DIVULGAÇÃO / VALE

Arrecadação com Cfem disparou 32,4% frente a 2023

Dólar - dia 12

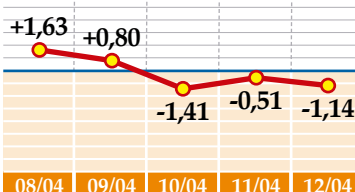
	Compra	Venda
Comercial	R$ 5,1210	R$ 5,1210
Turismo	R$ 5,1580	R$ 5,3380
Ptax (BC)	R$ 5,1358	R$ 5,1364

Euro - dia 12

Compra	Venda
R$ 5,4671	R$ 5,4698

Ouro - dia 12

Nova York (onça-troy):	US$ 2.344,53
BM&F (g):	R$ 394,45

TR (dia 15):	0,0519%
Poupança (dia 15):	0,5522%
IPCA-IBGE (Fevereiro):	0,83%
IPCA-Ipead (Fevereiro):	0,24%
IGP-M (Fevereiro):	-0,52%

Minas terá eleições gourmet

ADRIANA PORFIRIO *

Afunilando o prazo para definição das composições que disputarão as eleições municipais, estamos diante das mais inusitadas possibilidades de combinações na cooperação política. Quem já fez café com leite, agora vai fazer de tudo para garantir o voto e conter o adversário e mais prefeituras.

Em todo o Brasil, as alianças avançam alargadas. PSD e PT estão num relacionamento sério e, de preferência, encabeçado pelo partido do presidente, mas, na capital de Minas, falta um ingrediente - precisa combinar bem gênero e bancada.

Tanto Rogério Correa (PT) como Fuad Normam (PSD) querem concorrer a prefeito, mas a chapa vai precisar de uma mulher como vice que consiga fazer frente à Bella Gonçalves (Psol), que deve encabeçar a chapa da coligação. Aliados de Fuad consideram a deputada Andreia de Jesus (PT) que além de mulher é negra, da periferia e está cotada também para a prefeitura de Ribeirão das Neves. E, mesmo com aliança já definida com o Psol, e tudo apontando para Bella, Ana Paula (Rede) ainda sustenta a própria pré-candidatura para a capital.

Ainda é abril e o leite já está fervendo. Na Capital, região metropolitana e algumas cidades do interior, o certo é que a figuração feminina pode ser o fator de maior peso na mistura. Marília Campos (PT) está confirmada em Contagem, onde tem grande aprovação e a deputada federal Dandara Tonantzin (PT) vai descer para o Triângulo para enfrentar a política tradicionalmente fechada com o agro em Uberlândia, competindo com os estaduais Caporezzo (PL) e Leonídio Bouças (PSDB), além do candidato do prefeito, Odelmo Leão, que não vai e deixa uma larga avenida aberta para os demais concorrentes.

Voltando a Belo Horizonte, a feira é livre e até combinações inimagináveis, como a dobradinha Bruno Engler (PL) e Duda Salabert (PDT), foi citada como "um sonho" pelo deputado estadual Alencar Silveira Júnior (PDT). Em março, uma pesquisa do Big Data (Folha de São Paulo) apontou apenas 21% para o senador Carlos Viana (Podemos) e 15% para Engler (PL). Um desafio e tanto para a cozinha mineira, onde mais mulheres já ocupam espaços políticos e querem pilotar muito mais que o fogão. A feira começou cedo e a pergunta em cada barraquinha é: quem dá mais?

** Jornalista, publicitária, especializada em marketing estratégico e político*

O "X" da questão

CESAR VANUCCI *

"Babaca e hipócrita". (Jornalista Guga Chaves, sobre Elon Musk)

A insolência do gringo endinheirado, agredindo irracionalmente a soberania brasileira, não envolve nenhum propósito altruísta, ao contrário do que uma interpretação capciosa, provinda de segmentos obscurantistas, tenta insinuar. Busquemos o "X" da questão. O magnata Elon Musk, dono da rede social "X" (antigo Twitter), não defende liberdade de expressão coisíssima nenhuma com seus desabridos ataques à Justiça de nosso País. Sua malfadada atitude tem a ver com ambição de ganhos financeiros, mesclada com a disposição sibilina de desviar a atenção da opinião pública das investigações, em estado terminal, a respeito da intentona golpista que alvejou fundo nossas instituições democráticas. Já não fosse ele partidário entusiasta, pelo menos ocasionalmente, da internacional ultraconservadora empenhada em estabelecer uma nova ordem política e econômica mundial!

Liberdade de opinião é coisa sagrada. Não admite definitivamente qualquer tipo de censura. Criminalização no uso das plataformas digitais, semeando ódio, estimulando homicídios, suicídios, pedofilia, automutilações, violência contra gêneros, etnias e crenças é coisa bem diferente. A dignidade humana impõe uma distinção cristalina a respeito na preservação dos direitos fundamentais. Os que procuram, no caso em tela, misturar alhos com bugalhos, confundir Zé Germano com gênero humano, desservem a causa civilizatória, comportam-se como violões de um enredo nefasto.

Utilizando o "X" como ferramenta política, atraindo pessoas que comungam de ideias extremadas, Musk mira, na realidade, a desestabilização do esquema jurídico e parlamentar voltado para a urgente e impostergável implementação do processo regulatório da internet. Tal regulação faz-se imprescindível em escala universal. Como acontece no Brasil, todas as democracias acompanham com interesse e esperança os debates e estudos concernentes à palpitante matéria. A internet, como enfatizado pelo Ministro Alexandre de Moraes, alvo das infames assacadilhas do desatinado e arrogante miliardário, não é terra de ninguém. Às lideranças conscientes incumbe o dever primordial de instituir regras para internet. Este fabuloso engenho foi criado com o objetivo de favorecer a comunicação social, o intercâmbio de ideias, o incremento da economia e o bem-estar da gente do povo. Não com a finalidade de alvejar reputações, atassalhar a honra alheia, propalar mentiras como se verdades fossem. E não, também, para erodir os alicerces democráticos e fazer a propagação despudorada das "excelências" de regimes tirânicos.

O Supremo Tribunal Federal, em manifestação incisiva, deixou claro que nenhuma organização, nacional, muito menos estrangeira, desfruta da condição de desrespeitar a Constituição brasileira. Da posição assumida pela Alta Corte compartilham os demais Poderes da República e setores mais lúcidos do pensamento humanístico, jurídico e político da nacionalidade.

A respeito do autor das aleivosias assacadas contra o STF e, por extensão, contra a soberania nacional, cabe adicionar algumas informações significativas, divulgadas por órgãos da imprensa. Elon Musk é um empreendedor de sucesso em diversos ramos de atividade, consome drogas ilícitas e volta e meia se envolve em polêmicas em diversas partes do mundo. O jornalista Guga Chaves, correspondente do "Globo News" nos Estados Unidos, classifica-o de "babaca e hipócrita". Explica por que: "Seu decantado apreço" pela liberdade de expressão varia de acordo com as circunstâncias e conveniências. Os rendosos negócios ditam seu "procedimento ético". Por exemplo, Elon não tuge nem mugi diante das severas restrições impostas às operações do "X" na China, Arábia Saudita, Turquia e Índia países dirigidos por governos autocráticos de onde provêm investimentos de elevada monta que abarrotam seus cofres, garantindo sua presença no topo da lista dos ricaços da "Forbes".

** Jornalista (cantonius1@yahoo.com.br)*

DESTAQUES DA SEMANA

CLÉRIO FERNANDES, EDITOR

Roubo de cargas gera prejuízos de R$ 50 mi em Minas

Roubo de carga é um problema grave em todo o território nacional que traz grandes prejuízos para sociedade e empresários. De acordo com estimativa do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas e Logística de Minas Gerais (Setcemg) e pelas ocorrências registradas, somente em mercadorias, os prejuízos nestes dois primeiros meses do ano com roubo de carga superam R$ 50 milhões em Minas Gerais. De acordo com dados da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (Sejusp), nos dois primeiros meses de 2023, os furtos e roubos de carga registrados totalizaram 112 ocorrências, enquanto em 2024, no primeiro bimestre, foram 114 casos. Levantamento feito pela Nstech, empresa que atua no ramo de software para *supplychain*, com dados do ano passado, aponta que mais da metade dos prejuízos com roubo no Estado envolve cargas fracionadas e a BR-381 é a rodovia que mais acontece as ocorrências.

Setor supermercadista de Minas faturou R$ 87, 5 bi em 2023

Setor supermercadista mineiro faturou R$ 87,58 bilhões em 2023. O resultado representa alta de 8,17% sobre os R$ 80,96 bilhões apurados em 2022. Em âmbito nacional, as cifras dos supermercados alcançaram R$ 1 trilhão, crescimento de 43% sobre os R$ 695,7 do exercício anterior. Os números do Estado envolvem ainda 17.026 lojas em operação, das quais 79 foram abertas no decorrer do exercício passado. Em termos de empregos, o ano foi encerrado com 400.971 colaboradores empregados diretamente, 7.057 contratados para os novos empreendimentos. Já o crescimento real medido pelo Índice de Consumo dos Lares Mineiros em 2023 foi de 3,41%. Marcas mineiras como Supermercados BH; Mart Minas; DMA Distribuidora, detentora da rede Epa Supermercados e Mineirão Atacarejo; Adição Distribuição Express - o Grupo ABC; Grupo Supernosso e Grupo Bahamas são destaques.

EPR vence leilão e vai administrar a BR-040 por 30 anos

O grupo, formado em parceria da Equipav com a Perfin, arrematou a concessão no leilão realizado na quinta-feira (11), na B3, em São Paulo e vai administrar trecho da BR-040 pelos próximos 30 anos. O vencedor ofertou o maior desconto sobre a tarifa básica de pedágio, de 11,21%. A empresa já administra, atualmente, outras três rodovias mineiras. A nova administradora da estrada concorreu com a Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR) e o Consórcio Vetor Norte. A Azevedo & Travassos também participaria, mas foi desqualificada às vésperas por não estar em conformidade com a cláusula do edital que trata da garantia da proposta. O consórcio chegou a acionar a Justiça pedindo uma liminar para poder disputar o leilão ou para o adiamento da concorrência, entretanto, não obteve sucesso. A expectativa do governo federal é que o contrato de concessão seja assinado no início de julho.

DIÁRIO DO COMÉRCIO

Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda.

Fundado em 18 de outubro de 1932
Fundador: José Costa

Presidente do Conselho Gestor
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

Presidente e Diretora Editorial
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

Diretor Executivo
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

Conselho Consultivo
Enio Coradi, Tiago Fantini Magalhães e Antonieta Rossi

Conselho Editorial
Adriana Machado - Claudio de Moura Castro
Lindolfo Paoliello - Luiz Michalick
Mônica Cordeiro - Teodomiro Diniz

Será o fim da novela?

Cabe indagar, e no mínimo por conta de alguma dose de curiosidade, se afinal o último capítulo de uma novela que já dura décadas foi finalmente escrito na semana que passou. Estamos falando do leilão para concessão do trecho da BR 040, entre Belo Horizonte e Juiz de Fora, realizado na última quinta-feira. Conforme pactuado, a empresa vencedora será responsável pela administração e modernização da via nos próximos 30 anos, com investimentos de R$ 8,7 bilhões.

Esta é uma história bastante antiga e ainda por ser concluída. A rodovia em questão é a principal ligação terrestre entre o Rio de Janeiro e Brasília, passando por Belo Horizonte. Um de seus trechos, entre Juiz de Fora e Rio de Janeiro – a antiga estrada União e Indústria – foi a primeira rodovia pavimentada no País, então apresentada como razão de orgulho para a engenharia brasileira. No governo de Juscelino Kubitschek completou-se a pavimentação até Belo Horizonte, em pista única, e teve início a construção em direção a Brasília, concluída em 1960, mesmo ano da inauguração da Nova Capital.

> *O trecho inicial, correspondente à antiga União e Indústria, foi duplicado nos anos 70 e desde então está por ser concluída a duplicação até Brasília*

O trecho inicial, correspondente à antiga União e Indústria, foi duplicado nos anos 70 e desde então está por ser concluída a duplicação até Brasília. Uma espera, portanto, que já passa dos 50 anos e que não foi cumprida nem mesmo com a privatização e cobrança de pedágio, obrigações que a concessionária que agora sai de cena não entregou, assim como não explicou o preciso destino de tudo que arrecadou durante o longo período que durou a concessão. A operadora atual, que renunciou à concessão pactuada, agora sai de cena e a contagem recomeça do zero.

Como foi dito no início desse comentário, é de se esperar que o capítulo final dessa novela que tanto interessa a Minas Gerais e ao País, tenha começado a ser escrito, levando a um final feliz. Para isso é de se imaginar que todo o processo de concessão tenha sido revisto no sentido de eliminar eventuais falhas e assegurar que as obrigações assumidas possam efetivamente ser entregues. Cabe esperar que as bases negociadas, das quais muito pouco se falou, sejam realísticas e equilibradas, essencialmente que sejam viáveis e possam ser cumpridas. E com obrigatório equilíbrio entre as partes, assegurando retorno para investidores, mas igualmente atendimento pleno a todas as exigências acertadas e aceitas.

Apostou-se muito no regime de concessões, como alternativa à incapacidade do Estado de bancar os investimentos demandados, mas os resultados claramente ficaram aquém do desejado. Refazer o caminho supõe, portanto, que a rota tenha sido revista.

Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda.
Av. Américo Vespúcio, 1.660
CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO

Editora-Executiva
Luciana Montes

Editores
Alexandre Horácio — Rafael Tomaz
Clério Fernandes — Cláudia Duarte

pauta@diariodocomercio.com.br

TELEFONES

Atendimento Geral:	3469-2000
Administração:	3469-2004
Redação:	3469-2040
Comercial:	3469-2007

INDUSTRIAL

Gerência: Manoel Evandro	3469-2085
Departamento de Arte:	3469-2092

COMERCIAL
comercial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURAS (IMPRESSO + DIGITAL)
Semestral:
Belo Horizonte, Região Metropolitana.............................. R$ 396,90
Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.
Anual:
Belo Horizonte, Região Metropolitana.............................. R$ 793,80
Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.
Preço do exemplar avulso.. R$ 3,50
(+ valor de postagem)

ASSINATURAS
assinaturas@diariodocomercio.com.br

PENSANDO O FUTURO

Nova corrida espacial: a solução para a sustentabilidade

DIVULGAÇÃO / FDC

PAULO VICENTE *

Em 250 anos, a população saiu de menos de um bilhão de pessoas para mais de oito bilhões. Ao mesmo tempo, o consumo anual de cada pessoa aumentou várias vezes, gerando uma pressão crescente sobre os recursos naturais que só pode ser resolvida com o avanço tecnológico e a ocupação de novas fronteiras produtivas.

Os primeiros a perceberem este problema foram Thomas Malthus e o Marquês de Condorcet, no final do século 18. Malthus entendia que o crescimento mais rápido da população do que o da capacidade produtiva levaria a bilhões de miseráveis em alguns séculos. Para Condorcet, a tecnologia iria avançar e gerar novas fontes de recursos e mais produtividade, e, em poucos séculos, seriam resolvidos os problemas da fome, da miséria, da doença e da tirania.

Nos últimos 200 anos, a realidade esteve mais próxima da visão de Condorcet do que da de Malthus, mas ficamos dependentes da tecnologia avançar para nos alimentar e gerar energia. Projetando 11 bilhões de pessoas com consumo anual individual de três a cinco vezes maior do que o atual, a pressão sobre os recursos naturais será enorme.

Uma conta simples é assumir que atualmente consumimos oito "pontos de recursos" (medida abstrata de consumo de água, comida, energia e metais e que é obtida multiplicando oito bilhões de pessoas por um número que representa o nível atual de consumo anual por indivíduo). No final do século, teremos um consumo de 33 ou 55 pontos, dependendo da premissa de projeção (11 x 3, ou 11 x 5), o que implica que precisaremos de cerca de quatro a sete vezes mais "pontos de recursos". Algo que só poderá ser obtido por um avanço tecnológico bastante forte.

Ainda há fronteiras agrícolas a serem ocupadas, mas não na quantidade necessária. Como a água potável não pode ser aumentada (já conhecemos todos os rios e lagos), a saída é a dessalinização da água do mar, o que custa muita energia. E as fontes de energia fóssil estão diminuindo, o que implica que não poderemos contar com elas no futuro, e os recursos minerais são abundantes, mas não nesta proporção.

A única saída é buscar recursos fora da Terra, o que requer tecnologias novas que não temos hoje. Aqui mais uma vez ressurge a visão de Condorcet de que a solução do problema da escassez é a tecnologia (agora a espacial).

Estimo que uma estação solar em órbita geoestacionária (*Space Based Solar Power*-SBSP) de um quilômetro quadrado deve gerar o equivalente a duas turbinas de Itaipu, e esta energia pode ser enviada para Terra por feixes de laser ou microondas.

No cinturão principal de asteroides, entre Marte e Júpiter, existem milhões do tipo metálico. Um deles (16 Psyche) será investigado a partir de 2029 por uma sonda já enviada. Estima-se que ele seja feito de 22,7 quatrilhões de toneladas de ferro, níquel e ouro, enquanto as reservas conhecidas de ferro na crosta terrestre remontam a cerca de 80 a 100 bilhões de toneladas.

Ainda no cinturão, existem muitos de gelo e água. O maior é o 1 Ceres, com diâmetro similar ao comprimento Leste-Oeste da França, e deve ser coberto por cerca de 200 milhões de quilômetros cúbicos de gelo. Para comparação, a água doce da Terra tem um volume de 10 milhões de quilômetros cúbicos.

Na órbita de Júpiter, as luas Europa, Ganimede e Calisto quase certamente têm água debaixo da superfície de gelo, e cada uma deve ter mais água líquida do que todos os oceanos da Terra.

O que o espaço não tem são terras agricultáveis, por isso se pesquisa como plantar vegetais não só em outros planetas, mas em gravidade baixa ou zero, em futuras estações espaciais criadas com estes recursos encontrados no sistema solar interior.

A saída para a sustentabilidade de uma população ainda crescente, e que ao mesmo tempo quer consumir mais e eliminar a miséria, está na nova corrida espacial. Não é coincidência que muito dinheiro tem sido investido em tecnologias como foguetes reutilizáveis.

Ainda nesta década talvez tenhamos a volta de seres humanos à Lua, desta vez para construir uma base permanente no polo sul, perto da Cratera de Shackleton, onde deve ter gelo em quantidade suficiente para manter uma pequena cidade.

Já na próxima década, devemos ver as primeiras bases industriais e militares nos pontos de equilíbrio da gravidade entre a Terra e a Lua, a chegada a Marte, uma série de estações pequenas de SBSP em órbitas geoestacionárias (GEO), e estações de manufatura em órbita baixa (LEO). Nas décadas de 2050 e 2060, a economia espacial crescerá rapidamente e será possível ter um elevador espacial construído no Amapá. Esta economia espacial nascente será tema de uma futura coluna.

*Professor da Fundação Dom Cabral

CONJUNTURA

Setor de serviços apresenta crescimento em Minas Gerais

Em fevereiro foi regisrado incremento de 0,2%, de acordo com o IBGE

RODRIGO MOINHOS

DIÁRIO DO COMÉRCIO / ALISSON J SILVA

Transporte ferroviário é um dos destaques do setor de serviços em Minas neste exercício

O setor de serviços em Minas Gerais destoou da média nacional e apresentou crescimento em fevereiro. No período, o incremento foi de 0,2% na comparação com o mês imediatamente anterior, na série com ajuste sazonal. Em relação ao mesmo intervalo do ano passado, o crescimento atingiu 5,6%. Os dados são da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada na sexta-feira (12), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com o resultado positivo em Minas, o setor de serviços avançou 5,5% no primeiro bimestre ante igual intervalo do ano passado. Já no acumulado dos últimos 12 meses o crescimento do setor em Minas atingiu 7,2% na comparação com o mesmo período do exercício anterior.

No Brasil, foi registrada uma queda de 0,9% em fevereiro na comparação com o mês imediatamente anterior.

De acordo com o IBGE, três das cinco atividades analisadas em Minas cresceram em fevereiro. Um dos destaques foi serviços de informação e comunicação, com alta de 15,2%. transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio apresentou incremento de 8,3%.

Por outro lado, outros serviços foi o item que apresentou o maior recuo, com redução de 8,1%, mantendo a tendência de baixa apresentada durante o ano.

Segundo o analista do IBGE, Daniel Dutra, as maiores influências positivas para fevereiro vieram dos grupos transporte ferroviário de carga; atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos; e desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis. "A indústria extrativa de Minas Gerais teve um resultado muito bom. E envolveu muito transporte ferroviário de carga para transportar o minério de ferro", avaliou.

Nos últimos seis meses foram registradas quatro variações positivas e duas negativas, tendo o Estado registrado 0,5% de crescimento, o que representa um cenário de estabilidade do setor de serviços em Minas Gerais.

"Vejo o setor de serviços bem acima do que estava no ano passado. O que está pesando muito são os serviços de comunicação e informação e transportes. Sendo que o peso maior é do setor transportes que vai crescer mais a partir de agora, em função do escoamento da atividade agrícola. Outro setor que deve crescer muito também é o de serviços prestados à família, que vai desde salão, passando por restaurantes e chegando em hotéis, que terá um maior peso na influência", salientou.

De acordo com o IBGE, em relação ao desempenho da indústria e do comércio, ressalta-se que o setor de serviços teve um descolamento durante boa parte dos anos de 2022 e 2023. Nos últimos 12 meses, entretanto, o setor apresentou uma desaceleração e, no momento, já se encontra no mesmo patamar dos outros setores.

Turismo - Assim como vem sendo verificado nos meses anteriores, o Turismo segue em alta no Estado. Na soma dos meses de janeiro e fevereiro de 2024, o crescimento foi de 7,6% e Minas Gerais lidera os indicadores de atividades turísticas no País no acumulado dos últimos 12 meses.

Para o economista-chefe do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Izak Carlos, Minas Gerais continua apresentando um desempenho robusto no segmento de serviços como um todo.

"Estamos com um crescimento acima da média nacional em quase todos os períodos e em quase todos os segmentos, atividades e serviços. Vale destacar as atividades turísticas, com Minas Gerais continuando na liderança desse indicador no acumulado dos últimos 12 meses e se mantendo, assim, com bom desempenho. Evidentemente, esse primeiro bimestre do ano pesa contra a atividade turística do Estado, uma vez que grande parte está associada às atividades litorâneas", avaliou.

Contudo, o economista mantém as perspectivas positivas para os próximos meses, pois, segundo ele, o País continua com os fundamentos macroeconômicos bem robustos.

Minas Gerais performou consistentemente e muito melhor que o Brasil ano passado e esperamos que grande parte do reflexo desse bom desempenho continue se refletindo nos resultados. Os fundamentos que sustentaram esse cenário foram o recuo da taxa básica de juros e da inflação, a atividade econômica aquecida e o mercado de trabalho bastante robusto, com redução da taxa de desemprego e crescimento tanto da formalização quanto dos empregos formais no Estado", explicou Izak Carlos.

Atividade no Brasil registrou queda inesperada

Rio - O volume de serviços no Brasil voltou a contrair em fevereiro, interrompendo três meses seguidos de ganhos e frustrando as expectativas.

Em fevereiro, houve recuo no volume de serviços de 0,9% em relação ao mês anterior, de acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado, com ajuste sazonal, vem após o setor acumular uma expansão de 1,5% nos três meses anteriores e ficou bem aquém da expectativa em pesquisa da Reuters de avanço de 0,2%.

Assim, o volume de serviços está 11,6% acima do nível pré-pandemia, de fevereiro de 2020, e 1,9% abaixo do ponto mais alto da série histórica, de dezembro de 2022.

Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o volume registrou alta de 2,5%, contra expectativa de 4,5%.

"A última rodada de dados sobre a atividade doméstica apontava para um ritmo forte no primeiro trimestre de 2024. No entanto, os dados mais recentes sobre os serviços, embora não revertam completamente essa tendência, sugerem que pode haver uma diminuição na velocidade de crescimento durante esse período", disse o economista da ASA Investments, Leonardo Costa.

A expansão do setor de serviços nos últimos meses reflete o mercado de trabalho aquecido com aumento da massa salarial, bem como a inflação comportada. No entanto, é esperada alguma desaceleração este ano, acompanhando a acomodação da atividade econômica.

O desempenho de serviços e a inflação do setor vêm sendo ponto de atenção do Banco Central, que segue em seu ciclo de afrouxamento monetário, com a taxa básica de juros atualmente em 10,75%.

"A dinâmica menos intensa a ser apresentada no decorrer deste ano no campo dos serviços certamente contribuirá para um nível de inflação mais baixo ao final do ano, permitindo que o Banco Central siga seu ciclo de cortes na ausência de desdobramentos demasiadamente negativos nos outros fronts", avaliou o economista da CM Capital Matheus Pizzani.

Os dados do IBGE mostram que em fevereiro quatro das cinco atividades pesquisadas tiveram queda no volume. De acordo com Luiz Almeida, analista da pesquisa no IBGE, isso é fruto de um movimento de compensação após meses de alta.

"É uma descontinuação dos ganhos anteriores. Como observamos, por exemplo, na atividade de profissionais, administrativos e complementares", disse ele.

O grupo caiu 1,9% em fevereiro após uma alta de 1,0% em janeiro impactada principalmente pelo pagamento de precatórios, que influenciou nas atividades jurídicas, de acordo com o IBGE.

"Como não houve essa receita em fevereiro, acontece esse retorno ao patamar anterior", explicou Almeida.

Outro destaque no mês foi a retração de 1,5% no volume do setor de informação e comunicação, que compensou parte do ganho de 3,6% dos últimos quatro meses.

"Nesse caso, as principais influências vieram de portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na Internet, e de edição integrada à impressão de livros, que, com o fim da preparação para o início do ano letivo, mostrou um arrefecimento do mercado", explicou Almeida.

Os demais recuos foram registrados por transportes (-0,9%) e outros serviços (-1,0%). Apenas os serviços prestados às famílias mostraram ganhos, de 0,4%, o que entretanto não recupera a queda de 2,9% em janeiro.

O índice de atividades turísticas, por sua vez, recuou 0,8% em fevereiro sobre o mês anterior, marcando o segundo revés seguido, com perda acumulada de 1,8%. O segmento está 2,2% acima do patamar pré-pandemia e 4,3% abaixo do ponto mais alto da série, alcançado em fevereiro de 2014. **(Reuters)**

Edição impressa produzida pelo Jornal **DIÁRIO DO COMÉRCIO**.
Circulação diária em bancas e assinantes.
As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site:
https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

SETOR ELÉTRICO

Mercado livre responde por 53% do consumo

Segmento vem crescendo de forma significativa no Estado, principalmente com a entrada de clientes de menor porte

MARCO AURÉLIO NEVES

Mais da metade da energia elétrica consumida mensalmente em toda Minas Gerais é proveniente do mercado livre (ACL). Segundo dados do Boletim de Energia Livre, da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), cerca de 53% do consumo total demandado no Estado vem de unidades consumidoras livres (CCEE), que negociam a eletricidade fora do mercado regulado (ACR).

O Estado tem atualmente 3.577 unidades consumidoras. Somente no primeiro trimestre de 2024, 305 novos consumidores ingressaram no ambiente de contratação livre em Minas. Entre este ano e o próximo, serão ao todo 1.425 novas CCEE mineiras. Este número pode aumentar caso novos consumidores faça a denúncia do contrato com as distribuidoras tradicionais.

O presidente-executivo da Abraceel, Rodrigo Ferreira, conta que a migração de consumidores para o mercado livre de energia ocorre em velocidade acelerada. "Há um grande movimento de empresas de menor porte migrando para o mercado livre de energia", disse.

O presidente faz referência principalmente pela entrada em vigor da Portaria 50/2022, do Ministério de Minas e Energia (MME). A medida concedeu o direito de escolher o fornecedor de energia elétrica a todos os consumidores do Grupo A, composto por aqueles que são atendidos em média e alta tensão, a partir de janeiro.

> *"Nossa expectativa é que esse movimento cresça, na medida em que outros consumidores tenham conhecimento sobre o mercado livre de energia, principalmente os benefícios, que incluem preços mais baixos"*

"Nossa expectativa é que esse movimento cresça, na medida em que outros consumidores tenham conhecimento sobre o mercado livre de energia, principalmente os benefícios, que incluem preços mais baixos, melhores serviços, produtos diversificados, possibilidade de comprar energia renovável e aumentar a eficiência do negócio", declara Ferreira.

Os dados da Abraceel mostram que, em 2023, à frente de Minas Gerais, somente o Pará teve percentual maior da eletricidade demandada mensalmente proveniente do ACL, com 55%. Os dois estados são seguidos por Paraná (43%), Maranhão (43%), São Paulo (39%), Santa Catarina (37%), Bahia (36%) e Rio Grande do Sul (34%).

Faturamento - O mercado livre no País tem se destacado também na utilização de fontes renováveis. No passado, o ACL absorveu 49% da energia gerada por usinas eólicas, 59% das usinas solares centralizadas, 77% das usinas a biomassa e 58% das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). Grande parcela do consumo do mercado livre é atendido também por grandes hidrelétricas (UHEs), o que faz com que praticamente toda a matriz do ambiente livre seja renovável.

A atividade de comercialização de energia no Brasil registrou um faturamento exclusivo de aproximadamente R$ 100 bilhões. Este valor não considera impostos, encargos e tarifas de uso do sistema de distribuição e transmissão.

DIVULGAÇÃO / JORGE SILVA / REUTERS

Comercialização de energia no Brasil registrou um faturamento de R$ 100 bilhões em 2023

Silveira defende uma modernização

Rio - O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou, na sexta-feira (12), que os contratos com as concessionárias de distribuição de energia devem ser modernizados, para melhorar a qualidade do serviço. Silveira participou do Fórum Brasileiro de Líderes em Energia, no Rio de Janeiro.

"Nossos contratos até então são contratos que não atendem mais, do jeito que estão, as expectativas da sociedade brasileira. Precisamos modernizar esses contratos para melhorar nossos índices DEC [tempo médio de interrupção de energia dos consumidores] e FEC [frequência da interrupção de energia aos consumidores]", disse o ministro.

O ministro defendeu a renovação das concessões cujos contratos vencem nos próximos anos, como uma forma de evitar a paralisação dos investimentos previstos pelas atuais concessionárias. Mas, ao mesmo tempo, aumentar a cobrança por uma melhor qualidade do serviço.

"Precisamos avançar no sentido da renovação. Nas 20 distribuidoras que estão diretamente ligadas ao processo de distribuição, temos planos de investimentos que apontam para uma direção de R$ 140 bilhões nos próximos quatro anos", disse Silveira.

Segundo o ministro, se uma empresa receber sinalização de que o contrato não será renovado, ela poderá diminuir seu plano de investimento aqui no Brasil e passar a investir em outro lugar.

A ideia é ainda que os prefeitos tenham uma relação mais direta com as distribuidoras de energia. "Os prefeitos são, para mim, a maior autoridade federativa, porque estão no dia-a-dia da comunidade. São aqueles que têm que dar resposta aos postos de saúde, às escolas. Então eles precisam ter um *link* mais direto com as nossas distribuidoras para melhorar a qualidade do serviço", disse o ministro. **(ABr)**

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Hospital Mater Dei S.A.

CNPJ/MF 16.676.520/0001-59

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS – MATD3

DESTAQUES E OPORTUNIDADES

Belo Horizonte, 28 de março de 2024 - A **Rede Mater Dei de Saúde** ("Mater Dei" ou "Companhia") (B3: MATD3) anuncia seus resultados de 2023 e do quarto trimestre de 2023 (4T23). Os resultados são apresentados de forma consolidada em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma. As comparações trimestrais são referentes ao quarto trimestre de 2022 (comparações YoY) e ao terceiro trimestre de 2023 (comparações QoQ). A comparação anual é referente ao ano de 2023 contra o ano de 2022. As informações trimestrais estão de acordo com as regras contábeis brasileiras e internacionais (IFRS) e foram revisadas por auditores independentes. Os dados das aquisições nos períodos são reportados a partir da conclusão de cada transação.

Destaques Financeiros e Operacionais

- **Taxa de ocupação:** crescimento de 3,6pp YoY e de 1,0pp QoQ, atingindo 70,6% no trimestre. Ao considerar os pacientes Day Hospital, essa taxa alcançou 74,8%;
- **Pacientes-dia:** crescimento de 9,3% YoY. Na comparação anual tivemos um crescimento de 22,7% em 2023 comparado com 2022, com a consolidação das aquisições nos 12 meses de 2023;
- **Ticket Médio:** atingiu R$ 2,30 milhões por leito utilizado no trimestre, uma queda de 0,6% contra o terceiro trimestre de 2023;
- **Receita Líquida:** atingiu R$ 2.188 milhões no acumulado do ano, maior receita anual já divulgada pela Companhia, um aumento de 24% YoY;
- **EBITDA:** alcançou o patamar de R$ 526 milhões em 2023 (+17% YoY), com **Margem EBITDA** de 24,0%;
- **Lucro líquido ajustado:** somou R$ 213 milhões no ano, considerando o ajuste referente à provisão de IR/CS diferido sobre a amortização de ágio na Controladora, com uma **Margem Líquida** ajustada de 9,7%;
- **Caixa gerado pelas operações:** de R$ 346 milhões no ano de 2023, o melhor trimestre do ano em termos de consumo de capital de giro;
- **Dívida Líquida:** de R$ 925 milhões, com custo médio da dívida abaixo do CDI e índice de **alavancagem** atingindo 1,8x (dívida líquida financeira/EBITDA LTM).

R$ Milhões (exceto quando indicado)	4T23	4T22	Δ 4T23	3T23	Δ4T23	2023	2022	Δ2023
Indicadores Operacionais								
Leitos Operacionais	1.551	1.494	3,8%	1.590	(2,5%)	1.562	1.290	21,1%
Pacientes-dia (total do período)	100.734	92.150	9,3%	101.809	(1,1%)	404.271	329.595	22,7%
Taxa de Ocupação	70,6%	67,0%	3,6pp	69,6%	1,0pp	70,9%	70,0%	0,9pp
Indicadores Financeiros								
Ticket Médio (R$ Mm /Leito)	2,30	2,25	2,0%	2,31	(0,6%)	2,24	2,19	2,4%
Receita Líquida	541,2	512,1	5,7%	568,2	(4,8%)	2.187,7	1.763,1	24,1%
Lucro Bruto	162,7	172,3	(5,6%)	185,5	(12,3%)	711,8	623,2	14,2%
Margem Bruta	*30,1%*	*33,6%*	*(3,5pp)*	*32,6%*	*(2,5pp)*	*32,5%*	*35,3%*	*(2,8pp)*
EBITDA¹	112,5	121,8	(7,7%)	134,3	(16,2%)	525,6	449,1	17,0%
Margem EBITDA	*20,8%*	*23,8%*	*(3,0pp)*	*23,6%*	*(2,8pp)*	*24,0%*	*25,5%*	*(1,5pp)*
Lucro Líquido Ajustado	46,4	35,7	30,2%	53,2	(12,7%)	213,0	208,5	2,1%
Margem Líquida Ajustado	*8,6%*	*7,0%*	*1,6pp*	*9,4%*	*(0,8pp)*	*9,7%*	*11,8%*	*(2,1pp)*

1. Em 2022 havia sido feito ajuste referente a despesas com assessoria de M&A e pré-operacionais de Salvador

Destaques e Oportunidades

Parceria Atlântica Hospitais

No dia 21 de dezembro de 2023, a Rede Mater Dei de Saúde anunciou a sua entrada em São Paulo por meio de uma parceria com a Atlântica Hospitais, empresa do Grupo Bradesco Seguros, com o objetivo de desenvolver e operacionalizar um hospital geral de alta complexidade no bairro de Santana, na zona norte da capital paulista. A Mater Dei terá o papel de gestão médica e administrativa do novo hospital, contando com atendimento das diversas especialidades médicas. Será um hospital de mercado que terá entre 250 e 300 leitos em uma área de aproximadamente 45 mil m², e será construído em imóvel de propriedade de empresa da Organização Bradesco. A conclusão da transação está condicionada aos cumprimentos de certas condições precedentes usuais em operações desta natureza. Em fevereiro de 2024, a parceria teve a aprovação do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

Hospital Mater Dei Salvador acreditado pela JCI

Com menos de dois anos de funcionamento, o Hospital Mater Dei Salvador conquistou a certificação JCI (*Joint Commission International*), importante reconhecimento internacional que busca comprovar o cumprimento de todos os rigorosos padrões de segurança do paciente nas instituições de saúde.

Quatro hospitais da Rede Mater Dei já possuem a acreditação: Santo Agostinho, Contorno, Betim/Contagem e Porto Dias. A unidade Salvador passa a ser a quinta e mais nova integrante.

Rede Mater Dei expande no Triângulo Mineiro

No último trimestre de 2023, o Mater Dei Santa Genoveva, anunciou a inauguração de mais um andar, expandindo sua capacidade de atendimento à comunidade de Uberlândia e região. Com 27 novos leitos, o andar foi projetado para proporcionar um padrão de qualidade superior, comparável aos principais hospitais do Brasil. O novo andar possui suítes VIPs para pacientes que buscam um atendimento diferenciado em termos de hotelaria. A obra foi planejada com foco nas necessidades específicas da população do triângulo mineiro, considerando os requisitos de conforto e cuidado do paciente. A tecnologia adotada inclui equipamentos modernos, já utilizados em outras unidades da Rede Mater Dei, garantindo uma infraestrutura de leito de última geração.

O compromisso do Mater Dei em fornecer serviços de saúde de alta qualidade é evidenciado por essa expansão, que representa não só um aumento na capacidade, mas também um avanço em termos de inovação e excelência no atendimento médico na região.

Adesão ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU)

A Rede Mater Dei de Saúde deu um passo importante para reafirmar seu compromisso com a sustentabilidade: formalizou sua adesão ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), a maior iniciativa mundial de responsabilidade social empresarial que estimula as organizações a alinhar suas estratégias e operações a dez princípios universais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção, além de propiciar oportunidades de aprendizado com organizações alinhadas às melhores práticas institucionais e estimular ações que contribuam para o enfrentamento dos desafios da sociedade. A assinatura do Pacto ratifica o engajamento da Rede Mater Dei em promover um desenvolvimento sustentável que gere resultados ambientais, econômicos e sociais positivos.

MATER DEI NOVA LIMA

O hospital Mater Dei Nova Lima será uma unidade de 117 leitos, sendo 20 leitos de Terapia Intensiva e 97 apartamentos de internação. Contando também com 14 salas cirúrgicas, a nova unidade será localizada no bairro Vila da Serra, em Nova Lima, município com maior renda per capita do Brasil, segundo pesquisa realizado pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), em 2023.

A localização da unidade hospitalar é estratégica, por se posicionar em um centro populoso e em crescimento, de alto poder aquisitivo e que hoje encontra dificuldade de acesso (distância e trânsito) à chegada aos demais hospitais da Rede Mater Dei de Belo Horizonte – unidades Contorno e Santo Agostinho. A inauguração está prevista para o segundo semestre de 2024.

Serviços Diferenciados:

- Excelência assistencial Rede Mater Dei de Saúde;
- Maternidade premium com linha de cuidado materno-infantil completa;
- Pronto Socorro resolutivo com fluxos integrados às demais unidades;
- Internação clínica e cirúrgica com apartamentos de alto padrão;
- Serviço completo de Medicina Diagnóstica;
- Centro Cirúrgico com salas de pequena, média e alta complexidade;
- Salas obstétricas e suítes PPP;
- Hemodinâmica;
- Oncologia ambulatorial e aderido ao Modelo Mater Dei;
- Integração com serviços das outras unidades do HUB Região Metropolitana de Belo Horizonte.

RECEITAS

A receita bruta é composta, principalmente, pelos serviços de saúde prestados, como internações, cirurgias, oncologia, consultas médicas, exames, entre outros, seja por meio de operadoras de saúde, autogestões, seguradoras ou de pacientes particulares (*out-of-pocket*). A partir do resultado deste trimestre, a apresentação das demonstrações financeiras passa a excluir as glosas da receita bruta.

No quarto trimestre de 2023, a média de leitos operacionais atingiu 1.551, 57 leitos acima do 4T22 e 39 leitos abaixo do 3T23, com uma taxa de ocupação de 70,6%. O fechamento de leitos no quarto trimestre, é fruto da sazonalidade histórica abaixo do restante do ano, causada, principalmente, pelas festas e recesso no final do ano. Para o cálculo da taxa de ocupação são considerados apenas os pacientes que pernoitam nos hospitais. Caso fossem utilizados os pacientes Day Hospital, que permanecem internados por um período inferior ou igual a 6 horas, a taxa de ocupação aumentaria para 74,8%.

No quarto trimestre, o volume de pacientes-dia internados no consolidado da Rede Mater Dei aumentou 9,3% quando comparado com o 4T22.

A receita bruta reportada pela Companhia até o 3T23 era líquida de glosas médicas e a partir das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia divulgará as glosas no período em uma linha apartada da receita de convênios. Em consequência, o ticket médio e o Prazo Médio de Recebimento (PMR) sofrerá alterações, melhorando a comparabilidade entre os períodos, agora sem influência das glosas, mostrando a real produção da Companhia.

O ticket médio consolidado no quarto trimestre aumentou 2,0% quando comparado com o 4T22 e ficou em linha em relação ao 3T23, atingindo R$ 2,30 milhões por leito utilizado. Em 2023 o ticket médio foi R$ 2,24 milhões por leito utilizado, um aumento de 2,4% contra 2022. A composição e variação do ticket é explicada por: (i) mix de hospitais na consolidação dos leitos, (ii) mix de serviços e procedimentos; (iii) portfólio de credenciamentos e (iv) reajustes das tabelas praticadas com as fontes pagadoras.

No 4T23, a receita bruta atingiu R$ 634 milhões, representando um aumento de 12% em relação ao 4T22 e queda de 2% com relação ao 3T23, em linha com a queda de paciente dia. No ano de 2023, a receita bruta somou R$ 2.483 milhões, um crescimento de 26% em relação à 2022. A receita bruta é deduzida, principalmente, por: (i) provisão de glosas; (ii) tributos incidentes sobre a receita (contribuições federais e municipais); e (iii) faturamentos cancelados.

O quadro abaixo já se encontra no novo formato de apresentação das glosas. No final do ano de 2023, houve uma reavaliação na expectativa de riscos de glosa para todo o ano, aumentando a porcentagem de glosa que a empresa adota, com intuito de refletir a percepção atual da cadeia de recebimento do setor de saúde. Com isso, tivemos um impacto no período de 4T23, que concentrou toda a contabilização do ano, no valor de R$ 16,9 milhões que seriam dos outros trimestres.

No quarto trimestre de 2023, a receita líquida somou R$ 541 milhões, um aumento de 6% na comparação anual e queda de 5% ante o 3T23. Já no acumulado do ano, a receita líquida totalizou R$ 2.188 milhões, um aumento de 24% contra o mesmo período de 2022.

Consolidado (R$ milhões)	4T23	4T22	Δ4T23	3T23	Δ4T23	2023	2022	Δ2023
Convênios	594,5	528,7	12,5%	596,1	(0,3%)	2.314,0	1.839,2	25,8%
Particulares	33,8	31,8	6,5%	39,2	(13,6%)	139,4	113,1	23,3%
Outras receitas	5,5	7,4	(25,7%)	9,1	(39,9%)	29,4	24,9	18,0%
Receita Bruta	**633,8**	**567,8**	**11,6%**	**644,4**	**(1,6%)**	**2.482,9**	**1.977,2**	**25,6%**
Impostos, deduções e glosas	(92,6)	(55,7)	66,2%	(76,2)	21,5%	(295,2)	(214,1)	37,9%
Receita Líquida	**541,2**	**512,1**	**5,7%**	**568,2**	**(4,8%)**	**2.187,7**	**1.763,1**	**24,1%**

CUSTOS E DESPESAS

Custo dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados são formados, principalmente, por materiais e medicamentos, pessoal, prestação de serviços médicos, depreciação e amortização e manutenção e conservação.

No 4T23, os custos dos serviços prestados totalizaram R$ 379 milhões, passando a representar 69,9% da receita líquida, um aumento de 3,5pp na comparação anual e de 2,5pp contra o 3T23. Os principais ofensores foram as linhas de outros custos, que inclui, alimentação de pacientes e serviços de terceiros, e materiais e medicamentos.

No quarto trimestre, na linha de pessoal, a Companhia teve uma recuperação, pela reavaliação do RAT, que impactou positivamente os custos no valor de R$ 12,3 milhões.

Em 2023, o custo dos serviços prestados alcançou R$ 1.476 milhões e representou 67,5% da receita líquida, um aumento de 2,8pp na comparação com o ano de 2022.

Consolidado (R$ milhões)	4T23	4T22	Δ4T23	3T23	Δ4T23	2023	2022	Δ2023
Materiais e medicamentos	(132,6)	(121,6)	9,1%	(135,4)	(2,1%)	(528,5)	(426,5)	23,9%
% da receita líquida	*24,5%*	*23,7%*	*0,8pp*	*23,8%*	*0,7pp*	*24,2%*	*24,2%*	*0,0pp*
Pessoal	(103,4)	(97,8)	5,7%	(108,7)	(4,8%)	(409,4)	(318,7)	28,5%
% da receita líquida	*19,1%*	*19,1%*	*0,0pp*	*19,1%*	*0,0pp*	*18,7%*	*18,1%*	*0,6pp*
Prestação de serviços médicos	(66,7)	(52,5)	27,0%	(67,5)	(1,2%)	(252,3)	(171,6)	47,0%
% da receita líquida	*12,3%*	*10,3%*	*2,0pp*	*11,9%*	*0,4pp*	*11,5%*	*9,7%*	*1,8pp*
Manutenção e conservação	(23,8)	(20,1)	18,5%	(22,3)	6,9%	(87,7)	(61,6)	42,4%
% da receita líquida	*4,4%*	*3,9%*	*0,5pp*	*3,9%*	*0,5pp*	*4,0%*	*3,5%*	*0,5pp*
Depreciação e amortização	(20,7)	(25,7)	(19,3%)	(20,6)	0,8%	(82,4)	(74,3)	10,9%
% da receita líquida	*3,8%*	*5,0%*	*(1,2pp)*	*3,6%*	*0,2pp*	*3,8%*	*4,2%*	*(0,4pp)*
Outros custos	(31,2)	(22,1)	40,9%	(28,3)	10,3%	(115,5)	(87,2)	32,4%
% da receita líquida	*5,8%*	*4,3%*	*1,5pp*	*5,0%*	*0,8pp*	*5,3%*	*4,9%*	*0,4pp*
Custo dos serviços prestados	**(378,5)**	**(339,8)**	**11,4%**	**(382,7)**	**(1,1%)**	**(1.475,8)**	**(1.139,9)**	**29,5%**
% da receita líquida	*69,9%*	*66,4%*	*3,5pp*	*67,4%*	*2,5pp*	*67,5%*	*64,7%*	*2,8pp*
Lucro Bruto	**162,7**	**172,3**	**(5,6%)**	**185,5**	**(12,3%)**	**711,8**	**623,2**	**14,2%**
% margem Bruta	*30,1%*	*33,6%*	*(3,5pp)*	*32,6%*	*(2,5pp)*	*32,5%*	*35,3%*	*(2,8pp)*

Nesse sentido, a margem bruta atingiu 30,1%, com um Lucro Bruto de R$ 163 milhões no 4T23, representando uma queda de 2,5pp contra o 3T23. Já em 2023, o Lucro Bruto foi de R$ 712 milhões, com uma margem bruta de 32,5%.

Despesas gerais, administrativas e outras

As despesas gerais e administrativas são compostas, principalmente, por gastos com pessoal, depreciação e amortização e demais despesas inerentes às atividades de *backoffice* e integração.

No 4T23, as despesas gerais e administrativas atingiram 14,0% da receita líquida do período, ficando 1,1pp abaixo na comparação com o mesmo periodo do ano anterior e acima em 0,6pp do 3T23. Em relação as despesas operacionais líquidas houve uma queda de 1,6pp contra o 4T22 e acima em 0,6pp comparado com o 3T23, essa linha inclui, principalmente, provisões/reversões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, provisões para crédito de liquidação duvidosa e equivalência patrimonial.

No ano de 2023, as despesas operacionais líquidas tiveram uma redução de 3,0pp quando comparado com 2022 tendo atingido 13,2% da receita líquida, resultado de uma diluição das despesas gerais e administrativas com o crescimento da Companhia. Importante ressaltar que em 2022 houve despesas não recorrentes de M&A no valor de R$ 14 milhões.

Consolidado (R$ milhões)	4T23	4T22	Δ4T23	3T23	Δ4T23	2023	2022	Δ2023
Pessoal	(50,2)	(47,3)	6,0%	(48,2)	4,3%	(189,6)	(155,7)	21,7%
% da receita líquida	*9,3%*	*9,2%*	*0,1pp*	*8,5%*	*0,8pp*	*8,7%*	*8,8%*	*(0,1pp)*
Depreciação e amortização	(5,3)	(4,4)	18,5%	(4,9)	7,1%	(19,6)	(15,7)	24,3%
% da receita líquida	*1,0%*	*0,9%*	*0,1pp*	*0,9%*	*0,1pp*	*0,9%*	*0,9%*	*0,0pp*
Serviços de terceiros	(15,3)	(15,1)	1,8%	(15,6)	(1,5%)	(60,6)	(65,1)	(7,0%)
% da receita líquida	*2,8%*	*2,9%*	*(0,1pp)*	*2,7%*	*0,1pp*	*2,8%*	*3,7%*	*(0,9pp)*
Outras despesas	(5,2)	(10,5)	(50,7%)	(7,6)	(31,6%)	(26,5)	(32,5)	(18,4%)
% da receita líquida	*1,0%*	*2,1%*	*(1,1pp)*	*1,3%*	*(0,3pp)*	*1,2%*	*1,8%*	*(0,6pp)*
Despesas gerais e adm	**(76,0)**	**(77,4)**	**(1,8%)**	**(76,2)**	**(0,3%)**	**(296,3)**	**(269,1)**	**10,1%**
% da receita líquida	*14,0%*	*15,1%*	*(1,1pp)*	*13,4%*	*0,6pp*	*13,5%*	*15,3%*	*(1,8pp)*
Outras rec./desp. Operacionais¹	(0,2)	(3,1)	(92,1%)	(0,5)	(50,2%)	8,0	(16,2)	(149,7%)
% da receita líquida	*0,0%*	*0,6%*	*(0,6pp)*	*0,1%*	*(0,1pp)*	*-0,4%*	*0,9%*	*(1,3pp)*
Despesas operacionais líquidas	**(76,2)**	**(80,5)**	**(5,3%)**	**(76,7)**	**(0,6%)**	**(288,2)**	**(285,3)**	**1,0%**
% da receita líquida	*14,1%*	*15,7%*	*(1,6pp)*	*13,5%*	*0,6pp*	*13,2%*	*16,2%*	*(3,0pp)*

1. Inclui Equivalência Patrimonial

EBIT e EBITDA

O EBITDA no trimestre atingiu R$ 113 milhões, com uma margem de 20,8%. Esse valor representa uma queda de 8% em relação ao 4T22 e de 16% com relação ao 3T23.

No trimestre, conforme comentado acima, tivemos dois ajustes não recorrentes no resultado: (i) na receita, com a reavaliação da provisão das glosas, que atingiu o trimestre negativamente, na qual levaria a margem para 23,2%, e (ii) o aumento no custo, na linha de pessoal, que traria a margem normalizada do trimestre para 21,0%.

Em 2023, o EBITDA atingiu R$ 526 milhões com uma margem de 24,0%, um aumento de 17% e uma queda de margem de 1,5pp em relação ao mesmo período do ano anterior, que havia sido ajustado por despesas com assessoria de M&A e despesas pré-operacionais da unidade de Salvador.

Consolidado (R$ milhões)	4T23	4T22	Δ4T23	3T23	Δ4T23	2023	2022	Δ2023
Receita bruta	**633,8**	**567,8**	**11,6%**	**644,4**	**(1,6%)**	**2.482,9**	**1.977,2**	**25,6%**
Impostos, deduções e glosas	(92,6)	(55,7)	66,2%	(76,2)	21,5%	(295,2)	(214,1)	37,9%
Receita líquida	**541,2**	**512,1**	**5,7%**	**568,2**	**(4,8%)**	**2.187,7**	**1.763,1**	**24,1%**
Custo dos serviços prestados	(378,5)	(339,8)	11,4%	(382,7)	(1,1%)	(1.475,8)	(1.139,9)	29,5%
Despesas operac. líquidas	(76,2)	(80,5)	(5,3%)	(76,7)	(0,6%)	(288,2)	(285,3)	1,0%
EBIT	**86,5**	**91,8**	**(5,8%)**	**108,8**	**(20,5%)**	**423,6**	**337,9**	**25,4%**
% da receita líquida	*16,0%*	*17,9%*	*(1,9pp)*	*19,1%*	*(3,1pp)*	*19,4%*	*19,2%*	*0,2pp*
Depreciação e Amortização	26,0	30,0	(13,4%)	25,5	2,0%	102,0	90,1	13,2%
EBITDA	**112,5**	**121,8**	**(7,7%)**	**134,3**	**(16,2%)**	**525,6**	**428,0**	**22,8%**
% da receita líquida	*20,8%*	*23,8%*	*(3,0pp)*	*23,6%*	*(2,8pp)*	*24,0%*	*24,3%*	*(0,3pp)*
Assessoria de M&A	-	-	-	-	-	-	14,0	(100,0%)
Pré-operacional Salvador	-	-	-	-	-	-	7,1	(100,0%)
EBITDA Ajustado	**112,5**	**121,8**	**(7,7%)**	**134,3**	**(16,2%)**	**525,6**	**449,1**	**17,0%**
% da receita líquida	*20,8%*	*23,8%*	*(3,0pp)*	*23,6%*	*(2,8pp)*	*24,0%*	*25,5%*	*(1,5pp)*

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

No trimestre, a receita financeira somou R$ 19 milhões, uma melhora de 16% em relação ao mesmo período do ano anterior, já em relação ao 3T23, a melhora foi de 30%. A despesa financeira atingiu R$ 64 milhões, uma diminuição de 11% em relação ao 4T22 e de 10% contra o trimestre anterior.

Fruto do exposto acima, o resultado financeiro líquido do 4T23 foi de R$ 45 milhões negativos, contra R$ 55 milhões negativos no 4T22 e R$ 56 milhões negativos no 3T23.

No acumulado do ano, o saldo do resultado financeiro foi negativo em R$ 215 milhões, com crescimento de 41% frente 2022. A piora no resultado financeiro está relacionada a uma menor receita financeira, consequência de um caixa médio menor no periodo, além de uma maior despesa financeira, em função do aumento dos juros de arrendamento (entrada de novos aluguéis) e a mudança na classificação das atualizações monetárias das contingências, que no ano anterior era classificado em outras despesas/receitas operacionais.

Consolidado (R$ milhões)	4T23	4T22	Δ4T23	3T23	Δ4T23	2023	2022	Δ2023
Receita Financeira	**18,7**	**16,1**	**15,9%**	**14,4**	**30,2%**	**59,5**	**90,4**	**(34,2%)**
Despesa Financeira	**(63,6)**	**(71,0)**	**(10,5%)**	**(70,3)**	**(9,5%)**	**(274,3)**	**(242,5)**	**13,1%**
Juros de empréstimos, finan., parcelamentos e aquisições	(36,4)	(46,7)	(22,1%)	(38,3)	(5,0%)	(160,5)	(152,1)	5,5%
Juros de arrendamento	(21,1)	(20,7)	1,6%	(20,9)	0,6%	(83,4)	(72,6)	14,9%
Outros	(6,2)	(3,6)	71,9%	(11,0)	(43,9%)	(30,4)	(17,9)	70,4%
Resultado Financeiro Líquido	**(44,9)**	**(54,9)**	**(18,2%)**	**(55,9)**	**(19,7%)**	**(214,8)**	**(152,1)**	**41,3%**

LUCRO LÍQUIDO

No trimestre atual, o lucro líquido ajustado alcançou R$ 46 milhões, aumento de 30% em comparação com o mesmo período do ano anterior e queda de 13% em comparação com o 3T23. A margem líquida ajustada atingiu 8,6% neste trimestre, representando um aumento de 1,6pp na comparação anual e queda de 0,8pp na comparação trimestral.

Neste trimestre, assim como nos anteriores, foi ajustado no lucro líquido o montante de cerca de R$ 18 milhões, referente à provisão de IR/CS diferido sobre a amortização de ágio para fins fiscais na Controladora. Portanto, entende-se que tal ajuste ajuda a refletir melhor a lucratividade da Companhia, uma vez que gera uma redução no desembolso de caixa para pagamento de Imposto de Renda.

Em 2023, o lucro líquido ajustado atingiu R$ 213 milhões, o que representa um aumento de 2% na comparação anual, e equivalente à uma margem líquida de 9,7%.

Consolidado (R$ milhões)	4T23	4T22	Δ4T23	3T23	Δ4T23	2023	2022	Δ2023
EBIT	86,5	91,8	(5,8%)	108,8	(20,5%)	423,6	337,9	25,4%
Resultado financeiro líquido	(44,9)	(54,9)	(18,2%)	(55,9)	(19,7%)	(214,8)	(152,1)	41,3%
LAIR	**41,6**	**36,9**	**12,7%**	**52,9**	**(21,3%)**	**208,8**	**185,8**	**12,4%**
IR e CSLL	(13,1)	(19,2)	(31,8%)	(17,6)	(25,7%)	(67,5)	(63,1)	7,0%
Lucro Líquido	**28,5**	**17,7**	**61,1%**	**35,2**	**(19,1%)**	**141,2**	**122,7**	**15,1%**
% da receita líquida	*5,3%*	*3,5%*	*1,8pp*	*6,2%*	*(0,9pp)*	*6,5%*	*7,0%*	*(0,5pp)*
IR/CS diferido (ágio de aquisições)	17,9	18,0	(0,3%)	17,9	0,0%	71,7	71,9	(0,3%)
Assessoria de M&A	-	-	-	-	-	-	9,2	(100,0%)
Pré-operacional Salvador	-	-	-	-	-	-	4,7	(100,0%)
Lucro Líquido Ajustado	**46,4**	**35,7**	**30,2%**	**53,2**	**(12,7%)**	**213,0**	**208,5**	**2,1%**
% da receita líquida	*8,6%*	*7,0%*	*1,6pp*	*9,4%*	*(0,8pp)*	*9,7%*	*11,8%*	*(2,1pp)*

ENDIVIDAMENTO

No final de 2023, o saldo da dívida bruta totalizou R$ 1.244 milhões, queda de 3% contra o saldo final do 3T23. Toda a dívida da Companhia é em moeda nacional.

O índice de alavancagem (dívida líquida financeira/ EBITDA LTM) atingiu 1,8x no 4T23.

Consolidado (R$ milhões)	4T23	4T22	Δ4T23	3T23	Δ4T23
Dívida de curto prazo	52,2	53,0	(1,4%)	77,4	(32,6%)
Dívida de longo prazo	1.202,7	1.150,2	4,6%	1.210,2	(0,6%)
Instrumentos financeiros derivativos (+/-)	(10,9)	2,6	(514,3%)	(0,3)	4.090,7%
Dívida Bruta¹	**1.244,0**	**1.205,8**	**3,2%**	**1.287,4**	**(3,4%)**
Caixa e equivalentes e aplicações financeiras	319,1	378,3	(15,6%)	363,7	(12,3%)
Dívida Líquida	**924,9**	**827,5**	**11,8%**	**923,6**	**0,1%**
EBITDA LTM	525,6	428,0	22,8%	534,9	(1,7%)
Dívida Líquida / EBITDA LTM	*1,8x*	*1,9x*	*(0,1)*	*1,7x*	*0,1*

1. Conforme *covenant* da 1° emissão de debêntures da Companhia considera a soma dos saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures líquido de todos os instrumentos financeiros derivativos (circulante e não circulante). Não considera passivos de arrendamentos e aquisição de empresas a pagar.

O prazo médio ponderado de pagamento da dívida do Mater Dei é de 4,8 anos. O custo da dívida no periodo do 4T23 foi de CDI – 0,7% a.a.

2. Não considera o custo de transação.

FLUXO DE CAIXA

Considerando a posição de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras a Companhia terminou 2023 com R$ 319 milhões, uma queda de 16% quando comparado com o caixa do final do ano anterior.

Em 2023, o caixa gerado pelas operações foi de R$ 346 milhões, apesar de R$ 194 milhões serem consumidos pelas variações de ativo e passivo (contas a pagar, fornecedores, estoques, entre outros), importante destacar que foi o trimestre com menor consumo de capital de giro, sendo esse um trabalho que está sendo endereçado nas principais áreas da Companhia. Para completar o fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais, tivemos R$ 189 milhões pagos em juros e imposto de renda e contribuição social.

As atividades de investimento consumiram R$ 238 milhões, sendo R$ 196 milhões para pagamento de Capex de expansão e manutenção e intangível, numa distribuição trimestral de R$ 59 milhões no 4T23, R$ 33 milhões no 3T23, R$ 46 milhões no 2T23 e R$ 58 milhões no 1T23, esse aumento no último trimestre está relacionada a obra da unidade de Nova Lima. Nessa mesma rubrica de investimento, temos o pagamento de aquisições no valor de R$ 42 milhões, relativo, principalmente, ao pagamento da segunda parcela da compra do Mater Dei Premium. Ademais, houve a saída de R$ 12 milhões nas atividades de financiamentos e a geração de R$ 33 milhões em rendimentos de aplicações, líquidos de resgates.

ANEXO

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

Consolidado (Em reais mil)	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	227.302	246.414
Aplicação financeira	91.831	131.884
Contas a receber de clientes	798.581	609.347
Estoques	63.165	64.286
Instrumentos financeiros derivativos	1.054	-
Contas a receber de obra	38.143	35.769
Ativos de obras a executar	-	23.528
Outros ativos circulantes	38.097	48.920
Total do ativo circulante	**1.258.173**	**1.160.148**
Não Circulante		
Contas a receber de obra	305.142	279.841
Depósitos judiciais	48.138	56.071
IR e CSLL diferidos	58.127	69.551
Instrumentos financeiros derivativos	9.800	-
Investimentos	18.812	43.626
Direito de uso	753.232	719.828
Imobilizado	764.594	666.011
Intangível	1.853.209	1.844.301
Outros ativos não circulantes	102.224	93.787
Total do ativo não circulante	**3.913.278**	**3.773.016**
Total do ativo	**5.171.451**	**4.933.164**

PASSIVO

Consolidado (Em reais mil)	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Fornecedores	148.701	139.178
Empréstimos e financiamentos	52.205	52.973
Arrendamento mercantil	81.228	76.228
Salários e encargos sociais	74.904	70.504
Impostos e contribuições a recolher	37.288	27.316
Parcelamento de impostos	6.644	5.861
Contas a pagar aquisição de empresas	36.931	28.161
Dividendos a pagar	36.221	34.792
Outros passivos circulantes	11.453	8.420
Total do passivo circulante	**485.575**	**443.433**
Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	1.202.660	1.150.207
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.620
Arrendamento mercantil	762.274	701.049
Passivo de resgate de ações	422.171	378.586
Parcelamento de impostos	4.695	9.735
IR e CSLL Diferidos	99.715	84.867
Contas a pagar aquisição de empresas	174.778	196.865
Provisão para contingências	255.417	254.591
Outros passivos não circulantes	9.942	8.589
Total do passivo não circulante	**2.931.652**	**2.787.109**
Patrimônio líquido		
Capital Social	1.301.019	1.301.019
Reserva de capital	376.142	390.648
(-) Ações em tesouraria	(1.962)	(1.962)
Ajuste de avaliação patrimonial	(417.112)	(378.334)
Reservas de lucros	397.054	306.120
Total do patrimônio líquido	**1.655.141**	**1.617.491**
Participação dos acionistas não controladores	**99.083**	**85.131**
Total do patrimônio líquido	**1.754.224**	**1.702.622**
Total do passivo	**5.171.451**	**4.933.164**

DRE

Consolidado (Em reais mil)	4T23	4T22	3T23	2023	2022
Receita bruta	**633.820**	**567.834**	**644.426**	**2.482.873**	**1.977.229**
Convênios	594.508	528.681	596.143	2.314.041	1.839.190
Particulares	33.823	31.761	39.151	139.425	113.108
Outras receitas	5.489	7.392	9.132	29.407	24.931
Impostos, deduções e glosas	**(92.596)**	**(55.720)**	**(76.199)**	**(295.208)**	**(214.097)**
Receita liquida	**541.224**	**512.114**	**568.227**	**2.187.665**	**1.763.132**
Custo dos serviços prestados	**(378.481)**	**(339.796)**	**(382.742)**	**(1.475.816)**	**(1.139.945)**
Materiais e medicamentos	(132.620)	(121.599)	(135.431)	(528.486)	(426.534)
Pessoal	(103.440)	(97.782)	(108.681)	(409.441)	(318.703)
Prestação de serviços médicos	(66.713)	(52.511)	(67.526)	(252.300)	(171.596)
Manutenção e conservação	(23.799)	(20.090)	(22.259)	(87.706)	(61.571)
Depreciação e amortização	(20.746)	(25.701)	(20.591)	(82.432)	(74.328)
Outros custos	(31.163)	(22.114)	(28.254)	(115.451)	(87.213)
Lucro bruto	**162.743**	**172.318**	**185.485**	**711.849**	**623.187**
Despesas gerais e administrativas	**(75.996)**	**(77.399)**	**(76.235)**	**(296.288)**	**(269.092)**
Pessoal	(50.209)	(47.346)	(48.157)	(189.607)	(155.741)
Depreciação e amortização	(5.255)	(4.436)	(4.905)	(19.570)	(15.744)
Serviços de Terceiros	(15.339)	(15.075)	(15.580)	(60.587)	(65.121)
Outras despesas	(5.193)	(10.542)	(7.593)	(26.524)	(32.486)
Resultado de equivalência patrimonial	**616**	**(1.787)**	**17**	**2.655**	**(285)**
Outras receitas (despesas) operacionais	**(861)**	**(1.325)**	**(509)**	**5.393**	**(15.908)**
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	**86.502**	**91.807**	**108.758**	**423.609**	**337.902**
Receitas financeiras	18.720	16.147	14.382	59.459	90.426
Despesas financeiras	(63.615)	(71.040)	(70.260)	(274.275)	(242.494)
Resultado financeiro líquido	**(44.895)**	**(54.893)**	**(55.878)**	**(214.816)**	**(152.069)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**41.607**	**36.914**	**52.880**	**208.793**	**185.834**
Total IR e CSLL	**(13.115)**	**(19.223)**	**(17.649)**	**(67.546)**	**(63.147)**
Lucro líquido do período	**28.492**	**17.690**	**35.231**	**141.247**	**122.687**
IR/CS diferido (ágio de aquisições)	17.931	17.977	17.931	71.724	71.906
M&A	-	-	-	-	9.225
Pré-operacional Salvador	-	-	-	-	4.694
Lucro líquido ajustado do período	**46.423**	**35.667**	**53.162**	**212.971**	**208.512**
Lucro atribuído aos controladores	**25.801**	**13.974**	**28.548**	**119.654**	**103.505**
Lucro atribuído aos não controladores	**2.691**	**3.716**	**6.683**	**21.593**	**19.182**

(Em mil de reais)	4T23	4T22	3T23	2023	2022
EBIT	**86.502**	**91.807**	**108.758**	**423.609**	**337.902**
Depreciação e amortização	26.000	30.025	25.496	102.001	90.072
EBITDA	**112.502**	**121.832**	**134.254**	**525.610**	**427.974**
M&A	-	-	-	-	13.978
Pré-operacional Salvador	-	-	-	-	7.111
EBITDA Ajustado	**112.502**	**121.832**	**134.254**	**525.610**	**449.063**

FLUXO DE CAIXA

Consolidado (Em reais mil)	2023	2022
Fluxo de caixa provenientes das operações		
Lucro líquido do período	141.247	122.687
Ajustes para conciliar o superávit ao caixa líquido		
Depreciação e amortização	102.002	90.072
Perda na baixa do ativo imobilizado e intangível	2.126	6.801
Constituição (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	17.921	10.988
Constituição (reversão) de provisão para glosas	48.011	37.815
Constituição (reversão) de provisão para contingências	(834)	10.404
Provisão pagamento baseado em ações	11.704	11.704
Resultado de equivalência patrimonial	(2.655)	285
Resultado com derivativos	7.380	10.340
Rendimentos de aplicações financeiras	(31.073)	(70.607)
Despesas financeiras líquidas	222.968	226.663
Provisão para IR e CSLL corrente e diferido	21.773	26.668
	540.570	**483.820**
Variação nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(257.119)	(194.911)
Estoques	1.121	(18.131)
Outros ativos	14.259	(19.889)
Depósitos judiciais	6.531	(17.826)
Fornecedores	4.404	(3.777)
Salários e encargos sociais	4.375	16.248
Impostos e contribuições a recolher	44.991	51.355
Impostos parcelados	(6.005)	(6.141)
Outros passivos	(6.699)	(19.281)
	(194.142)	**(212.353)**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(35.092)	(31.458)
Juros pagos	(154.127)	(141.687)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**157.209**	**98.322**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(154.466)	(199.972)
Aquisição de intangíveis	(13.602)	(15.956)
Ativos e reembolsos de obras a executar	(28.287)	(130.255)
Aquisição de investimentos	388	23.868
Consolidação caixa inicial controlada	(41.785)	(640.181)
Aplicações financeiras realizadas, líquido de resgastes	73.084	218.041
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(164.668)**	**(744.455)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	82.484	106.201
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(29.344)	(118.478)
Pagamentos de arrendamentos	(31.870)	(28.045)
Liquidação de derivativos	(8.341)	(6.359)
Ações em tesouraria	-	(1.962)
Dividendos pagos	(24.582)	(59.010)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	**(11.653)**	**(107.653)**
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(19.112)**	**(753.786)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	246.414	1.000.200
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	227.302	246.414
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(19.112)**	**(753.786)**

GLOSSÁRIO E OUTRAS INFORMAÇÕES

Glossário

- **AoP:** Média do período (*Average of period*)
- **LTM:** Últimos 12 meses (*Last Twelve Months*)
- **Dívida líquida**: Endividamentos de curto e longo prazos, líquido do caixa, equivalentes de caixa e de aplicações financeiras. O termo "dívida líquida" é uma medida da Companhia e pode não ser comparável com termo similar adotado por outras companhias
- **IFRS 16**: A partir de 1º de janeiro de 2019, todas as empresas tiveram que se adaptar às novas regras do IFRS 16. Com essa nova norma, os arrendatários passaram a ter que reconhecer o ativo dos direitos sobre ativos arrendados e o passivo dos pagamentos futuros para contratos de arrendamento mercantil de médio ou longo prazo, inclusive os operacionais. O maior impacto que tivemos foi dos contratos de locação de imóveis das nossas unidades operacionais e administrativas
- **EBITDA**: O EBITDA é resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, e amortizações
- **Margem EBITDA**: A divisão do EBITDA pela receita líquida
- **EBIT**: O EBIT é resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro e das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras
- **SELIC**: é a taxa básica de juros da economia
- **CDI:** Certificado de Depósito Interbancário
- **IPCA**: Índice Nacional de preços ao Consumidor Amplo
- **Taxa de ocupação**: É o número de leitos efetivamente ocupados por pacientes por dia somados ao longo de um determinado período, dividido pelo número de leitos que estavam operacionais a cada dia somados durante o mesmo período

Sobre a Rede Mater Dei de Saúde

A Rede Mater Dei de Saúde é uma plataforma integrada na prestação de serviços hospitalares e oncológicos, sendo uma referência nacional em saúde e a maior rede hospitalar privada de Minas Gerais. A Companhia possui capacidade para aproximadamente 2.500 leitos hospitalares em suas 9 unidades localizadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte ("RMBH"), Salvador, Belém, Uberlândia, Goiânia e Feira de Santana.

A Rede Mater Dei possui excelência clínica reconhecida por pacientes, comunidade médica, operadoras de saúde, fornecedores e setores relevantes da sociedade, e tem como foco inovação e pioneirismo médico.

Relacionamento com os auditores independentes

Em consonância à determinação da Resolução CVM 162/22, informamos que nossa política de contratação de auditores independentes considera os melhores princípios de governança, que reservam a independência do auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos.

Para informações adicionais de Relações com Investidores, favor acessar o site: https://ri.materdei.com.br, ou enviar e-mail para: ri@materdei.com.br

Este material contém informações resumidas, sem intenção de serem completas e não devem ser consideradas por acionistas ou eventuais investidores como uma recomendação de investimento. Informações a respeito da Rede Mater Dei de Saúde, suas atividades, situação econômico-financeira e os riscos inerentes às suas atividades, podem ser obtidas na rede mundial de computadores, no site da Mater Dei (https://ri.materdei.com.br/).

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Notas	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	**202.280**	204.215	**227.302**	246.414
Aplicações financeiras	8	**81.787**	117.447	**91.831**	131.884
Contas a receber de clientes	9	**420.710**	334.185	**798.581**	609.347
Estoques	10	**32.601**	36.886	**63.165**	64.286
Instrumentos financeiros derivativos	6.2	**1.054**	-	**1.054**	-
Contas a receber de obra	11	**38.143**	35.769	**38.143**	35.769
Ativos de obras a executar		-	23.528	-	23.528
Outros ativos circulantes		**45.954**	44.813	**38.097**	48.920
Total do ativo circulante		**822.529**	796.843	**1.258.173**	1.160.148
Não Circulante					
Contas a receber de obra	11	**305.142**	279.841	**305.142**	279.841
Depósitos judiciais	20	**43.767**	52.214	**48.138**	56.071
IR e CSLL diferidos	26	-	29.844	**58.127**	69.551
Instrumentos financeiros derivativos	6.2	**9.800**	-	**9.800**	-
Investimentos	13	**1.990.450**	1.911.488	**18.812**	43.626
Direito de uso	12	**573.195**	541.459	**753.232**	719.828
Imobilizado	14	**397.306**	318.805	**764.594**	666.011
Intangível	15	**24.444**	18.426	**1.853.209**	1.844.301
Outros ativos não circulantes	20	-	-	**102.224**	93.787
Total do ativo não circulante		**3.344.104**	3.152.077	**3.913.278**	3.773.016
Total do Ativo		**4.166.633**	3.948.920	**5.171.451**	4.933.164

PASSIVO

	Notas	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante					
Fornecedores	16	**101.476**	89.882	**148.701**	139.178
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	**36.306**	35.530	**52.205**	52.973
Arrendamentos	12	**57.217**	54.267	**81.228**	76.228
Salários e encargos sociais		**40.851**	38.955	**74.904**	70.504
Impostos e contrib. a recolher		**10.627**	6.617	**37.288**	27.316
Parcelamento de impostos	18	**6.438**	5.599	**6.644**	5.861
Aquisição de empresas a pagar	19	-	-	**36.931**	28.161
Dividendos a pagar	21	**28.418**	24.582	**36.221**	34.792
Outros passivos circulantes		**8.662**	4.218	**11.453**	8.420
Total do passivo circulante		**289.995**	259.650	**485.575**	443.433
Não Circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	**1.136.774**	1.083.557	**1.202.660**	1.150.207
Instrumentos financeiros derivativos	6.2	-	2.620	-	2.620
Arrendamentos	12	**577.380**	522.914	**762.274**	701.049
Passivo de resgate de ações	13	**347.681**	311.989	**422.171**	378.586
Parcelamento de impostos	18	**3.893**	8.933	**4.695**	9.735
IR e CSLL Diferidos	26	**18.838**	-	**99.715**	84.867
Aquisição de empresas a pagar	19	-	-	**174.778**	196.865
Provisão para contingências	20	**130.396**	135.854	**255.417**	254.591
Outros passivos não circulantes		**6.535**	5.912	**9.942**	8.589
Total do passivo não circulante		**2.221.497**	2.071.779	**2.931.652**	2.787.109
Patrimônio líquido	21				
Capital social		**1.301.019**	1.301.019	**1.301.019**	1.301.019
Reserva de capital		**376.142**	390.648	**376.142**	390.648
Reservas de lucros		**397.054**	306.120	**397.054**	306.120
Ações em tesouraria		**(1.962)**	(1.962)	**(1.962)**	(1.962)
Ajuste de avaliação patrimonial		**(417.112)**	(378.334)	**(417.112)**	(378.334)
Patrimônio líquido acionista controlador		**1.655.141**	1.617.491	**1.655.141**	1.617.491
Participação dos acionistas não controladores		-	-	**99.083**	85.131
Total do patrimônio líquido		**1.655.141**	1.617.491	**1.754.224**	1.702.622
Total do passivo		**4.166.633**	3.948.920	**5.171.451**	4.933.164

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fluxo de caixa provenientes das operações				
Lucro líquido do exercício	**119.654**	103.505	**141.247**	122.687
Ajustes para conciliar o resultado do exercício ao caixa líquido				
Depreciação e amortização	**60.483**	51.238	**102.002**	90.072
Perda na baixa do ativo imobilizado e intangível	**2.435**	5.016	**2.126**	6.801
Constituição (reversão) de provisão para perda de clientes	**14.429**	9.552	**17.921**	10.988
Constituição (reversão) de provisão para glosas	**28.752**	29.008	**48.011**	37.815
Constituição (reversão) de provisão para contingências	**(4.182)**	9.423	**(834)**	10.404
Provisão do pagamento baseado em ações	**11.704**	11.704	**11.704**	11.704
Resultado de equivalência patrimonial	**(26.417)**	(38.025)	**(2.655)**	285
Resultado com derivativos	**7.380**	10.340	**7.380**	10.340
Rendimentos de aplicações financeiras	**(29.547)**	(68.591)	**(31.073)**	(70.607)
Outras receitas financeiras	**(22.352)**	-	**(25.963)**	-
Despesas financeiras	**193.102**	179.665	**248.931**	226.663
Provisão para IR e CSLL diferido	**44.002**	33.820	**21.773**	26.668
	399.443	336.655	**540.570**	483.820
Variação nos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber	**(131.740)**	(113.447)	**(257.119)**	(194.911)
Estoques	**4.285**	(11.950)	**1.121**	(18.131)
Outros ativos	**13.928**	(11.277)	**14.259**	(19.889)
Depósitos judiciais	**7.171**	(18.129)	**6.531**	(17.826)
Fornecedores	**16.861**	17.867	**4.404**	(3.777)
Salários e encargos sociais	**1.896**	15.770	**4.375**	16.248
Impostos e contribuições a recolher	**4.196**	4.803	**44.991**	51.355
Parcelamento de impostos	**(5.851)**	(6.036)	**(6.005)**	(6.141)
Outros passivos	**4.766**	(10.416)	**(6.699)**	(19.281)
	(84.488)	(132.815)	**(194.142)**	(212.353)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(186)**	(94)	**(35.092)**	(31.458)
Juros pagos	**(133.040)**	(133.629)	**(154.127)**	(141.687)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**181.729**	70.117	**157.209**	98.322
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	**(113.766)**	(166.328)	**(154.466)**	(199.972)
Aquisição de intangíveis	**(12.534)**	(13.909)	**(13.602)**	(15.956)
Ativos e reembolsos de obras a executar	**(28.287)**	(130.255)	**(28.287)**	(130.255)
Aporte de capital e AFAC em controladas e coligadas	**(101.188)**	(726.531)	-	-
Aquisição de controladas e coligadas	-	(1.719)	**(41.785)**	(640.181)
Caixa adquirido em combinação de negócios	-	-	**388**	23.868
Aplicações financeiras realizadas, líquido de resgastes	**65.207**	229.511	**73.084**	218.041
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(190.568)**	(809.231)	**(164.668)**	(744.455)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	**70.965**	52.686	**82.484**	106.201
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	**(15.576)**	(43.157)	**(29.344)**	(118.478)
Pagamentos de arrendamentos	**(15.562)**	(4.590)	**(31. 870)**	(28.045)
Liquidação de derivativos	**(8.341)**	(6.359)	**(8.341)**	(6.359)
Aumento de capital	-	-	-	-
Ações em tesouraria	-	(1.962)	-	(1.962)
Dividendos pagos	**(24.582)**	(34.418)	**(24.582)**	(59.010)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**6.904**	(37.800)	**(11.653)**	(107.653)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(1.935)**	(776.914)	**(19.112)**	(753.786)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**204.215**	981.129	**246.414**	1.000.200
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**202.280**	204.215	**227.302**	246.414
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(1.935)**	(776.914)	**(19.112)**	(753.786)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita de serviços hospitalares	22	**1.322.147**	1.051.758	**2.187.665**	1.763.132
Custo dos serviços prestados	23	**(833.267)**	(648.745)	**(1.475.816)**	(1.139.945)
Lucro bruto		**488.880**	403.013	**711.849**	623.187
Despesas gerais e administrativas	23	**(194.639)**	(180.338)	**(296.288)**	(269.092)
Resultado de equivalência patrimonial	13	**26.417**	38.025	**2.655**	(285)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	24	**5.716**	(16.404)	**5.393**	(15.908)
Despesas e receitas operacionais		**(162.506)**	(158.717)	**(288.240)**	(285.285)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		**326.374**	244.296	**423.609**	337.902
Receitas financeiras	25	**54.322**	86.952	**59.459**	90.426
Despesas financeiras	25	**(215.619)**	(193.030)	**(274.275)**	(242.494)
Resultado financeiro líquido		**(161.297)**	(106.078)	**(214.816)**	(152.069)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**165.077**	138.218	**208.793**	185.834
Imposto de renda e contribuição social	26	**(45.423)**	(34.713)	**(67.546)**	(63.147)
Lucro líquido do exercício		**119.654**	103.505	**141.247**	122.687
Lucro líquido atribuível aos:					
Acionistas controladores		**119.654**	103.505	**119.654**	103.505
Acionistas não controladores		-	-	**21.593**	19.182
		119.654	103.505	**141.247**	122.687
Lucro líquido por ação:					
Lucro básico por ação (em reais)		**0,31**	0,27	-	-
Lucro diluído por ação (em reais)		**0,30**	0,25	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	**119.654**	103.505	**141.247**	122.687
Hedge de fluxos de caixa	**12.513**	381	**12.513**	381
Imposto diferido - *Hedge* de fluxos de caixa	**(4.254)**	(129)	**(4.254)**	(129)
Total do resultado abrangente do exercício	**127.913**	103.757	**149.506**	122.939
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	**127.913**	103.757	**127.913**	103.757
Acionistas não controladores	-	-	**21.593**	19.182

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receitas				
Receita bruta de serviços hospitalares	**1.487.370**	1.180.133	**2.482.873**	1.977.229
Deduções da receita	**(69.015)**	(52.105)	**(141.100)**	(90.659)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(14.429)**	(18.592)	**(17.921)**	(22.342)
Outras receitas/Outras despesas	**3.249**	6.426	**6.939**	10.918
	1.407.175	1.115.862	**2.330.791**	1.875.146
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos serviços prestados	**(514.478)**	(416.600)	**(893.061)**	(720.200)
Serviços de terceiros, energia e outros	**(90.017)**	(65.302)	**(160.996)**	(115.037)
Valor adicionado bruto	**802.680**	633.960	**1.276.734**	1.039.909
Outras receitas/despesas operacionais	**16.896**	(4.238)	**16.375**	(6.258)
Depreciação e amortização	**(60.483)**	(51.238)	**(102.002)**	(90.072)
Valor adicionado líquido produzido	**759.093**	578.484	**1.191.107**	943.579
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalencia patrimonial	**26.417**	38.025	**2.655**	(285)
Receitas financeiras	**54.322**	86.952	**59.459**	90.426
Valor adicionado total a distribuir	**839.832**	703.461	**1.253.221**	1.033.720
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Salários e ordenados	**234.719**	200.064	**393.738**	318.508
Encargos sociais	**17.021**	12.438	**29.269**	20.931
Férias e 13º salário e encargos	**46.363**	33.300	**83.941**	63.179
	298.103	245.802	**506.948**	402.618
Impostos, taxas e contribuições				
INSS	**53.867**	42.901	**92.100**	71.826
Federais	**100.560**	78.290	**158.660**	133.692
Estaduais/Municipais	**41.071**	32.693	**62.994**	51.109
	195.498	153.885	**313.754**	256.627
Remuneração de capitais de terceiros				
Aluguéis	**10.968**	7.239	**17.007**	9.272
Juros e variações cambiais	**215.619**	193.030	**274.275**	242.494
	226.587	200.269	**291.282**	251.766
Remuneração de capital próprio				
Dividendos	**28.418**	24.582	**28.418**	24.914
Lucros retidos do exercício	**91.226**	78.923	**112.819**	97.795
	119.644	103.505	**141.237**	122.709
Valor adicionado distribuído	**839.832**	703.461	**1.253.221**	1.033.720

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Capital social		Reserva de capital			Reserva de lucros								
	Integralizado	Gastos com emissão de ações	Reserva de ágio	Pagamento baseado em ações	Reserva especial de ágio Reflexo	Reserva legal	Reserva para reinvestimento	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	Particip. dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
Em 31 de dezembro de 2021	1.355.182	(54.163)	370.382	8.562	-	31.603	51.758	156.364	-	-	(279.962)	1.639.726	43.439	1.683.165
Valor justo do passivo de resgate (Nota 13)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(98.624)	(98.624)	-	(98.624)
Plano de opção de ações	-	-	-	11.704	-	-	-	-	-	-	-	11.704	-	11.704
Transações com acionistas não controladores (Nota 12)	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.528)	-	-	(12.528)	-	(12.528)
Compra de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.962)	-	(1.962)	-	(1.962)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	103.505	-	-	103.505	19.182	122.687
Outros resultados abrangentes														
Hedges de fluxo de caixa, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	252	252	-	252
Constituição de reservas de lucros	-	-	-	-	-	5.175	-	61.220	(66.395)	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.582)	-	-	(24.582)	-	(24.582)
Particip. dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.510	22.510
Em 31 de dezembro de 2022	1.355.182	(54.163)	370.382	20.266	-	36.778	51.758	217.584	-	(1.962)	(378.334)	1.617.491	85.131	1.702.622
Valor justo do passivo de resgate (Nota 13)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**(43.585)**	**(43.585)**	-	**(43.585)**
Plano de opção de ações	-	-	-	**11.704**	-	-	-	-	-	-	-	**11.704**	-	**11.704**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	**119.654**	-	-	**119.654**	**21.593**	**141.247**
Constituição de reservas de lucros	-	-	-	-	-	**5.983**	-	**85.253**	**(91.236)**	-	-	-	-	-
Destinação do lucro do exercício anterior	-	-	-	-	-	-	**61.220**	**(61.220)**	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	**(28.418)**	-	-	**(28.418)**	-	**(28.418)**
Efeito da incorporação reversa d a A3Data (Nota 3)	-	-	-	-	**(26.210)**	-	-	-	-	-	-	**(26.210)**	-	**(26.210)**
Hedges de fluxo de caixa, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**8.259**	**8.259**	-	**8.259**
Particip. dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	**(302)**	-	-	**(3.452)**	**(3.754)**	**(7.641)**	**(11.395)**
Em 31 de dezembro de 2023	**1.355.182**	**(54.163)**	**370.382**	**31.970**	**(26.210)**	**42.761**	**112.978**	**241.315**	-	**(1.962)**	**(417.112)**	**1.655.141**	**99.083**	**1.754.224**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

1.1 Contexto operacional

O Hospital Mater Dei S.A. ("Mater Dei" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, listada no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código "MATD3", com sede social na cidade de Belo Horizonte no Estado de Minas Gerais. O Mater Dei foi fundado em 1980, possuindo mais de 40 anos de experiência no setor de assistência médica e construiu uma posição sólida no mercado em que atua, consolidando a sua reconhecida marca, "Mater Dei", e tornando seu nome uma referência da mais alta qualidade.

A Companhia e suas controladas ("Grupo" ou "Rede Mater Dei") operam nove hospitais no total e possuem capacidade de cerca de 2.500 leitos hospitalares em suas unidades localizadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte ("RMBH") e nas cidades de Uberlândia, Belém, Goiânia, Salvador e Feira de Santana.

A sua primeira unidade hospitalar, em Belo Horizonte, foi inaugurada em 1980. Em 2000, o Mater Dei inaugurou o Bloco II da Unidade Santo Agostinho. 14 anos depois foi inaugurada a segunda unidade, também em Belo Horizonte, o Mater Dei Contorno e em 2019 foi inaugurada a unidade em Betim-Contagem. A partir de então a Companhia, pensando em uma expansão para além da RMBH iniciou a construção em Salvador/BA da sua primeira unidade fora do estado de Minas Gerais, que inaugurou em 2022. . Em 2021 a Companhia realizou seu IPO, possibilitando dar segmento à sua estratégia de expansão, principalmente através de aquisições. Desde então foram 5 aquisições de unidades hospitalares nos estados de Minas Gerais, Bahia, Pará e Goiás aumentando em mais de 2 vezes o número de leitos disponíveis.

Além das unidades hospitalares, a Companhia detém participação na A3Data Consultoria S.A., uma empresa especializada em dados e inteligência artificial, com foco na transformação cultural e analítica de empresas. Com métodos próprios consolidados e visão de negócio, seus projetos geram grande impacto nas organizações, líderes em seus segmentos, voltados para o aumento da receita, redução de custos e melhora na satisfação dos clientes.

Os dados operacionais quantitativos citados nessa Nota não foram escopo de revisão dos auditores independentes.

1.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia considerou as orientações emanadas da orientação técnica OCPC 07 na preparação destas informações contábeis. Assim, todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras anuais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 4.

(a) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

1.3 Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2024.

2. Aquisições de empresas

2.1. Aquisição de empresas ocorridas em 2022

Empresa adquirida	Hospital Santa Genoveva Ltda (a)	CDI (b)	Cardio (c)	Hospital Premium (d)	Hospital EMEC (e)	Hospita Santa Clara (f)
Data da aquisição	18.02.2022	01.03.2022	01.03.2022	03.03.2022	18.04.2022	01.09.2022
Participação adquirida	94,82%	100,00%	100,00%	95,50%	98,07%	75,00%
Contraprestação:						
Pagamento à vista	162.314	75.100	1.500	94.332	188.085	152.292
Pagamento à prazo (valor presente)	4.307	1.849	-	147.790	19.330	26.700
Total da contraprestação	166.621	76.949	1.500	242.122	207.415	178.992
Ativos adquiridos a valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	972	1.077	85	57.305	10.804	10.149
Contas a receber de clientes	20.575	473	8	2.357	28.855	17.698
Estoques	2.262	144	2	2.569	3.204	2.600
Outros ativos circulantes	1.770	29	-	68	992	1.474
Depósitos judiciais	351	-	-	14	161	427
Outros ativos não circulantes	16.695	-	-	-	-	1.533
Investimentos	513	-	-	-	-	-
Direito de uso	5.411	-	-	-	750	-
Imobilizado	63.721	14.864	504	62.036	60.427	75.973
Intangível	28.834	2.345	-	30.041	18.253	17.949
	141.104	18.932	599	154.390	123.446	127.803
Passivos assumidos a valor justo						
Fornecedores	18.354	242	3	2.752	6.003	4.778
Empréstimos e financiamentos	57.334	4.247	-	54.192	-	4.926
Arrendamento mercantil	5.411	-	-	-	896	-
Salários e encargos sociais	5.264	579	5	1.397	2.131	7.676
Provisão para contingências	19.639	-	-	5.392	12.137	19.941
Impostos e contribuições a recolher	1.849	82	-	725	468	5.165
Passivo diferido de mais valia	15.223	3.132	-	16.462	12.089	13.440
Outros passivos	968	6	7	1.246	2.522	80
	124.042	8.288	15	82.166	36.246	56.006
Valor líquido dos ativos adquiridos e passivos assumidos a valor justo	17.062	10.644	584	72.224	87.200	71.797
Participação de acionistas não controladores	(884)	-	-	(3.250)	(1.683)	(17.949)
Ativo de indenização a favor da Companhia, líquido de impostos diferidos (i)	12.290	-	-	3.399	7.856	9.871
Ágio inicial pago	138.153	66.305	916	169.749	114.042	115.273
Total da contraprestação	166.621	76.949	1.500	242.122	207.415	178.992
Mais (menos) valias identificadas:						
Imobilizado	26.791	7.108	-	23.769	28.201	38.022
Marcas	28.204	2.104	-	30.041	18.104	17.923
Contingências	(10.222)	-	-	(5.392)	(10.748)	(16.416)
	44.773	9.212	-	48.418	35.557	39.529

(i) Os ativos de indenização foram registrados na rubrica "Outros ativos não circulantes".

A Companhia contratou especialistas para avaliação e mensuração dos ativos líquidos das adquiridas a valores justos na data da transação.

Todas as contraprestações estão registradas na rubrica "Aquisição de empresas a pagar".

(a) Hospital Santa Genoveva Ltda. ("HSG")

No dia 18 de fevereiro de 2022, a Companhia concluiu a aquisição de 94,82% do capital social do HSG, situado em Uberlândia – Minas Gerais, através da subsidiária RMDS Participações S.A. ("RMDS"). O valor total da contraprestação foi no montante R$ 166.621, sendo R$ 162.314 à vista e o restante a ser pago no dia 18 de março de 2024, corrigido pelo IPCA.

Aquisições adicionais de não controladores: Após a aquisição, a RMDS adquiriu, ainda em 2022, parcelas adicionais que somam 1,59% de acionistas não controladores no HSG pelo valor de R$ 3.305, equivalente a 5 quotas. Em 29 de março de 2023, a RMDS adquiriu 7 quotas adicionais somando 2,79% de acionistas não controladores pelo valor de R$ 4.576. O valor foi totalmente quitado na mesma data. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2023, a RMDS possuía 99,2% do capital social do Santa Genoveva.

(b) Centro Tomografia Computadorizada Uberlândia Ltda. ("CDI")

No dia 1 de março de 2022, a Companhia adquiriu 100% do capital social do CDI, situado em Uberlândia – Minas Gerais, através do HSG. O valor da contraprestação foi no montante R$ 76.949, sendo R$ 73.000 à vista e R$ 2.000 a ser pago em duas parcelas iguais de R$ 1.000, corrigidas pelo IPCA, com vencimentos em 31 de março de 2023 e 2024. O valor da contraprestação foi ajustado pela variação dos valores de capital do giro e endividamento do CDI, ocorrida entre a data de assinatura do compromisso de compra e venda e a data efetiva do fechamento, gerando um valor adicional a pagar de R$ 2.100, o qual foi liquidado em 10 de agosto de 2022. O valor pago em 31 de março de 2023 foi de R$ 780 devido a compensações de contingências previstas em contrato.

(c) Clínica de Diagnóstico Cardiovasculares de Uberlândia Ltda. ("Cardio")

No dia 23 de fevereiro de 2022, a Companhia concluiu a aquisição de 100% do capital social da Clínica de Diagnóstico Cardiovasculares de Uberlândia Ltda., situado em Uberlândia – Minas Gerais, através do HSG. O valor da contraprestação foi no montante R$ 1.500 e foi pago à vista.

(d) Instituto de Cirurgia Plástica e Oftalmologia Ltda. ("Premium")

No dia 3 de março de 2022, a Companhia concluiu a aquisição de 95,50% do capital social do Instituto de Cirurgia Plástica e Oftalmologia Ltda, situado em Goiânia – Goiás, através da subsidiária RMDS. O valor da contraprestação foi no montante R$242.122, o qual compreende valor à vista de R$ 94.332 e a prazo no total de R$ 147.790, considerando a parcela adicional ("Parcela earn-out") mensurada no valor de R$ 20.715 na data de aquisição. A forma de pagamento está descrita abaixo. O valor da contraprestação foi ajustado pela variação dos valores de capital do giro e endividamento do Premium, ocorrida entre a data de assinatura do compromisso de compra e venda e a data efetiva do fechamento, gerando um valor a receber dos vendedores de R$ 1.328. O valor foi abatido das parcelas a pagar referentes à aquisição. O valor a prazo, correspondente a quatro parcelas anuais iguais no valor de R$ 23.875 e uma parcela final no valor de R$ 47.750, conforme detalhado abaixo. A primeira parcela foi quitada no dia 03 de março de 2023 no valor de R$ 24.145 e a segunda parcela no dia 04 de março de 2024 no valor de R$ 25.481. As parcelas são corrigidas pelo IPCA. A Companhia na data da aquisição, mensurou o contas a pagar pelo valor justo aplicando a taxa do CDI a valor presente.

Parcela	Vencimento	Valor Nominal	Valor Presente
1ª	03/03/2023	23.875	22.530
2ª	03/03/2024	23.875	21.604
3ª	03/03/2025	23.875	20.773
4º	03/03/2026	23.875	19.997
Parcela final	03/03/2027	47.750	38.498
		143.250	123.402
Retenção (i)		5.000	5.000
Parcela earn out (ii)	15/03/2027	24.417	20.715
Total		172.667	149.117

(i) Refere-se ao valor retido até a data de liquidação e baixa das hipotecas gravadas no imóvel do Premium, pelo montante líquido de eventuais despesas e tributos incidentes. (ii) Parcela adicional mensurada com base nas projeções de resultado do Hospital Premium, estimada em R$ 20.715 na data da aquisição.

Os vendedores poderão fazer jus à uma parcela adicional, equivalente ao earn-out, após o final do quinto ano fiscal completo posterior à Data de Fechamento, a ser liquidada em até 15 (quinze) dias úteis após a divulgação dos resultados da Premium pelo Companhia, caso este seja positivo menos a parcela final. O montante da parcela Earn-out será calculado com base em fórmula aplicada sobre o EBITDA gerado no quinto ano pelo Premium. Parcela earn out mensurada com base nas projeções de resultado do Hospital Premium, foi estimada em R$ 20.715 na data da aquisição. Em 31 de dezembro de 2023, o valor atualizado é de R$ 29.781.

Aquisições adicionais de não controladores: No dia 30 de maio de 2022, a RMDS adquiriu parcela adicional de 3% do capital social do Premium de um acionista não controlador. Assim, a RMDS passou a deter um percentual de 98,5% do capital social do Premium em 31 de dezembro de 2022. O valor da contraprestação foi de R$ 7.500 dos quais o valor de R$ 1.000 foi pago à vista. As demais parcelas serão pagas da seguinte forma: oito parcelas mensais no valor de R$ 231, totalizando R$ 1.850 que foram totalmente liquidadas, sendo a última parcela paga no dia 07 de fevereiro de 2023; quatro parcelas anuais intermediárias no valor de R$ 750, somando o valor de R$ 3.000, sendo a primeira paga no dia no dia 03 de março de 2023 e a segunda no dia 04 de março de 2024; uma parcela final de R$ 1.500. Além disso, foi retido o valor de R$ 150 até a liquidação e baixa das hipotecas gravadas do hospital, pelo montante líquido de eventuais despesas e tributos incidente na desoneração, no qual foi liquidado no dia 09 de março de 2023.

(e) EMEC Empreendimentos Médicos Cirúrgicos Ltda. ("EMEC")

No dia 18 de abril de 2022, a Companhia adquiriu 98,07% do capital social do EMEC, situado em Feira de Santana – Bahia, através da subsidiária RMDS. O valor da contraprestação foi no montante R$ 207.415, com pagamento à vista no valor de R$ 182.600. O valor da contraprestação foi ajustado pela variação dos valores de capital do giro e endividamento do EMEC, ocorrida entre a data de assinatura do compromisso de compra e venda e a data efetiva do fechamento, gerando um valor a pagar adicional de R$ 5.485, o qual foi pago em 12 de setembro de 2022. A parcela a prazo está condicionada às garantias de contingências e será paga de acordo com o fechamento dos processos.

Aquisições adicionais de não controladores: No dia de 22 de julho de 2022, a RMDS adquiriu parcela adicional de 0,24% do capital social do EMEC equivalente a 107.900 quotas. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia passou a deter 98,31% do capital social do EMEC. A aquisição adicional foi no valor de R$ 447.

(f) Hospital e Maternidade Santa Clara S.A. ("HSC")

No dia 1 de setembro de 2022, a Companhia adquiriu 75% do capital social do HSC, situado em Uberlândia – Minas Gerais, através da subsidiária RMDS. O valor da contraprestação foi no montante R$ 178.650, sendo R$ 151.950 pago à vista e R$ 26.700 à prazo a ser pago. O valor da contraprestação foi ajustado pela variação dos valores de capital do giro e endividamento, ocorrida entre a data de assinatura do compromisso de compra e venda e a data efetiva do fechamento, gerando um valor adicional a pagar de R$ 365, o qual foi liquidado em março de 2023.

Participação dos acionistas não controladores do HSC e opção de venda e compra das ações: Conforme descrito na Nota 11, a Companhia e os acionistas do HSC celebraram um contrato no qual, durante o prazo de exercício da opção de venda das ações restantes do Hospital Santa Clara ou na ocorrência de alguma hipótese de antecipação da opção de venda, os acionistas médicos terão o direito de vender a totalidade, e não menos do que a totalidade, das ações de sua propriedade para o Mater Dei. A opção de venda poderá ser exercida pelos acionistas médicos nos seguintes períodos:

- Durante o período compreendido entre 01 de agosto de 2025 e 31 de agosto de 2025;
- Durante o período compreendido entre 16 de fevereiro de 2026 e 31 de março de 2026.

Sendo assim, a partir de 1 de abril de 2026, o Mater Dei terá o direito de exercer sua opção de compra. Caso o Mater Dei exerça a opção de compra, os acionistas médicos ficarão obrigados a vender, e o Mater Dei ficará obrigado a comprar, a totalidade das ações da opção de compra.

O preço das ações das opções serão estipuladas da seguinte forma, tanto para a opção de compra quanto pela opção de venda:

$$Preço\ das\ Ações\ das\ Opções = [(ROB\ LTM\ x\ 1{,}7) - Endividamento\ Líquido] * Percentual\ Opção$$

Em que:

(i) ROB LTM: refere-se a receita operacional bruta, excluindo receitas não operacionais, apurada nos últimos 12 (doze) meses completos anteriores à data do evento, conforme registros contábeis do Hospital Santa Clara e de acordo com as normas contábeis aplicáveis; (ii) Endividamento Líquido: refere-se ao valor do endividamento subtraído os valores de caixa; (iii) Percentual Opção: refere-se ao percentual representativo das ações da opção no capital social, dividido pelo número total de ações do Hospital Santa Clara.

O valor justo inicial do passivo de resgate dessas ações, reconhecido na data da transação, foi de R$ 64.157.

2.2. Aquisição de empresas ocorridas em 2023

Na celebração do contrato de compra e venda da Centro Saúde Norte ("CSN"), adquirido pela Companhia em outubro de 2021, foi determinado a aquisição, a ser realizada pela CSN, de quotas representativas da totalidade do capital social da sociedade Porto Dias Saúde Ltda. Assim, após a aprovação da ANS, no dia 24 de julho de 2023, houve a aquisição de 100% do Porto Dias Saúde Ltda.. O valor referente a aquisição foi de R$ 3.700, cujo pagamento foi efetuado pela CSN no dia 02 de agosto de 2023. A Porto Dias Saúde, situada em Belém/PA, é uma operadora de plano de saúde criada principalmente para atender os colaboradores do Grupo Porto Dias. Atualmente, possui aproximadamente 1.400 beneficiários entre eles colaboradores e clientes externos.

	24 de julho de 2023
Percentual adquirido	100%
Valor total da contraprestação	3.700
Valor líquido dos ativos adquiridos e passivos assumidos a valor justo originalmente apurados	1.367
Ágio apurado ajustado	**2.333**
Mais valia sobre carteira de clientes	624

A Companhia contratou especialistas para avaliação e mensuração dos ativos líquidos das adquiridas a valores justos na data da transação.

3. Cisão parcial da RMDS e incorporação reversa da A3Data

No dia 31 de maio de 2023 foi realizada a cisão parcial da RMDS seguida pela incorporação do acervo líquido pela A3 Data mediante incorporação reversa, na qual a A3Data incorporou o próprio investimento da RMDS, o ágio e mais valia apurados na data da aquisição. O laudo da cisão foi realizado por consultoria independente pelo método de avaliação a valor contábil, baseado no balancete elaborado em 30 de abril de 2023. O valor dos ativos cindidos foi mensurado em R$41.059. Apresentamos a seguir o detalhe dos ativos:

	Valor cindido e incorporado em 31/05/2023
Participação em A3 Data Consultoria S.A.	9.657
Carteira de clientes	1.881
(-) Imposto de renda diferido	(639)
Carteira de clientes líquida dos efeitos fiscais	1.242
Ágio em participações	30.160
Total	**41.059**

Com a cisão parcial da RMDS, as ações da A3Data pertencentes a RMDS foram transferidas para a Companhia. Logo, a Companhia passou a deter investimento direto na A3Data correspondente a 50,1% de participação no capital social. A A3Data, em atendimento à instrução normativa CVM nº 78 de 2022, realizou a provisão do ágio na reserva de ágio e reconheceu o ativo fiscal diferido correspondente a 34% do valor ágio, resultante da diferença temporária pelo aproveitamento fiscal futuro do ágio e da mais valia. Esta operação resultou em uma provisão integral no montante de R$31.347 registrado em reserva especial de ágio, correspondente à participação da RMDS na A3Data. A A3Data reconheceu o ativo fiscal diferido de R$10.254, perfazendo uma provisão líquida no valor de R$ 21.093. Adicionalmente, a Companhia registrou o valor de R$ 5.117 referente à participação de minoritários em tal benefício fiscal. O efeito líquido, da transação de cisão e incorporação acima descritos, contabilizado no patrimônio líquido da Companhia em reserva de ágio especial reflexo foi no valor de R$ 26.210.

4. Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

4.1. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional e de apresentação da Rede Mater Dei.

(b) Transações e saldos - As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais estão relacionados com ativos e passivos financeiros apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

4.2. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantinha participação nas seguintes controladas, diretas, indiretas e empreendimento controlado em conjunto:

Investidas diretas	Influência	31/12/2023 % Participação	31/12/2022 % Participação
RMDS Participações S.A. ("RMDS")	Controlada	100%	100%
Centro Saúde Norte S.A. ("CSN")	Controlada	70%	70%
RMDSSG Participações S.A. ("RMDSSG")	Controlada	100%	100%
GPDMater Participações Ltda. ("GPDMater")	Controle conjunto	70%	70%
A3Data Consultoria S.A. ("A3Data")	Controle conjunto	50,1%	-

Investidas indiretas	Influência	31/12/2023 % Participação	31/12/2022 % Participação
Hospital Porto Dias Ltda. ("HPD") (i)	Controlada	**70%**	70%
Porto Dias Diagnóstico Ltda. ("PDD") (i)	Controlada	**70%**	70%
Medical Comercial Ltda. ("Medical") (i)	Controlada	**70%**	70%
Medicina Desportiva e Diagnóstico por Imagem Ltda. ("Medicina") (i)	Controlada	**70%**	70%
Porto Dias Saúde Ltda. ("PDS") (i)	Controlada	**70%**	-
Hospital Santa Genoveva Ltda. ("HSG")	Controlada	**99,2%**	96,41%
Centro de Tomografia Computadoriza de Uberlândia Ltda. ("CDI")	Controlada	**100%**	100%
Clínica de Diagnóstico Cardiovasculares de Uberlândia Ltda. ("Cardio")	Controlada	**100%**	100%
Instituto de Cirurgia Plástica e Oftalmologia Ltda. ("Premium")	Controlada	**98,50%**	98,50%
EMEC Empreendimentos Médico Cirúrgicos Ltda. ("EMEC")	Controlada	**98,34%**	98,34%
Hospital e Maternidade Santa Clara Ltda. ("HSC")	Controlada	**75%**	75%
Serviço Hospitalar de Oxigenoterapia Hiperbárica Santa Genoveva Ltda. ("Hiperbárica")	Controle conjunto	**50%**	50%
Centru - Centro de Tratamento Urológico Ltda. ("Centru")	Controle conjunto	**50%**	50%
A3Data Consultoria S.A. ("A3Data")	Controle conjunto	-	50,1%

(i) HPD, PDD, Medical, Medicina e PDS são controladas integrais (100%) da CSN. Portanto, o percentual de participação indicado no quadro reflete a participação correspondente da Companhia através da participação de 70% na CSN.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Mater Dei detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos (inclusive os contingentes) assumidos na aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, não reconhecendo a parcela proporcional da participação minoritária no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

O ágio resultante de uma combinação de negócios, classificados como de vida útil indefinida, é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Conforme orientação do ICPC 09 (R1), o ágio e o saldo de mais valia foram classificado no grupo de "Investimentos", no balanço individual e no consolidado é reclassificado para o grupo de "Intangível".

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Mater Dei.

(b) Transações com participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários

MaterDei Rede de Saúde

MaterDei Rede de Saúde

Tudo pra você ficar bem.
materdei.com.br

de ativos do Mater Dei. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido.

(c) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

(d) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (joint operations) ou empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por impairment acumulada.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

4.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

4.4. Ativos financeiros

4.4.1. **Classificação**

A Rede Mater Dei classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

• Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
• Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes.

4.4.2 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Rede Mater Dei tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

4.4.3. Mensuração

No reconhecimento inicial, a Rede Mater Dei mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

4.4.4. Impairment

A Rede Mater Dei avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Rede Mater Dei aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

4.4.5. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

4.5. Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo.

4.6. Atividades de hedge

No início de um relacionamento de hedge, a Companhia, formalmente, designa e documenta a relação de hedge a qual deseja aplicar a contabilidade de hedge e o objeto e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o hedge. As movimentações nos valores de hedge referente ao valor de mercado, líquido dos efeitos de IR e CSLL diferidos, são classificados na conta "Outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido.

4.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades. A Companhia e suas controladas mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo valor amortizado, deduzidas das provisões para perda de liquidação duvidosa e provisão de glosas.

(a) Glosas

A Rede Mater Dei está exposta a perdas devido às glosas de contas a receber. As glosas consistem em perdas de transações decorrentes de companhias operadoras, seguradoras, autarquias, autogestões e administradoras de planos de saúde, que questionam as contas alegando não serem devidas, parcial ou totalmente. As provisões para essas perdas representam a estimativa de perdas futuras com base na experiência histórica.

Historicamente, as perdas reais têm sido consistentes com as provisões estimadas. No entanto, futuras mudanças adversas em relação ao histórico de glosas podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

4.8. Estoques

Os estoques são compostos por materiais hospitalares e medicamentos e avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. Dada a natureza dos estoques, a Administração efetua a baixa dos itens vencidos ou obsoletos.

4.9. Ativos intangíveis

(a) Licença de uso de *software*

As licenças de uso de *software* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada das licenças de uso de *software* de um a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de licença de uso de *software* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de licença de uso de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Rede Mater Dei, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados ao desenvolvimento, implantação e aprimoramento de *softwares*. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*, caso aplicável.

4.10. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, caso aplicável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, em 31 de dezembro de 2023, como segue:

	Anos
Imóveis	25
Benfeitorias em imóveis	25
Equipamentos e aparelhos hospitalares	10
Móveis, utensílios e informática	5 a 10
Outros	5 a 22

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 4.11).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

4.11. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

4.12. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante, na rubrica de "outros passivos não circulantes".

As contas a pagar circulante e não circulante são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

4.13. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

4.14. Provisões para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.15. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia e suas controladas, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

4.16. Reconhecimento da receita

(a) Receita de prestação de serviços

O pronunciamento CPC 48 – Receita de Contrato com o Cliente estabelece um novo modelo de cinco etapas para a contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. As receitas da Rede Mater Dei decorrem da prestação de serviços hospitalares, inclusive do uso de medicamentos e materiais hospitalares. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Rede Mater Dei e quando possa ser mensurada de forma confiável, ou seja, no momento da prestação dos serviços médicos.

A receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito, em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. As receitas de contratos com clientes são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzidas de abatimentos, descontos, impostos e encargos correspondentes e provisão para glosas (componente variável), somado ao fato de que o controle e todos os direitos e benefícios decorrentes da prestação de serviços da Rede Mater Dei fluem para o cliente no momento da prestação dos serviços hospitalares.

A Rede Mater Dei avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como intermediário ou principal e, concluiu que atua como principal em todos os seus contratos de receita, porque normalmente controla os produtos ou serviços antes de transferi-los para o cliente.

(b) Componentes de financiamento

A Rede Mater Dei não prevê ter contratos nos quais haja um período longo entre a transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente e o pagamento por parte do último. Como consequência, a Rede Mater Dei não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos (perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva e reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a provisão para perdas).

4.17. Arrendamentos

(a) Arrendamentos a pagar e direito de uso

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que os critérios apresentem as características que estão no alcance da isenção da norma (Nota 12).

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Rede Mater Dei. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é amortizado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

A Rede Materdei está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é remensurado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

(b) Arrendamentos a receber

A receita com arrendamentos operacionais, quando a Rede Mater Dei atua como arrendador, é reconhecida pelo método linear como receita durante o período do arrendamento. Os custos diretos iniciais incorridos na obtenção de um arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil do ativo subjacente e reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento, na mesma base que a receita de arrendamento.

4.18. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

4.19. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As normas indicadas abaixo entraram em vigor em 2023. A companhia avaliou a adoção e informa que não teve impacto nas DFs. (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

• **Definição de Estimativas Contábeis -** As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

• **Divulgação de Políticas Contábeis -** As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientações e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações impactam as divulgações de políticas contábeis mas não a mensuração, o reconhecimento ou a apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia.

• **Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação -** Alterações ao IAS 12 As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

4.20. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

• **Alterações ao IFRS 16:** Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento) Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. Analisamos as alterações e concluímos que não houve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

• **Alterações ao IAS 1:** Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao o CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

• **Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 -** Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram após 1 de janeiro de 2024. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

5.1.Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Perda (*impairment*) de ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Administração aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

Adicionalmente, a Administração avalia continuamente a recuperabilidade dos ativos de indenização relativos a passivos assumidos em combinações de negócios. Parte substancial desses valores estão amparados por garantias através da retenção de parcelas do preço de aquisição ou por valores a pagar à parte indenizadora que poderão eventualmente ser compensados com as indenizações a receber. Para as parcelas não garantidas, a Administração avalia continuamente a qualidade do crédito em relação a essas contrapartes e considerando que são pulverizados, estima que não incorrerá em perdas substanciais na realização dos mesmos.

(b) Glosas de contas a receber

Os saldos de contas a receber contêm componente variável relacionado às glosas, que decorrem de questionamentos por parte de clientes em relação às contas hospitalares, alegando não serem devidas, parcial ou totalmente. As provisões de glosas são reconhecidas com base na experiência histórica, o que envolve o exercício de certo grau de julgamento para estabelecer o prazo após o qual as tratativas de negociação tornam a recuperação das glosas improvável.

(c) Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos judiciais e administrativos, bem como possui outros riscos contingentes. As provisões constituídas representam perdas prováveis com base na avaliação da probabilidade de perda realizada pela Administração, a qual inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião de seus consultores jurídicos externos. O desfecho desses processos poderá divergir dos prognósticos esperados considerados pela Administração.

(d) Taxa incremental do arrendamento

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A taxa incremental sobre o arrendamento é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental do arrendamento.

(e) Valor justo do passivo de resgate

Conforme descrito na Nota 12, a Companhia é parte em contrato de opções de compra e venda com os acionistas não controladores da Centro Saúde Norte S.A.. A estimativa do valor justo dos contratos envolveu um elevado grau de julgamento em função da necessidade de se estimar o resultados futuros tais como receita e EBITDA, bem como, as projeções do fluxo de caixa, valor da ação, múltiplos de EBITDA, taxas de crescimento e a taxa de desconto. A Companhia também é parte de um contrato de opção de compra e venda com os acionistas não controladores do HSC. O valor justo deste contrato envolve estimativas de receitas futuras deste hospital, além de decisão de vários donos destas opções.

(f) Valor justo do contas a pagar de aquisição de empresas

A Companhia realizou o julgamento de valor justo no reconhecimento inicial das obrigações a pagar de aquisições de empresas para as taxas contratadas inferiores ao praticado no mercado. A mensuração se baseou no fluxo de caixa das obrigações, utilizando taxas observáveis no mercado para trazer a valor presente.

(g) Valor justo do hedge accounting

A Companhia utiliza instrumentos financeiros, como contratos de SWAP de taxa de juros, para se proteger contra riscos da oscilação das taxas de juros. Esses instrumentos derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, remensurados ao valor justo.

Os derivativos são registrados no ativo quando o valor justo é positivo e no passivo quando negativo. Para fins de contabilização de um *hedge*, os instrumentos de proteção são classificados como:

(i) *Hedge* de valor justo, quando destinados à proteção da exposição a alteração no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou de um compromisso firme;

(ii) *Hedge* de fluxo de caixa, quando destinados à proteção da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável, ou ao risco de moeda estrangeira em um compromisso firme não roconhecido; ou

(iii) *Hedge* de um investimento líquido em um operação no exterior.

No início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de *hedge* a qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objeto e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*. As movimentações nos valores de *hedge* classificados na conta "Outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido estão demonstradas na Nota 21.

(h) *Impairment* de imobilizado e intangível

Os ativos não amortizáveis relativos ao ágio e à marca são alocados à Unidade Geradora de Caixa (UGC) do Grupo, a qual é parte do único segmento operacional. O valor recuperável dessa UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos consideraram projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração e projeções internas de longo prazo. A Companhia utiliza uma taxa de desconto (WACC) e a taxa de crescimento esperada pelo setor em conformidade com estudos realizados pela Administração.

A Administração aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

5.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

(a) Reconhecimento de receita de serviços hospitalares

A receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito, em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. O valor da receita líquida leva em conta a dedução dos abatimentos, descontos e impostos correspondentes e estimativa de glosas, que são comuns na prestação dos serviços hospitalares.

(b) Retenção de riscos e benefícios na participação de acionistas não controladores

A Administração entende que os mesmos preservaram seu direito aos riscos e benefícios associados à sua participação no capital da entidade, apesar da celebração do contrato de opções de compra e venda das ações com os acionistas não controladores do Centro Saúde Norte S.A. e do Hospital Santa Clara Ltda. Dessa forma, sua participação foi destacada no patrimônio líquido consolidado (Nota 12).

(c) Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro (IFRIC 23/ ICPC 22)

O Grupo adota certas posições fiscais na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido que acredita estarem de acordo com a legislação vigente e cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação do departamento jurídico interno da Companhia, amparada por opinião de assessores jurídicos externos, e que portanto provavelmente serão aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pelo Grupo, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários, o que pode resultar em as autoridades fiscais não concordarem com um ou mais destes procedimentos.

6. Gestão de risco financeiro

6.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Rede Mater Dei as expõem a diversos riscos financeiros, tais como, risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia e suas controladas usam instrumentos financeiros derivativos (*swap* para fins de hedge de fluxo de caixa) para proteger exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela Diretoria da Rede Mater Dei, de forma que haja a identificação, avaliação e proteção contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais.

As descrições a seguir sumarizam a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Rede Mater Dei administra sua exposição.

(i) Risco cambial

O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados, são mantidos em moeda diferente, da moeda funcional da entidade.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui contratos de financiamentos em que está exposta ao risco cambial.

(ii) Risco de taxa de juros

O principal risco de taxa de juros decorre dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo com taxas variáveis, expondo a Rede Mater Dei ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros. Os principais contratos de dívida estão atrelados à taxa do CDI e TJLP e variação da inflação pelo índice do IPCA.

(iii) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e valores a receber a título de indenização de acionistas vendedores em conexão com as condições de negócios, caso não tenha ocorrido retenção de caixa na transação.

A Companhia e suas controladas atuam apenas com bancos e instituições financeiras de primeira linha. A Diretoria avalia, de forma frequente, a qualidade do crédito dos clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. No caso de constatação de risco iminente de não realização desses ativos, a Rede Mater Dei reconhece uma provisão para apresentá-los a seu valor recuperável líquido.

A Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência de clientes superior ao valor já provisionado conforme política da Companhia.

Impairment de ativos financeiros

Os seguintes ativos financeiros estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas:

• contas a receber de clientes decorrentes de serviços hospitalares; e
• ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
• ativos de indenização classificados em "Outros ativos não circulantes".

Contas a receber de clientes e ativos de contratos

Parcela significativa da receita operacional bruta da Rede Mater Dei decorre de pagamentos feitos por companhias operadoras, seguradoras, autarquias, autogestões e administradoras de planos de saúde.

A Rede Mater Dei aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para a mensuração de perdas de créditos esperada considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes e os ativos de contratos foram agrupados com base nas características compartilhadas de riscos de crédito e nos dias de atraso. Os ativos de contratos se relacionam a atendimentos em andamento que não foram faturados e possuem essencialmente as mesmas características de riscos das contas a receber de clientes para os mesmos tipos de contratos. Portanto, a Rede Mater Dei concluiu que as taxas de perdas esperadas para as contas a receber de clientes representam uma aproximação razoável das taxas de perdas para os ativos de contratos.

Para fins de cálculo de provisionamento a Rede Mater Dei segrega seu contas a receber de clientes em (i) recursos de glosa, que são as glosas realizadas pelos clientes, das quais o Mater Dei entra com o recurso pleiteando o recebimento, e (ii) recebíveis de clientes, que são créditos provenientes dos serviços particulares prestados aos pacientes.

Como critério para provisionamento de créditos de liquidação duvidosa são feitas análises com dados históricos os quais são monitorados para definição de critério para provisionamento.

As perdas por *impairment* em contas a receber de clientes e ativos de contratos são apresentadas como perdas por *impairment* líquidas, na receita líquida. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na mesma conta.

(iv) Risco de liquidez

A Diretoria monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Rede Mater Dei e o cumprimento de cláusulas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Controladora	**Menos de um ano**	**Entre um e dois anos**	**Entre dois e cinco anos**	**Acima de cinco anos**
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	**101.476**	**-**	**-**	**-**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**128.651**	**255.981**	**910.590**	**325.496**
Arrendamentos	**63.941**	**67.437**	**135.170**	**1.565.984**
Parcelamento de impostos	**9.006**	**6.976**	**5.823**	**-**
Dividendos a pagar	**28.418**	**-**	**-**	**-**
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	89.882	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	146.161	251.130	588.663	644.387
Arrendamentos	54.009	54.468	123.213	1.492.906
Parcelamento de impostos	7.401	7.039	7.877	-
Dividendos a pagar	24.582	-	-	-

Consolidado	**Menos de um ano**	**Entre um e dois anos**	**Entre dois e cinco anos**	**Acima de cinco anos**
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	**148.701**	**-**	**-**	**-**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**149.653**	**305.864**	**928.152**	**325.496**
Arrendamentos	**90.279**	**116.907**	**228.862**	**2.020.698**
Parcelamento de impostos	**9.144**	**7.122**	**5.940**	**642**
Aquisição de empresas a pagar	**39.163**	**97.363**	**142.898**	**7.345**
Dividendos a pagar	**36.221**	**-**	**-**	**-**
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	139.178	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	171.205	295.822	625.779	684.387
Arrendamentos	79.939	101.750	213.527	1.923.214
Parcelamento de impostos	7.426	7.191	8.797	-
Aquisição de empresas a pagar	50.574	52.137	78.180	218.100
Dividendos a pagar	29.371	-	-	-

(v) Análise de sensibilidade

(a) Exposição da taxa de juros

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos empréstimos, financiamentos e debêntures com encargos financeiros variáveis, tais como CDI, TJLP e IPCA entre outros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Rede Mater Dei, com cenário mais provável (cenário base), segundo avaliação efetuada pela Administração.

Para a realização da análise de sensibilidade foram utilizados como premissa de estimativas para o cenário provável, os indicadores macroeconômicos estimados para 31 de dezembro de 2024, conforme divulgado pelo Banco Central do Brasil publicado em 22 de março de 2024. As dívidas atreladas as taxas pós-fixadas, foram consideradas para essa análise de sensibilidade como a variável de risco. Assim, a Rede Mater Dei estima no cenário provável as taxas anuais TJLP em 6,53%, a média do CDI em 9,5% e IPCA em 3,75%. O "Cenário possível" contempla um aumento de 25% nas taxas em questão e o "Cenário remoto" um aumento de 50%.

Controladora			**Em 31 de dezembro 2023**	
	Valor contábil	**Cenário provável**	**+ 25%**	**+ 50%**
Variação da dívida				
Empréstimo em TJLP	**66.417**	**66.072**	**67.150**	**68.229**
Empréstimo em IPCA	**396.397**	**392.948**	**396.631**	**400.315**
Debêntures em CDI	**713.789**	**698.443**	**715.031**	**731.619**
Variação do instrumento financeiro derivativo (posição líquida) em CDI	**(10.854)**	**(10.621)**	**(10.873)**	**(11.126)**
	1.165.749	**1.146.842**	**1.167.939**	**1.189.037**
Variação das aplicações financeiras				
CDI	**(282.995)**	**(277.960)**	**(284.561)**	**(291.163)**
Exposição líquida	**882.754**	**868.882**	**883.378**	**897.874**
Variação da TJL		**(345)**	**733**	**1.812**
Variação do IPCA		**(3.449)**	**235**	**3.919**
Variação do CDI		**(9.006)**	**729**	**10.463**
Efeito da exposição (ganho) perda		**(12.800)**	**1.697**	**16.194**

Consolidado			**Em 31 de dezembro 2023**	
	Valor contábil	**Cenário provável**	**+ 25%**	**+ 50%**
Variação da dívida				
Empréstimo em TJLP	**66.568**	**66.222**	**67.303**	**68.384**
Empréstimo em IPCA	**396.397**	**392.948**	**396.631**	**400.315**
Aquisição de empresas em CDI	**153.669**	**150.365**	**153.936**	**157.508**
Aquisição de empresas em IPCA	**58.040**	**57.535**	**58.075**	**58.614**
Empréstimos e debêntures em CDI	**795.364**	**778.264**	**796.747**	**815.231**
Variação do instrumento financeiro derivativo (posição passiva) em CDI	**(10.854)**	**(10.621)**	**(10.873)**	**(11.126)**
	1.459.184	**1.434.713**	**1.461.819**	**1.488.926**
Variação das aplicações financeiras				
CDI	**(313.496)**	**(306.755)**	**(314.041)**	**(321.326)**
Exposição líquida	**1.145.688**	**1.127.958**	**1.147.778**	**1.167.600**
Variação da TJLP		**(346)**	**735**	**1.816**
Variação do IPCA		**(3.954)**	**270**	**4.493**
Variação do CDI		**(6.823)**	**7.693**	**22.212**
Efeito da exposição no resultado (ganho) perda		**(11.123)**	**8.698**	**28.521**

Controladora			**Em 31 de dezembro 2022**	
	Valor contábil	**Cenário provável**	**+ 25%**	**+ 50%**
Variação da dívida				
Empréstimo em TJLP	82.205	82.692	84.216	85.739
Empréstimo em IPCA	324.966	325.323	330.122	334.921
Debêntures em CDI	716.165	709.719	732.341	754.964
Variação do instrumento financeiro derivativo (posição passiva) em CDI	2.620	2.596	2.679	2.762
	1.125.956	1.120.330	1.149.358	1.178.386
Variação das aplicações financeiras				
CDI	(202.245)	(200.425)	(206.813)	(213.202)
Exposição líquida	923.711	919.905	942.545	965.184
Variação da TJLP		487	2.011	3.534
Variação do IPCA		357	5.156	9.955
Variação do CDI		(4.649)	11.667	27.984
Efeito da exposição (ganho) perda		(3.805)	18.834	41.473

Consolidado			**Em 31 de dezembro 2022**	
	Valor contábil	**Cenário provável**	**+ 25%**	**+ 50%**
Variação da dívida				
Empréstimo em TJLP	83.780	84.276	85.829	87.382
Empréstimo em IPCA	324.966	325.323	330.122	334.921
Aquisição de empresas em IPCA	225.026	225.610	228.938	232.265
Empréstimos e debêntures em CDI	798.682	791.494	816.722	841.951
Variação do instrumento financeiro derivativo (posição passiva) em CDI	2.620	2.596	2.679	2.762
	1.435.074	1.429.299	1.464.290	1.499.281
Variação das aplicações financeiras				
CDI	(231.000)	(228.921)	(236.217)	(243.514)
Exposição líquida	1.204.074	1.200.378	1.228.073	1.255.767
Variação da TJLP		496	2.049	3.602
Variação do IPCA		605	8.732	16.858
Variação do CDI		(5.133)	12.882	30.897
Efeito da exposição no resultado (ganho) perda		(4.032)	23.663	51.357

6.2. Instrumentos financeiros derivativos

a) Hedge accounting

No terceiro trimestre de 2022, a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo (Swap) no valor de R$ 268.564 para proteção da oscilação das taxas de juros do financiamento junto ao BNB, trocando IPCA + 1,0264% a.a. considerado o bônus de adimplência) por CDI menos 4,94% a.a. Para o desembolso adicional, ocorrido em 25 de julho de 2022, no valor de R$52.686, foi firmado contrato de *swap* complementar, trocando IPCA + 1,0264% a.a. (considerado o bônus de adimplência) por CDI menos 4,50% a.a..

Em 20 de julho de 2023, foi firmado contrato de swap da parcela adicional recebida em 2023 do financiamento da Companhia junto ao BNB no valor de R$ 70.699, trocando IPCA + 1,0264% a.a. (considerado o bônus de adimplência) por CDI menos 4,05% a.a.

	Controladora e consolidado 31/12/2023	**Controladora e consolidado 31/12/2022**
Contrato de Swap	**10.854**	(2.620)
Total	**10.854**	(2.620)

A movimentação dos instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 estão apresentados a seguir:

	2023	**2022**
Saldo inicial - (Passivo)	**(2.620)**	-
Ajuste de valor justo – Patrimônio Líquido	**12.513**	381
Ganho/(Perda) - Resultado	**(7.380)**	(10.169)
(Recebimento)/Pagamento	**8.341**	7.168
Saldo final – Ativo /(Passivo)	**10.854**	(2.620)
Circulante	**1.054**	(2.620)
Não Circulante	**9.800**	-

Exposição ativa e passiva:

			Em 31 de dezembro 2023	
Operação	**Indexação**	**Tipo de Hedge**	**Saldo ativo/(passivo)**	**Ganho(perda) -Resultado**
Empréstimo BNB	IPCA + 1,0264% a.a	Hedge Accounting	42.730	-
Banco	CDI - 4,94% a.a	Hedge Accounting	(41.809)	-
Empréstimo BNB	IPCA + 1,0264% a.a	Hedge Accounting	219.022	-
Banco	CDI - 4,5% a.a	Hedge Accounting	(208.086)	-
			11.857	**(6.054)**
Empréstimo BNB	IPCA + 1,0264% a.a	Hedge Accounting	56.763	-
Banco	CDI - 4,05% a.a	Hedge Accounting	(57.766)	-
			(1.003)	**(903)**

(b) Transações que não afetaram o fluxo de caixa

Determinadas transações não geraram efeitos de caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		**Consolidado**	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Recebimento reembolso de obra (compensação)	**37.667**	35.497	**37.667**	35.497
Pagamento de arrendamento(compensação)	**(37.667)**	(35.497)	**(37.667)**	(35.497)
Baixa nos investimentos por incorporação	**-**	(10.697)	**-**	-
Aquisição de imóveis a prazo	**-**	-	**(8.936)**	-
Remensuração de arrendamentos	**30.042**	36.342	**41.895**	53.873
Novo contrato de arrendamento	**(22.831)**	(140.288)	**(23.186)**	(140.288)
Ágio na aquisição de participação de investida	**-**	-	**-**	(6.350)
Dividendos minímos obrigatórios provisionados	**28.418**	24.582	**36.221**	34.917

6.3. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a Administração monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 podem ser assim sumariados:

	Controladora		**Consolidado**	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**1.173.080**	1.119.087	**1.254.865**	1.203.180
Derivativos	**(10.854)**	-	**(10.854)**	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	**(202.280)**	(204.215)	**(227.302)**	(246.414)
(-) Aplicações financeiras	**(81.787)**	(117.447)	**(91.831)**	(131.884)
Dívida financeira líquida	**878.159**	797.425	**924.878**	824.882
Total do patrimônio líquido	**1.655.141**	1.617.491	**1.754.224**	1.702.622
	2.533.300	2.414.916	**2.679.102**	2.527.504
Índice de alavancagem financeira - %	**34,7**	33,0	**34,5**	32,6

(i) Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

Contratos com BNDES e BNB

Os contratos de financiamentos com as instituições financeiras BNDES e BNB, que foram firmados para a construção das Unidades Hospitalares Betim/Contagem e da nova Unidade Salvador, possuem cláusulas restritivas quanto a (i) realização de operações societárias que envolvem cisão, fusão ou incorporação da Companhia, e (ii) locar, ceder, vender, transferir, gravar ou constituir qualquer ônus sob qualquer título os bens adquiridos por força do Projeto ora financiado e/ou dados em garantia, sem permissão prévia por parte dos bancos, sob pena de vencimento antecipado da dívida. Informamos que em 31 de dezembro de 2023, a Companhia cumpriu todos requisitos da cláusula restritiva.

1º Emissão de Debêntures

A Escritura da 1ª emissão de debêntures simples da Companhia possui cláusula restritiva financeira definida como "Índice Financeiro" o qual se não observada o cumprimento, haverá a penalidade de vencimento antecipado não automático das debêntures. O Índice Financeiro será calculado pela Companhia trimestralmente e acompanhado pelo Agente Fiduciário, com base nos 12 meses imediatamente anteriores com as informações financeiras auditadas ou revisadas da Emissora, a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

O Índice Financeiro é razão entre a Dívida Líquida pelo EBITDA anualizado menor ou igual (i) a 3,5 (três inteiros e cinco décimos) até e encerramento do trimestre findo em 30 de junho de 2025 (inclusive); e (ii) a 3,00 (três inteiros) a partir do trimestre findo em 30 de setembro de 2025 (inclusive).

Dívida líquida	924.878
EBITDA - 12 meses	525.611
Dívida líquida / EBITDA	**1,8**
Covenant	< 3,5

Informamos que em 31 de dezembro de 2022 e 2023, a Companhia cumpriu todos requisitos da cláusula restritiva.

6.4. Estimativa do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Rede Mater Dei usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação.

A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

• Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
• Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
• Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não houve transferências entre ativos e passivos financeiros, bem como não houve transferências, entre níveis hierárquicos. As aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures da Rede Mater Dei estão classificadas nas Notas 8 e 17 respectivamente e são classificados de acordo com o nível 2 – preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos.

	Controladora			
	Valor Contábil 2023	**Valor Justo 2023**	**Valor Contábil 2022**	**Valor Justo 2022**
Ativo				
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	**202.280**	**202.280**	204.215	204.215
Contas a receber de clientes	**420.710**	**420.710**	334.185	334.185
Contas a receber de obra	**343.285**	**343.285**	315.610	315.610
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	**81.787**	**81.787**	117.447	117.447
Instrumentos financeiros derivativos - Hedge Accouting	**10.854**	**10.854**	-	-
Total do ativo	**1.058.916**	**1.058.916**	971.457	971.457
Passivo				
Passivos financeiros ao custo amortizado				
Fornecedores	**101.476**	**101.476**	89.882	89.882
Impostos e contribuições a recolher	**8.709**	**8.709**	6.617	6.617
Parcelamento de impostos	**10.331**	**10.331**	14.532	14.532
Dividendos a pagar	**28.418**	**28.418**	24.582	24.582
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**1.173.080**	**1.173.080**	1.119.087	1.119.087
Arrendamentos	**634.597**	**634.597**	577.181	577.181
Passivos financeiros ao valor justo				
Passivo de resgate de ações	**347.681**	**347.681**	311.989	311.989
Intrumentos financeiros derivativos – *Hedge Accouting*	**-**	**-**	2.620	2.620
Total do passivo	**2.304.292**	**2.304.292**	2.146.490	2.146.490

MaterDei
Rede de Saúde

Ativo	Valor Contábil 2023	Valor Justo 2023	Valor Contábil 2022	Valor Justo 2022
	Consolidado			
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	**227.302**	**227.302**	246.414	246.414
Contas a receber de clientes	**798.581**	**798.581**	609.347	609.347
Contas a receber de obra	**343.285**	**343.285**	315.610	315.610
Ativos de indenização (incluídos em "outros ativos não circulantes")	**95.773**	**95.773**	93.787	93.787
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	**91.831**	**91.831**	131.884	131.884
Instrumentos financeiros derivativos - *Hedge Accounting*	**10.854**	**10.854**	-	-
Total do ativo	**1.567.626**	**1.567.626**	1.397.042	1.397.042
Passivo				
Passivos financeiros ao custo amortizado				
Fornecedores	**148.701**	**148.673**	139.178	139.178
Impostos e contribuições a recolher	**37.288**	**37.288**	27.316	27.316
Parcelamento de impostos	**11.339**	**11.339**	15.596	15.596
Dividendos a pagar	**36.221**	**36.221**	34.792	34.792
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**1.254.865**	**1.254.865**	1.203.180	1.203.180
Arrendamentos	**843.502**	**843.502**	777.277	777.277
Aquisição de empresas a pagar	**211.709**	**211.709**	225.026	225.026
Passivos financeiros ao valor justo				
Passivo de resgate	**422.171**	**347.681**	311.989	311.989
Instrumentos financeiros derivativos - *Hedge Accounting*	**-**	**-**	2.620	2.620
Total do passivo	**2.965.796**	**2.965.796**	2.803.571	2.803.571

7. Apresentação de informações por segmentos

A Rede Mater Dei opera apenas um segmento, denominado "hospitalar". A análise do segmento hospitalar contempla informações desagregadas por hospital sem que os mesmos se constituam em segmentos operacionais distintos. Essa análise é realizada pela Diretoria Executiva e o Conselho de Administração que são os tomadores de decisões operacionais. A Rede Mater Dei não possui receitas oriundas de clientes fora do território nacional.

8. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa e bancos	**1.072**	1.970	**5.637**	15.414
Aplicações financeiras	**201.208**	202.245	**221.665**	231.000
	202.280	204.215	**227.302**	246.414

As aplicações financeiras, classificadas como equivalentes de caixa, referem-se substancialmente a aplicações em Certificados de Depósito Bancário com liquidez imediata. As taxas de rendimento no ano de 2023 foram de 85% a 105% do CDI.

(b) Aplicações financeiras

A Companhia detém aplicações financeiras em fundo e CDB, mas cuja composição não se qualifica como equivalente de caixa, conforme apresentado:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fundos de investimentos	**58.126**	117.447	**68.170**	131.884
CDB - BNB	**23.661**	-	**23.661**	-
	81.787	117.447	**91.831**	131.884

As aplicações financeiras nos fundos de investimentos, têm como objetivo propiciar a valorização de suas cotas mediante a aplicação dos recursos dos cotistas, em ativos financeiros com grau de investimento como títulos públicos, debêntures, CDB, letras financeiras e baixo risco. Os recursos estão aplicados em fundos de investimentos diversificados. As taxas de rendimento no ano de 2023 foram de 82% a 98% do CDI.

9. Contas a receber de clientes

Apresentamos a seguir o saldo do contas a receber de clientes e os respectivos saldo de provisões para perdas:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Particulares	**35.166**	28.212	**62.385**	52.412
Convênios e seguradoras	**517.928**	399.607	**845.630**	611.451
Ativo de contrato - Receitas a faturar	**65.034**	60.603	**163.410**	152.396
	618.128	488.422	**1.071.425**	816.259
Provisão para glosas	**(114.501)**	(85.749)	**(149.728)**	(101.717)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(82.917)**	(68.488)	**(123.116)**	(105.195)
	(197.418)	(154.237)	**(272.844)**	(206.912)
	420.710	334.185	**798.581**	609.347

Os valores contábeis se aproximam dos valores justos das contas a receber de clientes e demais contas a receber. O aging do contas a receber em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é composto da seguinte forma:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
A vencer	**268.519**	238.794	**544.217**	449.277
Vencidos até 30 dias	**45.912**	47.453	**97.699**	86.483
Vencidos de 31 até 180 dias	**86.232**	41.299	**155.683**	80.612
Vencidos de 181 a 360 dias	**38.630**	19.850	**57.973**	21.887
Vencidos a mais de 360 dias	**178.835**	141.026	**215.853**	178.000
	618.128	488.422	**1.071.425**	816.259

A movimentação da provisão para glosas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 pode ser assim apresentada:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Saldo inicial	**(85.749)**	(56.741)	**(101.717)**	(62.069)
Saldo adquirido de controlada	-	-	-	(1.833)
Provisões	**(51.584)**	(42.161)	**(98.237)**	(79.128)
Reversões	**22.832**	13.153	**50.226**	41.313
Saldo final	**(114.501)**	(85.749)	**(149.728)**	(101.717)

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 pode ser assim apresentada:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Saldo inicial	**(68.488)**	(58.936)	**(105.195)**	(70.416)
Saldo adquirido de controlada	-	-	-	(23.791)
Adições	**(15.328)**	(27.482)	**(20.105)**	(31.353)
Reversões	**899**	17.930	**2.184**	20.365
Saldo final	**(82.917)**	(68.488)	**(123.116)**	(105.195)

10. Estoques

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Drogas e medicamentos	**14.152**	14.181	**25.648**	24.130
Órteses, próteses e materiais especiais	**5.287**	4.198	**12.001**	8.637
Materiais hospitalares	**7.928**	6.533	**15.146**	13.375
Material em poder de terceiros	**-**	1.702	**-**	3.059
Materiais de manutenção	**779**	2.723	**2.356**	3.042
Material de consumo e expediente	**2.258**	2.849	**3.933**	5.286
Copa, cozinha e alimentação	**589**	1.902	**1.381**	2.150
Outros estoques	**1.608**	2.798	**2.700**	4.607
	32.601	36.886	**63.165**	64.286

O custo dos materiais e medicamentos reconhecido no resultado do exercício totalizou R$ 374.597 (dezembro de 2022 - R$ 293.037) na controladora e R$ 524.759 no consolidado (dezembro de 2022 - R$ 426.534), conforme apresentado na Nota 23.

11. Contas a receber de obra

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia no processo de cisão dos ativos, firmou contrato com sua controladora JSS Empreendimentos e Administração Ltda ("JSS"), se comprometendo com a finalização da execução das obras das edificações das unidades localizadas na cidade Salvador (Hospital Mater Dei Salvador e o Centro Médico Mater Dei) de acordo com as características especiais e necessárias para o desenvolvimento das suas atividades.

O Hospital Mater Dei foi exclusivamente responsável pela execução da obra, respeitando todas as normas e legislações específicas para a construção e, também em obter e apresentar à JSS todas as licenças, autorizações e alvarás referentes às obras, inclusive o atestado de vistoria do Corpo de Bombeiros e o Auto de Conclusão de Obras ("Habite-se"). O Hospital Mater Dei Salvador foi inaugurado no dia 01 de maio de 2022 e o Centro Médico no dia 01 de fevereiro de 2023.

Pela execução das obras, a Companhia receberá uma contrapartida correspondente da JSS para reembolso total dos custos da obra. Conforme contrato, a JSS reembolsará a Companhia no prazo de 12 anos, sendo o mesmo prazo de cada tranche do financiamento obtida pela Companhia para a construção dos respectivos imóveis. O contrato prevê uma remuneração de 4,1% ao ano e iniciou em 02 de janeiro de 2021. O recebimento do reembolso está sendo realizado através de compensação com o saldo a pagar com o arrendamento de imóveis com a JSS.

A seguir apresentamos o saldo e a movimentação do contas a receber de obras do exercício (controladora e consolidado):

	2023	2022
Saldo inicial	**315.610**	167.400
Adição	**51.815**	172.534
Remuneração	**13.527**	11.173
Pagamento (Compensação com Arrendamento)	**(37.667)**	(35.497)
Saldo final	**343.285**	315.610
Circulante	**38.143**	35.769
Não Circulante	**305.142**	279.841

12. Arrendamentos

A Companhia e a JSS celebraram em 31 de dezembro de 2020, contratos de locação dos imóveis das três unidades operacionais (Hospital Mater Dei Santo Agostinho, Hospital Mater Dei Contorno e Hospital Mater Dei Betim - Contagem) e outros imóveis de uso administrativo, assistencial e laboratorial.

Os contratos têm duração de 30 anos, com possibilidade de renovação. Para os três imóveis das unidades operacionais o valor do aluguel anual é de R$40.000. Para os demais imóveis, é cobrado o valor anual de R$1.143 referentes aos imóveis onde trabalham parte da equipe administrativa. Os valores dos aluguéis estão sujeitos ao reajuste pela variação do IPCA, com a possibilidade de revisão dos preços a cada 5 anos para permitir ajuste à evolução dos preços praticados no mercado.

Em 01 de maio de 2022, entrou em vigor o contrato de locação da unidade hospitalar em Salvador inaugurado na mesma data. Em fevereiro de 2023, entrou em vigor o contrato de locação da unidade Centro Médico, em Salvador, inaugurado na mesma data. O valor do aluguel é fixo e será escalonado por um período de 3 anos. O contrato referente a unidade Salvador iniciando em R$ 5.155 no primeiro ano e a unidade Centro Médico iniciando em R$ 845 no primeiro ano, atingindo R$ 19.000 no terceiro ano para as duas unidades

A unidade de Betim/Contagem, objeto dos contratos de arrendamento, está dadas em garantia aos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia com o BNDES no montante de R$ 66.417 em 31 de dezembro de 2023 (em 31 de dezembro de 2022 – R$ 82.205).

Além das unidades destacadas acima, o Grupo Porto Dias também possui contrato de locação de imóvel referente as unidades hospitalares. Os contratos foram celebrados no dia 31 de outubro de 2021 com vigência de 30 anos. O valor mensal de contraprestação é de R$ 2.214 sendo sujeito a reajuste a cada 12 meses com base no IPCA.

(a) Direito de uso

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativos de direito de uso				
Equipamentos hospitalares e de informática	**-**	126	**1.690**	2.356
Locação de imóveis	**573.195**	541.333	**751.542**	717.472
	573.195	541.459	**753.232**	719.828

Movimentação para os exercícios findos em 31 de dezembro:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Saldo inicial	**541.459**	384.208	**719.828**	548.519
Saldo adquirido de controlada	-	-	-	6.161
Adição de novo contrato (i)	**22.831**	140.288	**23.187**	140.288
Remensuração de contrato	**30.042**	36.343	**41.875**	53.877
Amortização	**(21.137)**	(19.380)	**(31.658)**	(29.017)
Saldo final	**573.195**	541.459	**753.232**	719.828

(i) As adições referem-se, principalmente, ao aluguel da unidade de Salvador (2022) e ao Centro Médico (2023).

(b) Passivo de arrendamentos

Os saldos dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 são apresentadas no quadro abaixo:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Menos de 1 ano	**63.941**	54.009	**90.245**	79.773
Entre 2 e 3 anos	**67.437**	54.468	**116.261**	101.134
Entre 3 e 5 anos	**135.170**	123.213	**228.247**	212.934
Mais de 5 anos	**1.565.984**	1.492.906	**2.017.744**	1.920.427
Valores não descontados	**1.832.532**	1.724.596	**2.452.497**	2.314.268
Juros embutidos	**(1.197.935)**	(1.147.415)	**(1.608.995)**	(1.536.991)
Total do passivo	**634.597**	577.181	**843.502**	777.277
Circulante	**57.217**	54.267	**81.228**	76.228
Não circulante	**577.380**	522.914	**762.274**	701.049

Movimentação para os exercícios findos em 31 de dezembro:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Saldo inicial	**577.181**	398.634	**777.277**	579.308
Saldo adquirido de controlada	-	-	-	6.307
Adição de novo contrato	**22.831**	140.288	**23.187**	140.288
Remensuração de contrato	**30.042**	36.343	**41.875**	53.871
Juros provisionados	**61.573**	51.627	**83.379**	72.633
Juros pagos	**(11.194)**	(31.895)	**(20.072)**	(33.467)
Pagamentos	**(45.836)**	(17.816)	**(62.144)**	(41.663)
Saldo final	**634.597**	577.181	**843.502**	777.277

(c) Estimativa das taxas de desconto

A Companhia e suas controladas estimaram a taxa de desconto para os contratos de locação de imóveis, utilizando como premissa, a taxa de juros de financiamentos para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. As taxas de desconto ao ano para imóveis foram estimadas entre 10,31% a 11,03%.

Informações adicionais

Conforme orientação do Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº02/2019, visando atender aos investidores, apresentamos os saldos comparativos com aplicação da inflação projetada e divulgada no Boletim Focus do Banco Central do Brasil publicado em 02 de fevereiro de 2024, sobre o fluxo de pagamentos do passivo de arrendamento, com impacto no ativo de direito de uso, da despesa financeira e da despesa de amortização:

	Controladora 31/12/2023 Sem inflação	Controladora 31/12/2023 Com inflação	Controladora 31/12/2022 Sem inflação	Controladora 31/12/2022 Com inflação	Consolidado 31/12/2023 Sem inflação	Consolidado 31/12/2023 Com inflação	Consolidado 31/12/2022 Sem inflação	Consolidado 31/12/2022 Com inflação
Direito de uso líquido	**573.195**	**823.652**	541.459	697.799	**753.232**	**1.086.231**	719.828	881.156
Passivo de arrendamento	**634.597**	**882.231**	577.181	800.389	**843.502**	**1.161.024**	777.277	1.006.193
Despesa de amortização	**21.137**	**30.446**	19.380	22.693	**31.658**	**44.842**	29.017	30.381
Despesa financeira	**61.573**	**85.210**	51.627	70.619	**83.379**	**114.305**	72.713	86.960

13. Investimentos

Controladora

O saldo dos investimentos é representado pelo percentual de participação da Companhia no patrimônio líquido das investidas e o ágio apurado na aquisição destes investimentos.

	2023	2022
Investimentos	**934.338**	855.376
Ágio na aquisição de investimentos	**1.056.112**	1.056.112
	1.990.450	1.911.488

A seguir apresentamos a movimentação de investimentos:

Descrição	Saldo 31/12/2022	AFAC	Dividendos	Reserva de ágio especial reflexo (i)	Cisão parcial (i)	Equivalência patrimonial	Realização Mais Valia	Outros (ii)	Saldo 31/12/2023
RMDS	672.767	**101.188**	**-**	**-**	**(41.059)**	**(18.391)**	**-**	**(10.908)**	**703.597**
CSN	179.494	**-**	**(11.009)**	**-**	**-**	**46.355**	**(1.864)**	**-**	**212.976**
GPDMater	3.080	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.080**
A3 Data	-	**-**	**(79)**	**(26.210)**	**41.059**	**317**	**-**	**(437)**	**14.650**
Outros	35	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**35**
	855.376	**101.188**	**(11.088)**	**(26.210)**	**-**	**28.281**	**(1.864)**	**(11.345)**	**934.338**

(i) Representa detalhamento da cisão parcial da RMDS e incorporação reversa da A3Data, vide a Nota Explicativa 3.

(ii) Nesta linha, apresentamos os reflexos das transações com acionistas não controladores. Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R$11.345 é composto, principalmente, por: R$1.967 referente ao ágio oriundo do valor pago em 7 cotas do HSG ocorridas em março de 2023; valores referentes a perda em aportes realizados nas controladas, sendo R$470 no HSG, R$150 no Premium e R$260 no EMEC; R$7.893 gerados da atualização do valor justo do passivo de resgate da HSC.

Descrição	Saldo 31/12/2021	Aumento de capital/ Aquisição	Remensuração de investimento	AFAC	Baixa de Investimento	Juros s/capital próprio e dividendos	Equivalência patrimonial	Realização Mais Valia	Outros	Saldo 31/12/2022
SPE Bueno	6.596	-	-	4.763	(10.697)	-	(662)	-	-	-
RMDS	24.304	702.863	-	29.488	-	-	(4.817)	-	(79.071)	672.767
CSN	101.357	-	45.806	-	-	(11.173)	46.595	(3.091)	-	179.494
GPDMater	-	3.080	-	-	-	-	-	-	-	3.080
Outros	35	-	-	-	-	-	-	-	-	35
	132.292	705.943	45.806	34.251	(10.697)	(11.173)	41.116	(3.091)	(79.071)	855.376

Principais informações das controladas na data base 31 de dezembro de 2023:

Investidas	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
RMDS	988.725	285.128	703.597	(18.391)
CSN	512.701	286.854	225.847	66.221
	1.501.426	571.982	929.444	47.830

Consolidado

Movimentação e saldo dos investimentos em controladas em conjunto e coligadas:

Descrição	Saldo 31/12/2022	Dividendos	Reserva de ágio especial reflexo	Equivalência patrimonial	Realização Mais Valia	Outros	Saldo 31/12/2023
A3Data	39.540	**(493)**	**(26.210)**	**2.348**	**(218)**	**(316)**	**14.651**
Hiperbárica	779	**(450)**	**-**	**556**	**-**	**-**	**885**
Centru	(11)	**-**	**-**	**(31)**	**-**	**-**	**(42)**
GPDMater	3.080	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.080**
Outros	238	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**238**
	43.626	**(943)**	**(26.210)**	**2.873**	**(218)**	**(316)**	**18.812**

Descrição	Saldo 31/12/2021	Saldo adquirido de investida	Aquisição de empresa	Dividendos	Equivalência patrimonial	Realização Mais Valia	Outros	Saldo 31/12/2022
A3Data	40.109	-	-	(115)	47	(653)	152	39.540
Hiperbárica	-	435	-	-	344	-	-	779
Centru	-	12	-	-	(23)	-	-	(11)
GPDMater	-	-	3.080	-	-	-	-	3.080
Outros	35	231	-	-	-	-	(28)	238
	40.144	678	3.080	(115)	368	(653)	124	43.626

(a) Passivo de resgate de ações

Os contratos de opções de compra e venda de ações com acionistas não controladores são contabilizados com base no CPC 39 – Instrumentos Financeiros Apresentação e as variações do valor justo são contabilizadas no patrimônio líquido.

	Controladora CSN	Consolidado CSN	Consolidado HSC	Consolidado Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	279.962	279.962	-	279.962
Adições de novos contratos	-	-	64.157	64.157
Variação do valor justo	32.027	32.027	2.440	34.467
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**311.989**	**311.989**	**66.597**	**378.586**
Variação do valor justo	**35.692**	**35.692**	**7.893**	**43.585**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**347.681**	**347.681**	**74.490**	**422.171**

Grupo Porto Dias

Em 31 de outubro de 2021, a Companhia e os acionistas não controladores do Grupo Porto Dias celebraram um contrato de opção de compra e venda das ações remanescentes de propriedade desses acionistas.

Segundo o contrato, a opção de venda poderá ser exercida pelos não controladores do 5º até o 10º exercício social posterior à assinatura do contrato e a opção de compra, pelos controladores, do 8º até o 10º exercício social posterior à assinatura do contrato. Caso as opções não sejam exercidas por nenhuma das partes no período previsto em contrato, as mesmas serão automaticamente canceladas. O pagamento das opções, caso exercidas, poderá ser realizado em ações de emissão da Companhia, ou em caixa, por escolha exclusiva e discricionária da Companhia. A Companhia não tem o controle sobre o poder do exercício da opção de venda pelos acionistas não controladores, e caso ocorra o exercício, a Companhia realizará a aquisição da parcela do seu próprio patrimônio líquido consolidado pertencente aos acionistas não controladores. O valor justo do contrato foi apurado com base no valor presente das projeções das variáveis do preço considerando *budget* e premissas de crescimento para o período do exercício esperado, descontado por uma taxa livre de risco 11,44% a.a..

Hospital Santa Clara

Em 01 de setembro de 2022, a Companhia e os acionistas não controladores do Hospital Santa Clara celebraram um contrato de opção de compra e venda das ações remanescentes de propriedade desses acionistas.

Durante o prazo de exercício da opção de venda das ações restantes do Hospital Santa Clara ou na ocorrência de alguma hipótese de antecipação da opção de venda, os acionistas médicos terão o direito de vender a totalidade, e não menos do que a totalidade, das ações de sua propriedade para o Mater Dei. A opção de venda poderá ser exercida pelos acionistas médicos da seguinte forma:

(i) durante o período compreendido entre 01 de agosto de 2025 e 31 de agosto de 2025;

(ii) durante o período compreendido entre 16 de fevereiro de 2026 e 31 de março de 2026.

Sendo assim, a partir de 01 de abril de 2026, o Mater Dei terá a exercer o seu direito de opção de compra. Caso o Mater Dei exerça a opção de compra, os acionistas médicos ficarão obrigados a vender, e o Mater Dei ficará obrigado a comprar, a totalidade das ações da opção de compra.

O valor justo do contrato foi apurado com base no valor presente das projeções das variáveis do preço considerando *budget* e premissas de crescimento para o período do exercício esperado, descontado por uma taxa livre de risco 11,85% a.a..

14. Imobilizado

Controladora

	Custo 31/12/2023	Depreciação Acumulada 31/12/2023	Valor líquido 31/12/2023	Valor líquido 31/12/2022
	Controladora			
Benfeitorias em imóveis	**133.144**	**(491)**	**132.653**	45.638
Equipamentos e aparelhos hospitalares	**295.677**	**(121.630)**	**174.047**	180.992
Móveis, utensílios e informática	**49.310**	**(29.583)**	**19.727**	21.432
Adiantamento a fornecedores	**42.544**	**-**	**42.544**	43.473
Outros	**30.707**	**(2.372)**	**28.335**	27.270
	551.382	**(154.076)**	**397.306**	318.805

A seguir apresentamos a movimentação do ativo mobilizado:

	31/12/2022	Aquisições	Baixa	Depreciação	Transferência (a)	31/12/2023
Benfeitorias em imóveis	45.638	**84.385**	**-**	**(307)**	**2.937**	**132.653**
Aparelhos, equip. médico cirúrgico e máquinas	180.992	**5.195**	**(1.757)**	**(26.821)**	**16.438**	**174.047**
Móveis, utensílios e equipamentos	21.432	**3.522**	**(618)**	**(4.572)**	**(37)**	**19.727**
Adiantamento	43.473	**14.816**	**-**	**-**	**(15.745)**	**42.544**
Outros	27.270	**5.848**	**-**	**(1.190)**	**(3.593)**	**28.335**
	318.805	**113.766**	**(2.375)**	**(32.890)**	**-**	**397.306**

	31/12/2021	Aquisições	Baixa	Depreciação	Transferência (a)	31/12/2022
Benfeitorias em imóveis	5.732	40.016	-	(110)	-	45.638
Aparelhos, equip. médico cirúrgico e máquinas	90.455	29.496	(1.926)	(21.745)	84.712	180.992
Móveis, utensílios e equipamentos	16.978	6.124	(115)	(4.603)	3.048	21.432
Adiantamento	65.077	90.400	-	-	(112.004)	43.473
Outros	5.250	292	(1.596)	(920)	24.244	27.270
	183.492	166.328	(3.637)	(27.378)	-	318.805

(a) As transferências são oriundas de adiantamentos realizados a fornecedores para aquisição de imobilizado. Quando o imobilizado está disponível para a Rede Mater Dei, o mesmo é alocado no grupo a qual pertence.

Consolidado

	Custo 31/12/2023	Depreciação Acumulada 31/12/2023	Valor líquido 31/12/2023	Valor líquido 31/12/2022
	Consolidado			
Terrenos	**52.659**	**-**	**52.659**	41.647
Imóveis	**239.770**	**(61.827)**	**177.943**	181.886
Benfeitorias em imóveis	**143.718**	**(554)**	**143.164**	48.508
Equipamentos e aparelhos hospitalares	**516.812**	**(252.809)**	**264.003**	269.925
Móveis, utensílios e informática	**93.924**	**(57.777)**	**36.147**	36.559
Adiantamento a fornecedores	**54.993**	**-**	**54.993**	53.770
Outros	**39.612**	**(3.927)**	**35.685**	33.716
	1.141.488	**(376.894)**	**764.594**	666.011

	31/12/2022	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferências (a)	31/12/2023
Terrenos	41.647	**11.012**	**-**	**-**	**-**	**52.659**
Imóveis	181.886	**8.975**	**(11)**	**(13.598)**	**691**	**177.943**
Benfeitorias em	48.508	**89.948**	**-**	**(349)**	**5.057**	**143.164**
Equipamentos e aparelhos hospitalares	269.925	**10.587**	**(994)**	**(38.626)**	**23.111**	**264.003**
Móveis, utensílios e informática	36.559	**8.458**	**(1.061)**	**(8.791)**	**982**	**36.147**
Adiantamento a fornecedores	53.770	**23.866**	**-**	**-**	**(22.643)**	**54.993**
Outros	33.716	**10.556**	**-**	**(1.389)**	**(7.198)**	**35.685**
	666.011	**163.402**	**(2.066)**	**(62.753)**	**-**	**764.594**

	31/12/2021	Saldo adquirido de controlada	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferências (a)	31/12/2022
Terrenos	20.578	21.169	-	-	-	(100)	41.647
Imóveis	-	191.524	3.297	(1.238)	(11.797)	100	181.886
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.732	-	42.908	-	(132)	-	48.508
Equipamentos e aparelhos hospitalares	128.815	52.279	40.058	(2.230)	(33.709)	84.712	269.925
Móveis, utensílios e informática	23.608	11.327	8.248	(251)	(9.419)	3.046	36.559
Adiantamento a fornecedores	65.077	74	100.675	(52)	-	(112.004)	53.770
Outros	6.167	1.124	4.777	(1.651)	(947)	24.246	33.716
	249.977	277.497	199.963	(5.422)	(56.004)	-	666.011

(a) As transferências são oriundas de adiantamentos realizados a fornecedores para aquisição de imobilizado. Quando o imobilizado está disponível para a Rede Mater Dei, o mesmo é alocado no grupo a qual pertence.

15. Intangível

Controladora

	31/12/2022	Aquisições	Baixa	Amortização	31/12/2023
Direito de uso de software	18.426	**12.534**	**(60)**	**(6.456)**	**24.444**
	18.426	**12.534**	**(60)**	**(6.456)**	**22.444**

	31/12/2021	Aquisições	Baixa	Amortização	31/12/2022
Direito de uso de software	10.376	13.909	(1.379)	(4.480)	18.426
	10.376	13.909	(1.379)	(4.480)	18.426

Consolidado

Consolidado	31/12/2022	Combinação de negócios	Aquisições	Baixa	Amortização	31/12/2023
Ágio na aquisição de empresas	1.660.552	**2.333**	**-**	**-**	**-**	**1.662.885**
Marcas	161.826	**-**	**-**	**-**	**-**	**161.826**
Carteira de clientes	-	**624**	**-**	**-**	**-**	**624**
Direito de uso de software	21.923	**-**	**13.602**	**(60)**	**(7.591)**	**27.874**
	1.844.301	**2.957**	**13.602**	**(60)**	**(7.591)**	**1.853.209**

Consolidado	31/12/2021	Saldo incorporado de controlada	Remensuração	Aquisições	Baixa	Amortização	31/12/2022
Ágio na aquisição de empresas	1.100.912	-	(44.799)	604.439	-	-	1.660.552
Marcas	65.443	-	-	96.383	-	-	161.826
Direito de uso de software	11.345	1.040	-	15.956	(1.379)	(5.066)	21.896
Outros	27	-	-	-	-	-	27
	1.177.727	1.040	(44.799)	716.778	(1.379)	(5.066)	1.844.301

Ágio e mais-valia na aquisição de empresas

Apresentamos a composição do ágio e mais-valia na aquisição de empresas:

Investidas	Ágio 2023	Mais-valia 2023	Ágio 2022	Mais-valia 2022
CSN	**1.056.113**	**45.810**	1.056.113	45.810
HSG	**138.153**	**26.744**	138.153	26.744
Premium	**169.749**	**28.689**	169.749	28.689
EMEC	**114.042**	**17.760**	114.042	17.760
CDI	**66.305**	**2.104**	66.305	2.104
Cardio	**916**	**-**	916	-
HSC	**115.274**	**13.442**	115.274	13.442
PDS	**2.333**	**-**	-	-
	1.662.885	**134.459**	1.660.552	134.459

Testes do ágio para verificação de necessidade de ajuste ao valor recuperável

Os ativos não amortizáveis relativos ao ágio e à marca são alocados a cada uma das unidades geradoras de caixa (UGCs): Grupo Porto Dias, EMEC, Premium, HSG+CDI e HSC, as quais são parte do único segmento operacional do Grupo. O valor recuperável dessas UGCs foi determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos consideraram projeções de fluxo de caixa conforme premissas descritas abaixo, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período descrito abaixo foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas.

As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2023 foram as seguintes:

Premissas	Porto Dias	EMEC	Premium	HSG + CDI	HSC
Taxa de desconto ao ano (pre-tax)	9,7%a.a.	9,7%a.a.	9,7%a.a.	9,7%a.a.	9,7%a.a.
Período de projeção	8 anos	8 anos	8 anos	8 anos	8 anos
Crescimento ao ano na perpetuidade	5,5%a.a.	5,5%a.a.	5,5%a.a.	5,5%a.a.	5,5%a.a.
Valor testado (carrying amount)	1.230.779	220.430	292.475	313.288	176.833

Para o período de projeção utilizamos premissas baseadas em estudos para aberturas de novos hospitais e leitos, além do tempo de maturidade do negócio e perspectivas de crescimento de receita.

Para a taxa de crescimento ao ano na perpetuidade, consideramos o Produto Interno Bruto (PIB) e o IPCA de longo prazo. O crescimento acima da inflação se dá pelo perfil do setor de saúde, envelhecimento da população, crescimento de beneficiários, entre outros fatores que afetam diretamente ao setores de saúde.

A Companhia efetuou ainda uma análise de sensibilidade considerando um acréscimo ou uma redução de 1,00% nas taxas de desconto e na margem operacional no modelo de longo prazo e não foi identificada a necessidade de ajuste ao valor recuperável.

16. Fornecedores

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Órteses, próteses e materiais especiais	**49.379**	41.866	**59.359**	48.794
Drogas e medicamentos	**25.282**	20.505	**34.403**	37.588
Material médico e hospitalar	**3.943**	3.963	**7.992**	10.488
Bens de natureza permanente	**9.144**	7.957	**20.011**	9.462
Material diagnóstico	**1.201**	1.053	**1.327**	1.080
Gêneros alimentícios	**1.356**	842	**2.937**	1.382
Prestação de serviços	**4.921**	10.442	**10.691**	18.944
Outros fornecedores	**6.250**	3.254	**11.981**	11.440
	101.476	89.882	**148.701**	139.178

17. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Instituição	Taxa a.a.	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Debêntures – 1ª Emissão (v)	CDI + 1,60%	**713.789**	716.165	**713.789**	716.165
BNDES - Pós-fixados (vi)	TJLP + 2,70% a 4,10%	**66.417**	82.205	**66.417**	82.205
Banco do Nordeste (iii)	IPCA + 1,21%	**396.397**	324.966	**396.397**	324.966
Banco da Amazônia	TJLP + 6,23% a 7,94%	**-**	-	**151**	1.575
Daycoval	11,69%	**-**	-	**-**	1.205
Daycoval	12,24%	**-**	-	**58**	759
Banco Itaú (viii)	CDI+1,9%	**-**	-	**19.873**	19.916
Banco Itaú	CDI+3,6%	**-**	-	**-**	3.062
Banco Itaú (i)	CDI+2%	**-**	-	**7.785**	-
Banco Itaú (ii)	CDI +1,7%	**-**	-	**1.031**	-
Banco do Brasil (viii)	CDI +1,9%	**-**	-	**43.213**	43.299
Banco Itaú (iv)	CDI + 2,02%	**-**	-	**7.274**	6.057
Unicred	CDI + 4,28%	**-**	-	**-**	4.407
Sicoob	CDI + 3,66%	**-**	-	**2.399**	3.434
Outros	-	**-**	-	**1**	379
		1.176.603	1.123.336	**1.258.388**	1.207.429
(-) Custo de transação		**(3.523)**	(4.249)	**(3.523)**	(4.249)
		1.173.080	1.119.087	**1.254.865**	1.203.180
Circulante		**36.306**	35.530	**52.205**	52.973
Não circulante		**1.136.774**	1.083.557	**1.202.660**	1.150.207

(i) Em 21 de março de 2023, houve contratação de empréstimos pelo HSG no valor de R$ 7.500 junto ao Banco Itaú, a taxa de juros CDI+2%a.a.. O empréstimo será quitado no dia 20 de março de 2025 com pagamento de juros semestrais.

(ii) Em 05 de janeiro de 2023, houve contratação de empréstimos pelo HSG junto ao Banco do Itaú no valor de R$ 3.000, a taxa de juros CDI+1,7%a.a. O empréstimo será pago em quatro parcelas trimestrais, sendo a primeira em 05 de abril de 2023 e a última em 05 de janeiro de 2024

(iii) Nos dias 27 de junho e 14 de julho de 2023 houve liberações referente ao empréstimo com o BNB no valor de R$ 66.569 e R$ 4.121, respectivamente. O empréstimo com o BNB possui um bônus de adimplência de 0,85. Logo, a taxa do empréstimo é IPCA +1,03%, caso não haja atraso nos pagamentos das parcelas da dívida. O vencimento deste contrato está previsto para o dia 16 de outubro de 2034.

(iv) Em 2022, houve contratação de empréstimo pelo Premium junto ao Banco do Itaú no valor de R$ 3.000 a taxa para CDI+2,02%. Os juros são trimestrais e a amortização ocorre somente no vencimento. Também houve contratação de um empréstimo adicional no valor de R$ 3.000 a taxa para CDI+2,02%. Os juros desse contrato são anuais e a amortização ocorre somente no vencimento. No dia 17 de maio de 2023, houve contratação de empréstimos pelo Premium junto ao Banco do Itaú no valor de R$ 1.000, a taxa de juros de CDI+2,02%a.a. O empréstimo será pago em oito parcelas trimestrais, sendo a primeira em 21 de agosto de 2023 e a última em 19 de maio de 2025.

(v) Em 05 de novembro de 2021 houve a emissão das debêntures no valor de R$ 700.000. As amortizações previstas são duas parcelas iguais em 2027 e 2028, enquanto os juros são semestrais.

(vi) Em 29 de janeiro de 2018, houve contratação de empréstimos pela controladora no valor de R$ 109.030 junto ao BNDES, a taxa de juros TJLP+3,18%a.a. O empréstimo será quitado no dia 15 de dezembro de 2027, com juros e amortizações mensais.

(vii) O empréstimo junto ao banco Itaú possui vencimento no dia 22 de março de 2027. Os juros e as amortizações são anuais, sendo a primeira parcela com amortização em 2025.

(viii) Em 14 de março de 2022, houve contratação de empréstimos pelo HSG no valor de R$ 43.000 junto ao Banco do Brasil, a taxa de juros CDI+1,90 %a.a. O empréstimo será quitado no dia 15 de março de 2027, com juros trimestrais e amortizações anuais a partir de 2024.

Apresentamos a seguir o cronograma de pagamento dos empréstimos sem considerarmos o custo de transação:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Menos de um ano	**37.034**	35.530	**52.934**	52.973
Dois e três anos	**77.087**	50.168	**126.294**	83.103
Quatro e cinco anos	**777.735**	427.235	**794.413**	460.950
Acima de cinco anos	**284.747**	610.403	**284.747**	610.403
	1.176.603	1.123.336	**1.258.388**	1.207.429
(-) Custo de transação	**(3.523)**	(4.249)	**(3.523)**	(4.249)
Total	**1.173.080**	1.119.087	**1.254.865**	1.203.180

A movimentação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 ocorreu da seguinte forma:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Saldo inicial	**1.119.087**	1.107.529	**1.203.180**	1.111.308
Saldo incorporado em aquisição controlada	**-**	-	**-**	99.083
Captação	**70.965**	52.686	**82.484**	106.201
Juros passivos	**126.370**	123.967	**138.521**	133.409
Variação cambial e monetária	**747**	1.333	**747**	1.333
Pagamento de principal	**(15.576)**	(43.157)	**(29.344)**	(118.477)
Pagamento de juros	**(129.239)**	(124.005)	**(141.448)**	(130.411)
Custo de transação	**726**	734	**726**	734
Saldo final	**1.173.080**	1.119.087	**1.254.865**	1.203.180

18. Parcelamento de impostos

Os parcelamentos de impostos realizados pela Rede Mater Dei:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
COFINS (i)	**8.491**	11.944	**8.491**	11.944
PIS (i)	**1.840**	2.588	**1.840**	2.588
ISSQN	**-**	-	**7**	28
IRPJ	**-**	-	**901**	914
INSS	**-**	-	**100**	122
	10.331	14.532	**11.339**	15.596
Circulante	**6.438**	5.599	**6.644**	5.861
Não circulante	**3.893**	8.933	**4.695**	9.735

(i) Refere-se ao parcelamento de PIS e COFINS relativo ao questionamento do não recolhimento sobre o uso de medicamentos nas dependências da Companhia. O parcelamento foi firmado em 30 de setembro de 2020 a ser liquidado em 60 parcelas, com atualização pela SELIC.

Apresentamos a seguir a movimentação ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Saldo inicial	**14.532**	18.564	**15.596**	18.564
Saldo incorporado em aquisição de Controlada	**-**	-	**-**	1.149
Juros provisionados	**1.650**	2.004	**1.748**	2.028
Pagamentos	**(5.851)**	(6.036)	**(6.005)**	(6.145)
Saldo final	**10.331**	14.532	**11.339**	15.596

O cronograma de pagamento dos saldos de parcelamentos e os respectivos valores nominais são como segue:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Menos de um ano	**6.438**	5.599	**6.644**	5.861
Entre um e dois anos	**3.893**	5.132	**4.014**	5.924
Acima de dois anos	**-**	3.801	**681**	3.811
Total	**10.331**	14.532	**11.339**	15.596

19. Aquisição de empresas a pagar

Apresentamos a seguir as contraprestações a pagar a valores justos referentes às aquisições de empresas:

Empresas adquiridas	Consolidado 2023	Consolidado 2022
A3Data	**-**	2.000
HSG	**6.499**	6.433
CDI	**1.184**	1.964
Premium	**152.485**	167.528
EMEC	**20.616**	19.389
HSC	**30.925**	27.712
	211.709	225.026
Circulante	**36.931**	28.161
Não circulante	**174.778**	196.865

(i) As informações detalhadas sobre as aquisições estão divulgadas na Nota 2.

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Saldo inicial	**225.026**	15.860
Aquisição (i)	**4.576**	217.426
Juros provisionados	**20.192**	8.821
Pagamentos (ii)	**(38.085)**	(17.081)
Saldo final	**211.709**	225.026

(i) Refere-se a aquisição de 7 cotas da HSG de sócios não controladores ocorrida no dia 29 de março de 2023.

(ii) Refere-se, principalmente, ao pagamento da primeira parcela da Premium no valor de R$ 24.145; aquisição adicional das 7 cotas da HSG no valor de R$ 4.576; e ao pagamento de R$ 2.000 da parcela final oriunda da aquisição da A3 Data.

20. Provisão para contingências

Controladora

	Cíveis	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Total
Em 31 de dezembro de 2021	37.831	75.108	13.492	126.431
Adições e atualizações monetárias	6.062	13.617	5.185	24.864
Baixas e reversões	(14.410)	(1.031)	-	(15.441)
Em 31 de dezembro de 2022	29.483	87.694	18.677	135.854
Adições e atualizações monetárias	**1.630**	**14.913**	**2.530**	**19.073**
Baixas e reversões	**(15.303)**	**(9.228)**	**-**	**(24.531)**
Em 31 de dezembro de 2023	**15.810**	**93.379**	**21.207**	**130.396**

Consolidado

	Cíveis	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Total
Em 31 de dezembro de 2021	80.592	84.149	27.730	192.471
Saldo incorporado de controlada	11.334	2.532	465	14.331
Combinação de negócios	41.142	154	1.482	42.778
Adições e atualizações monetárias	7.161	15.332	6.915	29.408
Baixas e reversões	(15.657)	(8.740)	-	(24.397)
Em 31 de dezembro de 2022	124.572	93.427	36.592	254.591
Saldo incorporado de controlada	**-**	**-**	**20**	**20**
Adições e atualizações monetárias	**11.557**	**19.300**	**2.890**	**33.747**
Baixas e reversões	**(20.381)**	**(12.560)**	**-**	**(32.941)**
Em 31 de dezembro de 2023	**115.748**	**100.167**	**39.502**	**255.417**

(a) Trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários
A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos cíveis, trabalhistas e previdenciários e fiscais, em andamento, e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada por seus assessores legais externos. O encargo de provisão é reconhecido no resultado em "Outras receitas (despesas) operacionais" e as atualizações monetárias no "Resultado financeiro". A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:
Ações cíveis: as principais causas estão relacionadas a ações judiciais movidas por clientes questionando procedimentos médicos realizados por médicos nas dependências da Companhia. Para eventuais processos da controladora há depósitos judiciais vinculados no valor de R$1.097 em 31 de dezembro de 2023.
Contingências trabalhistas e previdenciárias: correspondem, majoritariamente, a alegações da Receita Federal do Brasil de vínculo trabalhista de profissionais médicos que prestam serviços nas dependências dos hospitais da Companhia por meio de pessoas jurídicas. Sendo assim, a Receita Federal do Brasil emitiu notificações exigindo o recolhimento de encargos trabalhistas. A Companhia está atualmente contestando tais alegações. Adicionalmente, a Companhia possui reclamações trabalhistas de outras naturezas. Para eventuais processos da controladora há depósitos judiciais vinculados no valor de R$8.609 em 31 de dezembro de 2023.
Contingências fiscais: A Companhia identificou riscos relativos a tratamentos tributários na esfera federal relativos ao PIS/COFINS e imposto de renda e contribuição social.
(b) Provisões possíveis
A Companhia e suas controladas tem ações de natureza fiscal, trabalhistas e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. Com relação aos processos fiscais, a Companhia questiona na justiça a exclusão do ISSQN na base do PIS e da COFINS sobre a receita de serviços. Para estes processos, a Companhia realiza os pagamentos via depósito judicial, cujo saldo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, correspondem a R$10.258 e R$8.088, respectivamente. Os valores estimados para as causas possíveis são:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fiscais	**10.258**	8.088	**37.416**	23.791
Trabalhistas e Previdenciária	**24.579**	13.509	**34.334**	17.314
Cíveis	**33.950**	15.663	**35.078**	28.024
	68.787	37.260	**106.828**	69.129

(c) Ativo de indenização
A Companhia registra ativos de indenização decorrentes de passivos contingentes relacionados a aquisição de controladas. Conforme estipulado em contrato, os acionistas vendedores têm a obrigação de reembolsar a Companhia por eventuais pagamentos de contingências, materializadas ou não, oriundas do período de gestão dos acionistas vendedores. Para certos contratos, a Companhia possui garantidas de pagamentos, representadas por parcelas retidas da contraprestação a pagar e, também pagamentos de aluguéis de imóveis pertencentes aos antigos sócios. Os ativos indenizáveis foram reconhecidos na rubrica de "Outros ativos não circulantes" conforme valores apresentados abaixo:

	Consolidado	
	2023	2022
CSN	**46.205**	43.132
HSG	**18.261**	18.820
EMEC	**13.154**	11.976
HSC	**13.256**	14.711
Premium	**4.897**	5.148
	95.773	93.787

21. Patrimônio líquido
(a) Capital subscrito e integralizado
O capital social da Companhia, subscrito e integralizado, no montante de R$ 1.355.182 está dividido em 382.329.821 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A composição dos acionistas pode ser assim descriminada:

	Quantidade de ações	
	2023	2022
JSS Empreend. e Administração Ltda. – Controlador	**219.287.242**	219.287.242
Pessoas físicas – Controlador	**54.103.195**	54.103.195
Família Porto Dias (*)	**27.272.728**	27.272.728
Outros acionistas – Mercado	**81.666.656**	81.666.656
	382.329.821	382.329.821

Capital integralizado	1.355.182
(-) Gastos com emissão de ações	(54.163)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.301.019

(*) Representado pelos acionistas minoritários do Grupo Porto Dias. Com a eleição do Antônio Dias como conselheiro da Companhia, em fevereiro de 2022,substituído na Assembleia Ordinária de 28 de abril de 2023 pelo seu filho Diogo, as suas ações, bem como as ações adquiridas na venda do Grupo Porto Dias, voltaram a fazer parte do free float (mercado), sendo entendido a necessidade de abertura de linha específica de suas ações.
(b) Reserva de capital
Em 01 de novembro de 2021, a Companhia constituiu uma reserva de ágio no montante de R$370.382 decorrente da diferença do valor justo da ação emitida e o valor nominal quando da emissão de ações decorrente da aquisição do controle acionário do Grupo Porto Dias.
(c) Pagamento baseado em ações
No dia 12 de maio 2021, o Conselho de Administração de Companhia, ratificou e aprovou a outorga de 5.334.935 opções de compra de ações no âmbito do Primeiro Programa de Opções de Compra de Ações da Companhia, aos beneficiários indicados pelo Conselho de Administração, bem a celebração dos contratos de outorga de ações entre a Companhia e os beneficiários selecionados.
O exercício total das opções poderá ser realizado em, no mínimo, 5 anos a contar da data de assinatura dos contratos e no máximo 7 anos, sendo a primeira tranche disponível no 3º ano. O valor justo das opções foi mensurado conforme modelo Binomial de Hull & White, utilizando-se das premissas contratuais e das estimativas aplicáveis e disponíveis no mercado.

Tranche	Data da Outorga	Período de *Vesting*	Data de vencimento	Valor justo por ação
1	08/04/2021	08/04/2024	08/04/2028	R$ 7,92
2	08/04/2021	08/04/2025	08/04/2028	R$ 8,55
3	08/04/2021	08/04/2026	08/04/2028	R$ 9,07

O preço do exercício das opções concedidas foi de R$13,95 por ação, corrigidos pela variação da inflação, apurada pelo IPCA, calculado pro rata die, bem como será ajustado pelo montante de dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos pagos pela Companhia, entre a data outorga e data do exercício. Até 31 de dezembro de 2023, não houve nenhuma expiração ou novas emissões de outorga. O primeiro vesting está previsto para o ano de 2024.
O reconhecimento das opções no balanço patrimonial e na demonstração de resultados da Companhia, seguiu as orientações do pronunciamento CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações. Em 31 de dezembro de 2023, o montante reconhecido no resultado e na reserva de capital foi de R$11.704 (R$ 11.704 em dezembro de 2022).
(d) Ajuste de avaliação patrimonial
No ajuste de avaliação patrimonial são reconhecidas as seguintes transações: (i) valor justo do contrato de opções de compra e venda de ações do Grupo Porto Dias e do Hospital Santa Clara, conforme detalhe na Nota 13; (ii) ajuste de avaliação patrimonial reflexo oriundo de transações com acionistas não controladores; e, (iii) outros resultados abrangentes composto pelo resultado líquido do hedge accounting deduzido o IR e CSLL diferidos.
O valor justo referente ao hedge accounting está contabilizado no Patrimônio Líquido. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo de hedge accounting é de R$ 8.259 (R$ 252 em 31 de dezembro de 2022).
(e) Reservas de lucros
Reserva legal
A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.
Reserva para reinvestimento
A constituição da reserva para reinvestimento foi deliberada em Assembleias Gerais Ordinárias com a finalidade de destinar recursos para a expansão das atividades operacionais da Companhia. No dia 28 de abril de 2023 foi aprovado na Assembleia a destinação do valor de R$ 61.220.
(f) Dividendos
De acordo com o estatuto social da Companhia, será assegurado aos acionistas 25% do lucro líquido, ajustado conforme legislação, para distribuição e pagamentos de dividendos.
Os dividendos relativos ao resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2023 estão demonstrados a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**119.654**	103.505
Constituição da reserva legal (5%)	**(5.983)**	(5.175)
Base de cálculo dos dividendos	**113.671**	98.330
Dividendos mínimo propostos (25%)	**28.418**	24.582
Valor por milhares de ações ordinárias nominativas	**R$0,070**	R$0,064

O saldo de dividendos referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi pago no dia 10 de maio de 2023 no valor de R$ 24.582.
(g) Reserva especial de ágio - Reflexo
Conforme evidenciado na nota explicativa 3, no dia 31 de maio de 2023 foi realizada a cisão parcial da RMDS seguida pela incorporação do acervo líquido pela A3 Data mediante incorporação reversa, a qual a A3Data incorporou o próprio investimento da RMDS na A3Data em conjunto com ágio e mais valia apurados na data da aquisição. Os efeitos decorrentes da provisão do ágio, constituição do benefício fiscal do ágio (34% sobre o valor do ágio) e reconhecimento de participação de minoritários em tal benefício foram contabilizados no patrimônio líquido da Companhia em reserva de ágio especial reflexo no valor de R$ 26.210.
22. Receita de contratos com clientes

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Convênios	**1.389.592**	1.099.135	**2.314.041**	1.839.190
Particulares	**68.692**	56.341	**139.425**	113.108
Comissões	**18.334**	13.302	**18.557**	13.302
Estacionamento	**10.752**	8.844	**10.758**	8.849
Outras receitas	**-**	2.511	**92**	2.780
Receita bruta	**1.487.370**	1.180.133	**2.482.873**	1.977.229
Glosas (i)	**(65.151)**	(50.132)	**(133.943)**	(88.158)
Total de glosas	**(65.151)**	(50.132)	**(133.943)**	(88.158)
Faturamentos cancelados	**(2.992)**	(1.038)	**(5.626)**	(1.043)
Outras deduções	**(872)**	(935)	**(1.531)**	(1.458)
Deduções da receita	**(3.864)**	(1.973)	**(7.157)**	(2.501)
ISSQN	**(41.071)**	(32.693)	**(62.742)**	(51.109)
PIS	**(9.827)**	(7.376)	**(16.234)**	(12.750)
COFINS	**(45.310)**	(36.201)	**(74.880)**	(59.269)
ICMS	**-**	-	**(252)**	(310)
Impostos sobre receita	**(96.208)**	(76.270)	**(154.108)**	(123.438)
Receita líquida	**1.322.147**	1.051.758	**2.187.665**	1.763.132

(i) Os valores representam a estimativa de perdas de glosas sobre as receitas com convênios. Para fins de comparabilidade, realizamos a abertura dos saldos referentes ao ano anterior.
23. Custos e despesas por natureza
(i) Custo dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Pessoal	**(222.324)**	(181.476)	**(409.441)**	(318.703)
Alimentação e refeição	**(17.893)**	(13.053)	**(38.072)**	(28.737)
Serviços médicos	**(74.625)**	(51.300)	**(252.300)**	(171.596)
Materiais e medicamentos	**(374.597)**	(293.037)	**(528.486)**	(426.534)
Manutenção e conservação	**(52.120)**	(34.208)	**(87.706)**	(61.571)
Depreciação e amortização	**(47.466)**	(40.280)	**(82.432)**	(74.328)
Outros custos	**(44.242)**	(35.391)	**(77.379)**	(58.476)
	(833.267)	(648.745)	**(1.475.816)**	(1.139.945)

(ii) Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Pessoal	**(129.646)**	(107.228)	**(189.607)**	(155.741)
Propaganda e publicidade	**(2.451)**	(3.421)	**(2.705)**	(4.797)
Depreciação e amortização	**(13.017)**	(10.958)	**(19.570)**	(15.744)
Despesas com M&A	**-**	(13.978)	**-**	(13.978)
Serviços de terceiros	**(36.565)**	(31.892)	**(60.587)**	(51.162)
Outras despesas	**(12.960)**	(12.861)	**(23.819)**	(27.670)
	(194.639)	(180.338)	**(296.288)**	(269.092)

24. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Reversão/(Provisão) para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	**16.896**	(4.238)	**16.375**	(6.258)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	**(14.429)**	(18.592)	**(17.921)**	(20.570)
Aluguéis	**1.674**	1.223	**3.133**	1.945
Outras receitas operacionais	**1.575**	5.203	**3.806**	8.975
Outras receitas (despesas) operacionais	**5.716**	(16.404)	**5.393**	(15.908)

25. Resultado financeiro
Resultado financeiro por natureza de transação financeira:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	**29.547**	68.591	**31.073**	70.607
Descontos financeiros	**5.251**	5.974	**6.878**	7.177
Ganho com derivativos - Swap	**2.423**	227	**2.423**	227
Variação cambial e monetária	**16**	445	**139**	488
Outras receitas financeiras (i)	**17.085**	11.715	**18.946**	11.927
	54.322	86.952	**59.459**	90.426

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas financeiras				
Juros provisionados (ii)	**(128.020)**	(125.971)	**(160.460)**	(152.053)
Juros contrato de arrendamento	**(61.573)**	(51.627)	**(83.379)**	(72.585)
Variação cambial e monetária passiva	**(163)**	(1.965)	**(163)**	(1.966)
Atualização monetária de contingências (iii)	**(12.714)**	-	**(15.541)**	-
Perda com derivativos - Swap	**(9.803)**	(10.567)	**(9.803)**	(10.567)
Despesas bancárias	**(1.331)**	(1.285)	**(1.798)**	(2.391)
Descontos concedidos	**(703)**	(868)	**(948)**	(1.245)
Custo de transação	**(726)**	(734)	**(726)**	(734)
Outras despesas financeiras	**(586)**	(13)	**(1.457)**	(953)
	(215.619)	(193.030)	**(274.275)**	(242.494)
Resultado financeiro líquido	**(161.297)**	(106.078)	**(214.816)**	(152.068)

(i) Refere-se, principalmente, a atualização monetária de contas a receber de obras no valor de R$ 13.527 em 31 de dezembro de 2023.
(ii) Refere-se a valores de juros com empréstimos, financiamentos, debêntures, parcelamentos de impostos e contas a pagar por aquisição de empresas.
(iii) Em 2022, o saldo de atualização monetária das provisões de riscos eram reconhecidas na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais" na linha de provisão ou reversão de contingências.
26. Imposto de renda e contribuição social
(a) Composição de saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos
Segue a reconciliação da apuração do imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**165.077**	138.218	**208.793**	185.834
Alíquota de IR e CSLL	**34%**	34%	**34%**	34%
Imposto calculado com base na alíquota dos impostos	**(56.126)**	(46.994)	**(70.990)**	(63.184)
Diferenças permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	**9.616**	13.980	**903**	(81)
Incentivos fiscais (patrocínios e doações)	**(110)**	(124)	**(140)**	(132)
Ativo de prejuízo fiscal de anos anteriores constituído	**-**	-	**2.170**	-
Ativo de prejuízo fiscal não constituído	**-**	-	**(2.768)**	(6.480)
Outras diferenças permanentes	**192**	189	**(3.028)**	1.772
Juros sobre capital próprio recebidos	**-**	(1.764)	**-**	(1.764)
Conciliação do regime de lucro presumido	**1.005**	-	**6.307**	6.722
Provisão do imp. de renda e contr. social	**(45.423)**	(34.713)	**(67.546)**	(63.147)
IR e CSLL - corrente	**(1.421)**	(893)	**(45.773)**	(36.522)
IR e CSLL - diferido	**(44.002)**	(33.820)	**(21.773)**	(26.625)
	(45.423)	(34.713)	**(67.546)**	(63.147)

(b) Composição de saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos
Os impostos diferidos estão representados por despesas e receitas temporárias e são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	**20.861**	20.935	**27.405**	25.957
Provisão para glosas	**36.785**	27.009	**47.948**	30.068
Provisão para devedores duvidosos	**27.457**	22.552	**35.173**	29.978
Arrendamento mercantil	**21.680**	12.949	**32.082**	21.705
Instrumentos financeiros derivativos	**(4.920)**	14	**(4.920)**	14
Prejuízo fiscal e base negativa	**10.513**	11.401	**28.286**	26.391
Provisão de pagamento baseado em ações	**10.870**	6.890	**10.870**	6.890
Amortização fiscal do ágio	**(143.630)**	(71.906)	**(143.630)**	(71.906)
Outros	**1.546**	-	**6.075**	454
Ativo (passivo), líquido	**(18.838)**	29.844	**39.289**	69.551
Mais valia de ativos e reavaliação de imobilizado	**-**	-	**(80.877)**	(84.867)
Passivo líquido	**(18.838)**	-	**(41.588)**	(84.867)
IR e CSLL ativo	**-**	29.844	**58.127**	69.551
IR e CSLL passivo	**(18.838)**	-	**(99.715)**	(84.867)

27. Lucro por ação
Básico e diluído
O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo, quando aplicável, as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Os instrumentos potenciais com efeitos diluidores foram considerados no cálculo do lucro diluído, conforme descrito abaixo, ponderando-se, para as opções de ações, se o preço médio de mercado das ações ordinárias no período excedem o preço de exercício das opções.

	Controladora	
Lucro básico	2023	2022
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	**119.654**	103.505
Qtde. média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	**382.330**	382.330
Lucro básico por ação - R$ por ação	**0,31**	0,27

	Controladora	
Lucro diluído	2023	2022
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	**119.654**	103.505
Qtde. média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	**382.330**	382.330
Opções de compras de ações	**-**	5.335
Passivo de resgate – Contrato de opção de compra	**21.416**	21.416
Qtde. média ponderada de ações ordin. p/o lucro diluído por ação (milhares)	**403.746**	409.081
Lucro básico e diluído por ação - R$ por ação	**0,30**	0,25

28. Saldos e transações com partes relacionadas
Os saldos e transações com partes relacionadas estão descritos abaixo.

	Parte relacionada	Controladora 2023	Controladora 2022
Ativo			
Contas a receber de obra	JSS Empr. e Admin. Ltda	**343.285**	315.610
Dividendos a receber (i)	CSN	**19.513**	7.129
Juros sobre capital próprio a receber (i)	CSN	**-**	5.296
Venda de imobilizado (i)	Premium	**1.485**	1.466
Venda de imobilizado (i)	EMEC	**162**	160
Venda de imobilizado (i)	CSN	**90**	-
Venda de imobilizado (i)	HSG	**372**	-
Venda de imobilizado (i)	HSC	**51**	-
Passivo			
Dividendos a pagar	Acionistas	**28.418**	24.582
Arrendamentos a pagar	JSS Empr. e Admin. Ltda	**634.597**	577.181
Despesas e custos			
Arrendamentos	JSS Empr. e Admin. Ltda.	**69.183**	59.834
Outros (ii)	Acionistas	**1.693**	1.667

(i) Os valores estão apresentados na rubrica de "outros ativos circulantes".
(ii) Valores correspondentes a reembolsos de despesas de aluguel e de custos incorridos em programa de MBA de formação de sucessores para acionista e remuneração paga pela gestão da holding controladora.

	Parte relacionada	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo			
Contas a receber de obra	JSS Empr. e Admin. Ltda	**343.285**	315.610
Passivo			
Dividendos a pagar	Acionistas	**36.221**	-
Arrendamentos a pagar	JSS Empr. e Admin. Ltda	**634.597**	577.181
Arrendamentos a pagar	ADL Participações e Negócios S/A	**115.986**	178.449
Despesas e custos			
Arrendamentos	JSS Empr. e Admin. Ltda.	**69.183**	59.834
Arrendamentos	ADL Participações e Negócios S/A	**16.429**	24.583
Outros	Acionistas	**1.693**	1.667

Os maiores saldos abertos com partes relacionadas da Companhia são referentes as transações com a sua controladora (JSS Empreendimentos e Administração Ltda.), acionistas e Centro Saúde Norte.
As transações com partes relacionadas são negociadas entre as partes com base nos preços de mercado e amparados por contratos.
(a) Remuneração do pessoal-chave da administração
A administração compreende os Conselheiros de Administração e os Diretores Estatutários. A remuneração paga ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Salários e outros benefícios de curto prazo	**31.309**	27.010	**34.346**	28.933
	31.309	27.010	**34.346**	28.933

29. Seguros (cobertura não auditada)
A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Riscos cobertos	Controladora Montante da cobertura	Consolidado Montante da cobertura
Patrimonial	2.697.400	3.664.790
D&O	50.000	50.000
Responsabilidade Civil Geral	1.000	3.000
Responsabilidade Civil Profissional	-	1.000
Seguro Garantia Judicial	56.012	56.012

Adicionalmente, a Companhia contratou apólices de seguro garantia visando dar cobertura, por ordem judicial, a processos judiciais em andamento. Esse seguro tem por objetivo apenas evitar a necessidade de se proceder a depósito judicial. Caso a Companhia não logre êxito nessas ações, a mesma deverá arcar com o ônus dessas ações, não tendo cobertura quanto aos valores perdidos.

COMITÊ DE AUDITORIA:
Geraldo Sardinha Pinto Filho — Sicomar Benigno de Araújo Soares — Maria Fernanda Veloso Pires
DIRETORIA EXECUTIVA:
José Henrique Dias Salvador - Diretor Presidente
Felipe Salvador Ligório - Diretor Vice-Presidente Assistencial e Diretor Médico
Renata Salvador Grande - Diretora Vice Presidente Administrativa e Comercial e Diretora Comercial e de Marketing
Rafael Cardoso Cordeiro - CFO e Diretor de Relacionamento com Investidores
André Soares de Moura Costa - Diretor de Operações
Fábio Mascarenhas da Silva - Diretor Financeiro.
CONSELHO FISCAL:
Fernando Daniel de Moura Fonseca — Roberto Tommasetti — Rafaela Rocha França Dumont
CONTADOR:
Rafael Pinto Queiroz Neto - CRCMG 085815/O-0

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
Em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1.º, inciso V, da Instrução CVM n.º 480/09, os diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, Ernst & Young auditores independentes S/S Ltda, acerca das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
Belo Horizonte, 27 de março de 2024.
Diretor Presidente - José Henrique Dias Salvador
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - Rafael Cardoso Cordeiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em observância às disposições constantes o artigo 25, parágrafo 1.º, inciso VI, da Instrução CVM n.º 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
Belo Horizonte, 27 de março de 2024.
Diretor Presidente - José Henrique Dias Salvador
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - Rafael Cardoso Cordeiro

DECLARAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
O Comitê de Auditoria e Riscos Não Estatutário do Hospital Mater Dei S.A. tomou conhecimento e analisou as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, relatório da Ernst & Young ("Auditores Independentes") o relatório da Administração da Companhia. Com base em referida análise, e considerando as informações prestadas pelos representantes da Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, este Comitê recomenda ao Conselho de Administração que aprove as Demonstrações Financeiras de 2023, não havendo qualquer divergência entre a Administração da Companhia, os Auditores Independentes e este Comitê.
Belo Horizonte, 27 de março de 2024

DECLARAÇÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Mater Dei, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e os respectivos documentos complementares. Após verificarem os documentos acima mencionados, e considerando os exames procedidos por este colegiado e os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia relativos aos atos de gestão e respectivos registros no exercício financeiro de 2023, como também com base no Relatório do Auditor Independente, sem ressalva, da Ernest & Young Auditores Independentes Ltda, emitido em 27 de março de 2024, expressam opinião favorável de que as mencionadas demonstrações estão adequadamente representadas em todos os seus aspectos relevantes e, portanto, merecem a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2024.
Belo Horizonte, 27 de março de 2024

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores do
Hospital Mater Dei S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Hospital Mater Dei S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para os assuntos abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
Avaliação do valor recuperável de ativos de vida útil indefinida
Conforme divulgado na nota explicativa 15, a Companhia possui ativos não financeiros significativos, representados, principalmente, pelo ativo intangível, incluindo ágios e marcas decorrentes de combinações de negócios. Esses ativos são revisados anualmente com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, sendo que ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas, incluindo o ágio, devem ser submetidos anualmente a testes de *impairment*, independente de indicativos de deterioração. A avaliação quanto à recuperabilidade desses ativos com base no valor em uso, incluindo a definição das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), tem alto grau de subjetividade, assim como é baseado em diversas premissas cuja realização é afetada por projeções de mercado e cenários econômicos incertos. Mais especificamente, as premissas significativas na determinação do valor em uso se referem, principalmente, às projeções de taxa de ocupação de leitos, reajustes dos serviços hospitalares e taxa de desconto.
Devido à relevância dos saldos, o nível de incerteza e o alto grau de julgamento inerentes à determinação dos valores recuperáveis correspondentes, principalmente no que tange as premissas significativas supracitadas, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria.
Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Nossos procedimentos de auditoria realizados incluíram, mas não se limitaram a:
(a) Analisamos a definição de UGCs da diretoria;
(b) Analisamos a avaliação da diretoria quanto à existência de indicadores de perda por redução ao valor recuperável em relação às suas UGCs, por meio de análises da conjuntura econômica e do desempenho de cada UGC no exercício;
(c) Obtemos os fluxos de caixa descontados de cada UGC que foi testada pela diretoria e, com o envolvimento de nossos especialistas da área de finanças corporativas, avaliamos a metodologia e as premissas adotadas. Comparamos as projeções de fluxo de caixa descontados das UGCs com os orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração. Realizamos discussões com a diretoria, avaliando também se as premissas foram definidas e aplicadas de acordo com as características de cada UGC, bem como potenciais evidências contrárias de auditoria. Desafiamos as premissas-chave adotadas nas projeções de fluxo de caixa, incluindo taxa-de-ocupação de leitos, reajustes de serviços hospitalares e taxa de desconto, por meio de avaliação de evidências internas e externas, incluindo informações do setor;
(d) Conferimos a completude e cálculos matemáticos das projeções de fluxos de caixa descontados;
(e) Avaliamos a sensibilidade do impacto sobre o os fluxos de caixa descontados resultante de possíveis e razoáveis mudanças nas premissas-chave; e
(f) Avaliamos a suficiência das divulgações nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas relacionadas ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria executados, consideramos que os valores recuperáveis de ativos não financeiros mensurados pela diretoria, bem como as respectivas divulgações nas notas explicativas 4.9, 4.11 e 15, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, tomadas em conjunto.
Reconhecimento de receita de contratos com clientes
Conforme divulgado na nota explicativa 4.16, as receitas da Companhia decorrem da prestação de serviços hospitalares, inclusive do uso de medicamentos e materiais hospitalares. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável.
A receita é reconhecida, quando o controle e todos os direitos e benefícios decorrentes da prestação de serviços da Companhia fluem para o cliente no momento da prestação dos serviços hospitalares, por um valor que reflete a contrapartida a qual a Companhia espera ter direito, em troca de transferência de bens ou serviços para os clientes. As receitas de contratos com clientes são mensuradas pelo valor da contraprestação recebida e a receber, deduzidas de abatimentos, descontos, impostos e encargos correspondentes e provisão para glosas (componente variável).
Devido à relevância dos montantes envolvidos e às características inerentes ao processo de reconhecimento de receita, incluindo as receitas a faturar e as estimativas relacionadas à mensuração das glosas, assim como o impacto que eventuais mudanças nas premissas e estimativas utilizadas teriam sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.
Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Nossos procedimentos de auditoria realizados incluíram, mas não se limitaram a:
(a) Obtemos o entendimento dos controles internos relacionados aos processos de determinação e monitoramento de valor e quantidade de procedimentos hospitalares e momento de reconhecimento de receita;
(b) Com base em amostragem, executamos procedimentos de exame documental até o nível da liquidação subsequente para saldo de clientes faturados;
(c) Avaliamos o reconhecimento da receita de acordo com o progresso do serviço prestado, por meio de testes documentais para uma amostra selecionada;
(d) Analisamos as receitas utilizando dados agregados e desagregados para identificar relações ou movimentações dissonantes às nossas expectativas baseadas em nosso conhecimento da Companhia e da indústria na qual está inserida;
(e) Analisamos as premissas utilizadas para determinação dos percentuais de perda com glosas, incluindo análise de perdas históricas com glosa;
(f) Recalculamos as provisões para glosas, com base na posição de clientes em 31 de dezembro de 2023 e percentuais de perdas com glosas auferidas;
(g) Analisamos o risco de registro da receita fora da correta competência com base no tempo médio de internação do paciente; e
(h) Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre esse assunto nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria executados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de reconhecimento de receitas e estimativas de perdas com glosas da Companhia adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 4.16 e 22, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, tomadas em conjunto.
Outros assuntos
Auditoria dos valores correspondentes
As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 15 de março de 2023, sem modificação.
Demonstrações do valor adicionado
As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 27 de março de 2024.

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O

Rogério Xavier Magalhães
Contador CRC MG-080613/O

ONM health

ONM HEALTH S.A.

CNPJ: 11.292.024/0001-88

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Aos acionistas, Temos a satisfação de submeter para sua apreciação e julgamento de V. Sas. as Demonstrações Financeiras da **ONM Health S.A..**, relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.040	6.849
Contas a receber	5	10.405	10.243
Impostos a recuperar	6	5.351	2.413
Ativo financeiro	7	43.285	40.619
Outros ativos		660	478
Total do ativo circulante		66.741	60.602
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras.	4	1.349	1.256
Impostos a recuperar.	6	11.532	12.996
Outros ativos.		464	457
Ativo financeiro.	7	241.562	239.206
Imobilizado	8	2.456	2.750
Direito de uso		146	230
Total do ativo não circulante		257.509	256.895
TOTAL DO ATIVO		324.250	317.497

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	10.509	10.285
Fornecedores - Confirming	9	4.838	5.006
Empréstimos e financiamentos	12	8.149	8.137
Debêntures	13	6.702	4.547
Arrendamentos		-	27
Obrigações trabalhistas		1.823	1.613
Impostos e contribuições a recolher	10	7.885	7.394
Imposto de renda e contribuição social a recolher	11	452	115
Dividendos propostos	15	4.964	15.174
Outros passivos		197	212
Total do passivo circulante		45.519	52.510
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos.	12	54.653	62.897
Debêntures.	13	60.596	56.964
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	51.549	45.204
Impostos e contribuições a recolher.	10	34.705	34.346
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	14	533	515
Total do passivo não circulante		202.036	199.926
Total do passivo		247.555	252.436
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	15	31.700	31.700
Reserva Legal		6.340	6.076
Reserva de lucros		38.655	27.285
Total do patrimônio líquido		76.695	65.061
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		324.250	317.497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Retenção de lucro	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021		31.700	4.982	15.243	-	51.925
Lucro líquido no exercício		-	-	-	22.216	22.216
Juros sobre capital próprio		-	-	(5.509)	-	(5.509)
Cancelamento de dividendos declarados anteriormente		-	-	1.710	-	1.710
Constituição de reserva legal	15	-	1.094	-	(1.094)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	-	(5.281)	(5.281)
Constituição de retenção de lucros		-	-	15.841	(15.841)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		31.700	6.076	27.285	-	65.061
Lucro líquido no exercício		-	-	-	15.424	15.424
Constituição de reserva legal	15	-	264	-	(264)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	-	(3.790)	(3.790)
Constituição de retenção de lucros		-	-	11.370	(11.370)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		31.700	6.340	38.655	-	76.695

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida dos serviços prestados	17	120.951	126.233
Custo de serviço prestado	18	(57.134)	(52.657)
LUCRO BRUTO		63.817	73.576
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	18	(17.679)	(16.145)
Outras receitas (despesas) operacionais		498	509
		(17.181)	(15.636)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		46.636	57.940
Receita financeira	19	1.280	903
Despesa financeira	19	(23.524)	(23.795)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		(22.244)	(22.892)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		24.392	35.048
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	20	(2.623)	(2.083)
Diferido	20	(6.345)	(10.749)
		(8.968)	(12.832)
LUCRO DO EXERCÍCIO		15.424	22.216
Resultado básico e diluído por ação	16	0,49	0,70

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2023	31/12/2022
LUCRO DO EXERCÍCIO	15.424	22.216
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	15.424	22.216

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		24.392	35.048
Ajustes para reconciliar o resultado com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	18	458	624
Juros financiamentos, debêntures e arrendamentos	12 e 13	16.561	22.513
Apropriação de custo de captação de financiamentos e debêntures	12 e 13	960	885
Provisão /Reversões para riscos trabalhistas	14	18	(105)
Atualização monetária debêntures	19	5.380	-
Atualização monetária do ativo financeiro da concessão	7	(45.059)	(55.730)
		2.709	3.235
Variações no capital de giro:			
Contas a receber		(162)	(627)
Impostos a recuperar	6	(1.474)	392
Ativo financeiro da concessão	7	42.542	39.048
Fornecedores e prestadores de serviços	9	224	5.368
Obrigações trabalhistas		210	(63)
Impostos a recolher		(1.058)	2.130
Outros ativos e passivos		(204)	38
Caixa proveniente das atividade operacionais		42.787	49.521
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	11	(378)	(1.057)
Pagamento de juros sobre financiamento, debêntures e arrendamentos	12 e 13	(16.616)	(17.924)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		25.793	30.540
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de ativo imobilizado	8	(80)	(33)
Aquisições - ativo financeiro (custo de obra)	7	(2.505)	(3.301)
Aplicações financeiras	4	(93)	(580)
Caixa consumido pelas atividades de investimento		(2.678)	(3.914)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Fornecedores e prestadores de serviços - Confirming		(168)	(1.450)
Pagamento de financiamento e arrendamentos	12 e 13	(8.756)	(4.606)
Juros sobre capital próprio pagos	15	-	(5.509)
Pagamento de dividendos	15	(14.000)	(14.851)
Caixa consumido pelas atividades de financiamentos		(22.924)	(26.416)
AUMENTO LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		191	210
Caixa e equivalentes no início do período		6.849	6.639
Caixa e equivalentes no fim do período		7.040	6.849
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES		191	210

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de Reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL
A ONM Health S.A.(Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede à rua Dona Luiza, nº 311, no bairro Milionários, na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais. A Companhia tem como objeto social, exclusivamente, a prestação de serviços de apoio não assistenciais à gestão e operação do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro ("Hospital" ou HMDCC), inaugurado em 10 de dezembro de 2015 através de parceria público-privada. **Contrato de Concessão:** A Companhia assinou, em 26 de março de 2012, o Contrato de Concessão Administrativa para realização de serviços e obras de engenharia e prestação de serviço de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, junto à Prefeitura de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde. O contrato delega à Companhia, por meio de concessão administrativa, a execução das obras da Fase II e dos serviços não assistenciais do Hospital, pelo prazo de 20 anos. A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam: Prestar atividades de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital, que integram o objeto da Concessão, conforme disposto no Anexo 5 do Contrato de Concessão; efetuar manutenção corretiva e preventiva dos bens vinculados (bens utilizados na execução dos serviços) de modo a conservá-los em condições adequadas de uso e incorporar inovações tecnológicas supervenientes à celebração do contrato, que possibilitem o melhor atendimento aos usuários, o incremento da preservação do meio ambiente ou a redução dos custos na execução dos serviços. Desde sua assinatura até a presente data, uma série de ajustes foram efetuados no contrato de concessão através de aditivos. No dia 10 de fevereiro de 2020 a Companhia assinou o Nono Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Administrativa com a Secretaria Municipal de Saúde. O Termo trata da transferência do controle societário realizado pela Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (detentora de 50,1% das ações da ONM Health S.A.) para a OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. Em 13 de Maio de 2021 a Companhia assinou o Décimo Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão cujo escopo refere-se à prorrogação da vigência do Décimo Segundo Termo Aditivo pelo prazo de 6 (seis) meses, contados a partir de 1º de Abril de 2021, para estabelecer possíveis ampliações e alterações de tipologias de leitos, de forma temporária e emergencial, em decorrência da pandemia COVID-19, com quantitativos máximos físicos e financeiros referente a prestação de serviços adicionais previstos no Anexo 5 do Contrato de Concessão, estabelecer valores máximos dos serviços extraordinários e por fim, alterar a redação dos itens 2.1, 2.1.1, Tabela 02 e Tabela 04 da Cláusula Segunda do Décimo Segundo Termo Aditivo. Em 29 de dezembro de 2021 a Companhia assinou o Décimo Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão junto ao Poder Concedente. O Aditivo refere-se à prorrogação do Décimo Terceiro Termo Aditivo pelo prazo de três meses a contar a partir de 1° de outubro de 2021. Em 25 de março de 2022 a Companhia assinou o Décimo Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão junto ao Poder Concedente. O aditivo refere-se à possibilidade de ampliação no quantitativo de leitos do hospital até o limite de 120 leitos adicionais e/ou alterar a configuração do perfil de leitos já existentes, quando e se necessário. O referido aditivo prorrogou também a vigência do Décimo Quarto Termo Aditivo pelo prazo de dois meses a contar a partir de fevereiro de 2022, encerrando no dia 31 de março de 2022.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Detalhes sobre as práticas contábeis da Companhia estão descritas na nota explicativa 2.5. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão. **2.2 Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços, no momento em que tais transações são originadas. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos são apresentados em milhares de Reais nestas demonstrações financeiras e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma (os saldos em dólares e em outras moedas, quando aplicáveis, também são apresentados em milhares). **2.4 Uso de julgamento e estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os montantes reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. As informações sobre julgamentos críticos efetuados pela Administração da Companhia referente às práticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão relacionadas a seguir: **2.4.1 Avaliação dos instrumentos financeiros:** A nota explicativa nº 22 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros. **2.4.2 Provisões:** O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Os montantes provisionados pela Companhia com base neste julgamento estão detalhados na nota explicativa nº 14. **2.4.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos:** São reconhecidos para todos os créditos e perdas tributárias não utilizadas e diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que haja diferenças temporárias tributáveis, ou seja, provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data das demonstrações financeiras e pode ser baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data das demonstrações financeiras e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Dessa forma, sempre que necessário, a Companhia faz o uso de estimativas para concluir sobre a provável existência de lucros tributáveis futuros, valendo-se da avaliação de risco do negócio e projeções de desempenho. **2.4.4 Perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são mensuradas com base em estimativas ponderadas pelo risco de perda ao qual ativos financeiros da Companhia estão sujeitos. Os riscos de perda, geralmente, refletem o risco de crédito do instrumento financeiro ou da contraparte contratualmente vinculada, e leva em consideração informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. **2.5 Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas consistentemente pela Companhia para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **2.5.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. **2.5.2 Contas a receber:** Representa em grande parte os saldos a receber contratualmente previstos junto ao Poder Concedente referente às contraprestações mensais que a Companhia passou a fazer jus após o início das operações do HMDCC. **2.5.3 Impostos a recuperar:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, a Companhia reconhece créditos de impostos a recuperar, especialmente PIS e COFINS, oriundos das fases de construção e operação do Hospital. Referidos créditos são originados e reconhecidos no balanço patrimonial à medida em que são adquiridos insumos para execução dos serviços de construção e operação do Hospital. Tais créditos são utilizados pela Companhia, sempre que permitido por lei, para abater eventuais saldos a recolher oriundo de suas operações. A Companhia espera utilizar estes saldos ao longo de seu contrato de concessão. **2.5.4 Contratos de concessão - ativo financeiro:** O contrato de concessão é registrado conforme os requerimentos do ICPC-01 (R1) e CPC 47 e, por se tratar de contrato de execução, onde os serviços de construção representam geração de receita adicional durante o prazo da concessão, o reconhecimento do direito (de explorar) e das obrigações (de construir) é feito à medida que os serviços de construção são prestados. O direito contratual cedido pelo Poder Concedente é reconhecido como ativo financeiro, pois representa um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro pela prestação dos serviços de construção. Para mensurar esta classificação, a Companhia utiliza como critério: a proporção da receita garantida, que é a receita que não depende de demanda, sobre a receita total, que é a soma das receitas de contraprestação oriundas do contrato de concessão, o aditivo contratual e as receitas extraordinárias, todos trazidos a valor presente.Dos valores faturados referentes à Contraprestação Pública Máxima, a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação do ativo financeiro, é utilizada para a baixa do respectivo ativo financeiro. **2.5.5 Imobilizado:** O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda eventual. Ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada com base no método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens, nota explicativa 8. Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas sobre a deterioração de ativos ("impairment"). **2.5.6 Demais ativos circulantes e não circulantes:** São demonstrados ao custo ou pelo valor de realização, dos dois o menor, e incluem os rendimentos auferidos. **2.5.7 Fornecedores:** Os saldos de contas a pagar de Fornecedores correspondem substancialmente ao fornecimento da prestação de serviços necessários para a operação de Companhia. A Companhia realiza contratação de serviços e realiza compras apoiado na política de compras que destaca prazo de pagamento de 90 dias. **2.5.8 Empréstimos e Financiamentos:** A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo através do resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se toma uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Considerando as características contratuais e o modelo de negócio utilizado pela Companhia, todos os empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, estão classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. **2.5.9 Impostos a recolher:** Representa essencialmente saldos de PIS, COFINS e ISS a recolher sobre as operações de serviços de concessão e demais receitas acessórias. A Companhia reconhece estas obrigações pelo montante devido de acordo com os valores apurados, na competência em que os serviços são prestados. Sempre que permitido por lei, a Companhia utiliza-se da compensação de impostos para liquidar saldos passivos de tributos a pagar. **2.5.10 Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Caso haja prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social ou outros créditos fiscais não utilizados, a Companhia, sempre que permitido por legislação vigente, utiliza-se destes créditos para realizar a compensação de 30% do valor-base tributável. Considera-se como imposto corrente aquele imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação a exercícios anteriores, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não possui quaisquer operações ou saldos referentes à impostos correntes ou diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. ***Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:*** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa ou receita de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: (a) diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil e (b) Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos. **2.5.11 Reconhecimento das receitas:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, apurada pelo regime contábil de competência. Na demonstração do resultado do exercício, a receita é apresentada líquida dos impostos incidentes. A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos-futuros serão apurados e o controle sobre o produto ou serviço é transferido para o cliente, considerando cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir: ***Receitas de operação:*** Referem-se às receitas provenientes dos serviços de concessão do Hospital e são reconhecidas no período em que os serviços são prestados. ***Receitas de remuneração do ativo financeiro:*** São as receitas reconhecidas mensalmente em função da correção do ativo financeiro a uma taxa pré-fixada no Contrato de Concessão e que, conforme descrito na nota explicativa nº 7, são calculadas com base no saldo do ativo financeiro do mês anterior. ***Receitas de construção:*** Representam as receitas reconhecidas pela Companhia em função da realização de serviços de construção, melhoria e manutenção das obras civis e equipamentos do Hospital. Tais receitas são mensuradas e reconhecidas conforme o estágio de execução das obras e aquisição de equipamentos ao final de cada período. ***Receitas e despesas financeiras:*** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias sobre ativos e passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros a pagar sobre os contratos de empréstimos e financiamentos e operações de *Confirming* da Companhia. O reconhecimento destas despesas financeiras relacionadas aos juros dos financiamentos se dá em observância ao princípio contábil da competência e respeitadas as definições contratuais de cada instrumento de dívida. Receitas e despesas com juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. **2.5.12 Instrumentos financeiros: *Reconhecimento e mensuração inicial:*** Os saldos a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que se originam. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros da Companhia se dão, geralmente, pelos valores justos destes itens, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***Classificação e mensuração subsequente:*** (a) Ativos financeiros: Conforme dispositivos trazidos pelo CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia realiza a classificação de seus ativos financeiros nas seguintes categorias: • Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos e administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros, quanto para a venda; ou • Valor justo por meio do resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendam a nenhum dos critérios descritos acima. Os ativos financeiros não são reconhecidos quando: i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ii) a Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro e (a) tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. (b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados conforme abaixo: • Custo amortizado: principalmente destinado ao reconhecimento de passivos financeiros que não sejam mantidos para negociação, não sejam derivativos e que não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo; ou • Valor justo: utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e àqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser feito o reconhecimento das alterações de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração. A baixa de passivos é realizada quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o não reconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **2.5.13 Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante). **2.5.14 Arrendamentos e direito de uso:** A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamentos e direito de uso, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado. Os principais contratos de arrendamento da Companhia referem-se à locação de equipamentos e da sede administrativa. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos. **2.6 Novos pronunciamentos em vigor no exercício corrente:** No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2023. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras. • Alteração das normas IAS 1 (CPC 26) – Apresentação das Demonstrações Financeiras e Declaração da Prática 2 da IFRS – Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis; vigência a partir de 01 de janeiro de 2023; • Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro—Definição de Estimativas Contábeis. • Alteração IFRS 4 CPC 11 pelo IFRS 17 CPC 50 – Contratos de seguros a norma descreve modelo geral, modificado para contratos de seguros com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. A companhia não possui quaisquer contratos que atendam a definição de contratos de seguros de acordo com CPC 50 (IFRS17). • Alterações à IAS 12 Tributos sobre o Lucro - Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12. **2.7 Novos pronunciamentos emitidos e ainda não aplicáveis:** Na data de autorização destas demonstrações financeiras a companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir já emitidas e ainda não aplicáveis no exercício corrente. • Alteração **à** IAS 1 / CPC 26 (R1) – Passivo não Circulante com Covenants; e • Alteração **à** IAS 7 e a IFRS 7 – Acordo de financiamentos de fornecedores. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
A composição do saldo apresentado como caixa e equivalentes de caixa é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	45	28
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	6.995	6.821
	7.040	6.849

(a) As aplicações financeiras referem-se às operações de Certificado de Depósito Bancário (CDB) remuneradas a taxa média de 101% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (103% do CDI em 31 de dezembro de 2022). Estas aplicações são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e possuem liquidez diária, não estando sujeitas a risco significativo de mudança de valor e possuem vencimentos inferiores a três meses da data de contratação, logo, são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

4 APLICAÇÕES FINANCEIRAS
O valor de R$1.349 em 31 de dezembro de 2023 (R$1.256 em 31 de dezembro de 2022) mantido no ativo não circulante atua como garantia (Cash Colateral) dada pela Companhia ao banco Santander e atualizado a 4,20% a.a., relativo à contratação das cartas fiança junto a instituição financeira.

5 CONTAS A RECEBER
Referem-se à contraprestação junto ao poder concedente, com vencimento mensal, que a Companhia passou a fazer jus mediante ao início das operações do Hospital e demais receitas acessórias previstas no contrato de concessão.

	31/12/2023	31/12/2022
Contraprestação pública	10.366	10.166
Receitas acessórias	39	77
	10.405	10.243

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A Companhia entende que suas contas a receber representam direitos a receber adquiridos em contrapartida à conclusão ou atendimento de suas obrigações e direitos contratuais e, portanto, não reconhece nenhum impacto de perda sobre estes saldos. O saldo a receber, classificado pelos prazos de vencimento em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, está distribuído conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Valores a vencer	10.366	10.166
Vencidos		
De 1 a 180 dias	-	21
De 181 a 360 dias	-	-
Acima de 360 dias	39	56
	10.405	10.243

6 IMPOSTOS A RECUPERAR
Os saldos de impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	31/12/2023	31/12/2022
PIS/COFINS (a)	12.023	13.488
IRPJ/CSLL (b)	1	65
IRRF (c)	4.411	1.405
Outros	448	451
	16.883	15.409
Circulante	5.351	2.413
Não circulante	11.532	12.996

(a) Referem-se a créditos de PIS e COFINS decorrentes da fase de construção e operação do Hospital. Tais créditos serão consumidos ao longo do contrato de concessão à medida em que as receitas advindas da realização deste contrato ocorrerem e, por consequência, gerar os respectivos débitos tributários. (b) Referem-se aos pagamentos de IRPJ/CSLL calculados com base no balanço de suspensão e redução. (c) IRRF sobre aplicações financeiras e prestações de serviços.

7 ATIVO FINANCEIRO
Refere-se às parcelas de valores a receber decorrentes dos contratos de concessão assinados junto ao poder concedente, sendo a Prefeitura de Belo Horizonte (ONM Health). O contrato de concessão foi classificado como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa diretamente do Poder Concedente, pela execução das obras da Fase II do Hospital, pelo prazo de 20 anos, decorrente da aplicação das interpretações técnicas ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão e CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. A Companhia espera manter o ativo durante todo seu prazo de concessão para receber os fluxos de caixa contratualmente estabelecidos. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 26 de março de 2012 a Companhia celebrou com o município de Belo Horizonte, por meio da Secretaria Municipal de Saúde (Poder Concedente), Contrato de Concessão Administrativa, sob a forma de Parceria Público-Privada, para a execução das obras de engenharia (Fase II) e prestação de serviços de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro. Em 10 de fevereiro de 2020 a Companhia assinou o Nono Termo Aditivo definindo a data para a revisão da composição do equilíbrio econômico-financeiro para abril de 2025, tendo até doze meses como prazo para a finalização das revisões. As movimentações do ativo financeiro no período findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, são como segue:

Saldo em 1° de janeiro de 2022	**259.842**
Adições	3.301
Recebimento	(39.048)
Atualização monetária do ativo financeiro (a)	55.730
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**279.825**
Circulante	40.619
Não circulante	239.206
Saldo em 1° de janeiro de 2023	**279.825**
Adições	2.505
Recebimento	(42.542)
Atualização monetária do ativo financeiro (a)	45.059
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**284.847**
Circulante	43.285
Não circulante	241.562

(a) Atualização do ativo financeiro constituído no âmbito da concessão, reconhecida no resultado do exercício. A Companhia reconhece mensalmente a remuneração sobre o saldo do ativo financeiro do mês anterior. O saldo do ativo financeiro é corrigido pela taxa de 10,75% ao ano, em consonância com o Contrato de Concessão. Adicionalmente o saldo do ativo financeiro é atualizado anualmente através da cesta de índices de reajustes sobre o contrato de concessão que apresentou na totalidade 5,21% em 2023 e 10,52% em 2022, comparado com o ano anterior houve uma variação negativa de 5,31%. Considerando as características contratuais e o modelo de negócio para manutenção deste ativo financeiro, a Companhia o classifica como ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, de acordo com o CPC 48 item 4.1.2.

8 IMOBILIZADO
A movimentação do imobilizado, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foi a seguinte:

Imobilizado	taxa anual de depreciação	31/12/2022	Adições	31/12/2023
Custo				
Instalações	10%	23	-	23
Computadores e periféricos	20%	232	50	282
Mobiliário	10%	205	30	235
Máquinas e equipamentos hospitalares (a)	10%	3.178	-	3.178
		3.638	80	3.718
Depreciação				
Instalações		(4)	(2)	(6)
Computadores e periféricos		(125)	(38)	(163)
Mobiliário		(119)	(15)	(134)
Máquinas e equipamentos hospitalares (a)		(640)	(319)	(959)
		(888)	(374)	(1.262)
Imobilizado líquido		2.750	(294)	2.456

Imobilizado	taxa anual de depreciação	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Custo				
Instalações	10%	23	-	23
Computadores e periféricos	20%	222	10	232
Mobiliário	10%	205	-	205
Máquinas e equipamentos hospitalares (a)	10%	3.155	23	3.178
		3.605	33	3.638
Depreciação				
Instalações		(2)	(2)	(4)
Computadores e periféricos		(91)	(34)	(125)
Mobiliário		(102)	(17)	(119)
Máquinas e equipamentos hospitalares (a)		(324)	(316)	(640)
		(519)	(369)	(888)
Imobilizado líquido		3.086	(336)	2.750

(a) Visando assumir a operação das Farmácias Satélites do Hospital, conforme estabelecido no 9º Termo Aditivo, a Companhia adquiriu em 2020 sistema de dispensação automática de medicamentos e materiais através de Dispensários Eletrônicos, não previstos originalmente no Contrato de Concessão, e não essenciais para a operação. Por isto, a Administração entende que tais valores são considerados como ativo imobilizado e não serão revertidos ao final da concessão. A Companhia não possui itens imobilizados ociosos ou mantidos para venda. **Avaliação do valor recuperável de ativos – "impairment".** Nos exercícios apresentados não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do ativo imobilizado ao seu valor de recuperação.

9 FORNECEDORES
Os saldos devidos a fornecedores correspondem substancialmente ao fornecimento de prestação de serviços gerais necessários a operação do hospital administrado pela Companhia, conforme comentado na nota explicativa nº 1. A segregação entre as naturezas dos fornecedores da Companhia pode ser assim detalhada:

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores - confirming (a)	5.022	5.006
Ajuste valor presente - *confirming*	(184)	-
Fornecedores – terceiros	10.509	10.285
	15.347	15.291

A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados. Ver detalhes na nota explicativa nº 23. **(a)** Fornecedores "confirming": A Companhia possui convênio de confirming com instituições financeiras para gerir seus compromissos com fornecedores estratégicos que permanecem como "fornecedores confirming" até a extinção desta obrigação. Nessa operação os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para instituição financeira e em troca recebem antecipadamente esses recursos da instituição financeira que, por sua vez passam a ser credoras da operação, mantendo os mesmos prazos e valores acordados na transação comercial. A Companhia revisou a composição da sua carteira e concluiu que não houve alteração de prazos, preços e condições e não há impactos de encargos financeiros, pois todos os custos financeiros deste convênio são de responsabilidade exclusiva dos fornecedores. Importante destacar que a antecipação do recebível é uma alternativa de recebimento para fornecedor (em contrapartida a política de compras da Companhia que prevê prazo de pagamento em 90 dias).

Movimentação Fornecedores Confirming

	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Fornecedores Confirming	5.006	18.329	(18.497)	4.838
Total	**5.006**	**18.329**	**(18.497)**	**4.838**

	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Fornecedores Confirming	6.456	17.184	(18.634)	5.006
Total	**6.456**	**17.184**	**(18.634)**	**5.006**

10 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER
Os montantes a recolher de impostos e contribuições são originados das operações de serviços de concessão e demais receitas, conforme detalhado na nota explicativa nº 16. A composição dos impostos e contribuições a recolher é assim demonstrada:

	31/12/2023	31/12/2022
PIS a recolher	156	148
COFINS a recolher	745	671
ISS a recolher	183	168
PIS diferido	4.760	4.673
COFINS diferido	21.923	21.524
ISS diferido	14.242	13.991
Outros impostos	581	565
	42.590	41.740
Circulante	7.885	7.394
Não circulante	34.705	34.346

A parcela de impostos a recolher classificada no passivo não circulante representa a expectativa de liquidação destes tributos ao longo de todo o prazo da concessão, que, atualmente, está previsto para se encerrar em 2035. Tais impostos são devidos somente à medida em que ocorrem os recebimentos financeiros das contraprestações relacionadas à realização do ativo financeiro.

11 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER
Os saldos de imposto de renda e contribuição social a recolher, originados da apuração do lucro líquido tributável da Companhia, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ a recolher	-	-
CSLL a recolher	452	115
	452	115

Conciliação IRPJ e CSLL a recolher

	IRPJ	CSLL	total
Saldo a pagar 31/12/2022	-	115	115
Pagamentos	-	(378)	(378)
Provisão	1.908	715	2.623
Compensação	(1.908)	-	(1.908)
Saldo a Pagar 31/12/2023	-	452	452

12 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
A composição dos saldos de obrigações com empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, é demonstrada a seguir. Todos os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia foram realizados na moeda Real (R$). Na nota explicativa nº 23, encontra-se a análise de sensibilidade realizada sobre a exposição ao risco de variação nas taxas de juros às quais a Companhia encontra-se exposta.

Instituição financeira	Modalidade	Data da captação	Data de vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	Posição em 31/12/2023	Posição em 31/12/2022
BDMG	Financiamento com garantia (a)	20/08/2021	25/08/2031	SELIC + 4,74%	75.000	62.650	70.697
HP FINANCIAL	Financiamento de ativo fixo (b)	05/09/2019	10/09/2024	5,67%	237	35	104
HP FINANCIAL	Financiamento de ativo fixo (b)	16/10/2019	10/10/2024	5,54%	707	117	233
					75.944	62.802	71.034
Circulante				8.149	8.137		
Não Circulante				54.653	62.897		

(a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 4, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém aplicação no valor de R$1.349 (R$1.256 em 31 de dezembro de 2022) referente cash colateral ligado à contratação de Cartas Fiança no Santander a título de garantia para seus financiamentos. (b) Os montantes apresentados na modalidade de financiamento de ativo fixo referem-se a captações para financiar a aquisição de ativos financeiros realizadas através de operações de arrendamento mercantil. Nesta categoria de financiamento, os próprios ativos adquiridos são dados em garantia à dívida. A movimentação dos financiamentos da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, é como segue:

Instituição financeira	31/12/2022	Principal: Adições	Principal: Custo de Transação Líquido	Principal: Pagamentos	Juros e encargos: Adições	Juros e encargos: Bônus de adimplência	Juros e encargos: Pagamentos	31/12/2023
BDMG	70.697	-	385	(8.333)	11.644	-	(11.743)	62.650
HP FINANCIAL	104	-	-	(69)	14	-	(14)	35
HP FINANCIAL	233	-	-	(116)	44	-	(44)	117
	71.034	-	385	(8.518)	11.702	-	(11.801)	62.802

Instituição financeira	31/12/2021	Principal: Adições	Principal: Custo de Transação Líquido	Principal: Pagamentos	Juros e encargos: Adições	Juros e encargos: Bônus de adimplência	Juros e encargos: Pagamentos	31/12/2022
BDMG	73.812	-	418	(2.836)	12.495	-	(13.192)	70.697
HP FINANCIAL	126	-	-	(36)	23	-	(9)	104
HP FINANCIAL	401	-	-	(156)	39	-	(51)	233
	74.339	-	418	(3.028)	12.557	-	(13.252)	71.034

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo classificado no passivo não circulante tem os seguintes vencimentos:

2025	8.042
2026	8.089
2027	8.136
2028	8.183
Acima de 2028	22.203
	54.653

12.1 Remodelagem da Estrutura de Financiamentos e Perfil de Dívida: Em sintonia com o planejamento estratégico e financeiro da Companhia, em 2021 foi concluído o processo de remodelagem das principais linhas de financiamento captadas entre os anos de 2013 e 2020. O processo de remodelagem consistiu em uma profunda análise do cenário macroeconômico e das oportunidades encontradas no mercado para otimizar e dar eficiência para a estrutura financeira da Companhia e maior compatibilização com a curva de reajuste do Contrato de Concessão. **12.1.1 Financiamentos Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG):** Com o desígnio de reestruturar o passivo vigente junto ao BDMG, em 20 de agosto de 2021 a Companhia iniciou o processo de captação para liquidação antecipada do total da dívida junto ao Banco. A nova captação foi emitida em 20 de agosto de 2021, com data de vencimento em 25 de agosto de 2031. O Montante total captado foi de R$75.000, com custo de SELIC + 4,74% a.a., com carência de 12 meses de principal. Em consonância com o cronograma de refinanciamento do passivo junto ao BDMG, em 15 de outubro de 2021 ocorreu liquidação antecipada do financiamento, referente aos seguintes contratos: • Contrato nº 14.2.0690.1 celebrado em 23 de setembro de 2014 e seus aditivos nº 1 e nº 2 celebrados em 20 de fevereiro de 2020 e 16 de julho de 2020; • Contrato de cessão fiduciária dos direitos creditórios e outras avenças nº 14.2.0690.3 celebrado em 26 de maio de 2015; • Contrato de penhor de ações nº 14.2.0690.4 celebrado em 26 de maio de 2015 e seu aditivo nº 1 celebrado em 19 de março de 2020. A liquidação foi concluída em 15 de outubro de 2021. À vista disso, todos os contratos, anteriormente vinculados ao BDMG, foram liquidados e substituídos por um novo Contrato de Financiamento n° 330.783/21 conforme exemplificado no quadro de movimentação dos financiamentos abaixo. **12.1.2 Financiamentos Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES):** De acordo com o plano de remodelagem dos financiamentos, a Companhia estabeleceu por estratégia a emissão de debêntures na modalidade certificado de recebível imobiliário (CRI) com o objetivo de liquidação dos passivos junto ao BNDES. Nesse sentido, conforme destacado na Nota Explicativa n° 14, em 20 de agosto de 2021 a Companhia emitiu debêntures simples, não conversível em ações de espécie quirografária, no valor de R$60.000 (sessenta milhões de reais), pelo prazo de 10 anos, custo de IPCA + 7,3557% a.a. e carência de 12 meses do principal. Em contrapartida a essa captação, em 10 de setembro de 2021 houve a liquidação antecipada de financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, referente aos seguintes contratos: • Contrato nº 14.2.0690.1 celebrado em 23 de setembro de 2014 e seus aditivos nº 1 e nº 2 celebrados em 20 de fevereiro de 2020 e 16 de julho de 2020; • Contrato de cessão fiduciária dos direitos creditórios e outras avenças nº 14.2.0690.3 celebrado em 26 de maio de 2015; • Contrato de penhor de ações nº 14.2.0690.4 celebrado em 26 de maio de 2015 e seu aditivo nº 1 celebrado em 19 de março de 2020. Assim sendo, todos os contratos junto ao BNDES foram liquidados. **12.1.3 Covenants:** Os contratos de dívida junto ao Banco BDMG e os instrumentos que regem o certificado de recebível imobiliário (aqui representados pela debênture que lastreia a operação) contêm cláusulas de covenants financeiros que busca manter o patamar de certos índices financeiros conforme estabelecido em contrato. O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) deve ser igual ou superior a 1,3 (um inteiro e três décimos), medido semestralmente com lastro nos valores apurados nos últimos doze meses constantes das referidas demonstrações financeiras. Caso deixe de atingir o ICSD exigido, a Companhia terá o prazo de 6 meses para comprovar o reestabelecimento do referido índice. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia cumpriu com os índices financeiros.

Índice	Limite	12 meses findo em 31/12/2023	12 meses findo em 31/12/2022
Geração operacional de caixa (*) / Serviço da dívida (**)	Maior que 1,3	1,7851	2,3444

(*) Geração de caixa operacional corresponde a soma do caixa líquido gerado nas operações e o custo de obra, relativo aos 12 últimos meses. (**) O serviço da dívida corresponde ao pagamento de principal de financiamento e pagamento de juros de financiamento, deduzido dos efeitos de substituição das dívidas, relativo aos 12 últimos meses.

13 DEBÊNTURES
Em 20 de agosto de 2021 a Companhia emitiu debêntures simples, não conversível em ações de espécie quirografária, no valor de R$60.000 (sessenta milhões de reais), as quais serviram de lastro para operação de securitização onde a empresa Virgo emitiu certificados de recebível imobiliário (CRI), pelo prazo de 10 anos, custo de IPCA + 7,3557%, e com carência de 12 (doze) meses para pagamento de principal. Os recursos captados por meio das Debêntures serão integralmente destinados ao pagamento das despesas diretamente relativas às obras de expansão, desenvolvimento, reforma e/ou de manutenção do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, objeto do contrato de concessão da Companhia. A operação teve carta fiança como garantia da operação, no valor de 3 (três) parcelas vincendas da dívida em benefício dos titulares do certificado de recebível imobiliário junto a securitizadora da operação, Virgo Companhia de Securitização. Além disso, as garantias da operação são (i) direitos de recebimento creditório da caução correspondente à 3 (três) contraprestações, conforme cláusula 20.1.1 do Contrato de Concessão; (ii) direito dos recebimentos dos créditos decorrentes do "Contrato de Penhor", conforme cláusula 20.1.2 do Contrato de Concessão; e (iii) alienação fiduciária das ações da Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. A operação é regida pelos seguintes documentos: (i) contrato de distribuição; (ii) escritura de emissão de debêntures; (iii) escritura de emissão de cédula de certificado imobiliário; (iii) termo de securitização; (iv) contrato de cessão fiduciária; e (v) contrato de alienação fiduciária, incluindo todos os seus anexos e aditamentos. O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a emissão das debêntures, conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. Segue abaixo as movimentações das debêntures ocorridas no período:

Modalidade	Data da captação	Data de vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	Posição em 31/12/2023	Posição em 31/12/2022
Debentures	13/09/2021	15/08/2031	7,36%	60.000	67.298	61.511
Circulante (Principal)					7.123	5.004
Circulante (Custo emissão debentures)					(421)	(457)
					6.702	4.547
Não circulante (Principal)					62.023	58.930
Não circulante (custo emissão debentures)					(1.427)	(1.966)
					60.596	56.964

Debêntures	31/12/2022	Principal: Adições	Principal: Pagamentos	Juros e encargos: Adições	Juros e encargos: Pagamentos	31/12/2023
Debêntures emitidas	58.651	-	(211)	-	-	58.440
Juros Contrato	11.039	-	-	10.237	-	21.276
Amortização juros contrato	(5.755)	-	-	-	(4.814)	(10.569)
Custo com emissão debentures	(2.424)	-	-	575	-	(1.849)
	61.511	-	(211)	10.812	(4.814)	67.298

Debêntures	31/12/2021	Principal: Adições	Principal: Pagamentos	Juros e encargos: Adições	Juros e encargos: Pagamentos	31/12/2022
Debêntures emitidas	60.000	-	(1.349)	-	-	58.651
Juros Contrato	1.097	-	-	9.942	-	11.039
Amortização juros contrato	(1.097)	-	-	-	(4.658)	(5.755)
Custo com emissão debentures	(2.891)	-	-	467	-	(2.424)
	57.109	-	(1.349)	10.409	(4.658)	61.511

14 PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS
As provisões para riscos trabalhistas refletem a opinião de assessores jurídicos de que a Companhia incorre em risco provável de perda em certos pleitos trabalhistas. Tais processos estão relacionados essencialmente a pleitos para pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais. Sempre que uma decisão judicial integral ou parcialmente favorável à Companhia, a diferença entre o valor provisionado e o valor efetivamente devido é estornado no resultado do exercício em que tal decisão for proferida. Em 31 de dezembro de 2023, os saldos provisionados para eventuais perdas em processos trabalhistas perfazem o valor de R$0 (R$515 em 31 de dezembro de 2022). No que tange as provisões de perdas decorrentes dos processos de natureza administrativa, relacionados a prestação de serviços da Concessionária informamos o montante de R$533 (quinhentos e trinta e três mil reais), já considerados a atualização financeira em 31 de dezembro de 2023 (R$0 em 31 de dezembro de 2022). A movimentação das provisões para riscos trabalhistas e administrativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, pode ser assim demonstrada:

	31/12/2022	Provisão	Reversão	31/12/2023
Trabalhista	515	-	(515)	-
Administrativa	-	533	-	533
Total	**515**	**533**	**(515)**	**533**

	31/12/2021	Provisão	Reversão	31/12/2022
Trabalhista	620	-	(105)	515
Total	**620**	**-**	**(105)**	**515**

A Companhia possui ações de natureza trabalhista e cíveis que não estão provisionados, pois envolvem risco de perda classificado por seus assessores legais como possivel. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo aproximado é de R$60 (R$134 em 31 de dezembro de 2022).

15 PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Capital social: O capital social da Companhia é de R$20.000, representado por 20.000.000 ações ordinárias. No dia 15 de abril de 2020 foram subscritas 11.700.000 novas ações ordinárias com o valor nominal de R$1,00 (um real), totalizando o montante de R$11.700 integralizadas em espécie pela única acionista da Companhia, a Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A Dessa forma, o capital social da Companhia apresenta o valor total de R$31.700, representado por 31.700.000 ações ordinárias. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o capital social é composto conforme apresentado abaixo:

Acionistas	31/12/2023 Ações (ON)	31/12/2023 Participação (R$)	31/12/2023 Participação (%)	31/12/2022 Ações (ON)	31/12/2022 Participação (R$)	31/12/2022 Participação (%)
OPY Healthcare gestão de ativos e investimentos S.A.	31.700.000	31.700.000	100,00%	31.700.000	31.700.000	100,00%
	31.700.000	31.700.000	100,00%	31.700.000	31.700.000	100,00%

Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio: O Estatuto Social e a legislação societária preveem distribuição de dividendos de, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado. Caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações, no final do exercício é registrada provisão no montante do dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido, quando deliberados pela Administração da Companhia. Em 23 de junho de 2022 foi autorizado o pagamento a título de juros sobre capital próprio no montante de R$1.710 calculado sobre as contas do patrimônio líquido da Companhia levantado em 31 de março de 2022, nessa mesma data houve o cancelamento de dividendos propostos no

Edição impressa produzida pelo Jornal **DIÁRIO DO COMÉRCIO**.
Circulação diária em bancas e assinantes.
As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site:
https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

ONM health

ONM HEALTH S.A.

CNPJ: 11.292.024/0001-88

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de Reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

montante R$1.710 do saldo a pagar no passivo circulante a ser liquidado no prazo de até 31 de dezembro de 2022, conforme deliberado em assembleia. Em 12 de dezembro de 2022 foi autorizado o pagamento a título de juros sobre capital próprio no montante de R$3.799 calculado sobre as contas do patrimônio líquido da Companhia levantado em 30 de setembro de 2022, que foram liquidados na mesma data conforme deliberação em assembleia. Durante o exercício de 2023 foram distribuídos dividendos no montante de R$14.000, referente aos dividendos mínimos obrigatórios apurados em exercícios anteriores. Estes dividendos foram deliberados em AGEs, datadas em 23 de junho de 2022 e retificada em 30 de outubro de 2023. A composição dos saldos a título de dividendos e juros sobre capital próprio registrados no patrimônio líquido está demonstrada no quadro abaixo:

Dividendos e juros sobre capital próprio

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante		
Saldo início do exercício	**15.174**	**26.454**
Juros sobre capital próprio	-	5.509
Juros sobre capital próprio pagos	-	(5.509)
Dividendos cancelados	-	(1.710)
Dividendos pagos	(14.000)	(14.851)
Constituição dividendos mínimo obrigatório	3.790	5.281
Saldo Final do exercício	**4.964**	**15.174**

Reserva de lucros: *Reserva Legal:* De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal somada às reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos. *Reserva de retenção de lucros:* A reserva de retenção de lucros representa o lucro líquido não distribuído após constituição de reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios. Conforme estatuto, estes valores aguardam deliberação e assembleia para sua destinação.

	31/12/2023	31/12/2022
Reserva de Lucros		
Saldo início do período	**27.285**	**15.243**
Dividendos cancelados	-	1.710
Juros sobre capital próprio	-	(5.509)
Constituição reserva de lucros	11.370	15.841
Saldo Final do período	**38.655**	**27.285**

16 RESULTADO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por ação, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação considerando o lucro líquido atribuível ao acionista dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado básico por ação. Desta forma, não há diferenciação entre o resultado diluído e o resultado básico por ação. Os cálculos dos resultados por ação dos exercícios de 31 de dezembro de 2023 e de 2022 podem ser assim demonstrados:

	31/12/2023	31/12/2022
Numerador		
Resultado líquido do exercício	15.424	22.216
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	31.700	31.700
Resultado básico por ação atribuída aos acionistas por ação ordinária	0,49	0,70

17 RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A conciliação entre a receita bruta da Companhia e a receita líquida apresentada na demonstração de resultados, pode ser assim demonstrada:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de operação	92.872	87.617
Receita de remuneração do ativo da concessão	45.058	55.730
Receita de construção (a)	2.506	3.301
Outras receitas	-	2
Receita bruta	**140.436**	**146.650**
PIS	(2.222)	(2.334)
COFINS	(10.236)	(10.745)
ISSQN	(7.027)	(7.338)
Impostos sobre serviços	**(19.485)**	**(20.417)**
Receita líquida	**120.951**	**126.233**

(a) As receitas relacionadas aos serviços de construção ou melhoria sobre o contrato de concessão são reconhecidas com base no estágio e conclusão da obra realizada, em conformidade com a política contábil para reconhecimento de receita sobre contrato de concessão baseada no ICPC-01 (R1) e OCPC-05.

18 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A segregação e composição dos custos e despesas por natureza são como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Materiais e serviços de concessão	(54.360)	(49.073)
Materiais e serviços de obra	(2.313)	(2.933)
Gasto com pessoal	(9.362)	(8.767)
Serviços de terceiros	(7.555)	(6.508)
Materiais	(504)	(743)
Despesa Tributária	(120)	(93)
Aluguéis	(139)	(55)
Depreciação e amortização	(458)	(624)
Outras	(2)	(6)
	(74.813)	**(68.802)**
Custo de serviço prestado	(57.134)	(52.657)
Despesas gerias e administrativas	(17.679)	(16.145)

19 RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

O resultado financeiro é substancialmente representado pelo valor líquido resultante dos juros recebidos através de aplicações financeiras e os juros apropriados aos contratos de dívida assumidos pela Companhia e pode ser assim composto:

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	891	901
Ajuste a valor presente	184	-
Outras receitas financeiras	205	2
	1.280	**903**
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(17.521)	(23.386)
Juros sobre arrendamentos	(1)	(14)
Atualização monetária	(5.380)	-
Outras despesas financeiras	(622)	(395)
	(23.524)	**(23.795)**
Resultado financeiro, líquido	**(22.244)**	**(22.892)**

20 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos, registrado no balanço patrimonial, é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa - IR / CSLL	-	812
Provisão para riscos trabalhistas	157	175
	157	**987**
Passivo		
Diferimento de receita	(51.706)	(45.592)
Resultado não-realizados de contratos com órgãos públicos	-	(599)
	(51.706)	**(46.191)**
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias e diferimento da receita (ii)	**(51.549)**	**(45.204)**

O ativo fiscal diferido será utilizado entre 1 e 2 anos. A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil, conforme a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	24.392	40.332
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	**(8.293)**	**(13.713)**
Reversão de prejuízo fiscal	1.139	812
Adições / Exclusões permanente	(1.910)	-
Efeito diferimento receita, outros líquidos	97	69
	(674)	**881**
Total do imposto de renda e contribuição social efetivos apurados	**(8.968)**	**(12.832)**
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(2.623)	(2.083)
Diferido	(6.345)	(10.749)
	(8.968)	**(12.832)**
Alíquota Efetiva	**36,77%**	**31,82%**

21 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação. As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, não gerando qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. Conforme os conceitos definidos no referido pronunciamento do CPC. As transações mantidas com partes relacionadas são detalhadas nos itens a seguir:

	Custo dos serviços prestados 31/12/2023	Custo dos serviços prestados 31/12/2022
Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A (i)	(4.007)	(4.530)
	(4.007)	**(4.530)**

(i) Total incorrido com prestação de serviços de administrativos e gestão estratégica realizados pela controladora do grupo e despesas compartilhadas que são contratadas pela holding (por questões comerciais e/ou de diretriz estratégica) e posteriormente rateadas para os ativos conforme contrato estabelecido. Todo o saldo de partes relacionadas foi pago dentro do exercício. **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração, por serviços prestados, refere-se a benefícios de curto prazo, essencialmente salários e honorários, no montante de R$732 e R$641 em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente, apresentados no grupo de despesas gerais e administrativas.

22 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia. **Valor justo de instrumentos financeiros e hierarquia do valor justo:** O CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação, define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a Companhia considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("*non performance risk*") ao mensurar o valor justo de um passivo. O CPC 40 (R1) estabelece uma hierarquia de três níveis (nível 1, 2 e 3) a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no nível de "*input*" significativo para sua mensuração, onde os instrumentos classificados como nível 1 são aqueles que dispõem de "*inputs*" baseados em preços praticados em mercado ativo para instrumentos idênticos, sem que a Companhia tenha poder de ajustar tais preços, enquanto aqueles classificados como nível 3 são aqueles para os quais os "inputs" de precificação de mercado são raros ou inexistentes e que dependem de maior aplicação de julgamento da Companhia para definição de seu valor justo. Os de nível 2 são aqueles com níveis de "input" que não se enquadram completamente nem no nível 1, nem no nível 3. A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Os ativos e passivos financeiros da Companhia reconhecidos através do valor justo, não apresentam diferença significativa para seus valores contábeis. Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia do valor justo:

31/12/2023	Valor Contábil			Valor Justo
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	45	6.995	7.040	45
Aplicações financeiras	-	1.349	1.349	-
Contas a receber de clientes	-	10.405	10.405	-
Ativo financeiro	-	284.847	284.847	-
	45	**303.596**	**303.641**	**45**
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	-	62.802	62.802	-
Debentures	-	67.298	67.298	-
Dividendos propostos	-	4.964	4.964	-
Fornecedores	-	15.347	15.347	-
	-	**150.411**	**150.411**	**-**

31/12/2022	Valor Contábil			Valor Justo
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	28	6.821	6.849	28
Aplicações financeiras	-	1.256	1.256	-
Contas a receber de clientes	-	10.243	10.243	-
Ativo financeiro	-	279.825	279.825	-
	28	**298.145**	**298.173**	**28**
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	-	71.034	71.034	-
Debentures	-	61.511	61.511	-
Dividendos propostos	-	15.174	15.174	-
Fornecedores	-	15.291	15.291	-
	-	**163.010**	**163.010**	**-**

23 GERENCIAMENTO DE RISCOS

Exposição a riscos financeiros: Os mapeamentos de riscos foram segregados em quatro categorias: (a) Risco de capital é o risco da Companhia garantir a sua continuidade e dos seus negócios em longo prazo, dentro dessa ótica a Companhia deve ser capaz de gerar valor aos seus acionistas através de pagamento de dividendos e ganho de capital, e ao mesmo tempo manter um perfil de dívida adequado às suas atividades (b) Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo de gerenciar esse risco controlar as exposições de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. (c) Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro; (d) Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. **Risco de capital:** A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera sua estrutura de capital, em especial a curva futura de realização de seu ativo financeiro e seus passivos financeiros de financiamento, para mapear a gestão do risco no longo prazo. Dessa forma, a Companhia avalia, com base em sua posição atual, quais seriam os saldos totais de sua dívida ou caixa líquido sobre o patrimônio líquido, considerando que todo o ativo financeiro será realizado, bem como todo o passivo com financiamentos, pago. **(a) Risco de mercado:** Exposição ao risco de taxas de juros. ***Ativos:*** A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, bem como aplicações financeiras, mantidos substancialmente em CDB's, indexados à taxa CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro, e fundos de investimentos (ver notas explicativas nº 3 e 4). Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa nº 7(a), o ativo financeiro da Companhia também possui remuneração a uma taxa pré-fixada. Os riscos nestas posições advêm da possibilidade de ocorrerem oscilações negativas nas taxas de juros pactuadas e, consequentemente, na remuneração destes ativos. ***Passivos:*** A Companhia está exposta a riscos relativos à variação em taxas de juros em função de ter captado financiamentos indexados a taxas como o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo e SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia (ver nota explicativa nº 13). Abaixo é apresentada a composição da exposição líquida dos ativos e passivos financeiros da Companhia sujeitos a variações nas taxas de juros:

	31/12/2023	31/12/2022
Exposição a taxas de juros pré-fixadas		
Ativos		
Ativo financeiro	284.847	279.825
Passivos		
Financiamentos	(152)	(337)
Exposição líquida a taxas de juros pré-fixadas	**284.695**	**279.488**
Exposição a taxas de juros pós-fixadas		
Passivos		
Financiamentos	(131.796)	(134.632)
Exposição líquida a taxas de juros pós-fixada	**(131.796)**	**(134.632)**
Exposição líquida total a taxas de juros	**152.899**	**144.856**

Análise de sensibilidade: A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos da variação destas taxas sobre seus ativos e passivos financeiros. Na referida análise os indexadores foram estressados negativa e positivamente em 25% e 50% em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II, III e IV, respectivamente, onde: **Cenário atual:** refere-se ao cenário real em 31 de dezembro de 2023; **Cenário base:** elaborado com base nas informações reais disponíveis no dia 24 de janeiro de 2024, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro como Banco Central, Receita Federal CETIP. **Cenários I, II, III e IV:** conforme mencionado anteriormente, refere-se à sensibilidade nas variações em relação ao cenário base, retraídas em 50% (cenário I) e 25% (cenário II), e majorados em 25% (cenário III) e 50% (cenário IV), considerando um horizonte de 12 meses.A tabela abaixo demonstra os indexadores aos quais a Companhia está exposta, bem como o cálculo de suas possíveis oscilações, considerando os critérios descritos acima.

		31/12/2023	Período até 31 de dezembro de 2024				
Indexadores	**Risco**	**Cenário Atual**	**Cenário Base**	**Cenário I (-50%)**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário III (+25%)**	**Cenário IV (+50%)**
CDI	Variação CDI	0,11650	0,11650	0,05825	0,08738	0,14563	0,17475
TJLP	Variação TJLP	0,07000	0,07000	0,03500	0,05250	0,08750	0,10500
IPCA	Variação IPCA	0,05600	0,05600	0,02800	0,04200	0,07000	0,08400
SELIC	Variação SELIC	0,11750	0,11750	0,05875	0,08813	0,14688	0,17625

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros, com base nos cenários expostos acima, pode ser assim demonstrada:

Ativos financeiros		31/12/2023	Período até 31 de dezembro de 2024				
Operação	**Risco**	**Cenário Atual**	**Cenário Base**	**Cenário I (-50%)**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário III (+25%)**	**Cenário IV (+50%)**
Aplicações financeiras de liquidez imediata	Variação CDI	6.995	6.995	6.588	6.791	7.199	7.402
		6.995	6.995	6.588	6.791	7.199	7.402
	Efeito de ganho (perda)		**-**	**(407)**	**(204)**	**204**	**407**

Passivos financeiros		31/12/2023	Período até 31 de dezembro de 2024				
Operação	**Risco**	**Cenário Atual**	**Cenário Base**	**Cenário I (-50%)**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário III (+25%)**	**Cenário IV (+50%)**
Financiamentos	Variação IPCA	69.146	69.146	67.210	68.178	70.114	71.082
Financiamentos	Variação SELIC	62.650	62.650	58.969	60.810	64.490	66.331
		131.796	**131.796**	**126.179**	**128.988**	**134.604**	**137.413**
	Efeito de ganho (perda)		**-**	**(5.617)**	**(2.808)**	**2.808**	**5.617**
	Efeito de ganho (perda), líquido		**-**	**(6.024)**	**(3.012)**	**3.012**	**6.024**

O ativo financeiro não foi submetido a análise de sensibilidade, visto que não está exposto a variação de indexadores financeiros. A remuneração do ativo financeiro é pré-fixada a taxa de 10,75% ao ano, conforme mencionado na nota explicativa nº 7.

(b) Risco de liquidez: O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela Gerência Financeira e monitorado pelo Diretoria Financeira. O gerenciamento do risco de liquidez é elaborado tendo em vista as necessidades de captação e a gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequados recursos financeiros disponíveis em caixa e equivalentes de caixa e por meio de linhas de crédito para captação de empréstimos, com base no monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e operacionais. Em conformidade com a gestão do risco de liquidez, a Companhia tem realizado uma gestão efetiva do seu ciclo operacional, adequando o prazo médio de recebimento com o prazo médio de pagamento. **(c) Risco de crédito:** O risco de crédito é proveniente da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia acompanha rigorosamente o cronograma físico e financeiro de suas operações, além de fazer o acompanhamento permanente das posições em aberto e garantir os fluxos normais de recebimento.

24 SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As apólices de seguros referentes aos riscos contratados estão demonstradas no quando abaixo:

31/12/2023				
Seguradora	**Categoria**	**Apólice**	**Vigência**	**Valor**
Axa Seguros S/A	Risco Operacional	02852202300190196004484	dez/2023 a dez/2024	547.878
Axa Seguros S/A	Resp. Civil	02852202200190351000892 2	dez/2023 a dez/2024	30.000
Junto Seguros S/A	Seguro e Garantia (a)	0000000000005775034990 9	mar/2023 a mar/2024	27.800

Garantias de execução do contrato de concessão pela concessionária: (a) A Companhia mantém em favor do Poder Concedente garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais conforme cláusula 19 (item 19.1 e 19.1.1) do contrato de concessão, para realização de serviços e obras de engenharia e prestação de serviço de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, junto à Prefeitura de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde. A apólice de seguro que atua em favor desta garantia possui atualmente cobertura de R$27.800, e é atualizada anualmente no mês de março pelo IRC (Índice de reajuste de contraprestação).

25 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria da Companhia em 15 de março de 2024.

DIRETOR PRESIDENTE
Alan Brener

DIRETOR FINANCEIRO
Rogério Bolzani Caldas

CONTADOR RESPONSÁVEL
Ronney Donizete Fernandes
Contador - CRC 286.064/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros, Acionistas e Administradores da
ONM Health S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da ONM Health S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ONM Health S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 15 de março de 2024.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Danilo Namura Lombardoso
Contador
CRC nº 1 SP 278829/O-3

2/2

MINERAÇÃO

Arrecadação de Cfem bate recorde em MG

Receita com os *royalties* atingiu a marca de R$ 885,2 milhões no acumulado do primeiro trimestre, aponta a ANM

THYAGO HENRIQUE

A arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem) em Minas Gerais alcançou a marca de R$ 885,2 milhões no acumulado do primeiro trimestre deste ano. O valor indica uma alta de 32,4% em comparação à quantia de R$ 668,3 milhões, arrecadada na mesma época do exercício passado. Além disso, representa um recorde de recolhimento no Estado.

Para se ter uma ideia, conforme os dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), entre janeiro e março de 2021, a arrecadação atingiu R$ 881,3 milhões, a cifra que chegou mais perto da atual. O resultado pode ser um reflexo do crescimento dos embarques de minério de ferro, produto que, historicamente, é responsável por mais de 70% dos *royalties* da mineração.

Números do governo federal mostram que as exportações mineiras relativas ao insumo siderúrgico subiram 34,5% nos primeiros três meses de 2024, ante o mesmo intervalo de 2023, para US$ 3,5 bilhões. O faturamento cresceu mesmo com os preços internacionais da *commodity* despencando por consequência, sobretudo, da baixa atividade imobiliária da China. As vendas da matéria-prima produzida em Minas Gerais para a China, inclusive, cresceram 54,4% no período.

Vale dizer ainda que a Cfem recolhida até março, mais do que histórica em valores, manteve o Estado no primeiro lugar de arrecadação do imposto no País, com 45,8%. Sempre na briga pela liderança com os mineiros, os paraenses receberam R$ 809,8 milhões e ficaram na segunda posição, com 41,9% de participação. No Brasil inteiro, os recebimentos atingiram R$ 1,9 bilhão, montante 30% superior ao recolhido no primeiro trimestre de 2023, de R$ 1,5 bilhão.

No ano passado, a arrecadação mineira da Cfem foi de R$ 3,1 bilhões, quantia levemente maior que a do exercício anterior, de R$ 3,1 bilhões. Em ambos casos, Minas Gerais liderou o *ranking* estadual, superando o Pará. Os bons resultados, entretanto, não chegaram nem perto da cifra recebida em 2021, de mais de R$ 4,6 bilhões, um desempenho inédito para o Estado.

Na época, os *royalties* da mineração repassados para os mineiros ainda foram menores que o valor de R$ 4,8 bilhões pago aos paraenses, mas nada que atrapalhasse a performance histórica. Entre as variáveis que contribuíram para tal, além do aumento da demanda global, estiveram a elevação do preço do minério de ferro no mercado global e da cotação do câmbio. O primeiro aumentou em cerca de 84,5% em comparação a 2020 e o segundo subiu quase 50% de um ano para o outro.

Diante dos dados relevantes do início de 2024 que, aliás, superam os de 2021, não será uma surpresa se a arrecadação da Cfem de Minas Gerais alcançar um novo recorde anual. E a tendência é que o Estado se mantenha, pelo terceiro ano consecutivo, na liderança da Cfem.

Repasses - Em março último, a ANM distribuiu aos estados e municípios mineradores R$ 463,1 milhões em *royalties* da mineração, valor referente à cota-parte arrecadada em fevereiro. A distribuição completa dos recursos da Cfem ocorreu da seguinte forma: R$ 92,6 milhões foram destinados para os estados, enquanto R$ 370,5 milhões foram transferidos para 2.165 municípios produtores.

> *Vale dizer ainda que a Cfem recolhida até março, mais do que histórica em valores, manteve o Estado no primeiro lugar de arrecadação do imposto no País, com 45,8%.*

Entre as unidades da Federação, Minas Gerais e Pará, as duas regiões que mais produzem minério de ferro, os recursos repassados pela autarquia federal foram de R$ 43,3 milhões e R$ 38 milhões, respectivamente. Parauapebas (R$ 70 milhões) e Canaã dos Carajás (R$ 64 milhões), ambos no Pará, e a mineira Congonhas (R$ 25 milhões) foram as cidades que mais receberam. Todas as outras sete localidades que completam a lista das dez primeiras também eram do Estado.

ENERGISA S.A.
- COMPANHIA ABERTA -
CNPJ/MF nº 00.864.214/0001-06
NIRE 31.300.025.039

GRUPO energisa

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada às 10 horas do dia 08 de abril de 2024, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 228, sala 1301, Botafogo. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Convocados regularmente todos os membros do Conselho de Administração da Energisa S.A. ("Companhia"), encontrando-se presentes por vídeo conferência os conselheiros abaixo assinados, verificou-se a composição de quórum suficiente para a instalação da presente reunião do Conselho de Administração. **3. MESA**: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Ivan Muller Botelho e secretariados pela Sra. Jaqueline Mota F. Oliveira. **4. ORDEM DO DIA**: Deliberar a respeito das seguintes matérias: (i) aprovação para realização da 20ª (vigésima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até três séries, da Companhia, no valor total de até R$ 1.440.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos e quarenta milhões de reais) ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), as quais serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160" e "Oferta", respectivamente); (ii) autorização para a prática, pela Diretoria da Companhia, de todo e qualquer ato necessário à realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando a, (a) a contratação de instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para realizar a colocação das Debêntures no âmbito da Oferta ("Coordenadores"); (b) a contratação dos demais prestadores de serviços para fins da Oferta, tais como o agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), que representará a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), o escriturador, o banco liquidante, a agência de classificação de risco, a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 ("B3"), os assessores legais, entre outros; (c) a negociação e a celebração da "*Escritura Particular da 20ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Até Três Séries, para Distribuição Pública, da Energisa S.A.*" ("Escritura de Emissão"), do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Até Três Séries, da 20ª Emissão da Energisa S.A.*" ("Contrato de Distribuição") e dos demais documentos necessários à realização da Emissão e da Oferta (inclusive eventuais aditamentos); (iii) autorização, nos termos do artigo 9º e do artigo 10º, VII, do Regimento Interno da Diretoria da Companhia, para que qualquer Diretor ou procurador que venha a ser nomeado em procuração a ser assinada por 2 (dois) Diretores da Companhia tome todas as providências e realize todo e qualquer ato necessário, bem como assine, isoladamente, quaisquer documentos necessários à implementação da Emissão e da Oferta; e (iv) a ratificação de todos os atos já praticados, relacionados às deliberações acima. **5. DELIBERAÇÕES:** Instalada a presente reunião, após exame e discussão da matéria constante da ordem do dia, os membros presentes do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: 5.1. Autorizar a lavratura da presente ata em forma de sumário. 5.2. Autorizar a realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas na Escritura de Emissão: **I. Número da Emissão**. A Emissão constitui a 20ª (vigésima) emissão de debêntures da Companhia. **II. Quantidade de Debêntures**. Serão emitidas até 1.440.000 (um milhão, quatrocentas e quarenta mil) Debêntures, observada a possibilidade de distribuição parcial das Debêntures. **III. Valor Nominal Unitário**. O valor nominal unitário das Debêntures será de R$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Nominal Unitário"). **IV. Valor Total da Emissão**. O valor total da Emissão será de até R$ 1.440.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos e quarenta milhões de reais) ("Valor Total da Emissão"), na Data de Emissão, observada a possibilidade de distribuição parcial das Debêntures. **V. Número de Séries**. A Emissão será realizada em até 3 (três) séries, observado que a existência de cada série e a quantidade de Debêntures a ser alocada na primeira série ("Primeira Série"), na segunda série ("Segunda Série") e na terceira série ("Terceira Série" e, quando em conjunto com a Primeira Série e Segunda Série "Séries" e, individualmente, "Série") serão definidas pelos Coordenadores, em conjunto com a Companhia, após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido). As Debêntures da Primeira Série, as Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, poderão não ser emitidas, conforme o caso e a critério da Companhia, caso a demanda pelas Debêntures da respectiva série seja inferior a R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ("Quantidade Mínima"), hipótese na qual haverá distribuição parcial das Debêntures, sendo certo que, neste cenário, a garantia firme prestada pelos Coordenadores será automaticamente diminuída em montante equivalente à demanda apurada da Série não emitida. **VI. Colocação e Procedimento de Distribuição**. As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, sob o rito automático de registro perante a CVM e sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, observado que, caso não seja observada a Quantidade Mínima, a respectiva Série poderá não ser emitida a exclusivo critério da Companhia, com a intermediação dos Coordenadores, responsáveis pela colocação das Debêntures, nos termos do Contrato de Distribuição, podendo a Oferta contar com a participação de outras instituições financeiras, autorizadas a operar no mercado de capitais, para participar da colocação das Debêntures junto a potenciais investidores na qualidade de participantes especiais, mediante a celebração de termo de adesão ao Contrato de Distribuição entre o Coordenador Líder e cada uma das referidas instituições financeiras, observado o procedimento previsto no artigo 49 da Resolução CVM 160. **VII. Procedimento de Coleta de Intenções de Investimentos (Procedimento de *Bookbuilding*)**. Os Coordenadores organizarão procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores nas Debêntures, sem lotes mínimos ou máximos, para definição, de comum acordo com a Companhia (i) da taxa final da Remuneração das Debêntures da Primeira Série ("Taxa Final da Remuneração da Primeira Série"), da taxa final da Remuneração das Debêntures da Segunda Série ("Taxa Final da Remuneração da Segunda Série") e da taxa final da Remuneração das Debêntures da Terceira Série ("Taxa Final da Remuneração da Terceira Série"); (ii) da emissão ou não da Primeira Série, da Segunda Série ou da Terceira Série; e (iii) da quantidade de Debêntures a ser alocada entre a Primeira Série, a Segunda Série e a Terceira Série, e consequentemente do volume a ser emitido na Primeira Série, na Segunda Série e na Terceira Série ("Procedimento de *Bookbuilding*"). A alocação das Debêntures entre as Séries ocorrerá no Sistema de Vasos Comunicantes, observado que a Primeira Série, a Segunda Série ou a Terceira Série poderão não ser emitidas, a depender do resultado do Procedimento de *Bookbuilding,* observado também a Quantidade Mínima. **VIII. Projetos de Infraestrutura Considerados como Prioritários**. A Emissão das Debêntures será realizada na forma do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("Lei 12.431"), do Decreto n° 11.964, de 26 de março de 2024, ("Decreto 11.964") ou de normas posteriores que as alterem, substituam ou complementem, tendo em vista o enquadramento dos Projetos (conforme abaixo definido) como projeto prioritário pelo Ministério de Minas e Energia ("MME"), por meio (i) da Portaria n° 2719/SNTEP/MME, de 28 de dezembro de 2023, publicada no DOU em 29 de dezembro de 2023; (ii) da Portaria n° 1685/SPE/MME, de 04 de outubro de 2022, publicada no DOU em 05 de outubro de 2022; (iii) da Portaria n° 1690/SPE/MME, de 05 de outubro de 2022, publicada no DOU em 07 de outubro de 2022; e (iv) da Portaria n° 1746/SPE/MME, de 24 de outubro de 2022, publicada no DOU em 26 de outubro de 2022 (em conjunto, "Portarias"). **IX. Destinação dos Recursos**. Nos termos do artigo 2º da Lei 12.431, do Decreto 11.964 e das Portarias, a totalidade dos recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Emissão serão destinados para o financiamento futuro dos projetos de investimento em infraestrutura de distribuição, de energia elétrica, de titularidade das Controladas dos Projetos (conforme definido na Escritura de Emissão), a serem detalhados na Escritura de Emissão ("Projetos"). **X. Data de Emissão**. Para todos os fins de direito e efeitos, a data de emissão das Debêntures será aquela definida na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"). **XI. Conversibilidade**. As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia. **XII. Espécie**. As Debêntures serão da espécie quirografária. **XIII. Tipo e Forma**. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. **XIV. Prazo e Data de Vencimento**. Ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures em razão do Resgate Obrigatório Total (conforme definido abaixo), do resgate antecipado da totalidade das Debêntures no âmbito de uma Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo) ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, (i) as Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série"); (ii) as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 10 (dez) anos contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série"); e (iii) as Debêntures da Terceira Série terão prazo de vencimento de 15 (quinze) anos contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série" e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série e com Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série a "Data de Vencimento das Debêntures"). **XV. Atualização Monetária.** O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), apurado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), desde a Primeira Data de Integralização (conforme abaixo definida) das Debêntures até a data do seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso ("Valor Nominal Atualizado"). A Atualização Monetária será calculada *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, conforme fórmula a ser descrita na Escritura de Emissão. **XVI. Remuneração das Debêntures da Primeira Série**. Sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios que serão definidos na data do *Procedimento de Bookbuilding,* limitados ao que for maior entre: (a) um percentual correspondente à taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B) com vencimento em 15 de agosto de 2030, apurada no fechamento do mercado na data de realização do Procedimento de *Bookbuilding,* conforme a taxa indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na Internet (http://www.anbima.com.br), ou (b) 5,60% (cinco inteiros e sessenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração da Primeira Série"). A Remuneração da Primeira Série deverá ser calculada de acordo com a fórmula a ser descrita na Escritura de Emissão. **XVII. Remuneração das Debêntures da Segunda Série**. Sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios que serão definidos na data do Procedimento de *Bookbuilding*, limitado ao que for maior entre: (a) um percentual correspondente à taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B) com vencimento em 15 de agosto de 2032 apurada no fechamento do mercado na data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*, conforme a taxa indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na Internet (http://www.anbima.com.br); ou (b) 5,70% (cinco inteiros e setenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração da Segunda Série"). A Remuneração da Segunda Série deverá ser calculada de acordo com a fórmula a ser descrita na Escritura de Emissão. **XVIII. Remuneração das Debêntures da Terceira Série**: Sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Terceira Série incidirão juros remuneratórios que serão definidos na data do Procedimento de *Bookbuilding*, limitado ao que for maior entre: (a) um percentual correspondente à taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B) com vencimento em 15 de maio de 2035 apurada no fechamento do mercado na data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*, conforme a taxa indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na Internet (http://www.anbima.com.br), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa equivalente a 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; ou (b) 5,85% (cinco inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração da Terceira Série" e, em conjunto com a Remuneração da Primeira Série e com a Remuneração da Segunda Série, "Remuneração"). A Remuneração da Terceira Série deverá ser calculada de acordo com a fórmula a ser descrita na Escritura de Emissão. **XIX. Amortização do Valor Nominal Unitário**. Ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures em razão do Resgate Obrigatório Total, do resgate antecipado no âmbito de uma Oferta de Resgate Antecipado ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, o Valor Nominal Atualizado será amortizado pela Companhia aos Debenturistas da seguinte forma: (i) em relação às Debêntures da Primeira Série, em 1 (uma) única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série; (ii) em relação às Debêntures da Segunda Série, em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, no 8º (oitavo), 9º (nono) e 10º (décimo) anos contados da Data de Emissão ; e (iii) em relação às Debêntures da Terceira Série, em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, no 13º (décimo terceiro), 14º (décimo quarto) e 15º (décimo quinto) anos contados da Data de Emissão, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão. **XX. Periodicidade de Pagamento da Remuneração**. Ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures em razão do Resgate Obrigatório Total, do resgate antecipado no âmbito de uma Oferta de Resgate Antecipado ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração das Debêntures será paga pela Companhia aos Debenturistas da seguinte forma: (i) em relação às Debêntures da Primeira Série, semestralmente, a partir da Data de Emissão, conforme tabela indicada na Escritura de Emissão (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série"); (ii) em relação às Debêntures da Segunda Série, semestralmente, a partir da Data de Emissão, conforme tabela indicada na Escritura de Emissão (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série"); e (iii) em relação às Debêntures da Terceira Série, semestralmente, a partir da Data de Emissão, conforme tabela indicada na Escritura de Emissão (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração da Terceira Série"). **XXI. Local de Pagamento**. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento e em conformidade, conforme o caso: (a) com os procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; e/ou (b) com os procedimentos adotados pelo escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3 ("Local de Pagamento"). **XXII. Prorrogação dos Prazos**. Caso uma determinada data de vencimento coincida com dia que não houver expediente bancário no local de pagamento das Debêntures, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente da Escritura de Emissão, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento não coincidir com Dia Útil. Para fins da presente ata, a expressão "Dia(s) Útil(eis)" significa (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da B3, inclusive para fins de cálculo, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional na República Federativa do Brasil; (ii) com relação a qualquer obrigação pecuniária que não seja realizada por meio da B3, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e que não seja sábado ou domingo; e (iii) com relação a qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, qualquer dia que não seja sábado ou domingo ou feriado na Cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. **XXIII. Encargos Moratórios**. Sem prejuízo da Atualização Monetária e da Remuneração e do disposto na Escritura de Emissão, ocorrendo atraso imputável à Companhia no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, o valor em atraso ficará sujeito, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago; além das despesas incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios"). **XXIV. Preço de Subscrição**. O preço de subscrição e integralização das Debêntures na Primeira Data de Integralização de cada série será o seu Valor Nominal Unitário e, caso ocorra a integralização das Debêntures em mais de uma data, o preço de subscrição para as Debêntures que forem integralizadas após a Primeira Data de Integralização de cada série será o respectivo Valor Nominal Atualizado das Debêntures, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização de cada série até a data de sua efetiva integralização, podendo ser acrescido de ágio ou deságio, conforme o caso, a ser definido pelos Coordenadores, desde que aplicado em igualdade de condições a todas as Debêntures de uma mesma Série integralizada em uma mesma data de integralização, utilizando-se 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento ("Preço de Subscrição"). **XXV. Data de Subscrição e Integralização**. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, em uma ou mais datas, sendo considerada "Primeira Data de Integralização", para fins da Escritura de Emissão, a data da primeira integralização das Debêntures de cada Série. A integralização das Debêntures será realizada à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, dentro do período de distribuição na forma do artigo 59 da Resolução CVM 160, e de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da B3, em valor correspondente ao Preço de Subscrição. **XXVI. Depósito para Distribuição, Negociação, Custódia Eletrônica e Liquidação**. As Debêntures serão depositadas para: (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pelo mercado de balcão da B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; (b) negociação no mercado secundário, por meio do CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. **XXVII. Negociação**. Nos termos da Resolução CVM 160, as Debêntures (i) poderão ser livremente negociadas entre Investidores Profissionais a qualquer momento; (ii) somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado entre Investidores Qualificados depois de decorridos 3 (três) meses contados da data de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 86, inciso I, alínea "a" da Resolução CVM 160; e (iii) somente poderão ser negociadas entre o público em geral depois de decorrido 6 (seis) meses contados da data de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 86, inciso I, alínea "b" da Resolução CVM 160. **XXVIII. Direito de Preferência**. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Companhia, diretos e indiretos, ou quaisquer outros grupos que levem em consideração relações de natureza comercial ou estratégica em relação à Companhia. **XXIX. Repactuação Programada**. Não haverá repactuação programada das Debêntures. **XXX. Resgate Antecipado Facultativo e Amortização Extraordinária Facultativa**. As Debêntures não estarão sujeitas ao resgate antecipado facultativo, total ou parcial, ou à amortização extraordinária facultativa. **XXXI. Resgate Obrigatório Total**. A Companhia deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures nos casos a serem previstos na Escritura de Emissão. **XXXII. Oferta de Resgate Antecipado Facultativa**. A Companhia poderá realizar oferta de resgate antecipado total das Debêntures de uma mesma série, endereçada a todos os titulares das Debêntures da respectiva série, sem distinção, nos casos a serem previstos na Escritura de Emissão. **XXXIII. Oferta de Resgate Antecipado Obrigatória**. A Companhia deverá realizar oferta de resgate antecipado, endereçada a todos os titulares das Debêntures, sem distinção, nos casos a serem previstos na Escritura de Emissão. **XXXIV. Aquisição Facultativa**. A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e ao disposto na Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022, após 2 (dois) anos contados da Data de Emissão (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela regulamentação aplicável da CVM e do Conselho Monetário Nacional - CMN), ou seja, a partir de 15 de abril de 2026 (inclusive), nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II da Lei 12.431, adquirir Debêntures no mercado secundário (a) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Atualizado, conforme o caso, acrescido da Remuneração, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras; ou (b) por valor superior ao Valor Nominal Atualizado ou ao Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures que venham a ser adquiridas nos termos acima poderão: (i) ser canceladas (neste caso, desde que permitido e devidamente regulamentado pela legislação aplicável); (ii) permanecer na tesouraria da Companhia; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado, observado o disposto nas regras expedidas pelo CMN, na Lei 12.431 e na regulamentação aplicável. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos valores de Atualização Monetária, conforme aplicável, e Remuneração das demais Debêntures. **XXXV. Vencimento Antecipado**. As Debêntures poderão ser vencidas antecipadamente na ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado a serem definidas na Escritura de Emissão. **XXXVI. Demais Características**. As demais características das Debêntures, da Emissão e da Oferta encontrar-se-ão descritas na Escritura de Emissão e nos demais documentos pertinentes. 5.3. Autorizar, desde já, a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências e realizar todo e qualquer ato necessário à realização da Emissão e da Oferta, conforme a legislação aplicável, incluindo, mas não se limitando a, (a) a contratação de instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para realizar a colocação das Debêntures no âmbito da Oferta, podendo fixar as respectivas comissões, negociar e assinar o respectivo mandato e/ou contrato de prestação de serviços; (b) a contratação dos demais prestadores de serviços para fins da Oferta, tais como o Agente Fiduciário, o escriturador, o banco liquidante, a agência de classificação de risco, a B3, os assessores legais, entre outros, podendo para tanto fixar os respectivos honorários, negociar e assinar os respectivos contratos de prestação de serviços; e (c) a negociação e a celebração de quaisquer instrumentos (inclusive eventuais aditamentos) necessários à realização da Emissão, incluindo, mas não se limitando a, a Escritura de Emissão, o aditamento à Escritura de Emissão para ratificar o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* e o Contrato de Distribuição, em qualquer hipótese, sem necessidade de nova aprovação societária pela Companhia ou de realização de assembleia geral de Debenturistas. 5.4. Autorizar que qualquer Diretor ou procurador que venha a ser nomeado em procuração a ser assinada por 2 (dois) Diretores da Companhia tome todas as providências e realize todo e qualquer ato necessário, bem como assine, isoladamente, quaisquer documentos necessários à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando a, a Escritura de Emissão e o Contrato de Distribuição, e seus respectivos aditamentos. 5.5. Ratificar todos os atos relativos à Emissão e à Oferta que tenham sido praticados anteriormente pela Diretoria da Companhia, inclusive a outorga de procurações. **6. ENCERRAMENTO**: Não havendo mais nada a ser tratado, o Presidente deu a reunião por encerrada, sendo lavrada a presente ata na forma de sumário, que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **Assinaturas** – **Mesa**: Ivan Muller Botelho – Presidente. Jaqueline Mota F. de Oliveira – Secretária. **Conselheiros**: Ivan Muller Botelho, Ricardo Perez Botelho Armando de Azevedo Henriques, Omar Carneiro da Cunha Sobrinho, Antonio José de Almeida Carneiro, José Luiz Alquéres, Luciana de Oliveira Cezar Coelho. Confere com o original que se encontra lavrado no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Energisa S.A. Jaqueline Mota F. Oliveira - Secretária. Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa ENERGISA S/A, de NIRE 3130002503-9 e protocolado sob o número 24/232.015-5 em 10/04/2024, encontra-se registrado na JUCEMG sob o número 11631751, em 12/04/2024. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Kenia Mota Santos Machado. Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim.

Preço do minério de ferro encerra a semana em alta

Pequim - Os contratos futuros de minério de ferro registraram nova alta na sexta-feira e caminhavam para fechar a semana com ganhos, graças à perspectiva de demanda mais positiva na China, maior mercado consumidor do minério, e à melhora dos fundamentos no curto prazo.

O contrato de setembro do minério de ferro mais negociado na Bolsa de Mercadorias de Dalian (DCE) da China encerrou a sessão do dia com alta de 3,12%, a 843,5 iuanes (US$ 116,57) a tonelada, o maior valor desde 26 de março. O contrato registrou a quinta sessão consecutiva de ganhos, e encerrou com aumento de 9,3% em base semanal.

O minério de ferro de referência de maio na Bolsa de Cingapura subiu 2,89%, para 111,35 dólares a tonelada, o maior valor desde 11 de março e um aumento de 6,8% até agora nesta semana.

A produção média diária de metais quentes subiu 0,5% pela segunda semana, para 2,25 milhões de toneladas, em 12 de abril, enquanto os estoques de minério de ferro nos principais portos cresceram 0,2%, para 144,87 milhões de toneladas, segundo uma pesquisa da consultoria Mysteel.

"A produção de metais quentes provavelmente aumentará continuamente nas próximas semanas e esperamos que os estoques de minério no porto caiam para uma mínima de cerca de 130 milhões de toneladas no segundo trimestre", disseram analistas da Galaxy Futures em uma nota.

O progresso mais rápido do que o esperado em um plano prometido de atualização de equipamentos também estimulou o sentimento e apoiou os preços.

A China concederá forte financiamento para as empresas envolvidas no programa de atualização de equipamentos e troca de bens de consumo, disseram autoridades do governo na quinta-feira, a mais recente tentativa de estimular a demanda doméstica.

As importações de minério de ferro da China em março aumentaram cerca de 0,5% em relação ao ano anterior, mostraram dados da alfândega na sexta-feira, com a expectativa de um aumento da demanda após o feriado do Ano Novo Lunar, quando as siderúrgicas normalmente aumentam a produção. **(Reuters)**

Edição impressa produzida pelo Jornal **DIÁRIO DO COMÉRCIO**.
Circulação diária em bancas e assinantes.
As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site:
https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

BRK AMBIENTAL - MANSO S.A. - CNPJ nº 19.246.473/0001-00

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	91.750	98.974
Contas a receber	6	106.616	98.956
Tributos a recuperar		3.425	2.373
Outros ativos		514	420
		202.305	**200.723**
Não circulante			
Contas a receber	6	265.497	300.508
Fundos restritos		16.147	19.330
Outros ativos		406	486
		282.050	**320.324**
Imobilizado		250	266
Ativo de direito de uso	7	538	578
Intangível		159	112
		282.997	**321.280**
Total do ativo		**485.302**	**522.003**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2023	2022
Circulante			
Fornecedores		5.624	4.297
Passivo de arrendamento	8.1	252	308
Debêntures	8.2	44.634	43.342
Salários e encargos sociais		1.136	962
Tributos a pagar		4.013	4.058
PIS e COFINS diferidos	10	7.289	6.820
Outros passivos		61	271
		63.009	**60.058**
Não circulante			
Passivo de arrendamento	8.1	307	294
Debêntures	8.2	262.949	203.606
Partes relacionadas	11	766	96.974
PIS e COFINS diferidos	10	28.870	32.971
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12 (a)	43.841	37.356
Benefícios a empregados	13	47	40
		336.780	**371.241**
Patrimônio líquido	14		
Capital social		76.500	76.500
Reservas de lucros		8.997	14.193
Ajuste de avaliação patrimonial		16	11
		85.513	**90.704**
Total do passivo e patrimônio líquido		**485.302**	**522.003**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos 31 em de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital Social: Subscrito	Capital Social: A Integralizar	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Retenção de lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Ajustes de avaliação Patrimonial	Total
Em 1º de janeiro de 2022		**100.000**	**(23.500)**	**3.554**	**2.864**		**(2)**	**82.916**
Resultado do exercício:								
Lucro do exercício						29.405		29.405
Outros resultados abrangentes:								
Obrigações com benefícios pós emprego	14 (f)						13	13
Total do resultado abrangente do exercício						29.405	13	29.418
Transação de capital com sócios:								
Dividendos intermediários	14 (d)				(2.864)	(18.766)		(21.630)
Constituição de reservas	14 (b) (c)			1.470	9.169	(10.639)		
Em 31 de dezembro de 2022		**100.000**	**(23.500)**	**5.024**	**9.169**		**11**	**90.704**
Resultado do exercício:								
Lucro do exercício						30.122		30.122
Outros resultados abrangentes:								
Obrigações com benefícios pós emprego	14 (f)						4	4
Total do resultado abrangente do exercício						30.122	4	30.126
Transação de capital com sócios:								
Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio	14 (d)				(9.169)	(26.148)		(35.317)
Constituição de reservas	14 (b) (c)			1.506	2.468	(3.974)		
Em 31 de dezembro de 2023		**100.000**	**(23.500)**	**6.530**	**2.468**		**15**	**85.513**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Receita líquida de serviços	15 (a)	**118.818**	**124.141**
Custos dos serviços prestados	15 (b)	(42.211)	(45.225)
Lucro bruto		**76.607**	**78.916**
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	15 (b)	(13.375)	(9.401)
Outras receitas, líquidas		2.643	3.642
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		**65.875**	**73.157**
Resultado financeiro	15 (c)		
Receitas financeiras		14.825	14.705
Despesas financeiras		(41.562)	(43.564)
Resultado financeiro, líquido		(26.737)	(28.859)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**39.138**	**44.298**
Imposto de renda e contribuição social correntes	12 (b)	(2.533)	(6.095)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12 (b)	(6.483)	(8.798)
Lucro do exercício		**30.122**	**29.405**
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R$ por ação)	14 (e)	**0,39**	**0,38**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Lucro do exercício		30.122	29.405
Outros resultados abrangentes	14(f)		
Benefícios a empregados		6	20
Efeitos fiscais		(2)	(7)
		4	13
Total do resultado abrangente do exercício		**30.126**	**29.418**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	39.138	44.298
Ajustes		
Depreciação e amortização	109	89
Amortização arrendamento mercantil	461	409
Valor residual do ativo imobilizado	2	
Valor residual do arrendamento mercantil baixados	(20)	(2)
Rendimento de fundos restritos	(2.192)	(2.174)
Margem de construção	(98)	(139)
Benefícios a empregados	10	11
Ajuste a valor presente	83	98
Juros e variações monetárias, líquidos	41.158	43.102
	78.651	**85.692**
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	26.914	17.017
Tributos a recuperar	(1.052)	(1.713)
Outros ativos	(14)	182
Fornecedores	2.316	973
Salários e encargos sociais	174	(216)
Tributos a pagar	(6.594)	(473)
PIS e COFINS diferidos	(4.086)	(1.769)
Partes relacionadas	68	(78)
Outros passivos	(207)	(287)
Caixa proveniente das operações	96.170	99.328
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.876)	(6.139)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	92.294	93.189
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Fundos restritos	5.375	(136)
Adições ao imobilizado	(143)	(129)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	**5.232**	**(265)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(35.317)	(21.630)
Ingressos de debêntures	105.000	
Custo de transação sobre ingressos de debêntures	(3.756)	
Amortizações das debêntures	(42.336)	(39.690)
Juros pagos de debêntures	(25.007)	(29.079)
Amortizações de passivo de arrendamento	(527)	(492)
Partes relacionadas	(102.807)	.
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(104.750)**	**(90.891)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(7.224)**	**2.033**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**98.974**	**96.941**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**91.750**	**98.974**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais - A BRK Ambiental - Manso S.A. ("Companhia") foi constituída em 23 de outubro de 2013, como uma sociedade anônima de capital fechado, com o objetivo de executar as obras de ampliação do sistema produtor Rio Manso - MG e a prestação dos serviços, consistentes na operação e manutenção eletromecânica, automação e instrumentação das unidades de adução e a manutenção civil e hidráulica, a conservação de áreas verdes, limpeza, asseio e conservação predial em todo Sistema Produtor Rio Manso, que compreende desde a barragem de acumulação e seu entorno, até o reservatório denominado R10, e demais serviços correlatos. A sede da Companhia está localizada na Av. Getúlio Vargas,1420, 9º andar - sala 907, Belo Horizonte - MG. Em 20 de dezembro de 2013, a Companhia assinou contrato com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais ("COPASA"), formando a Parceria Público Privada ("PPP") na modalidade de Concessão Administrativa, para a ampliação, manutenção e operação compartilhada do Sistema Produtor de Água do Rio Manso, um dos responsáveis pelo abastecimento de água do sistema integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte, ampliando a sua capacidade de produção em mais 1,6 m³/s. Os dados quantitativos, tais como volumes, não foram objetos de auditoria pelos auditores independentes. O prazo total da Concessão Administrativa é de 15 anos envolvendo investimentos em obras civis, equipamentos e projetos, no montante aproximado de R$ 527 milhões, necessários para disponibilização de toda a infraestrutura. O contrato prevê o reajuste anual dos preços com base no Índice de Custo de Construção ("INCC") e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") e não prevê renovação ou extensão ao final da concessão. Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia iniciou sua operação, com prazo findo em 2028. A Companhia tem obrigação de realizar os investimentos em infraestrutura para aumento significativo do atendimento para os próximos anos. A Companhia tem o direito pleno de utilizar o ativo concedido ao longo do período estipulado, seguindo as condições acordadas. Além disso, é responsável por realizar investimentos, conforme compromissos e/ou obrigações definidas no contrato de concessão para aprimorar e ampliar os sistemas, estipulado em contrato. Esses investimentos podem ser objeto de discussão com o poder concedente, por meio de aditivos contratuais e negociações eventuais. Em 22 de junho de 2023, a então controladora indireta da Companhia, BRK Ambiental Participações S.A. ("BRK Ambiental") realizou Assembleia Geral Extraordinária, incorporando parcela patrimonial cindida da então controladora direta BRK Projetos Ambientais S.A. ("BRK Projetos Ambientais"), que corresponde a totalidade das ações do capital social da Companhia, no montante de R$ 96.576 com efeitos a partir de 30 de junho de 2023, em decorrência dessa reestruturação a Companhia passa a ser integralmente controlada direta da BRK Ambiental. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia é parte integrante do Grupo Brookfield ("Grupo"), sendo controlada direta da BRK Ambiental. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 18 de março de 2024. **2.1 Base de preparação** - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Esta demonstração financeira foi preparada em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e são apresentadas em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Para adequação à apresentação das despesas por natureza do exercício corrente, algumas naturezas do exercício comparativo foram reclassificadas dentro do mesmo grupo das despesas por função, as quais, devido a sua imaterialidade, não estão sendo detalhadas. **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos** - As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas a seguir. **(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos** - A Companhia reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; e (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores. O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela Administração da Companhia. Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro. **(b) Provisão e passivos contingentes** - Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários. A administração da Companhia, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma: ● Perda provável: são processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: (i) processos trabalhistas - o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado pelos seus assessores jurídicos; (ii) processos tributários - o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e (iii) demais processos - o valor provisionado corresponde ao valor da causa. ● Perda possível: são processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável. ● Perda remota: são processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido. A Administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, consequentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa. **(c) Reconhecimento de receita de construção** - A Companhia usa o método de custo acrescido de margem para reconhecimento das receitas provenientes de prestação de serviços de construção da infraestrutura dos contratos de concessão e tal método requer a uso de certas estimativas, conforme descrito na (Nota 2.14 (b)).

Marcos Roberto Mendanha Nogueira - Diretor Presidente
Lucas Fonseca e Silva Quadros - Diretor de Operações
Jorge Augusto Regis Gomes - Diretor
Adelmo da Silva Oliveira - Contador CRC BA - 028.385/0-6.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **BRK Ambiental – Manso S.A.**
Belo Horizonte - MG

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da BRK Ambiental – Manso S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BRK Ambiental - Manso S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras** - A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ● Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; ● Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;● Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.● Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. ● Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 18 de março de 2024.

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. CRC-SP034519/O
Bruno Marchetti Moretti - Contador CRC-SP321238/O

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal, no endereço eletrônico da Companhia e no endereço eletrônico da CVM, respectivamente, https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal/13-04-2024/, https://www.ri.brkambiental.com.br/ e https://www.gov.br/cvm/pt-br."

BAUMINAS PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ: 23.114.504/0001-38

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO: Srs. acionistas, a BAUMINAS Participações S.A., empresa com sede administrativa nesta cidade de Cataguases/MG, à Rua Vitório Pedro Graciolli , nº81, sala 04, Vila Reis – Cidade de Cataguases – MG, CEP: 36.770-224, de acordo com os dispositivos legais e estatutários, apresenta a V. Sas., o Balanço Patrimonial e demais DFs, dos exercícios findos em 31/12/23 e 2022, as quais, lidas em conjunto com as notas explicativas, demonstram a execução dos principais gastos, investimentos e outras ocorrências de natureza financeira e administrativa. Cataguases, 28/03/24.
José Heitor Leonardo - Diretor Executivo de Finanças. BAUMINAS Participações S.A.

Balanço patrimonial

Ativo	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22 Reapresentado (Nota 4)	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22
Caixa e equivalentes de caixa	19.529	13.983	175	105
Aplicações financeiras	125.152	20.233	-	-
Contas a receber	179.647	167.619	-	-
Estoques	89.517	144.259	-	-
Adiantamento de fornecedores	2.684	-		
Impostos a recuperar	19.558	29.085	912	-
IR e CS a recuperar	5.093	7.539	3	3
Créditos com partes relacionadas	915	1.049	-	-
Dividendos e JCP a receber	49	-	51.961	16.354
Outros ativos	8.281	6.915	75	58
Total do ativo circulante	**450.425**	**390.682**	**53.126**	**16.520**
Aplicação financeira restrita	419	-	-	-
Créditos com partes relacionadas	290	74.818	-	-
Dividendos a receber	-	-	-	-
Impostos a recuperar	3.119	2.637	-	-
Ativo fiscal diferido	29.471	25.806	-	-
Depósitos judiciais	2.549	2.907	-	-
Outros ativos	-	10.455	-	-
Investimentos	55.511	52.349	588.758	646.337
Imobilizado	372.662	337.808	-	-
Intangível	87.279	89.802	-	-
Ativos de direitos de uso	2.111	3.577	-	-
Total do ativo não circulante	**553.411**	**600.159**	**588.758**	**646.337**
Total do ativo	**1.003.836**	**990.841**	**641.884**	**662.857**
Passivo				
Fornecedores	63.909	49.862	-	-
Fornecedores - risco sacado	-	1.440	-	-
Empréstimos e financiamentos	39.697	75.673	-	-
Obrigações tributárias	13.255	15.158	-	-
IR e CS a recolher	19.556	21.679	-	-
Obrigações sociais trabalhistas	14.165	12.551	-	-
Débitos com partes relacionadas	18	51	-	-
Dividendos e JCP a pagar	52.209	52.685	38.433	52.141
Passivos de arrendamento	1.460	1.334	-	-
Outros passivos	9.976	7.400	47	-
Total do passivo circulante	**214.245**	**237.833**	**38.480**	**52.141**
Empréstimos e financiamentos	79.976	76.131	-	-
Débitos com Partes Relacionadas	-	-	-	39.372
Obrigações tributárias	-	103	-	-
Passivo fiscal diferido	27.367	25.799	-	-
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais	70.167	61.508	-	-
Passivos de arrendamento	924	2.314	-	-
Outros passivos	5.892	13.437	-	-
Total do passivo não circulante	**184.326**	**179.292**	**-**	**39.372**
Total do passivo	**398.571**	**417.125**	**38.480**	**91.513**
Capital social	395.534	395.534	395.534	395.534
Reserva de lucros	254.787	178.265	254.787	178.265
Ajuste de avaliação patrimonial	(46.917)	(2.455)	(46.917)	(2.455)
	603.404	**571.344**	**603.404**	**571.344**
Participação de acionistas minoritários	1.861	2.372	-	-
Total do patrimônio líquido	**605.265**	**573.716**	**603.404**	**571.344**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.003.836**	**990.841**	**641.884**	**662.857**

Demonstrações dos resultados	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Receita de vendas e serviços	991.524	1.123.678	-	-
Custo das vendas e serviços	(655.988)	(728.400)	-	-
Lucro bruto	**335.536**	**395.278**	**-**	**-**
Despesas de vendas	(62.799)	(67.657)	-	-
Despesas gerais e administrativas	(43.441)	(34.666)	(20)	(9)
Despesas tributárias	(4.995)	(6.989)	(1)	2
Outras (despesas) receitas	(34.126)	(20.564)	(1)	(2)
Resultado de equivalência patrimonial	25.748	38.405	161.841	219.550
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**215.923**	**303.807**	**161.819**	**219.541**
Receitas financeiras	23.708	47.218	2	2
Despesas financeiras	(28.302)	(75.544)	(1)	(1)
Resultado financeiro	**(4.594)**	**(28.326)**	**1**	**1**
Resultado antes dos impostos	**211.329**	**275.481**	**161.820**	**219.542**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(52.119)	(67.135)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	2.099	10.548	-	-
Resultado líquido do exercício	**161.309**	**218.894**	**161.820**	**219.542**
Resultado do exercício atribuível a:				
Acionistas controladores	161.820	219.542	161.820	219.542
Acionistas não-controladores	(511)	(648)	-	-
Total resultado do exercício atribuível a acionistas	**161.309**	**218.894**	**161.820**	**219.542**
Resultado por ação - básico (em R$)	**-**	**-**	**0,44**	**0,60**

Demonstrações de resultado abrangente	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Resultado do exercício	161.309	218.894	161.820	219.542
Outros resultados abrangentes	(44.462)	(7.056)	(44.462)	(7.056)
Total de resultados abrangentes do exercício	**116.847**	**211.838**	**117.358**	**212.486**
Resultado atribuível à:				
Acionistas controladores	117.358	212.486	117.358	212.486
Acionistas não-controladores	(511)	(648)	-	-

Demonstrações dos fluxos de caixa	Consolidado 2023	Consolidado 2022 Reapresentado (Nota 4)	Controladora 2023	Controladora 2022
Resultado líquido do exercício antes do IR e CS	**211.329**	**275.481**	**161.820**	**219.542**
Ajustes para:				
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais	8.659	7.246	-	-
Depreciação e amortização	25.624	22.516	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(25.748)	(38.405)	(161.841)	(219.550)
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais líquidas	21.923	41.978	-	-
Valor residual de ativos permanentes baixados	5.596	2.093	-	-
(Reversão) constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosos	294	(634)	-	-
Outros	2	(1.657)	-	-
Variações em:				
(Aumento) contas a receber	(12.322)	(25.877)	-	-
(Aumento) estoques	54.742	(121.694)	-	-
(Aumento) adiantamento fornecedores	(2.684)	-	-	-
(Aumento) redução impostos a recuperar	11.491	24.510	(912)	-
Redução depósito judicial	358	2.322	-	-
(Aumento) outros ativos	10.555	19.868	(17)	(33)
Aumento (redução) fornecedores	12.607	(4.892)	-	-
Redução obrigações tributárias	(2.006)	(1.524)	-	(3)
(Redução) imposto de renda e contribuição social	(2.123)	17.132	-	-
(Redução) aumento obrigações trabalhistas	1.614	(1.316)	-	-
(Redução) outros passivos	(6.233)	(1.639)	47	-
Pagamento de juros sobre empréstimos	(21.364)	(41.181)	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(52.119)	(67.135)	-	-
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**240.195**	**107.192**	**(903)**	**(44)**
Ganho aumento percentual de participação	(44.605)	(7.056)	-	-
(Aportes) / resgates de aplicações financeiras restritas	(419)	-	-	-
(Aportes) / resgates de aplicações financeiras	(104.919)	34.858	-	-
Baixa de intangível	254	1.249	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível	(63.805)	(110.389)	-	-
Dividendos recebidos de controladas	22.685	24.818	139.351	37.283
Empréstimos recebidos de (concedidos a) partes relacionadas	74.662	(73.099)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(5)	-	-	-
Redução de capital da controladora	-	37.568	-	(1)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**(116.152)**	**(92.051)**	**139.351**	**37.282**
Recursos obtidos de empréstimos e financiamentos	50.537	143.532	-	-
Amortização do principal de empréstimos	(83.227)	(167.315)	-	-
Dividendos pagos	(85.774)	(37.902)	(99.006)	(38.276)
Empréstimos captados junto à (pagos à) partes relacionadas	(33)	(657)	(39.372)	1.025
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**(118.497)**	**(62.342)**	**(138.378)**	**(37.251)**
(Redução)/Aumento líquido em caixa e equivalente de caixa	5.546	(47.201)	70	(13)
Caixa e equivalente redução de capital - cisão controlada	-	(15.540)	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	13.983	76.724	105	118
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	19.529	13.983	175	105
Variação em caixa e equivalente de caixa	**5.546**	**(47.201)**	**70**	**(13)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)	Capital social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de lucro: Reserva legal	Reservas de lucro: Retenção de lucros	Reservas de lucro: Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Liquido Controlador	Participação dos não controladores	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**250.134**	**4.601**	**16.288**	**191.783**	**-**	**-**	**462.806**	**3 .020**	**465.826**
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	219.542	**219.542**	(648)	**218.894**
Transações com acionistas e não controladores:									
Dividendos desproporcionais	-	(7.056)	-	-	-	-	**(7.056)**	-	**(7.056)**
Aumento de capital social	197.207	-	-	(197.207)	-	-	**-**	-	**-**
Redução de capital social (cisão parcial Controlada Sulfabras)	(51.807)	-	-	-	-	-	**(51.807)**	-	**(51.807)**
Destinação:									
Dividendos	-	-	-	-	-	(52.141)	**(52.141)**	-	**(52.141)**
Constituição de reservas	-	-	10.977	156.424	-	(167.401)	**-**	-	**-**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**395.534**	**(2.455)**	**27.265**	**151.000**	**-**	**-**	**571.344**	**2.372**	**573.716**
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-		161.820	**161.820**	(511)	**161.309**
Transações com acionistas e não controladores:									
Dividendos desproporcionais	-	(44.462)	-	-	-	-	**(44.462)**	-	**(44.462)**
Destinação:									
Dividendos distribuídos	-	-	-	(46.866)	-	(38.432)	**(85.298)**	-	**(85.298)**
Dividendos propostos a disposição da assembleia	-	-	-	-	21.999	(21.999)	**-**	-	**-**
Constituição de reservas	-	-	8.091	93.298	-	(101.389)	**-**	-	**-**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**395.534**	**(46.917)**	**35.356**	**197.432**	**21.999**	**-**	**603.404**	**1.861**	**605.265**

Diretor Executivo de Finanças: José Heitor Leonardo - CPF 331.808.656-87; Responsável Técnico - Ariane Lacerda Pereira Canedo - Contador - CRC/MG- 079511/O

"As Demonstrações Financeiras completas acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes encontram-se na sede da Companhia".

BAUMINAS LOG E TRANSPORTES S.A. CNPJ:14.429.795/0001-62

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO: Senhores acionistas, a BAUMINAS Log e Transportes S.A., empresa com sede administrativa nesta cidade de Cataguases/MG, à Rua João Dias Neto, nº38, Vila Reis, de acordo com os dispositivos legais e estatutários, apresenta a V. Sas., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, as quais, lidas em conjunto com as notas explicativas, demonstram a execução dos principais gastos, investimentos e outras ocorrências de natureza financeira e administrativa. Cataguases, 28 de março de 2024.
José Heitor Leonardo - Diretor Executivo de Finanças.

Balanço Patrimonial

Ativo	2023	2022 Reapresentado (Nota 04)
Caixa e equivalentes de caixa	1.961	1.151
Aplicações financeiras	1.534	1.408
Contas a receber	17.765	17.913
Estoques	1.092	1.097
Adiantamentos de fornecedores	2.684	
Impostos a recuperar	142	302
IR e CS a recuperar	100	739
Dividendos a receber	6.811	–
Créditos com partes relacionadas	–	348
Outros ativos	18	1.121
Total do ativo circulante	**32.107**	**24.079**
Créditos com partes relacionadas	–	31.560
Depósitos judiciais	272	806
Ativo fiscal diferido	1.082	1.039
Outros ativos	–	5
Investimentos	151.196	170.387
Imobilizado	66.431	70.224
Intangível	8	9
Ativos de Direitos de uso	115	–
Total do ativo não circulante	**219.104**	**274.030**
Total do ativo	**251.211**	**298.109**

Passivo	2023	2022 Reapresentado (Nota 04)
Fornecedores	5.026	3.475
Empréstimos e financiamentos	23.944	69.370
Obrigações tributárias	1.802	1.839
IR e CS a recolher	1.186	167
Obrigações sociais trabalhistas	3.104	2.808
Dividendos a pagar	9.970	12.241
Débitos com partes relacionadas	608	37
Passivo de arrendamento	58	–
Outros passivos	279	594
Total do passivo circulante	**45.977**	**90.531**
Empréstimos e financiamentos	51.299	33.415
Débitos com partes relacionadas	–	39.012
Passivo fiscal diferido	12.459	10.829
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	2.468	3.055
Passivo de arrendamento	63	–
Outros passivos	–	4
Total do passivo não circulante	**66.289**	**86.315**
Total do passivo	**112.266**	**176.846**
Capital social	34.660	34.660
Reserva de lucros	94.041	68.673
Ajuste de avaliação patrimonial	10.244	17.930
Total do patrimônio líquido	**138.945**	**121.263**
Total do passivo e patrimônio líquido	**251.211**	**298.109**

Demonstração dos resultados abrangentes	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**41.977**	**51.542**
Outros resultados abrangentes	(7.686)	100
Total de resultados abrangentes do exercício	**34.291**	**51.642**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucro: Reserva legal	Reservas de lucro: Reserva especial	Reservas de lucro: Reserva de lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucro Acumulado	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**34.660**	**1.468**	**6.511**	**21.393**	**17.830**	**–**	**81.862**
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	51.542	51.542
Transações com acionistas							
Dividendos desproporcionais	-	-	-	-	100	-	100
Destinação:							
Dividendos	-	-	-	-	-	(12.241)	(12.241)
Constituição de reservas	-	2.577	-	36.724	-	(39.301)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**34.660**	**4.045**	**6.511**	**58.117**	**17.930**	**-**	**121.263**
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	41.977	41.977
Transações com acionistas							
Dividendos desproporcionais	-	-	-	-	(7.686)		(7.686)
Destinação:							
Dividendos	-	-	(6.511)	(128)	-	(9.970)	(16.609)
Constituição de reservas	-	2.099	-	29.908	-	(32.007)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**34.660**	**6.144**	**-**	**87.897**	**10.244**	**-**	**138.945**

Demonstração dos resultados

	2023	2022
Receita de serviços	147.132	113.981
Custo dos serviços	(99.694)	(84.430)
Lucro bruto	**47.438**	**29.551**
Despesas gerais e administrativas	(6.099)	(1.594)
Despesas de vendas	(51)	21
Despesas tributárias	(180)	(263)
Outras (despesas) receitas	33	800
Resultado de equivalência patrimonial	24.091	46.644
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**65.232**	**75.159**
Receitas financeiras	259	1.762
Despesas financeiras	(14.681)	(22.945)
Resultado financeiro	**(14.422)**	**(21.183)**
Resultado antes dos impostos	**50.810**	**53.976**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(7.247)	(1.683)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(1.586)	(751)
Resultado líquido do exercício	**41.977**	**51.542**
Resultador por ação/cota–básico (em R$)	**1,21**	**1,49**

Demonstração dos fluxos de caixa

	2023	2022 Reapresentado (Nota 04)
Resultado líquido do exercício antes do IR e CSLL	**50.810**	**53.976**
Ajustes para:		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(587)	(140)
Depreciação e amortização	6.873	4.956
Resultado de equivalência patrimonial	(24.091)	(46.644)
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais líquidas	14.442	22.736
Valor residual de ativos permanentes baixados	1.786	1.277
Amortização mais valia	626	858
(Reversão) constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosos	–	(70)
Outros	1	–
Variações em:		
(Aumento) contas a receber	148	(6.000)
(Aumento) redução estoques	5	(180)
(Aumento) adiantamentos de fornecedores	(2.684)	–
Redução impostos a recuperar	799	426
(Aumento) depósito judicial	534	(697)
(Aumento) redução outros ativos	993	(651)
Aumento (redução) fornecedores	1.551	1.293
Aumento (redução) obrigações tributárias	(37)	678
Aumento (redução) imposto de renda e contribuição social	1.019	965
Aumento (redução) obrigações trabalhistas	296	901
(Redução) aumento outros passivos	(198)	(54)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(13.829)	(22.032)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.247)	(1.683)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**31.210**	**9.915**
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
(Aportes) / resgates de aplicações financeiras	(126)	11.585
Dividendos recebidos	28.159	8.052
Aquisição de imobilizado e intangível	(4.865)	(34.829)
Empréstimos recebidos de (concedidos a) partes relacionadas	(6.533)	66.482
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**16.635**	**51.290**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Recursos obtidos de empréstimos e financiamentos	40.363	–
Amortização de principal de empréstimos	(68.518)	(106.197)
Dividendos pagos	(18.880)	(2.031)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**(47.035)**	**(108.228)**
(Redução)/Aumento líquido em caixa e equivalente de caixa	810	(47.023)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.151	48.174
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.961	1.151
Variação em caixa e equivalente de caixa	**810**	**(47.023)**

Diretor Executivo de Finanças: José Heitor Leonardo - CPF 331.808.656-87;
Responsável Técnico / Contadora: Ariane Lacerda Pereira Canedo - CRC/MG- 079511/O

As Demonstrações Financeiras completas acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes encontram-se na sede da Companhia

Leilão VIP

EDITAL DE LEILÃO ON-LINE

DATA 1º LEILÃO 30/04/24 ÀS 10H00 - DATA 2º LEILÃO 02/05/24 ÀS 10H00

bradesco

Vicente de Paulo Albuquerque Costa Filho, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCEMA sob nº 12/96, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização do leilão: **somente on-line via www.leilaovip.com.br. Localização do imóvel: Jaíba-MG. Bairro Pioneiro**. Rua 18, s/nº, Lote 19 da Quadra 04. Terreno com a área de 255,00m². Matr. 4.095 do RI local. Inscrição municipal nº 00.05.004.00019.001 (consta no RI nº 01.5.000004.000018.0001). Obs.: Regularização e encargos perante os órgãos competentes, da divergência do número de inscrição municipal lançada no ITPU e averbada no RI, correrão por conta do comprador. Área não demarcada fisicamente. Ocupado. (AF). **1ºLeilão:** 30/04/2024 às 10:00h **LANCE MÍNIMO:** R$ 119.074,60. **2ºLeilão:** 02/05/2024 às 10:00h **LANCE MÍNIMO:** R$ 57.037,27 (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Localização do imóvel: Jaíba-MG. Bairro Pioneiro**. Rua 18, s/nº, Lote 18 da Quadra 04. Terreno com a área de 255,00m². Matr. 4.094 do RI local. Inscrição municipal nº 01.5.000004.000018.0001. Obs.: Área não demarcada fisicamente. Ocupado. (AF). **1ºLeilão:** 30/04/2024 às 10:00h **LANCE MÍNIMO:** R$ 119.074,60. **2ºLeilão:** 02/05/2024 às 10:00h **LANCE MÍNIMO:** R$ 57.037,27 (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, redação dada pela lei 14.711/2023. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.leilaovip.com.br. Para mais informações - tel.: 0800 717 8888 e ou 11-3003-5252. Vicente de Paulo Albuquerque Costa Filho - Leiloeiro Oficial JUCEMA nº 12/96

CONSUMIDOR

Procura por crédito cresce 3,8% em MG

Desempenho do Estado em fevereiro ficou acima da média nacional, resultado considerado estável no estudo da Serasa Experian

MARCO AURÉLIO NEVES

A busca do consumidor de Minas Gerais por crédito subiu 3,8% em fevereiro na comparação com mesmo mês de 2023. De acordo com os dados do Indicador de Demanda dos Consumidores por Crédito da Serasa Experian, o desempenho observado no Estado ficou acima da média nacional, de -0,2%, resultado que indica estabilidade.

O número registrado no Brasil é a menor queda verificada nos últimos 12 meses. Para o economista da Serasa Experian, Luiz Rabi, o índice nacional representa estabilidade após as mudanças na economia, com queda nas taxas de juros e do desemprego. "A medida que a taxa de juros cai, o desemprego cai, as pessoas começam a renegociar dívidas, a gente vê que o indicador começa a ter estabilidade", explica.

O economista afirma que a busca por crédito em Minas Gerais, aliado a outros estados que também apresentaram crescimento na demanda, deve-se possivelmente aos impactos da queda dos juros e do desemprego sentidos com mais antecedência por algumas unidades federativas (UFs). "Esperamos que a tendência é que outros estados comecem a ter esse impacto mais favorável da redução dos juros, queda da inadimplência e do desemprego. É um processo que vai acontecer sempre muito lentamente", observa.

Entre as unidades da federação, Alagoas foi a que teve maior demanda por crédito em fevereiro, com alta de 11,7%, enquanto que o Rio de Janeiro teve a maior retração (-5,7%)

Entre as UFs, Alagoas apresentou o maior aumento na demanda por recursos financeiros, com alta de 11,7% frente a fevereiro de 2023. O resultado está acima do segundo colocado, o Amapá (9,8%). Por outro lado, a maior retração nessa demanda foi registrada no Rio de Janeiro, com uma variação negativa de 5,7%.

Bens duráveis - O estudo da Serasa Experian também revelou que os consumidores que recebem mais de R$ 10 mil registraram queda de 2% na demanda pessoal mensal. Já as duas faixas de renda abaixo, de até R$ 10 mil e até R$ 5 mil, fecharam o mês com quedas de, respectivamente, 1,3% e 1,41%, na busca por recursos financeiros, enquanto faixas de rendas menores ficaram com demanda praticamente estável.

Nos próximos meses, Luiz Rabi aponta a tendência de que tanto Minas Gerais quanto outros estados registrem números positivos na demanda dos consumidores por crédito. Momento que favorecerá o comércio, principalmente no consumo de bens de maior valor, atrelado aos financiamentos. "A gente sabe que demora para que os efeitos da redução da taxa Selic cheguem na ponta final. Deve ser uma tendência este ano, crédito voltando a aquecer, desemprego em queda, principalmente em setores em que o crédito é importante, como de bens duráveis", finaliza.

DIÁRIO DO COMÉRCIO / CHARLES SILVA DUARTE

Economista diz que tendência é de alta na demanda por recursos em Minas, e, logo, aumento no consumo de bens de maior valor

INAUGURAÇÃO BIOMM

Lula pode visitar Minas Gerais nos próximos dias

Chefe do Executivo nacional deve ter agenda na RMBH no dia 26 deste mês

MARA BIANCHETTI
Editora

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve voltar a Minas Gerais novamente nos próximos dias. Embora ainda não conste oficialmente em sua agenda, a presença do petista é aguardada na inauguração da fábrica da Biomm, em Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), no próximo 26 de abril, sexta-feira.

A companhia aguardava apenas a aprovação regulatória da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para iniciar a fabricação de insulina na unidade, que terá capacidade de suprir a demanda deste medicamento no País. A decisão do órgão regulador foi publicada no Diário Oficial da União no último dia 2.

A fábrica em Nova Lima ocupa um terreno com área total de 100 mil metros quadrados, com área de fábrica de 12 mil metros quadrados. O empreendimento recebeu investimentos na casa dos R$ 800 milhões e terá capacidade para produzir até 40 milhões de frascos e carpules (seringas) de biomedicamentos por ano, que, segundo a empresa, irão contribuir para atender mais de 80% da demanda nacional.

A previsão é que sejam gerados 300 empregos diretos e 1,2 mil postos de trabalho indiretos.

Cerca de 13 milhões de pessoas (6,9% da população nacional) vive com diabetes, segundo dados da Sociedade Brasileira de Diabetes. Neste sentido, com a crescente demanda, a Biomm também vem registrando crescimento em vendas. Em 2023, a empresa apresentou aumento de 45% no lucro bruto (R$ 23,2 milhões) na comparação com 2022 (R$ 15,9 milhões).

Lula em Minas Gerais - Esta será a terceira visita de Lula a Minas Gerais em 2024. No início de fevereiro, **o presidente esteve em Belo Horizonte** pela primeira vez neste segundo mandato e anunciou obras e programas federais para o Estado.

Depois, em pouco mais de um mês, retornou a terras mineiras, para participar da inauguração do Complexo Mineroindustrial do Grupo EuroChem, um dos líderes globais do segmento de fertilizantes, no município de Serra do Salitre, na região do Alto Paranaíba.

Empregos – Na sexta-feira (12), o presidente Lula esteve em Campo Grande (MS) e disse que o País precisa ter "obsessão" em gerar empregos, prometendo que o governo vai trabalhar para estimular a criação de postos de trabalho na agricultura, no comércio e nas cidades.

Falando durante visita a um frigorífico recém-habilitado para exportação à China, ele defendeu que a economia tenha um circulo virtuoso de geração de oportunidades para todos.

Lula também agradeceu o presidente chinês, Xi Jinping, por ter habilitado, no mês passado, 38 novos frigoríficos brasileiros para envio de carne ao país asiático. **(Com informações da Reuters)**

DIVULGAÇÃO / RICARDO STUCKERT / PR

Na sexta (12), presidente esteve em Campo Grande (MS)

PETROBRAS

CEO da estatal é mantido no cargo

Brasília - O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, ficará no cargo, após duas semanas de turbulência, mas uma permanência maior está condicionada a mudanças de conduta, segundo aliados do chefe do Executivo. O ingresso do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no debate mudou o cenário, em uma derrota aos ministros da Casa Civil, Rui Costa, e de Minas e Energia, Alexandre Silveira, que eram contrários à permanência de Prates na função.

Interlocutores do presidente Lula (PT) afirmam que ele chegou a anunciar a aliados que iria demitir Prates, o que fazia com que a mudança no comando da estatal fosse dada como certa até domingo (7).

De acordo com integrantes do governo que participaram das discussões sobre o tema, o chefe da equipe econômica defendeu a distribuição dos dividendos extraordinários, posição que havia sido assumida por Prates e era um dos motivos da crise entre ele e Silveira. A defesa de Haddad vem do fato de que parte da verba dos dividendos vai para o caixa da União e aliviará a situação financeira do governo federal.

Lula foi sensibilizado pelos argumentos do ministro da Fazenda, segundo ministros, porque se convenceu da necessidade de reduzir o déficit das contas públicas. Outro ponto que pesou em favor da manutenção de Prates, ao menos temporária, foi a ausência de um sucessor natural para o cargo.

Também segundo integrantes do governo, o nome do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, perdeu força depois de ele mesmo ter dito ao atual chefe da Petrobras que foi sondado para a função.

Essa iniciativa de Mercadante teria incomodado o presidente, que passou a avaliar outros nomes para a presidência da empresa. Na ausência de um sucessor natural, Prates ganha um fôlego para tentar reconquistar a confiança de Lula.

Segundo ministros do governo, Prates deverá estar mais afinado com as expectativas de Lula em relação ao papel social da companhia, não se limitando aos interesses dos acionistas. Aliados do presidente chegaram a recomendar que não exonerasse Prates no calor da fritura, especialmente depois de o ministro das Minas e Energia, Alexandre Silveira, ter feito críticas públicas ao presidente da Petrobras em entrevista à Folha.

Favoráveis - De domingo para cá, Lula consultou aliados. O ministro da Fazenda foi um dos que intercederam em favor da permanência de Prates, sob o argumento de não haver motivação técnica para a exoneração.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), também defendeu sua manutenção no cargo, avalizado por um grupo de senadores.

Outro fator que favorece Prates é o processo formal para a nomeação do presidente, que requer até três meses. O nome do indicado precisa ser submetido ao conselho da empresa, cuja composição deverá ser alterada em assembleia de acionistas em 25 de abril. A nova formação do conselho deverá dar um sinal do que o presidente espera da direção da empresa. **(Catia Seabra, Jilia Chaib e Matheus Teixeira/FolhaPress)**

agronegocio@diariodocomercio.com.br

DIEGO VARGAS / SEAPA

Não há estatísticas oficiais que mensuram o mercado de cafés especiais no Brasil. mas entidades especializadas do setor preveem entre 10% a 15% da safra brasileira como produto especial

DIA MUNDIAL

Cafés especiais já são tendência

Neste domingo, é comemorado o dia do grão; mercado brasileiro também já está mais exigente

LEONARDO LEÃO

O consumidor de café tanto em Minas Gerais quanto no restante do Brasil tem se tornado um público cada vez mais exigente, em busca de produtos com melhor qualidade. Visando atender essa demanda, muitos produtores estão apostando na produção de cafés especiais, que prometem melhores sabores se comparados aos demais produtos. Para ser classificado como especial, o café precisa marcar, pelo menos, 80 pontos no sistema de avaliação da Specialty Coffee Association (SCA).

Para ser classificado como especial, café precisa marcar, pelo menos, 80 pontos no sistema de avaliação da Specialty Coffee Association (SCA); mercado está exigente

A analista de agronegócio da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg), Ana Carolina Gomes, ressalta que não há estatísticas oficiais que mensuram o mercado dos cafés especiais no País. No entanto, segundo ela, é possível afirmar que Minas é o principal produtor deste tipo de produto do mundo, uma vez que ele é um dos grandes destaques no mercado mundial de café. "Algumas entidades especializadas no setor de café especial mensuram que entre 10% a 15% da safra brasileira corresponde a cafés especiais. Então, se a gente fizer esse mesmo percentual para safras de Minas Gerais, nós teremos em torno de 3 a 4 milhões de sacas produzidas na última safra", explica.

Ela afirma que esse é um mercado em crescimento e com grande potência, uma vez que os brasileiros estão conhecendo mais a fundo os diferenciais do café, principalmente aqueles atrelados à qualidade. Ana Carolina ainda revela uma mudança na metodologia de classificação de café de especialidade, que agora considera atributos de boas práticas ambientais e sociais, além da qualidade do produto.

Reconhecimento - A analista da Faemg destaca que não apenas os consumidores mineiros, mas todos os brasileiros têm reconhecido a qualidade nos grãos e o consumo tem se concentrado no mercado interno. Ela ainda destaca o surgimento da quarta onda do café, que está diretamente ligada à disseminação das cafeterias e ao costume de frequentar ambientes que oferecem cafés de qualidade. "Muitas dessas cafeterias trabalham com um catálogo de cafés especiais, métodos de preparo diferenciados para potencializar a qualidade daquela xícara", completa.

De acordo com o produtor de café da Fazenda Santa Bárbara, no município de Monte Carmelo, no Alto Paranaíba, Hemerson Bovi, a produção de café especial exige a adoção de técnicas de secagem diferenciadas, de forma mais lenta e cuidadosa. Ele ainda revela que apenas 10% a 15% dos grãos de uma colheita poderão ser aproveitados nesse tipo de produção.

"O café especial provém de uma colheita com os grãos mais maduros e mais uniformes. Então, o produtor não consegue aproveitar aqueles grãos que estão fora desse padrão na produção de cafés especiais", pontua.

A analista Ana Carolina aponta para o fato do mercado internacional ter iniciado nesse segmento de forma mais antecipada frente ao Brasil. Ela lembra que o País era mais conhecido pela quantidade que era exportada, com pouco destaque para a qualidade do café brasileiro. "No Brasil, começou a se falar de café de especiais tardiamente, mesmo sendo o maior produtor de café, mas isso tem mudado. Hoje, nós exportamos volume e qualidade", ressalta.

Para ela, esse crescimento do consumo de cafés especiais em Minas Gerais tem se fortalecido há, pelo menos, 10 anos. De acordo com a analista de agronegócio, um dos fatores determinantes para essa tendência de crescimento dessa cultura no Estado foi a realização da Semana Internacional do Café, que ocorre uma vez por ano em Belo Horizonte. "O principal objetivo do evento é justamente fomentar a produção e a disseminação dos cafés de qualidade e dos cafés especiais", afirma.

ADOBESTOCK

Há uma 4ª onda do café, segundo analista da Faemg. ligada à disseminação das cafeterias

REPRODUÇÃO / FAZENDA SANTA BÁRBARA / GOOGLE MAPS

Fazenda Santa Bárbara fica em Monte Carmelo, no Alto Paranaíba, e produz grãos especiais

Salto de qualidade com provadores

O cafeicultor da Fazenda Santa Bárbara, Hemerson Bovi, relata que as empresas do setor só passaram a trabalhar esse café especial no Brasil a partir da década de 1990. A partir de então, foi possível observar o potencial que o País tinha para este modelo de produção de café, com capacidade de competir no mercado internacional. "Começaram a aparecer provadores para classificar o café e os concursos de qualidade. Isso aí contribuiu para dar um salto na produção de café", avalia.

Com esses incentivos, muitos produtores passaram a trabalhar com cafés especiais, seja pela questão financeira - uma vez que esses produtos são comercializados com valores mais elevados – ou pelo simples prazer de produzir um bem muito desejado. Para o produtor da Fazenda Santa Bárbara, uma das grandes vantagens desse mercado é poder trabalhar com algo que será oferecido a um público diferenciado.

"Isso é muito gratificante para o produtor, quando ele chega ao final de seu trabalho e tem um produto que agrada e que se diferencia dos demais pela qualidade e pelo modo que ele é produzido", afirma.

O produtor ainda ressalta que os métodos de produção adotados também têm se desenvolvido nos últimos anos, assim como as tecnologias empregadas no trato deste tipo de café. "As técnicas vêm mudando e se aperfeiçoando para o produtor obter mais cafés de melhor qualidade. Essa é a ideia que tem reinado", completa.

A analista da Faemg explica que o fator especial do café surge desde o momento da colheita do fruto, no ponto de maturação correto. No entanto, o trato do café é a parte mais significativa e com potencial de interferir diretamente na qualidade do que chegará à casa do consumidor final. "Então, quanto maior o cuidado e quanto mais especial você trata o café até ele chegar à xícara, melhor a qualidade", completa. **(LL)**

Mercado ainda tem muito espaço para crescer

Para o produtor Hemerson Bovi, o mercado de cafés especiais ainda tem muito espaço para crescer, uma vez que a maioria esmagadora de cafés consumidos não é deste tipo. Bovi acredita que os produtores também têm muito que aprender para conseguir aumentar a quantidade fornecida e quem sabe até comercializá-los a um preço mais acessível.

A analista Ana Carolina também avalia que o mercado de cafés especiais pode avançar ainda mais no País e em Minas Gerais. No entanto, ela destaca que para atingir seu ápice, é preciso que os brasileiros tenham mais acesso às informações sobre esse produto e sua diferença frente aos demais.

"A partir do momento que todo mundo tiver informações sobre a diferença do café tradicional para o café especial e criar o hábito do consumo de cafés especiais, nós vamos transformar o mercado. Nós vamos inverter essa lógica e não seremos mais apenas 10% ou 15%, mas seremos 90% ou 80% da produção", avalia.

Dificuldades - Quanto às principais dificuldades enfrentadas, o produtor destaca o alto custo de produção na comparação com os outros tipos de cafés e o fato dele ainda não ser um produto acessível para todos os consumidores. "Mesmo tendo muita gente que tem interesse em tomar' um café de melhor qualidade, às vezes o preço acaba diminuindo a quantidade de consumidores", relata.

Apesar disso, Bovi ressalta que o segmento vem crescendo ano a ano e tem aumentado seu mercado consumidor e também a oferta de cafés especiais. Ele avalia que as pessoas estão aprendendo a tomar café de boa qualidade e estão cobrando por isso. "Cada vez mais, o produtor tem que estar antenado e ligado para produzir esses cafés de qualidade superior", finaliza. **(LL)**

SUSTENTABILIDADE

Negócios socioambientais buscam lucro com propósito

Ponta de lança de uma nova economia, modelo precisa ser autossustentável

DANIELA MACIEL

Conceitualmente, negócios de impacto socioambiental são aqueles que têm como atividade principal o desenvolvimento de soluções - produtos, serviços e/ou modelo de negócio - para problemas sociais e ambientais. Esse tipo de negócio segue a lógica de mercado: buscam o lucro e operam em um modelo financeiramente sustentável.

Ponta de lança de uma nova economia mais responsável, preocupada com a produção e consumo conscientes e capaz de regenerar a degradação causada pelo sistema produtivo que empregamos ainda hoje, os negócios de impacto são, antes de tudo, negócios. "Não adianta ser um negócio verde se o resultado no fim do ano for vermelho", pontua a gerente Nacional de Inovação e Negócios de Impacto da Caixa Econômica, Thayssa Gelenske.

A gestora esteve no Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BHTec) para participar do evento Sexta no Parque, que teve como tema "Negócios de Impacto Socioambiental". O evento discutiu as diferentes áreas e oportunidades de impacto socioambiental apresentando investimentos, ações governamentais e *cases* de sucesso.

Para a *head* de Mobilização e Relações Institucionais da Aliança pelo Impacto, Vitória Junqueira, todo negócio e todo investimento causa impacto, seja ele positivo ou negativo. O que a nova economia pede é que os resultados sejam positivos, mensuráveis e verificáveis.

"Negócios de impacto socioambiental já existem no nosso País. Existe demanda e agora precisamos de novos modelos de negócios para solucionar esses problemas. Hoje mapeamos essas iniciativas e o sistema está amadurecendo. 58% dessas empresas, porém, estão na região Sudeste. Precisamos descentralizar o impacto. Os investimentos de impacto são provenientes de recursos públicos e/ou privados que podem ser direcionados para organizações, negócios ou fundos comprometidos em gerar impacto socioambiental positivo mensurável e com rentabilidade financeira", explica Vitória Junqueira.

DIVULGAÇÃO / BHTEC / VIRGÍNIA MUNIZ

Carlos Lopes apresentou o Arapy, novo fundo da Fundepar

A Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto articula sua rede de relações a fim de atrair investidores, empreendedores, governos e parceiros que façam acontecer modelos de negócios rentáveis que, ao mesmo tempo, resolvam problemas sociais ou ambientais e, com isso, mudem a mentalidade sobre como gerenciar recursos e buscar soluções para as necessidades da sociedade.

A questão do financiamento é uma das grandes dores dos atores envolvidos no sistema. Lentamente, instituições financeiras, bancos públicos e fundos de investimento estão avançando na agenda ESG e enxergando que, mais do que empresas responsáveis, é importante financiar e investir em negócios que tenham no seu *core business* o impacto socioambiental.

"A pauta da sustentabilidade não é mais complementar, ela precisa ser o fim dos nossos processos de negócios. Hoje existem linhas de fomento e fundos para negócios de impacto e também estratégias de *venture capital* e outras formas de investimento para empresas e *startups* que queiram trabalhar com esse tema", destaca a gerente Nacional de Inovação e Negócios de Impacto da Caixa Econômica.

> "A pauta da sustentabilidade não é mais complementar, ela precisa ser o fim dos nossos processos de negócios. Hoje existem linhas de fomento e fundos para negócios de impacto"

O diretor-executivo da Fundep Participações (Fundepar), Carlos Lopes, apresentou o Arapy: fundo de investimento em negócios de impacto social. O novo fundo da Fundepar é destinado a empresas que tenham proposta de valor focada na solução de problemas relacionados a pelo menos um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), preconizados pela Organização das Nações Unidas (ONU), desde 2015.

Primeira empresa de investimentos criada por uma Fundação de Apoio no Brasil, a Fundepar é inspirada em modelos de sucesso de importantes universidades ao redor do mundo. A empresa identifica e desenvolve negócios em estágios iniciais, preferencialmente de base acadêmica, com alto potencial de crescimento e impacto para a sociedade.

Os negócios candidatos ao fundo são avaliados nas seguintes dimensões:

Constituição e capacidade do time de empreendedores;

Impacto socioambiental positivo gerado pela *startup*;

Modelo de negócios que deve demonstrar viabilidade financeira e ser economicamente rentável.

"O modelo de desenvolvimento econômico que utilizamos até aqui só levou à degradação dos recursos e do planeta. Trabalhamos com a ideia do empreendedorismo como opção de carreira, mas, com o tempo, o empreendedor se converteu em um operador dos acionistas ou investidores. Hoje entendemos que o empreendedor deve ser um agente de mudança e fomentador de transformação social. Isso reflete na forma como o negócio é feito", pondera Lopes.

Dados do Segundo Global Impact Investing Network (GIIN) estimam que o valor do mercado de investimentos de impacto, em 2021, é de US$ 1,164 trilhão globalmente. E, de acordo com o relatório "Investimentos de Impacto no Brasil - 2021", do Aspen Network of Development Entrepreneurs (ANDE), de R$ 18,7 bilhões no Brasil. Nos dois casos isso significa menos de 0,5% do volume de capital investido no mesmo período.

"O mercado de investimento tradicional é avesso ao risco. O que importa é alcançar o múltiplo do capital. Os investidores esperam negócios maduros e os empreendedores precisam de investidores para amadurecerem os negócios. Por isso precisamos investir em ativos nos quais esse mercado não investe, aumentando, assim, a sobrevida das boas ideias até que as outras etapas do mercado alcancem aquele negócio", analisa o diretor-executivo da Fundepar.

Empresas promovem impacto social via literatura

O Escritor para o Futuro (EPF) é um programa de impacto na educação voltado para empresas que buscam alinhar os seus objetivos corporativos com a construção de um futuro mais justo e sustentável para crianças e jovens de escolas públicas das comunidades onde atuam através dos ODS.

Segundo o cofundador e Gestor de Projetos Educacionais da EPF, André Belisário, muitas vezes ainda é preciso explicar que a plataforma não é uma ONG, mas sim um negócio com fins lucrativos.

"O conceito de negócio de impacto ainda não é tão difundido como deveria, mas essa realidade está mudando aos poucos. No EPF temos um plano pedagógico para cada ODS e a empresa escolhe aquele com o que quer atuar. A partir daí capacitamos os professores para que eles trabalhem com os alunos o tema e façam a produção dos textos e das ilustrações. Cada aluno ou conjunto de alunos pode escrever um livro que é editado com as ilustrações que eles mesmos fizeram. O trabalho é entregue em forma de *ebook* e também impresso. Assim, o professor trabalha a produção de texto e esse tema de maneira diferente e a empresa leva para a sociedade assuntos de interesse comunitário e que dizem respeito à companhia por meio das crianças, que são ótimos agentes educacionais das famílias", afirma Belisário.

Sediada em Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), entre 2018 e 2023, a EPF já trabalhou com 17 mil alunos, em nove estados; atendendo 103 escolas, em 49 cidades. A meta é dobrar esses números em 2024.

Além do financiamento de iniciativas como o EPF, outro ponto crítico na elaboração de um ecossistema capaz de gerar negócios de impacto socioambiental é a construção de um arcabouço legal que fomente e integre os atores sociais para essa construção.

Durante a Sexta no Parque, a coordenadora da Economia Verde do Departamento de Novas Economias do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Giselle Sakamoto Souza Vianna, apresentou a Estratégia Nacional de Economia de Impacto (Enimpacto) - articulação de órgãos e entidades da administração pública federal, do setor privado e da sociedade civil com o objetivo de promover um ambiente favorável ao desenvolvimento de investimentos e negócios de impacto.

"As formas tradicionais de financiamento - governo e filantropia - não têm recursos suficientes para resolver os problemas socioambientais. A alternativa é criar novas economias. Talvez seja mais adequado falar em economias do futuro porque faz parte desse conjunto também reconhecer práticas tradicionais que saibam lidar melhor com o meio ambiente do que o que fazemos atualmente. Os negócios de impacto têm papel fundamental. A partir do decreto 11.646/2023 (que instituiu a Estratégia Nacional de Economia de Impacto e o Comitê de Economia de Impacto) queremos que os empreendedores de impacto tenham condições de testar suas ideias e se desenvolver", avalia Giselle Vianna.

Os negócios de impacto socioambiental estão em linha com o trabalho desenvolvido pelo Movimento Minas 2032 - pela transformação global (MM2032). Liderado pelo DIÁRIO DO COMÉRCIO, o MM2032 propõe uma discussão sobre um modelo de produção duradouro e inclusivo, capaz de ser sustentável, e o estabelecimento de um padrão de consumo igualmente responsável, com base nos ODS. **(DM)**

CURTAS

Stellantis aposta em Click to WhatsApp

Com o mundo cada vez mais conectado, a união da comunicação com o que há de mais sofisticado em tecnologia se tornou uma rica ferramenta para importantes avanços dentro das empresas. Esse é o caso do Click to WhatsApp (CTWA), recurso oferecido pela Meta e que já ganha força no Brasil. Por meio de uma publicidade em formato de anúncio, a solução atrai clientes para o WhatsApp de forma simples e assertiva. Como funciona: ao clicar em um anúncio veiculado em redes sociais como o Instagram e o Facebook, o consumidor é levado diretamente para o WhatsApp da marca anunciante em apenas um clique, e passa a ter uma conversa direta com a empresa, facilitando o compartilhamento de informações, esclarecimento de dúvidas, compra e venda de algum produto ou mesmo um suporte ou atendimento personalizado. Atenta a essa estratégia, a Stellantis Brasil, empresa do setor automobilístico que reúne marcas como Fiat, Jeep, Peugeot e outras, procurou a Blip, principal plataforma de inteligência conversacional que cria conversas e conecta experiências entre marcas e seus clientes nos principais aplicativos de mensagens e que também é provedora oficial de soluções da Meta, para avançar com a aplicação dessa tecnologia e aprimorar a comunicação com seus clientes. Com o uso das campanhas de Click to WhatsApp integradas ao contato inteligente desenvolvido em parceria com a Blip, a empresa teve um crescimento de 45% na taxa de geração de leads. Além disso, o WhatsApp se tornou o principal canal da companhia para captura de novos leads. Hoje, 50% das vendas de carros da Stellantis Brasil feitas a partir de canais digitais são oriundas do app.

Brasileiro brilha no cenário internacional da educação

O professor brasileiro Gabriel Lopes vem se destacando internacionalmente no campo da educação, especialmente no ensino superior. Com quase duas décadas de experiência, ele é hoje um nome reconhecido no cenário educacional global. Atuando como representante da International Organization for Educational Development (Ioed) junto às Nações Unidas, Lopes simboliza a influência e o comprometimento do Brasil na construção de uma educação global mais inclusiva e eficiente. A Ioed, que goza de *status* consultivo junto à ONU, tem um papel crucial no apoio ao desenvolvimento de políticas educacionais. Esta posição é validada pelo Ecosoc (Conselho Econômico e Social da ONU). Em 2021, Dr. Gabriel Lopes foi escolhido para integrar o prestigiado grupo de representantes da Ioed na ONU. Desde então, ele tem sido uma peça-chave em projetos que buscam não só aprimorar a educação mundial, mas também fortalecer os objetivos das Nações Unidas em termos de cooperação e desenvolvimento sustentável. Com foco em promover a cooperação entre cidadãos de diversos países, a Ioed se estabelece como uma entidade fundamental na formulação de políticas que abrangem não apenas o aspecto educacional, mas também o econômico e social. A organização distingue-se por sua abordagem de colaboração direta entre governos, o que facilita a troca de experiências e ajuda na adaptação de políticas internas. Este método visa minimizar conflitos e potencializar a aprendizagem mútua entre nações.

DIVULGAÇÃO / GOL LINHAS AÉREAS

GoL passa a oferecer suporte para Live Activities aos passageiros

Com o objetivo de inovar a experiência de voo de seus Clientes, a GoL Linhas Aéreas passará a oferecer suporte para "Live Activities" no iPhone de seus passageiros. A companhia será a primeira aérea da América Latina a disponibilizar essa inovação para os clientes desfrutarem de mais comodidade e terem acesso a informações cruciais sobre a viagem. A funcionalidade dará acesso em tempo real a dados do voo, diretamente na tela de bloqueio ou na "Dynamic Island", que inclui: o cartão de embarque, o número do portão, o grupo de embarque e o assento, além de uma contagem regressiva para o horário de partida, sem a necessidade de abrir qualquer outro aplicativo. No futuro, o recurso pretende apresentar informações ao se aproximar o momento do pouso da aeronave, enviando notificações atualizadas sobre o portão de chegada e o número da esteira de bagagens. Atualmente um grupo de executivos do grupo GoL está testando a novidade e trazendo suas percepções. A fase de testes com os Clientes será em abril, incialmente em uma ponte aérea e para um grupo de convidados, esses passageiros terão a oportunidade de dar seus feedbacks, contribuindo para aprimorar ainda mais o serviço e expandir a tecnologia gradualmente para todos os Clientes GoL que possuírem iPhone.

CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Abisolo lança 2ª edição de livro em comemoração aos 20 anos de fundação

“Nutrição Mineral e Doença de Planta” chega ao Brasil revisada e atualizada

A Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo) anuncia o lançamento da segunda edição do livro “Mineral Nutritionand Plant Disease” (em português, Nutrição Mineral e Doença de Planta). A obra está disponível para venda no *site* da Abisolo (*https://www.abisolo.com.br/loja*).

A chegada do “Nutrição Mineral e Doença de Planta” ao mercado ocorre logo após o aniversário de 20 anos da Abisolo, comemorado em dezembro de 2023. “Celebrar o aniversário da Abisolo com o lançamento dessa obra tão importante só reforça o nosso protagonismo ao apoiar e compartilhar conhecimentos científicos no nosso setor. Acreditamos que as pesquisas em Ciências Agrárias devem chegar aos agricultores, profissionais do setor, estudantes etc., para que toda cadeia produtiva tenha as ferramentas necessárias para contribuir com o desenvolvimento sustentável da agricultura”, explica o presidente do Conselho Deliberativo da Abisolo, Clorialdo Roberto Levrero.

A primeira edição de “Mineral Nutritionand Plant Disease” foi publicada em 2007 pela American Phytopathological Society (APS, em português, Sociedade Americana de Fitopatologia). Em 2008, a publicação conquistou o prêmio Current Reviews for AcademicLibraries (Choice) de melhor título acadêmico na área de ciência e tecnologia e tornou-se uma das cinco mais vendidas consistentemente pela APS Press.

FOTOS: REPRODUÇÃO

> “Capítulos foram revisados e outros adicionados - um sobre o selênio e outro sobre os elementos de terras raras - para mostrar o impacto positivo dos elementos benéficos em reduzir o progresso das doenças de plantas”

O livro foi traduzido pelo professor titular do Departamento de Fitopatologia da Universidade de Viçosa (UFV), Dr. Fabrício Ávila Rodrigues, que é um dos editores da obra. “Desde 2018 estamos trabalhando nesse projeto. Com o lançamento da segunda edição em agosto de 2023, no Congresso da Sociedade Americana de Fitopatologia, eu me empenhei na tradução para que o livro fosse lançado no aniversário da Abisolo”, comentou o professor. Considerando o sucesso da primeira edição, ele afirma que a versão traduzida superará a barreira do idioma em inglês e tornará o conteúdo mais acessível para quem domina a língua portuguesa.

Dentre as atualizações da segunda edição, Rodrigues destaca a inclusão dos resultados das pesquisas científicas que abordam as relações entre os nutrientes macro, micro e os elementos benéficos para as principais culturas comerciais. “Todos os capítulos foram revisados e alguns novos capítulos foram adicionados - um sobre o selênio e outro sobre os elementos de terras raras (por exemplo, lantânio e cério) - para mostrar o impacto positivo dos elementos benéficos em reduzir o progresso das doenças de plantas. Além disso, em todos os capítulos foi dado ênfase na importância dos nutrientes essenciais na ativação das respostas de defesa da planta, entre outras atualizações”, resumiu o professor.

SANEAMENTO

Abastecimento de água em cenários de emergência com barragens é tema de ensaio

A Vale, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), lança o livro “Ensaios sobre Tratabilidade de Água em Rompimento de Barragem de Mineração”. A publicação reúne a experiência adquirida na elaboração de uma metodologia para o planejamento do abastecimento de água em cenários hipotéticos de emergências com barragens.

“A ideia de tornar pública essa experiência tem duas motivações principais: mostrar a importância da ciência na busca de soluções para questões socioambientais atuais e difundir a metodologia desenvolvida neste trabalho para outros profissionais, prefeituras ou concessionárias que precisem eventualmente enfrentar situações desafiantes de tratabilidade de água. É um trabalho que pode ser replicado para vários cenários para garantir o abastecimento de água mesmo em situações anormais”, explica uma das organizadoras do livro, Roberta Guimarães, gerente de Saneamento da Vale.

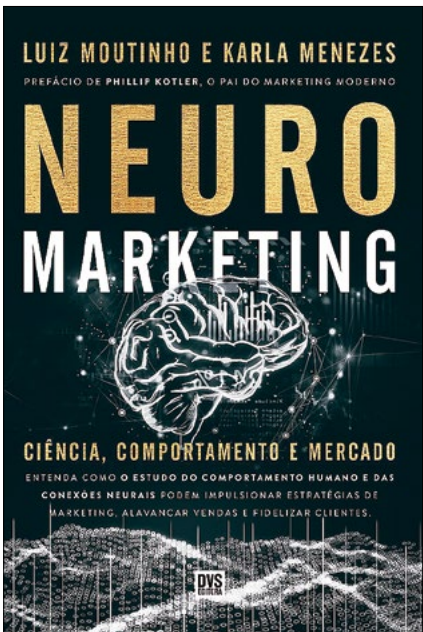
Desde 2019, logo após o rompimento da barragem B1, em Brumadinho, a Vale assumiu o compromisso de desenvolver projetos para reforçar o abastecimento público para a população da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) em um Termo de Compromisso firmado com a Copasa e o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG).

“Na ocasião do rompimento em Brumadinho, ficou evidente a urgência de se ter um planejamento para garantir o fornecimento emergencial, em caso de algum evento que impactasse a distribuição de água. Percebemos também a necessidade de ações estruturantes que possibilitem estimar quais seriam os possíveis impactos nas captações de água e a necessidade de reforço nas Estações de Tratamento para a eventualidade de episódios como rompimento de barragens”, explica Roberta Guimarães.

Desde então, a Vale está realizando uma série de obras e intervenções para reforçar o abastecimento, por exemplo, em vilas e favelas, e para usuários essenciais como hospitais, escolas e instituições prisionais. Estão sendo realizadas também intervenções para reforçar o abastecimento em cidades da RMBH, como Raposos, Nova Lima e Sabará. São 79 obras, sendo que 57 já estão finalizadas.

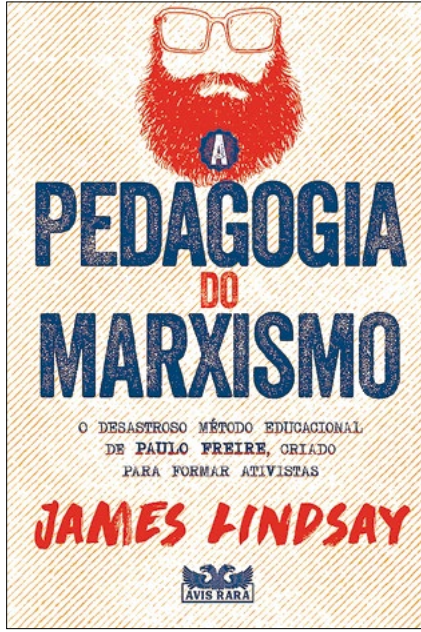
Paralelamente a isso, a Vale desenvolveu metodologias de estudos e projetos para avaliar as condições de tratamento de águas em hipotéticos rompimentos de barragens, buscando soluções tecnicamente viáveis e que possam ser adotadas em diferentes cenários para garantir o fornecimento de água para o consumo humano.

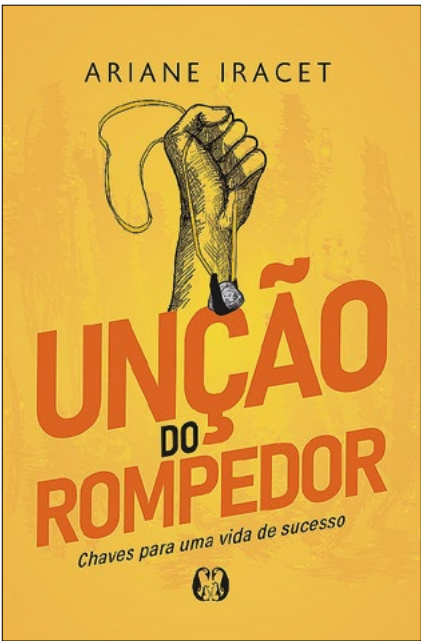
A publicação é uma iniciativa conjunta da Vale e do Grupo de Estudos e Aplicações de Processos de Separação por Membranas (Geaps Membranas), embasado no Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, da Universidade Federal de Minas Gerais (Desa/UFMG). Foi organizada por Roberta Guimarães e pela professora da UFMG, Míriam Cristina Santos Amaral, e publicada pela editora UFMG.

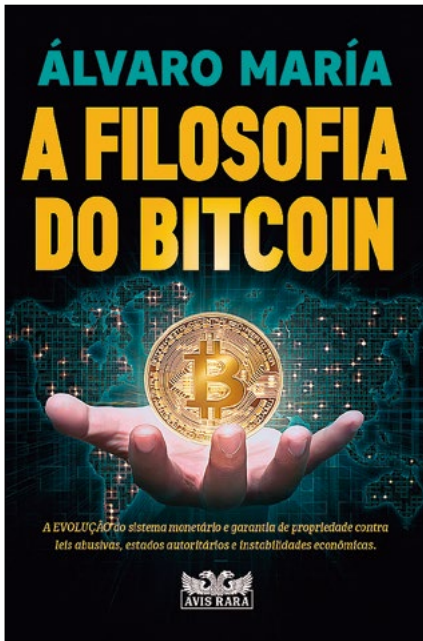
LIVROS

Revolução da biometria na experiência do consumidor

Dados biométricos, colhidos a partir de reconhecimento facial, da íris, retina, das digitais ou da voz, são analisados por *softwares* capazes de capturar reações do consumidor, como o tempo gasto observando um produto, as expressões faciais nesta análise, e o nível de satisfação durante a experiência em uma loja *on-line* ou aplicativo. Com a avaliação dessas respostas emocionais, é possível entender que fatores influenciam diretamente as decisões de compra. Parece coisa do futuro? Na verdade, isso já acontece e você nem percebe. Em “Neuromarketing - Ciência, Comportamento e Mercado”, Luiz Moutinho, pesquisador e *futurecast* de Marketing, e Karla Menezes, pesquisadora em Neurociência do consumidor, detalham a revolução da biometria no modo das empresas entenderem e interagirem junto aos consumidores. No lançamento da DVS Editora, os especialistas exploram as nuances das áreas cerebrais que influenciam preferências, impulsos e comportamentos de consumo. (Neuromarketing - Ciência, Comportamento e Mercado, Luiz Moutinho e Karla Menezes, DVS Editora, 264 páginas, R$ 89,90)

Sistema Paulo Freire e suas falhas educacionais

Para muitos intelectuais brasileiros, Paulo Freire está acima de qualquer questionamento; ele é uma figura mítica, um guru visionário, um líder messiânico que revolucionou a educação brasileira ao trazer a discussão sobre “opressão” para dentro da sala de aula. Mas também é nítido que essa pedagogia não está funcionando e mais, prejudica o aprendizado, o rendimento escolar e está na verdade formando militantes ao invés de estudantes. E é justamente esse o debate do novo livro de James Lindsay, “A pedagogia do Marxismo”, da Avis Rara. Considerado um dos trabalhos mais minuciosos jamais feitos de análise da pedagogia freiriana, Lindsay, autor dos *best-sellers* “Teorias Cínicas” e “Injustiça Social”, explica em detalhe por que a teoria de Freire é responsável pela politização da sala de aula, e por submeter os nossos alunos a sessões diárias de lavagem cerebral marxista. O autor ainda interpreta a pedagogia freiriana à luz do atual estágio de radicalização de esquerda, mencionando como ela se relaciona com movimentos e conceitos como woke, teoria crítica da raça, teoria queer, justiça hermenêutica, ensino culturalmente relevante, educação socioemocional, entre outros. (A pedagogia do Marxismo, James Lindsay, Avis Rara, 192 páginas, R$ 54,90)

Exemplos bíblicos de quem rompeu com os próprios limites

Este é um livro para aqueles cuja aflição parece não ter fim e cujas realizações parecem impossíveis de serem alcançadas. “Unção do Rompedor”, novo livro da profeta Ariane Iracet, é um alento aos cristãos que se encontram atormentados pela angústia e almejam a libertação divina para conseguir ter paz e atingir os próprios objetivos. Na obra, publicada pela Citadel Grupo Editorial, a autora apresenta exemplos bíblicos para ressaltar a importância de romper as barreiras que impedem de chegar mais longe. Entre as histórias narradas está a de Sara, que acreditava estar velha demais para gerar um filho, mas pela fé alcançou a maternidade. Segundo a autora, quebrar uma barreira é enxergar em Deus um meio para vencer as limitações, assim como fez Zaqueu quando Jesus visitou Jericó. A baixa estatura o impedira de ser visto em meio à multidão, então, subiu em uma figueira-brava para ser percebido pelo Senhor. Cobrador de impostos, conseguiu não apenas ser visto, mas ganhou de Jesus, além da unção e bençãos, a cura da avareza e uma nova vida, longe da corrupção. Por meio de exemplos bíblicos como estes, Ariane Iracet mostra aos leitores como é possível se libertar dos aprisionamentos, romper com as cadeias da injustiça, vencer causas difíceis e mais. Neste livro, o público cristão encontra as chaves para se desvencilhar do aprisionamento e alcançar o sucesso em diferentes áreas da vida. (Unção do rompedor, Ariane Iracet, Citadel Grupo Editorial, 144 páginas, R$ 59,90)

Manual para entender o que é o Bitcoin

O Bitcoin entrou no linguajar econômico de todos nós há algum tempo, mas até hoje ainda é nebuloso como essa moeda digital funciona, quais são as suas regulamentações, rendimentos, negociações etc. Pensando nisso, Álvaro Maria, estudioso dessa tecnologia e professor universitário, criou um manual para entender o que é o Bitcoin, como sua rentabilidade é medida, com o que ele compete, e outros pontos para que o investidor entenda a moeda antes mesmo de começar seus investimentos. Álvaro María, mestre em auditoria e especialista em Direito e Biotecnologia pela Universidade de Madri, aborda no livro o impacto do Bitcoin, explicando sua essência e como ele possui qualidades específicas que representam uma revolução no sistema monetário global. O autor oferece uma visão das vantagens do Bitcoin, como a promessa de maior liberdade e segurança, e redefinição do conceito de propriedade privada, estabelecendo-a como independente de qualquer soberania estatal. (A Filosofia do Bitcoin, Álvaro Maria, Avis Rara, 96 páginas, R$ 34,90)

Missão e responsabilidades da Auditoria Independente

O livro “Auditoria Independente: missão e responsabilidades - estudos e pareceres”, realização do Instituto de Auditoria Independente do Brasil (Ibracon), com produção da Ricardo Viveiros & Associados - Oficina de Comunicação (RV&A), detalha e explica as reais atribuições, prerrogativas e os limites da profissão, ainda pouco compreendidos pela opinião pública. Alinhada à bandeira do Ibracon - “Relevância da Auditoria Independente para o mercado e a sociedade” -, a obra, que está disponível para compra *on-line* no *link https://www.amazon.com.br/dp/B0CSQJVH99*, reúne pareceres elaborados por especialistas de grande projeção nas áreas de Ciências Contábeis, Direito e Economia. Com sua publicação, a entidade expande sua contribuição para difundir conhecimentos técnicos aprofundados sobre Auditoria Independente, incluindo sua abordagem no âmbito do Legislativo, Executivo e Judiciário. Trata-se de um conteúdo dirigido, portanto, a ampla gama de leitores, como legisladores, administradores, reguladores e operadores do Direito - juristas, magistrados, promotores, procuradores e advogados -, dentre outros profissionais de instituições relacionadas às três esferas do poder público. (Auditoria independente, missão e responsabilidades: estudos e pareceres, coordenação Ricardo Viveiros, Editora Ibracon, 278 páginas 278, R$ 24,99 - Kindle)

ENTRETENIMENTO E NEGÓCIOS

Minascentro realizou 189 agendas em 2023

Espaço, localizado no hipercentro, conta com forte demanda para convenções, feiras empreendedoras, entre outros

O icônico Minascentro, localizado no hipercentro da Capital, é um dos espaços mais versáteis de Belo Horizonte. Nele, estão reunidas possibilidades que vão do entretenimento às agendas corporativas, tornando o centro de experiências um concorrido cenário para turnês de artistas consagrados, peças teatrais, feiras de comércio e turismo, convenções e eventos corporativos. Apenas no campo dos negócios, por exemplo, foram realizadas no último ano 189 agendas dos mais diversos ramos, com um público que ultrapassou a marca de meio milhão de pessoas.

Com localização privilegiada - em perímetro de forte impacto turístico, histórico e cultural - a história do Minascentro se confunde em vários vieses com a da capital mineira, a começar pela edificação: um exemplar da arquitetura neoclássica projetada no início do século XX e que, juntamente com os prédios públicos da Praça da Liberdade e outras edificações na cidade, forma o amplo Conjunto Arquitetônico do movimento. Além disso, ele ocupa um quarteirão inteiro do centro de Belo Horizonte, entre as ruas Curitiba, Guajajaras, Santa Catarina e avenida Augusto de Lima.

Tais características, aliadas à vasta gama de viabilidades para atividades simultâneas, torna o Minascentro um dos espaços mais demandados pelas produções itinerantes dos ambientes de negócios. Como no caso da Feira de Malhas de Tricô do Sul de Minas, que chega à sua 64ª edição em 2024 e, há 27 anos, tem o local como sede de suas programações.

De acordo com Dayhana Nicoleti, organizadora do evento, a escolha do espaço para tantas edições é também determinada pela preferência do público que passa pela feira: "O público do evento prefere nos visitar no Minascentro e isso foi perceptível ao longo dos dois anos que não pudemos fazer a feira lá, devido a reforma do espaço. Além de uma localização privilegiada, ali temos uma arquitetura encantadora, uma amplitude que comporta nossos milhares de visitantes, acessos estratégicos e uma competência administrativa que abraça nossas ações e contempla a nossa experiência como um todo", destaca.

Falando em versatilidade, um dos principais diferenciais do Minascentro nesse sentido são os ambientes multiúsos, modulares e flexíveis, preparados para abrigar eventos de diferentes formatos e dimensões, distribuídos em três andares e uma área de mais de 23 mil m². De forma concomitante, o complexo inteiro é capaz de comportar mais de 8 mil pessoas por evento. Essa é, inclusive, a quantidade de público que o Minas Summit - maior evento de inovação corporativa de Minas Gerais - espera receber na sua segunda edição, que será realizada no centro de experiências no próximo mês de junho.

"No ano passado nós fizemos uma edição que, inicialmente, seria para 1.500 pessoas, mas chegamos a 4 mil. Nesse ano, a expectativa para os dois dias de agenda é receber 8 mil pessoas e as possibilidades que o Minascentro oferece de escalonar esse evento dentro do próprio complexo são sensacionais, permitindo trabalhar em diversos formatos. Ali temos salas vazadas grandes, auditórios de vários tamanhos possíveis. Dentro das nossas propostas é algo que se encaixa muito, porque ainda que prospectemos um público tão grande, queremos uma dinâmica ao mesmo tempo intimista - de pessoas caminhando, conversando, fazendo negócios, e mais próximas umas das outras", detalha o *head* de *marketing* da FCJ Venture Builder e responsável pela estratégia e operação do evento, Weber Rangel.

Ele explica, ainda, que o espaço fazia parte do planejamento desde o princípio: "A escolha do Minascentro para fazer a primeira edição foi bem proposital, porque a gente queria um local que fosse icônico em Belo Horizonte, e foi uma decisão primordial para que tivéssemos o resultado que a gente teve. Embora trate-se de um prédio histórico, ele dispõe de um uma infraestrutura tecnológica muito boa, e nós, como evento de inovação, conseguimos facilmente perceber isso. A gente logo se encantou pela oportunidade de reunir o que é antigo, o que tem história, com a inovação. Sem contar o atendimento que recebemos da equipe gestora do espaço - que está sempre disponível e nos ajuda, inclusive, no planejamento do nosso evento. Esse diferencial é, sem dúvidas, algo que colaborou e muito para que nossa experiência com o Minascentro tenha sido tão positiva", afirma.

DIVULGAÇÃO / AGÊNCIA I7

Apenas no campo dos negócios, público ultrapassou a marca de meio milhão de pessoas

Atividades turísticas em alta na Capital

De acordo com dados mais recentes da Belotur, Belo Horizonte vem apresentando bons números nos indicadores de atividades turísticas. Em 2023, a cidade se destacou no circuito de grandes eventos culturais e de entretenimento, além de outras agendas de potencial turístico e de negócios, atraindo visitantes de todo o Estado e de outras regiões do País e do continente. Esse fluxo de pessoas estimula a oferta de serviços e aumenta a arrecadação. A ocupação hoteleira refletiu essa movimentação e atingiu, em 2023, 65,65% de média mensal, com uma receita média por quarto (REVpar) de R$ 219, números melhores do que no período pré-pandemia, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de Minas Gerais (Abih-MG). No último ano, foram registrados R$ 147,98 milhões recolhidos somente em impostos sobre serviços (ISS) relacionados às atividades parcialmente e tipicamente turísticas.

Entre os serviços que mais foram impactados com o ISS turístico em 2023 estão o transporte ferroviário e metroviário; os serviços de alojamento; as atividades recreativas, culturais e desportivas; as atividades de empresas de eventos; as atividades de agências e organizadores de viagens; os serviços auxiliares de transporte e os serviços de alimentação.

Atraindo agendas e públicos diversificados para a capital, o Minascentro participa desse avanço que, segundo a *head* de *marketing* do centro de experiências, Ana Cristina Campos, é produto de um trabalho direcionado a resultados específicos e apoiado no potencial de aproveitamento do local para o ambiente corporativo.

"O sucesso do Minascentro como um dos principais polos de negócios em Minas Gerais é atribuído ao trabalho conjunto do time e à comunicação eficaz. Através de estratégias de comunicação cuidadosamente planejadas, conseguimos posicionar o Minascentro como um local ideal para eventos de negócios, transmitindo sua conveniência, infraestrutura de qualidade e localização estratégica. Esses elementos foram essenciais para alcançar esse marco significativo", conclui.

INOVAÇÃO

Iveco quer ampliar uso de combustíveis alternativos

Com mais de 25 de anos de atuação consolidada em Minas Gerais e iniciativas que impulsionam a indústria não apenas do Estado, mas do País e do mundo, o Iveco Group foi destaque no "Imersão Indústria Fiemg". Realizado no Minascentro, em Belo Horizonte, de 10 a 12 de abril, o evento reuniu representantes do poder público, empresários e especialistas para discutir temas como ESG, inovação, tecnologia e relações de trabalho.

Alexandre Xavier, diretor de Engenharia da FPT Industrial, reiterou o compromisso da marca com a inovação e a sustentabilidade ao apresentar iniciativas e oportunidades da empresa para desenvolver tecnologias limpas e acelerar o processo de descarbonização no Brasil. No painel "Transição energética e a descarbonização - oportunidades para a indústria", o executivo compartilhou sua visão sobre a adoção de novos combustíveis, como gás natural, biometano, biodiesel e etanol, alinhados à meta global do grupo de zerar as emissões de carbono até 2040.

"Somos líderes globais em gás natural, com mais de 80 mil motores já vendidos. Em sintonia com a matriz energética brasileira, uma das mais limpas do mundo, estamos fortemente empenhados em promover um ecossistema que impulsione a produção e o uso de biometano de forma autossuficiente. Nosso principal objetivo é ampliar a utilização de combustíveis alternativos", destacou Xavier, em debate com a Vallourec e a (re)energisa, marca do Grupo Energisa.

Eficiência, inovação e competitividade - Valendo-se de uma trajetória sólida, de mais de 25 anos no grupo, Reinaldo Silva, gerente de Compras responsável por otimização de custos de produto, relacionamento com fornecedores e gestão de performance, destacou os atributos que tornam Minas Gerais região estratégica para os negócios da marca. O Estado do abriga o maior complexo industrial do Iveco Group no mundo, localizado em Sete Lagoas, região Central.

"Estamos empenhados em fortalecer a economia mineira. Em parceria com o governo de Minas e outras grandes instituições, como a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Invest Minas, Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Sest Senat), Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas e Logística de Minas Gerais (Setcemg) e Gasmig, atuamos para impulsionar a eficiência, a inovação e a competitividade das indústrias de caminhões, ônibus, motores e componentes", afirmou Reinaldo Silva durante o painel "A indústria mineira como impulsionadora do Estado", ao lado de representantes da Vale e da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge).

DIVULGAÇÃO / FIEMG / PEDRO VILELA / AGÊNCIA I7

Xavier: somos (Iveco) líderes globais em gás natural, com mais de 80 mil motores já vendidos

DIVERSIDADE

Mercado não tolera mais mentalidades conservadoras, defende Nina Silva

No palco do evento Imersão Indústria, realizado na noite de 11 de abril, Nina Silva, renomada empreendedora e investidora-anjo, inspirou a plateia com sua visão transformadora sobre inovação e diversidade. Reconhecida como a Mulher Mais Disruptiva do Mundo pela Women In Tech Global Awards, Nina Silva começou sua palestra com uma afirmação poderosa: "*Somos corpos políticos em cada ato de nosso dia a dia.*"

Com uma trajetória brilhante no setor de tecnologia, Nina Silva compartilhou como transformou suas experiências pessoais de racismo em um projeto de empoderamento da comunidade negra e de conscientização racial. Ela ressaltou a importância de considerar as pessoas ao discutir inovação, destacando que a diversidade é um elemento fundamental para impulsionar a eficiência nos negócios. "A integração de diferentes histórias e origens, junto com os propósitos e o engajamento das empresas, leva a experimentações de soluções mais otimizadas do que em grupos homogêneos", enfatizou.

Além disso, Nina Silva enfatizou a necessidade urgente das empresas acompanharem as mudanças na sociedade. "Hoje, lidamos com um mercado que não tolera mais mentalidades conservadoras", observou. Ela destacou a importância de reconhecer toda uma geração *millennial* que valoriza a diversidade e está apta a dialogar com ela.

A empreendedora também ressaltou a importância de compreender os novos mercados e alinhar-se com a cultura, propósito e estratégia esperados pelo público inovador. "Inovação não é apenas reagir a erros de mercado, mas sim incorporar o que há de novo em nosso negócio", concluiu Nina, deixando uma mensagem inspiradora para os presentes no evento.

DIVULGAÇÃO / FIEMG / SEBASTIÃO JACINTO JUNIO

Nina Silva: somos corpos políticos em cada ato de nosso dia a dia

DESBUROCRATIZAÇÃO

Medida amplia a dispensa de alvarás em MG

Resolução da Redesim reduziu as exigências para a regularização de mais 29 atividades no Estado, atingindo 730

Minas Gerais ampliou o número de atividades dispensadas de alvará de funcionamento, passando de 701 para 730 as ocupações que não mais precisam de ato público de liberação para iniciar as operações. A medida entrou em vigor no último sábado (6), com a publicação, no Diário Oficial do Estado, da Resolução 03/2024, do Comitê Gestor da Redesim-MG.

A medida inclui 29 novas ocupações e empreendimentos no rol das atividades classificadas como de baixo risco e, portanto, desobrigadas de alvará. Dentre elas estão, por exemplo, fabricação de jogos eletrônicos, serviços de entrega rápida e serviços advocatícios.

O secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Fernando Passalio, destaca a importância de medidas que dão previsibilidade e segurança jurídica na melhoria do ambiente de negócios e geração de emprego e renda nos municípios.

"O cidadão que quer abrir o seu negócio não pode ficar esperando o carimbo da prefeitura para realizar atividades simples e de baixo risco. Em breve, iremos aprovar também a aprovação tácita, limitando o tempo de espera das autorizações em até 60 dias. Minas é um Estado pró-empreendedor e faremos de tudo para que quem queira trabalhar não seja atrapalhado por burocracias excessivas".

Facilidade - A inclusão de novas atividades ocorreu por decisão unânime do Comitê Gestor da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim MG), instância coordenada pela Junta Comercial de Minas Gerais (Jucemg), entidade vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede-MG).

> *"O cidadão que quer abrir o seu negócio não pode ficar esperando o carimbo da prefeitura para realizar atividades simples e de baixo risco. Em breve, iremos aprovar também a aprovação tácita"*

"Essa medida representa menos burocracia e mais agilidade para quem deseja investir em território mineiro, uma vez que o empreendedor contemplado pela dispensa pode iniciar seu negócio de imediato", comemora a presidente da Jucemg, Patricia Vinte Di Iório.

Para a ex-presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRC-MG), Rosa Maria Abreu Barros, integrante do Comitê Gestor da Redesim MG, a medida gera mais interesse e confiança do empreendedor em abrir um novo negócio ou alterar os já existentes.

"Quando temos normas claras, segurança e rapidez, e somos atendidos nesse processo unificado, a classe contábil se sente parte deste avanço, por conseguir entregas que de fato sejam importantes e agreguem valor ao nosso trabalho", aponta ela.

A listagem com todas as 730 atividades dispensadas está disponível para consulta no portal da Redesim MG.

Quem também sai ganhando com a ampliação das atividades de baixo risco são as prefeituras que aderirem ao programa Redesim + Livre. Desenvolvido pela Jucemg, em parceria com a Sede-MG e Sebrae Minas, o sistema permite automatizar todas as etapas de abertura e legalização de empresas, no âmbito municipal, para os empreendimentos de baixo e médio risco.

Lançada em novembro de 2023, a plataforma já conta com 63 municípios inscritos para adesão. Patos de Minas, no Alto Paranaíba, e Pirapora, no Norte de Minas, foram os dois primeiros municípios a implementarem o sistema.

"Só no primeiro dia, recebemos mais de 900 pedidos de viabilidade, todos analisados automaticamente. Esse sistema resulta em melhorias na gestão da prefeitura e impulsiona a geração de empregos e o desenvolvimento da cidade", relata o prefeito de Patos de Minas, Luís Eduardo Falcão.

Expansão futura - Já em fase avançada de testes, os próximos municípios a serem ativados serão Catuji, no Vale do Mucuri, e São Tiago, no Campo das Vertentes.

Outros sete municípios também já enviaram a documentação e deverão iniciar a fase de testes nos próximos dias: Franciscópolis (Norte de Minas), Poços de Caldas (Sul de Minas), São Joaquim de Bicas (Região Metropolitana de Belo Horizonte), Araguari (Triângulo Mineiro), Ipatinga (Vale do Aço), Frutal (Triângulo Mineiro) e Curvelo (Central).

Uma das exigências é a adesão ao Programa Estadual de Desburocratização - Minas Livre para Crescer, que já conta com a adesão de mais de 51% do estado. A iniciativa auxilia os municípios na instituição da legislação de Liberdade Econômica, em consonância à aplicação das diretrizes federal e estadual, favorecendo assim o ambiente de negócios local. **(Agência Minas)**

DIVULGAÇÃO / JUCEMG

Comitê Gestor da Redesim MG conta com a Junta Comercial de Minas Gerais e a Sede

PREVIDÊNCIA

INSS vai bloquear os descontos de mensalidades nas aposentadorias

São Paulo - O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) vai bloquear, a partir de maio, os descontos de mensalidades em aposentadorias e pensões. A medida é uma resposta a denúncias de desconto de valor indevido nos benefícios feito por associações e sindicatos.

O procedimento foi comunicado à Dataprev (empresa de tecnologia do governo federal) na quarta (10). A empresa é a responsável pela movimentação na folha de pagamento dos beneficiários do instituto. A liberação só ocorrerá depois de ser implementado o sistema de biometria e assinatura eletrônica.

Segundo o instituto, todos os Acordos de Cooperação Técnica (ACT) com associações e entidades para desconto de mensalidade associativa feitos a partir de janeiro de 2023 vão passar por nova análise. Atualmente, 29 entidades têm acordo de cooperação com o INSS.

De acordo com a advogada do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi), Tonia Galleti, o bloqueio nas mensalidades, na prática, já começou. Isso porque as entidades enviam ao INSS a lista de beneficiários cujo desconto de mensalidade foi autorizado no benefício no início de cada mês.

Segurados que se associam após o dia 1º só seriam registrados no sistema da Dataprev no dia 1º do outro mês. Com a nova medida, a especialista entende que os últimos lotes e associados foram os de abril. Em maio, como o bloqueio tem início oficial, não haveria mais registro de aposentados.

A medida, no entanto, não impede o segurado de se associar a uma entidade organizada, que, em geral, oferece diversos benefícios aos aposentados, que vão desde desconto em consultas médicas a diárias mais em conta em hotéis e pousadas, mediante pagamento de mensalidade.

"Não quer dizer que as pessoas não possam ficar sócias, mas pelo INSS só poderão ficar sócias quando a Dataprev modificar o sistema para tornar mais seguro", afirma.

"Todo mundo que, hoje, já é sócio de alguma entidade, vai continuar sendo sócio, pagando a mensalidade por meio do desconto. Se a pessoa quer sair, seja porque decidiu sair, seja porque ela não fez a contratação e é uma fraude, ela pode, por meio do 135 do INSS, pedir a desfiliação, o cancelamento, ou na própria entidade ligar e pedir o cancelamento." **(Ana Paula Branco e Patrick Fuentes/Folhapress)**

STF

Supremo forma maioria para ampliar foro privilegiado, mas Mendonça pede vistas

Brasília - Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) formaram maioria para ampliar as hipóteses em que se mantém o foro privilegiado de autoridades, em um julgamento que afeta diretamente o ex-presidente Jair Bolsonaro, mas o ministro André Mendonça pediu vistas e adiou a conclusão do caso.

Até o momento, seis dos 11 ministros votaram a favor da manutenção da prerrogativa de foro, nos casos de crimes cometidos no cargo e em razão dele, após a saída da função.

Mendonça, que foi indicado ao STF por Bolsonaro, pediu vistas para uma melhor análise dos autos.

Atualmente, de maneira geral, autoridades que deixam o cargo perdem essa prerrogativa e podem acabar sendo investigadas por instâncias inferiores da Justiça.

Durante o julgamento virtual, o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, deu o sexto voto e concordou com a linha do voto do relator, o decano Gilmar Mendes, de que o envio do caso a instâncias inferiores quando o mandato da autoridade se encerra traz prejuízos.

"Esse 'sobe-e-desce' processual produzia evidente prejuízo para o encerramento das investigações, afetando a eficácia e a credibilidade do sistema penal. Alimentava, ademais, a tentação permanente de manipulação da jurisdição pelos réus", destacou Barroso.

A análise do caso repercute nas investigações a que Bolsonaro responde perante o Supremo. A defesa do ex-presidente já questionou em ocasiões anteriores o fato de ele não ter mais foro por prerrogativa de função desde quando deixou a Presidência, no final de 2022, mas continua sendo alvo de investigações do tribunal.

Os pedidos, contudo, foram rejeitados pelo tribunal. **(Reuters)**

TRIBUTOS

Especialistas criticam cobrança do PIS e da Cofins sobre receita de locação

DIVULGAÇÃO / EDNALDO DORIA

Oliveira explica que reforma tributária encerra essa discussão

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a receita de empresas proveniente da locação de imóveis e equipamentos móveis, como veículos, computadores e ferramentas, estará sujeita à cobrança do PIS e da Cofins. Essa determinação, com repercussão geral, abrange todos os processos semelhantes em tramitação. Estima-se que a União deixaria de arrecadar cerca de R$ 36 bilhões caso fosse impedida de aplicar esses tributos.

De acordo com o tributarista André Felix Ricotta de Oliveira, doutor e mestre em Direito Tributário pela PUC/SP e membro da Comissão de Direito Tributário e Constitucional da OAB/SP subseção Pinheiros, "a argumentação dos contribuintes para evitar o pagamento do PIS/Cofins sobre locações de bens imóveis tinha base sólida e respaldo jurídico". Historicamente, diz ele, "a jurisprudência entendia que o conceito de faturamento abrangia apenas receitas provenientes da venda de mercadorias ou da prestação de serviços".

Entretanto, essa concepção, que prevaleceu por um período e foi inclusive consolidada na Súmula Vinculante 31, sobre a inconstitucionalidade da incidência do ISS sobre locações de bens móveis, foi modificada pelo STF.

De acordo com Ricotta de Oliveira, "o tribunal adotou um entendimento mais amplo, considerando faturamento e receita como aquilo que é gerado pela atividade empresarial. Assim, qualquer atividade que gere receita, independentemente de ser prestação de serviço ou venda de mercadorias, estaria sujeita à incidência do PIS e da Cofins".

A reforma tributária proposta pela Emenda Constitucional 132/2023 encerra essas discussões conceituais, afirma o tributarista. Com a reforma, os tributos incidirão sobre todos os atos de consumo, independentemente de serem por prestação de serviço ou por venda de mercadorias. "A exceção é a locação de bens imóveis, que receberá tratamento específico na reforma, a ser regulamentado por meio de lei complementar", disse Ricotta Oliveira.

Instabilidade - Para o tributarista Eduardo Natal, sócio do escritório Natal & Manssur, mestre em Direito Tributário pela PUC/SP e presidente do Comitê de Transação Tributária da Associação Brasileira da Advocacia Tributária (Abat), a decisão do STF, além de adotar um conceito econômico, contribui para a instabilidade jurídica.

"Ao decidir pela inclusão da locação no conceito de faturamento, passando ao largo de todo o contexto histórico e normativo vigentes nas décadas passadas, em especial o que foi definido no Leading Case, RE 585235, o STF definitivamente se afasta das diretrizes de segurança jurídica e adota posição consequencialista/arrecadatória", disse Natal.

MERCADO DE CAPITAIS

Captação chega a R$ 130,9 bilhões

Total recorde no 1º trimestre representa alta de 91% frente ao mesmo período de 2023

As ofertas no mercado de capitais atingiram R$ 130,9 bilhões no primeiro trimestre de 2024, captação recorde para o período e que representa um crescimento de 91% ante o mesmo intervalo no ano passado, segundo dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Considerando apenas março, o volume chegou a R$ 66 bilhões.

> *Desempenho foi puxado pela renda fixa, que contabilizou R$ 114,1 bilhões, o maior patamar registrado em um primeiro trimestre na série histórica*

O desempenho foi puxado pelas ofertas de renda fixa, que totalizaram R$ 114,1 bilhões, o maior patamar registrado em um primeiro trimestre na série histórica. O volume é quase o dobro, variação de 98%, do contabilizado no mesmo período do ano anterior.

"Os dados mostram um crescimento sustentável, com emissões pulverizadas em diversos setores e em número de operações. O ambiente macroeconômico, com a expectativa de continuidade do ciclo de queda da Selic, favorece a ampla gama de instrumentos do mercado de capitais", afirma o presidente do Fórum de Estruturação de Mercado de Capitais da associação, Guilherme Maranhão.

Destaque - As debêntures continuam a liderar as captações. Em março, atingiram R$ 41,1 bilhões, o maior volume mensal já registrado, e no trimestre chegaram a R$ 71,9 bilhões, com alta de 94% no comparativo com o mesmo período de 2023. Na análise da destinação dos recursos, 38,5% foram para gestão ordinária e 27,6% para infraestrutura. Os fundos de investimento responderam por mais da metade (52,8%) do volume subscrito.

As debêntures incentivadas (Lei nº 12.431) se destacaram, com o melhor primeiro trimestre da série histórica, captando R$ 19,9 bilhões. "Esse produto se tornou ainda mais atrativo com as restrições recentes a outros ativos isentos. O mês de março respondeu por R$ 11,4 bilhões desse volume trimestral", ressalta Maranhão. Na avaliação dos prazos, o período chegou a sete anos para debêntures em geral e a 10,5 anos para aquelas com incentivo fiscal.

Nos instrumentos de securitização, os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) fecharam o primeiro trimestre com R$ 15,1 bilhões, com crescimento de 162,1%, enquanto os Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) encerraram o período com R$ 12,5 bilhões, um aumento de 133,3%.

Os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) tiveram um acréscimo de 81%, para R$ 11,1 bilhões. Entre os produtos híbridos, os Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) tiveram um salto de 226,4%, chegando a R$ 12,8 bilhões.

No mercado de ações, houve quatro *follow-ons* (ofertas subsequentes) no primeiro trimestre, totalizando R$ 3,8 bilhões, resultado que manteve a renda variável estável na comparação com o mesmo período do ano passado (R$ 3,9 bilhões).

As emissões externas somaram US$ 8,9 bilhões no trimestre, o que já representa 58% de todo o volume de 2023. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, o aumento é de 795%.

AMANDA PEROBELLI / REUTERS

No mercado de ações, houve quatro *follow-ons*, o que significou R$ 3,8 bilhões, no 1º tri

Fundos: R$ 10,8 bilhões em abril

A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) divulgou dados da primeira semana de abril (1º a 5). Nesse período, os fundos de investimento registraram R$ 10,8 bilhões de captação líquida positiva. O total é resultado de R$ 228,5 bilhões de entradas e R$ 217,7 bilhões de saídas.

Conforme o levantamento da entidade, a renda fixa foi o destaque da semana, com R$ 8,3 bilhões de entradas líquidas. Na classe, os fundos que investem em títulos públicos com duração inferior a 21 dias úteis (do tipo duração baixa soberano) tiveram R$ 13,1 bilhões de aportes líquidos.

Também tiveram mais entradas do que saídas os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs), previdência e Fundos de Investimento em Participações (FIPs), com R$ 6,1 bilhões, R$ 492 milhões e R$ 64,9 milhões, nesta ordem. No caso dos FIDCs, um único fundo registrou aportes de R$ 6,9 bilhões.

Já os cambiais, ações e *Exchange Traded Funds* (ETFs) tiveram resgates líquidos: foram R$ 5 milhões, R$ 261,6 milhões e R$ 641,5 milhões, respectivamente. No caso dos ETFs, dois fundos concentraram R$ 678 milhões de resgates. Os multimercados tiveram a menor captação da semana: R$ 3,2 bilhões.

DÓLAR

Maior cotação desde 9 de outubro do ano passado

São Paulo - O dólar fechou em alta frente ao real na sexta-feira (12), registrando forte valorização semanal, em linha com o exterior e no maior patamar em cerca de seis meses depois que dados de inflação ao consumidor dos Estados Unidos minaram apostas de que o afrouxamento monetário do Federal Reserve (Fed) – espécie de banco central dos Estados Unidos - poderia começar neste semestre.

A moeda norte-americana à vista avançou 0,60%, a R$ 5,1213 na venda. Embora tenha se afastado do pico do dia, quando subiu mais de 1%, a R$ 5,1496, o dólar ainda marcou seu maior patamar de encerramento desde 9 de outubro de 2023 (R$ 5,1315). Frente à sexta-feira da semana passada, o dólar ganhou 1,11%, terceiro ganho semanal consecutivo e o mais intenso desde janeiro deste ano.

Dados de quarta-feira (10) mostraram que o índice de preços ao consumidor dos Estados Unidos aumentou 0,4% no mês passado, depois de avançar pela mesma margem em fevereiro. Nos 12 meses até março, o índice aumentou 3,5%. Economistas consultados pela Reuters previam que o índice subiria 0,3% no mês e 3,4% na base anual.

Nem mesmo um relatório separado, mostrando que o índice de preços ao produtor dos Estados Unidos subiu menos do que o esperado em março, conseguiu aplacar o pessimismo do mercado, que não vê mais chances relevantes de um primeiro corte de juros pelo Fed neste semestre.

As apostas do mercado em um corte de juros pelo Fed em junho caíram para 25,8%, abaixo dos 53,2% da semana passada, de acordo com a ferramenta FedWatch do CME Group.

Adicionando lenha à fogueira, o presidente do Federal Reserve de Kansas City, Jeff Schmid, disse na sexta-feira (12) que o banco central dos Estados Unidos não deveria estar avaliando cortes na taxa de juros neste momento, porque a inflação continua acima de sua meta de 2% e o mercado de trabalho é forte.

Por outro lado, o presidente do Fed de Chicago, Austan Goolsbee, disse que as leituras do índice de preços ao consumidor norte-americano, que continuam altas, são preocupantes, mas ele continua concentrado em como o índice PCE, o indicador de inflação preferido do Fed, se comporta.

A presidente do Fed de Boston, Susan Collins, disse que espera alguns cortes nas taxas de juros este ano, embora a inflação possa levar algum tempo para retornar ao nível desejado.

Quanto menos o Fed cortar os juros, melhor para o dólar, que se torna mais atraente para investidores estrangeiros quando os rendimentos oferecidos pelo mercado norte-americano, já interessante por ser extremamente seguro, seguem mais altos.

"Os fundamentos externos estão se tornando mais desafiadores e agem na direção de maior pressão na moeda, com manutenção do cenário de dólar forte e adiamento dos cortes de juros nos Estados Unidos, ainda que seja parcialmente compensado por uma Selic mais alta", disse em relatório o economista-chefe do Itaú, Mario Mesquita. **(Reuters)**

META 2025

Superávit primário deve ser 0,1% do PIB

Brasília - O governo prepara uma nova meta fiscal para o próximo ano mirando um superávit primário equivalente a 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB), em uma redução do esforço de economia previsto anteriormente, disseram à Reuters duas fontes com conhecimento direto do assunto na sexta-feira (12).

Falando sob condição de anonimato, as fontes disseram que o número ainda pode ser alterado até segunda-feira (15), data limite para o governo encaminhar ao Congresso o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025 com os parâmetros para a preparação do Orçamento.

O texto da LDO trará ainda previsões para o saldo fiscal dos anos à frente. Segundo as fontes, as discussões na sexta-feira apontavam para um alongamento da trajetória de melhora fiscal, com o resultado do governo central chegando a um superávit primário de 1% do PIB em 2028, e não em 2026 como previsto anteriormente, o que na prática atrasa o processo de estabilização da dívida pública.

Considerado o principal indicador de solvência do País, a dívida bruta chegou a 75,5% do PIB em fevereiro, ante 71,8% do PIB um ano antes.

A nova meta de 2025, se confirmada, já representará um afrouxamento em relação à indicação dada no ano passado de que o governo buscaria um superávit de 0,5% do PIB após zerar o déficit primário este ano.

O plano para afrouxar as metas fiscais evidencia os desafios enfrentados pela administração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na área fiscal, em meio a resistências para cortar gastos e com esforços para aumentar as receitas esbarrando em iniciativas do Congresso em sentido contrário.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já vinha dando sinais de que o superávit de 0,5% estava sob ameaça. No início da semana, em fala a jornalistas, ele destacou que a meta preliminar para 2025 foi anunciada em março do ano passado e, desde então, o governo enfrentou percalços nas negociações de medidas fiscais.

O ministro tem feito apelos públicos ao Congresso para que avance com a aprovação de iniciativas que aumentam a arrecadação e reduzem subsídios, insistindo que a responsabilidade fiscal deve ser resultado de um pacto entre os poderes.

Os ministérios do Planejamento e da Fazenda marcaram entrevista coletiva para a manhã de segunda-feira para apresentação do projeto da LDO. Procurados, os ministérios não responderam a pedidos de comentários. **(Reuters)**

BRUNO DOMINGOS / REUTERS

Segunda-feira é data-limite para o governo encaminhar ao Congresso o projeto da LDO de 2025

RELATÓRIO FISCAL

Analistas reduzem projeção da dívida bruta

São Paulo - Economistas passaram a prever um déficit primário menor neste ano e no próximo, também com projeções de dívida melhores para ambos os períodos, mostrou na sexta-feira (12) o relatório Prisma Fiscal de março, compilado pelo Ministério da Fazenda.

Agora, a expectativa mediana é de saldo primário negativo de R$ 78,615 bilhões em 2024, contra visão anterior de déficit de R$ 82,817 bilhões, segundo o relatório. Para o ano seguinte, agora se espera que resultado seja negativo em R$ 83,450 bilhões, melhor que a projeção anterior de rombo de R$ 86,541 bilhões.

Para 2024, foi prevista receita líquida (descontados repasses a Estados e municípios) de R$ 2,103 trilhões, acima dos R$ 2,099 trilhões do último Prisma. Para 2025, a expectativa também subiu, a R$ 2,222 trilhões, de R$ 2,212 trilhões antes.

No que diz respeito à arrecadação das receitas federais — considerada crucial pelos mercados para que o governo consiga atingir as metas previstas no novo arcabouço fiscal — a visão mediana no Prisma passou a calcular R$ 2,588 trilhões neste ano, acima dos R$ 2,565 trilhões previstos no boletim anterior. Para 2025, a expectativa de arrecadação também subiu, a R$ 2,732 trilhões, de R$ 2,706 trilhões antes.

Houve queda na expectativa mediana de despesas do governo federal deste ano, a R$ 2,179 trilhões, contra R$ 2,180 trilhões anteriormente. Para o período seguinte, a projeção caiu a R$ 2,298 trilhões, frente a R$ 2,304 trilhões na leitura passada.

Enquanto isso, o mercado reduziu a projeção para a dívida bruta do governo geral a 77,45% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, contra 77,50% esperados no mês anterior. Para 2025, o prognóstico foi reduzido a 79,94%, de 80,09%. **(Reuters)**

Bovespa

Movimento do Pregão 12/04

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou o pregão regular de ontem em baixa de -1,14% ao marcar 125946.09 pontos, com volume financeiro negociado de R$ 23.675.857.471. As maiores altas foram PETRORIO ON, CIELO ON, ELETROBRAS ON, ELETROBRAS PNB e SID NACIONAL ON. As maiores baixas foram AZUL PN, MRV ON, SAO MARTINHO ON, CVC BRASIL ON e EZTEC ON.

Pregão do dia 11/04

RESUMO NO DIA

Discriminação	Negócios	Títulos Mil	Participação (%)	Valor (R$) Mil	Participação (%)
LOTE PADRAO	1.748.600	1.105.264	46,63	16.706.222,80	85,45
FRACIONARIO	291.935	3.660	0,15	67.907,38	0,34
DEMAIS ATIVOS	814.069	750.677	31,67	1.704.514,13	8,71
TOTAL A VISTA	2.854.604	1.859.603	78,46	18.478.644,32	94,51
BBT	13	2.073	0,08	35.792,38	0,18
EX OPC COMPRA	1	1	0,00	14,25	0,00
TERMO	897	13.580	0,57	187.826,11	0,96
OPCOES COMPRA	188.303	271.289	11,44	200.092,00	1,02
OPCOES VENDA	202.670	212.670	8,97	172.891,26	0,88
OPC.COMP.INDICE	429	15	0,00	15.765,25	0,08
OPC.VEND.INDICE	1.074	24	0,00	22.630,06	0,11
TOTAL DE OPCOES	392.476	484.000	20,42	411.378,58	2,10
BOVESPAFIX	7.075	210	0,00	19.862,16	0,10
TOTAL GERAL	3.422.802	2.370.037	100,00	19.550.490,12	100,00
PARTIC. AFTER MARKET	18.152	8.881	0,37	83.074,49	0,42
PARTIC. NOVO MERCADO	1.432.663	1.001.363	42,25	10.430.274,57	53,35
PARTIC. NIVEL 1	341.461	203.346	8,57	2.795.519,17	14,29
PARTIC. NIVEL 2	408.028	342.627	14,45	3.489.725,94	17,84
PARTIC BALCÃO ORGANIZADO	106	-	0,00	133,36	0,00
PARTIC. MAIS	1.065	106	0,00	1.066,23	0,00
PARTIC. IBOVESPA	1.340.327	888.294	37,48	14.525.150,89	74,29
PARTIC. IBrX 50	959.560	659.461	27,82	11.807.634,22	60,39
PARTIC. IBrX 100	1.447.252	936.331	39,50	15.320.084,36	78,36
PARTIC. IBrA	1.678.601	1.046.124	44,13	16.378.562,27	83,77
PARTIC. MIDLARGE	1.037.451	664.681	28,04	12.162.121,01	62,20
PARTIC. SMALL	641.150	381.442	16,09	4.216.441,26	21,56
PARTIC. ISE	975.027	644.569	27,19	8.803.487,92	45,02
PARTIC. ICO2	1.188.850	739.054	31,18	11.752.489,16	60,11
PARTIC. IEE	204.882	98.876	4,17	2.131.028,33	10,90
PARTIC. INDX	361.745	187.478	7,91	3.176.865,04	16,24
PARTIC. ICONSUMO	606.143	485.922	20,50	4.326.196,54	22,12
PARTIC. IMOBILIARIO	142.149	60.688	2,56	983.961,10	5,03
PARTIC. IFINANCEIRO	195.858	130.507	5,50	2.607.491,08	13,33
PARTIC. IMAT	149.234	74.400	3,13	2.076.625,62	10,62
PARTIC. UTIL	238.593	106.226	4,48	2.447.972,55	12,52
PARTIC. IVBX 2	747.035	374.843	15,81	6.896.583,75	35,27
PARTIC. IGC	1.661.385	1.020.477	43,05	15.867.613,64	81,16
PARTIC. IGCT	1.624.128	1.005.506	42,42	15.758.592,14	80,60
PARTIC. IGNM	1.163.800	735.851	31,04	10.050.915,95	51,41
PARTIC. ITAG ALONG	1.569.522	995.291	41,99	14.911.213,63	76,27
PARTIC. IDIV	444.687	238.110	10,04	5.592.361,01	28,60
PARTIC. IFIX	419.469	6.022	0,25	213.046,55	1,08
PARTIC. BDRX	33.511	3.633	0,15	198.224,51	1,01
PARTIC. IFIL	370.392	5.358	0,22	191.195,97	0,97
PARTIC. IGPTW B3	560.684	397.487	16,77	5.031.049,09	25,73
PARTIC. IAGRO-FFS B3	299.016	188.466	7,95	2.564.174,48	13,11
PARTIC. IBOV SD TR	324.864	198.460	8,37	4.685.829,37	23,96
PARTIC. IDIVERSA B3	915.144	584.066	24,64	10.295.345,53	52,66

MERCADO À VISTA
LOTE-PADRÃO

Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas		Negócios Realizados	
									Compra (R$)	Venda (R$)	Número	Quantidade
5GTK11	INVESTO 5GTK	CI	90,86	90,86	92,50	92,05	92,50	1,80↑	92,50	92,99	11	29
A1AP34	ADVANCE AUTO	DRN ED	24,56	23,62	24,56	23,97	23,75	-3,56↓	16,80	28,00	3	3
A1CR34	AMCOR PLC	DRN	46,40	46,40	46,40	46,40	46,40	-0,53↓	43,18	48,85	2	2
A1DM34	ARCHER DANIE	DRN	323,20	323,20	323,20	323,20	323,20	0,39↑	317,12	323,20	1	1
A1EG34	AEGON LTD	DRN	-	-	-	-	-	-	22,00	31,50	-	-
A1EP34	AMERICAN ELE	DRN	-	-	-	-	-	-	211,60	-	-	-
A1ES34	AES CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	83,95	94,80	-	-
A1IV34	APARTMENT IN	DRN	41,96	41,96	41,96	41,96	41,96	-2,66↓	39,99	43,12	1	10
A1LB34	ALBEMARLE CO	DRN	26,84	26,58	27,48	27,44	27,48	2,38↑	26,58	28,00	6	115
A1LG34	ALIGN TECHNO	DRN	-	-	-	-	-	-	310,00	442,13	-	-
A1LL34	BREAD FINAN	DRN	44,20	44,20	44,92	44,71	44,92	-0,17↓	44,72	60,00	3	264
A1LN34	ALNYLAM PHAR	DRN	-	-	-	-	-	-	36,10	41,29	-	-
A1MD34	ADVANCED MIC	DRN	106,25	105,75	108,71	107,48	108,25	2,26↑	108,25	108,60	224	23.653
A1ME34	AMETEK INC	DRN	38,50	38,50	38,50	38,50	38,50	0,78↑	-	-	1	106
A1MP34	AMERIPRISE F	DRN	540,59	540,59	540,75	540,69	540,73	-0,06↓	-	-	3	3
A1MT34	APPLIED MATE	DRN	106,34	106,33	108,60	108,02	108,60	2,12↑	106,26	109,47	12	1.245
A1NE34	ARISTA NETWO	DRN	370,80	370,80	378,72	376,22	378,00	3,71↑	250,00	382,20	10	340
A1NS34	ANSYS INC	DRN	-	-	-	-	-	-	407,82	-	-	-
A1PA34	APA CORP	DRN	177,45	175,66	177,45	175,91	175,66	-1,02↓	-	190,00	2	7
A1PD34	AIR PRODUCTS	DRN	303,60	303,60	303,60	303,60	303,60	-1,27↓	-	352,00	1	1
A1PH34	AMPHENOL COR	DRN	-	-	-	-	-	-	292,90	-	-	-
A1RE34	ALEXANDRIA R	DRN	156,45	156,45	158,25	157,65	158,25	-2,65↓	139,05	180,06	2	3
A1RG34	ARGENX SE	DRN	-	-	-	-	-	-	73,36	83,09	-	-
A1SN34	ASCENDIS PHA	DRN	-	-	-	-	-	-	26,43	-	-	-
A1TH34	AUTOHOME INC	DRN	13,68	13,68	13,77	13,68	13,77	3,14↑	12,33	-	3	25
A1TT34	ALLSTATE COR	DRN	35,48	35,48	35,48	35,48	35,48	1,02↑	32,79	-	1	2
A1UT34	AUTODESK INC	DRN	309,00	309,00	309,00	309,00	309,00	2,02↑	-	312,00	1	80
A1VB34	AVALONBAY CO	DRN	237,02	235,52	238,28	236,95	236,00	1,72↑	236,21	239,13	6	68
A1WK34	AMERICAN WAT	DRN	-	-	-	-	-	-	135,54	192,23	-	-
A1ZN34	ASTRAZENECA	DRN	58,90	58,52	59,34	58,70	59,10	2,65↑	58,52	59,30	16	535
A2FY34	AFYA LTD	DRN	-	-	-	-	-	-	51,00	-	-	-
A2MB34	AMBARELLA IN	DRN	-	-	-	-	-	-	9,64	11,50	-	-
A2RE34	ARES MANAGEM	DRN	68,58	68,58	68,58	68,58	68,58	1,07↑	64,00	-	1	17
A2RR34	ARROWHEAD PH	DRN	-	-	-	-	-	-	8,55	21,00	-	-
A2XO34	AXON ENTERPR	DRN	90,54	90,17	90,54	90,33	90,17	3,39↑	84,98	97,50	2	110
AALL34	AMERICAN AIR	DRN	67,76	67,76	69,58	68,07	69,51	2,58↑	69,23	72,00	12	131
AALR3	ALLIAR	ON NM	9,95	9,77	10,11	10,01	10,07	1,10↑	10,05	10,07	893	126.300
AAPL34	APPLE	DRN	42,70	42,67	44,68	43,93	44,48	4,65↑	44,46	44,50	2.388	300.892
ABBV34	ABBVIE	DRN	54,00	53,70	54,00	53,75	53,70	0,22↑	52,45	54,00	3	22
ABCB4	ABC BRASIL	PN N2	24,40	24,09	24,44	24,25	24,30	-0,16↓	24,29	24,35	1.776	385.600
ABEV3	AMBEV S/A	ON	12,10	12,07	12,31	12,22	12,20	0,82↑	12,20	12,22	20.741	21.000.000
ABGD39	ABDEN GOLD	DRE	-	-	-	-	-	-	57,23	-	-	-
ABTT34	ABBOTT	DRN	47,15	47,15	47,15	47,15	47,15	0,64↑	46,02	49,67	1	6
ABUD34	AB INBEV	DRN	50,70	50,70	50,70	50,70	50,70	0,99↑	49,00	56,00	1	10
ACNB34	ACCENTURE	DRN	-	-	-	-	-	-	1.550,00	1.680,00	-	-
ACWI11	TREND ACWI	CI	11,37	11,34	11,52	11,48	11,49	1,05↑	11,26	11,52	1.119	39.583
ADBE34	ADOBE INC	DRN	49,74	48,87	49,74	49,19	49,43	-0,02↓	49,11	50,42	39	2.282
ADPR34	AUTOMATIC DT	DRN	51,80	51,80	52,35	52,33	52,35	2,24↑	51,20	-	2	82
AERI3	AERIS	ON NM	0,60	0,60	0,62	0,60	0,62	3,33↑	0,61	0,62	2.207	1.415.900
AESB3	AES BRASIL	ON NM	9,69	9,52	9,69	9,57	9,56	-1,34↓	9,56	9,57	4.305	1.449.900
AFLT3	AFLUENTE T	ON ED	7,94	7,21	7,94	7,41	7,44	-0,59↓	7,40	7,69	19	2.300
AGRI11	BB ETF IAGRO	CI	50,93	50,24	51,78	50,73	50,67	-0,51↓	50,24	51,94	9	236
AGRO3	BRASILAGRO	ON NM	25,03	24,86	25,37	25,14	25,18	0,76↑	25,09	25,18	1.372	212.000
AGXY3	AGROGALAXY	ON NM	2,01	1,98	2,06	2,01	1,99	-0,99↓	1,99	2,01	438	289.200
AHEB3	SPTURIS	ON	-	-	-	-	-	-	17,75	20,00	-	-
AHEB5	SPTURIS	PNA	-	-	-	-	-	-	16,00	-	-	-
AHEB6	SPTURIS	PNB	-	-	-	-	-	-	17,05	20,00	-	-
AIGB34	AIG GROUP	DRN	376,20	376,20	376,20	376,20	376,20	-4,39↓	-	-	1	3
AIRB34	AIRBNB	DRN	40,85	40,85	42,32	42,02	41,80	2,87↑	41,80	42,50	83	11.083
ALLD3	ALLIED	ON NM	9,61	9,50	10,00	9,81	9,72	1,67↑	9,71	9,73	901	271.400
ALOS3	ALLOS	ON NM	23,35	23,11	23,49	23,29	23,32	-0,51↓	23,29	23,33	12.753	7.734.600
ALPA3	ALPARGATAS	ON N1	9,90	9,90	9,90	9,90	9,90	=	9,54	9,99	1	300
ALPA4	ALPARGATAS	PN N1	9,18	9,11	9,44	9,34	9,36	2,07↑	9,35	9,39	6.156	5.460.700
ALPK3	ESTAPAR	ON NM	4,65	4,63	4,75	4,68	4,64	-0,85↓	4,63	4,65	214	84.100
ALUG11	INVESTO ALUG	CI	34,24	34,00	34,64	34,26	34,37	0,58↑	34,37	35,00	88	4.404
ALUP11	ALUPAR	UNT N2	30,16	29,63	30,40	30,18	30,24	0,23↑	30,20	30,25	5.085	2.405.000
ALUP3	ALUPAR	ON N2	10,29	10,18	10,36	10,24	10,29	=	10,29	10,36	123	15.100
ALUP4	ALUPAR	PN N2	9,93	9,75	9,99	9,84	9,94	0,10↑	9,93	9,98	190	25.700
AMAR3	LOJAS MARISA	ON NM	1,70	1,68	1,77	1,71	1,68	0,59↑	1,68	1,70	665	392.500
AMBP3	AMBIPAR	ON NM	13,45	13,00	13,45	13,10	13,04	-2,17↓	13,03	13,05	2.641	914.800
AMGN34	AMGEN	DRN	48,95	48,95	48,95	48,95	48,95	1,30↑	48,32	51,13	1	10
AMZO34	AMAZON	DRN	47,40	47,16	48,27	47,91	48,23	2,07↑	48,14	48,23	2.475	197.218
ANIM3	ANIMA	ON NM	4,64	4,47	4,64	4,54	4,53	-2,37↓	4,53	4,55	5.112	3.561.300
APER3	ALPER S.A.	ON	43,00	43,00	43,00	43,00	43,00	2,38↑	42,81	43,50	4	500
APTI3	ALIPERTI	ON	-	-	-	-	-	-	4.000,00	-	-	-
APTI4	ALIPERTI	PN	-	-	-	-	-	-	4.000,00	-	-	-
ARML3	ARMAC	ON EJ NM	12,14	11,72	12,22	11,83	11,81	-2,71↓	11,81	11,82	1.883	442.400
ARMT34	ARCELOR	DRN	70,51	69,44	70,56	70,29	69,44	-0,80↓	67,98	70,56	3	70
ARZZ3	AREZZO CO	ON NM	54,16	53,78	54,55	54,14	53,95	=	53,95	53,99	10.618	2.444.600
ASAI3	ASSAI	ON NM	14,18	14,06	14,28	14,18	14,18	-0,42↓	14,18	14,25	12.971	5.555.400
ASML34	ASML HOLD	DRN	90,18	89,52	91,89	91,21	91,62	1,80↑	91,45	92,38	43	2.374
ATOM3	ATOMPAR	ON	2,04	2,00	2,10	2,06	2,00	-0,99↓	2,01	2,04	78	20.700
ATTB34	ATT INC	DRN	28,19	27,88	28,37	28,01	27,90	-1,20↓	27,90	27,97	272	1.247
AURA33	AURA 360	DR3	40,69	39,91	40,88	40,59	40,65	-0,17↓	40,65	40,78	3.416	53.341
AURE3	AUREN	ON NM	12,01	11,93	12,04	11,99	11,98	-0,33↓	11,98	11,99	5.976	2.215.500
AVGO34	BROADCOM INC	DRN	96,04	96,04	101,08	100,53	100,88	5,03↑	99,53	101,44	132	15.344
AVLL3	ALPHAVILLE	ON NM	3,82	3,70	3,82	3,76	3,77	-1,56↓	3,70	3,77	8	3.200
AXPB34	AMERICAN EXP	DRN ED	109,85	109,70	111,45	110,50	111,36	0,77↑	-	111,45	17	1.536
AZEV3	AZEVEDO	ON	1,70	1,62	1,86	1,73	1,77	1,14↑	1,76	1,77	1.072	1.493.000
AZEV4	AZEVEDO	PN	1,65	1,55	1,84	1,69	1,78	5,32↑	1,77	1,78	4.122	11.434.900
AZOI34	AUTOZONE INC	DRN	70,05	70,05	70,05	70,05	70,05	-0,12↓	67,62	70,14	1	13
AZUL4	AZUL	PN N2	12,79	12,33	12,83	12,50	12,41	-2,74↓	12,41	12,42	14.808	9.661.300
B1AM34	BROOKFIELD C	DRN	49,80	49,80	50,15	49,80	50,15	1,19↑	49,90	-	4	260
B1AX34	BAXTER INTER	DRN	-	-	-	-	-	-	100,00	112,88	-	-
B1BW34	BATHBODY	DRN	-	-	-	-	-	-	49,21	-	-	-
B1CS34	BARCLAYS PLC	DRN	47,99	47,60	47,99	47,69	47,90	-2,14↓	46,89	54,10	3	7
B1GN34	BEIGENE LTD	DRN	29,72	29,72	29,72	29,72	29,72	-3,50↓	-	33,72	1	4
B1IL34	BILIBILI INC	DRN	12,14	12,12	12,66	12,41	12,39	4,82↑	12,35	12,50	34	2.960
B1KR34	BAKER HUGHES	DRN	-	-	-	-	-	-	165,00	181,93	-	-
B1LL34	BALL CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	-	180,00	-	-
B1NT34	BIONTECH SE	DRN	28,20	27,69	28,20	27,76	27,69	-1,59↓	27,61	28,00	6	179
B1PP34	BP PLC	DRN	50,30	49,50	50,60	50,13	50,60	1,09↑	49,51	51,21	18	3.578
B1SA34	BANCO SANTAN	DRN	50,10	50,10	50,10	50,10	50,10	=	50,10	55,00	2	4
B1SX34	BOSTON SCIEN	DRN	351,22	351,22	352,86	352,32	351,90	1,47↑	-	-	4	7
B1TI34	BRITISH AMER	DRN	29,75	29,46	29,76	29,63	29,64	-0,20↓	29,64	30,14	29	2.423
B1WA34	BORGWARNER I	DRN	-	-	-	-	-	-	147,00	-	-	-
B2HI34	BILL HOLD	DRN	1,77	1,74	1,83	1,77	1,80	1,12↑	1,78	1,83	14	1.055
B2MB34	BUMBLE INC	DRN	-	-	-	-	-	-	9,50	-	-	-
B2YN34	BEYOND MEAT	DRN	1,80	1,76	1,81	1,78	1,77	-1,66↓	1,76	1,79	12	1.206
B3SA3	B3	ON NM	11,94	11,83	12,06	11,95	11,98	0,16↑	11,97	11,99	30.174	37.508.800
BAAX39	MSCI ASIA JP	DRE	34,37	34,37	34,87	34,64	34,87	1,51↑	34,87	35,60	14	5.926
BABA34	ALIBABAGR	DRN	13,60	13,49	13,69	13,57	13,56	0,81↑	13,56	13,62	1.121	208.086
BACW39	MSCI ACWI	DRE	55,00	55,00	55,40	55,07	55,40	0,80↑	55,43	56,49	5	421
BAER39	US AEROSPACE	DRE	32,67	32,55	32,85	32,82	32,85	1,01↑	32,85	33,22	3	223
BAHI3	BAHEMA	ON MA	8,24	8,05	8,58	8,27	8,58	=	8,03	8,58	10	4.000
BAIQ39	GX AI TECH	DRE	57,09	57,09	58,02	58,00	58,02	1,73↑	55,00	60,00	3	5.123
BALM3	BAUMER	ON	-	-	-	-	-	-	10,03	11,99	-	-
BALM4	BAUMER	PN	-	-	-	-	-	-	10,00	10,80	-	-
BAOK39	BKR CSV ALOC	DRE ED	-	-	-	-	-	-	45,56	-	-	-
BAUH4	EXCELSIOR	PN	77,70	77,70	78,75	78,23	78,75	-0,01↓	-	78,75	6	600
BAZA3	AMAZONIA	ON	104,63	104,63	106,00	105,74	106,00	-0,45↓	105,10	106,99	13	1.400
BBAS3	BRASIL	ON NM	57,50	57,34	58,07	57,71	57,74	0,24↑	57,73	57,80	18.707	6.206.100
BBDC3	BRADESCO	ON EJ N1	12,77	12,64	12,80	12,71	12,74	-0,54↓	12,72	12,74	8.528	3.903.900
BBDC4	BRADESCO	PN EJ N1	14,36	14,23	14,44	14,34	14,39	-0,06↓	14,38	14,39	23.393	20.158.500
BBOI11	BB ETF BOI G	CI	6,72	6,70	6,76	6,73	6,72	=	6,70	6,72	49	6.203
BBOV11	BB ETF IBOV	CI	66,58	66,00	66,58	66,19	66,25	-0,49↓	66,00	66,25	36	70.100
BBSE3	BBSEGURIDADE	ON NM	33,07	32,82	33,50	33,25	33,38	0,93↑	33,35	33,38	14.378	6.472.000
BBUG39	GX CYBERSECT	DRE	-	-	-	-	-	-	38,99	-	-	-
BCHI39	MSCI CHINA	DRE	25,81	25,68	25,88	25,73	25,74	0,94↑	24,00	26,00	8	94
BCHQ39	GX MSCICHINA	DRE	22,63	22,63	22,70	22,65	22,70	9,13↑	20,00	-	3	32.001
BCIC11	B INDEX CICL	CI	122,53	122,53	122,53	122,53	122,53	-0,24↓	121,21	122,53	5	61.000
BCLO39	GX CLOUD CPT	DRE	-	-	-	-	-	-	26,99	-	-	-
BCNY39	BKR CHINA A	DRE	43,84	43,84	43,84	43,84	43,84	-1,96↓	-	-	1	1
BCOM39	BKR COMT ROL	DRE	-	-	-	-	-	-	44,29	48,08	-	-
BCPX39	GX COPPER MN	DRE	46,86	46,84	46,86	46,85	46,84	0,08↑	30,99	-	13	7.500
BCSA34	SANTANDER	DRN	24,59	23,70	24,60	24,14	24,42	-0,73↓	24,31	24,60	61	1.383
BCWV39	MSCIGLMIVOLF	DRE	-	-	-	-	-	-	45,98	60,02	-	-
BDEF11	B INDEX DEFE	CI	117,94	117,57	117,94	117,59	117,57	-1,10↓	117,57	138,08	2	108
BDOM11	INVESTO BDOM	CI	112,60	109,30	112,60	110,46	109,50	-0,47↓	109,49	127,96	3	3
BDVD39	GX SUPDIV US	DRE ED	-	-	-	-	-	-	40,90	-	-	-
BDVY39	SELECT DIVID	DRE	60,43	60,36	60,80	60,36	60,80	0,13↑	55,50	60,81	4	341
BEDC39	GX TLMEDC DH	DRE	-	-	-	-	-	-	18,99	30,01	-	-
BEEF3	MINERVA	ON NM	6,48	6,44	6,58	6,49	6,50	0,61↑	6,49	6,51	7.693	9.749.000
BEEM39	MSCI EMGMARK	DRE	35,16	35,16	35,16	35,16	35,16	0,71↑	32,73	35,72	1	38
BEES3	BANESTES	ON EJ	8,85	8,85	8,94	8,86	8,86	0,11↑	8,86	8,87	39	6.400
BEES4	BANESTES	PN EJ	9,73	9,60	9,73	9,65	9,60	-1,03↓	9,50	9,64	14	1.500
BEFA39	MSCI EAFE	DRE	50,10	50,10	50,10	50,10	50,10	1,21↑	39,99	50,50	1	1
BEFG39	MSCIEAFEGROW	DRE	52,00	51,33	52,00	51,69	51,33	0,35↑	49,10	60,02	6	32
BEFV39	MSCIEAFEVALU	DRE	45,40	45,40	45,80	45,43	45,80	0,26↑	-	50,02	114	150.019
BEGD39	TRTMSCI EAFE	DRE	-	-	-	-	-	-	-	57,65	-	-
BEGE39	INC ESG AWAR	DRE	-	-	-	-	-	-	-	59,99	-	-
BERK34	BERKSHIRE	DRN	104,00	102,88	104,59	103,95	104,06	-0,08↓	103,90	104,28	309	28.408
BEWA39	MSCIAUSTRALI	DRE	41,24	41,04	41,40	41,23	41,40	-0,19↓	37,80	42,60	3	7
BEWC39	MSCI CANADA	DRE	-	-	-	-	-	-	43,90	49,00	-	-
BEWG39	MSCI GERMANY	DRE	52,44	52,44	52,44	52,44	52,44	0,17↑	47,80	53,88	1	40
BEWH39	MSCIHONGKONG	DRE	26,58	26,57	26,58	26,57	26,57	0,41↑	25,80	-	2	2.733
BEWJ39	MSCI JAPAN	DRE	43,97	43,97	44,52	44,08	44,52	1,25↑	41,30	44,70	4	34
BEWL39	MSCI SWITZER	DRE	-	-	-	-	-	-	42,90	49,14	-	-
BEWP39	MSCI SPAIN	DRE	52,25	52,25	52,25	52,25	52,25	-1,39↓	-	-	2	35
BEWQ39	MSCI FRANCE	DRE	51,00	51,00	51,00	51,00	51,00	-0,29↓	47,20	53,09	1	1
BEWT39	MSCI TAIWAN	DRE	41,60	41,60	41,68	41,63	41,68	0,28↑	34,50	-	2	714
BEWU39	MSCI UK	DRE	-	-	-	-	-	-	57,00	58,93	-	-
BEWW39	MSCI MEXICO	DRE	87,14	87,14	87,14	87,14	87,14	-1,86↓	-	-	2	11
BEWY39	MSCISOUTHKOR	DRE	-	-	-	-	-	-	31,99	50,02	-	-
BEZU39	MSCIEUROZONE	DRE	-	-	-	-	-	-	50,98	70,03	-	-
BFAV39	MSCIMINVOL F	DRE	-	-	-	-	-	-	37,01	50,02	-	-
BFCG39	FT NAT GAS	DRE	71,73	71,73	71,73	71,73	71,73	1,71↑	-	-	1	1
BFDA39	FT RISIDIVID	DRE	-	-	-	-	-	-	54,69	-	-	-
BFDN39	FT DJ INTERN	DRE	-	-	-	-	-	-	25,00	-	-	-
BFLO39	BKR FLOAT RT	DRE	-	-	-	-	-	-	50,87	-	-	-
BFNX39	GX FINTECH	DRE	-	-	-	-	-	-	26,93	-	-	-
BGIP3	BANESE	ON	-	-	-	-	-	-	27,40	32,02	-	-
BGIP4	BANESE	PN	23,19	23,19	23,50	23,26	23,30	0,47↑	22,86	23,50	10	2.000
BGNO39	GX GENOMBIOT	DRE	-	-	-	-	-	-	21,99	-	-	-
BGOV39	BKR US TREAS	DRE	37,59	37,59	37,84	37,75	37,70	0,26↑	37,59	38,15	4	1.046
BGRT39	GLOBAL REIT	DRE	38,45	38,45	39,00	38,48	39,00	-0,81↓	37,85	40,21	3	34
BGWH39	COREDIVGROWT	DRE	57,87	57,87	57,87	57,87	57,87	0,43↑	57,21	60,00	1	1
BHEF39	CURHEDGEMSCI	DRE	-	-	-	-	-	-	32,99	-	-	-
BHIA3	CASAS BAHIA	ON NM	6,92	6,81	7,08	6,95	7,01	1,59↑	7,01	7,04	4.943	5.381.000
BHYG39	BKR IBOXX HY	DRE	48,55	48,55	48,68	48,56	48,68	0,20↑	48,21	53,50	5	72
BIAU39	GOLD TRUST	DRE	56,08	56,08	57,07	56,36	57,07	2,12↑	57,00	58,08	132	101.432
BIBB39	ICE BIOTECH	DRE	44,96	44,96	44,96	44,96	44,96	0,40↑	42,90	50,02	1	2
BICL39	BKR GL CLEAN	DRE	35,11	35,11	35,11	35,11	35,11	-0,59↓	-	-	1	64
BIDN39	BKR GENO IMM	DRE	-	-	-	-	-	-	49,98	70,02	-	-
BIDR39	BKR SELFDRIV	DRE	-	-	-	-	-	-	44,98	60,02	-	-
BIDU34	BAIDU INC	DRN	37,18	36,80	37,20	37,08	37,20	0,97↑	36,80	38,00	10	835
BIEF39	COREMSCIEAFE	DRE	46,30	46,17	46,30	46,17	46,30	0,65↑	37,99	50,02	4	976
BIEI39	BKR 3 7 YRTR	DRE	48,26	48,26	48,26	48,26	48,26	0,54↑	47,25	-	1	5
BIEM39	COREMSCI EMK	DRE	43,96	43,96	44,20	44,18	44,20	0,95↑	42,92	44,91	2	73
BIEO39	BKR OIL GAS	DRE	55,91	55,86	56,61	56,14	56,61	10,16↑	55,93	-	5	28
BIEU39	COREMSCI EUR	DRE	47,80	47,80	48,40	48,19	48,40	0,81↑	48,20	48,99	7	322
BIEV39	EUROPE ETF	DRE	55,90	55,90	55,90	55,90	55,90	-0,03↓	45,98	60,00	1	1
BIFR39	BKR US INFRA	DRE	-	-	-	-	-	-	62,98	-	-	-
BIGF39	GLOBAL INFRA	DRE	-	-	-	-	-	-	55,05	61,97	-	-
BIGS39	BKR 1 5YGRCO	DRE	51,65	51,65	51,65	51,65	51,65	0,01↑	-	-	1	2
BIHA39	BKR CYBTECH	DRE	-	-	-	-	-	-	76,99	-	-	-
BIHI39	USMEDICDEVIC	DRE	-	-	-	-	-	-	7,10	9,00	-	-
BIIB34	BIOGEN	DRN	-	-	-	-	-	-	161,52	213,11	-	-
BIJH39	CORE MIDCAP	DRE	-	-	-	-	-	-	14,75	18,01	-	-
BIJR39	CORESMALLCAP	DRE	67,59	67,59	67,59	67,59	67,59	0,74↑	59,98	70,03	1	7
BIJS39	BKR SPSM600V	DRE	-	-	-	-	-	-	61,50	-	-	-
BILB34	BILBAOVIZ	DRN ED	54,99	54,90	55,08	55,05	55,08	-3,06↓	-	55,08	6	21
BIOM3	BIOMM	ON MA	10,17	10,04	10,41	10,21	10,15	-0,29↓	10,15	10,25	949	98.400
BIRB39	BKR ROBT AIM	DRE	85,96	85,96	85,96	85,96	85,96	1,49↑	83,99	-	1	3.540
BITO39	CORE SP TOTA	DRE	57,44	57,44	57,71	57,53	57,71	0,47↑	55,35	58,99	4	38
BIVB39	CORE SP 500	DRE	65,80	65,63	66,45	66,43	66,45	1,20↑	66,12	66,45	30	29.696
BIVE39	SP500 VALUE	DRE	61,66	61,20	61,79	61,41	61,74	0,14↑	61,47	70,03	307	120.826
BIVW39	SP500GROWTH	DRE	54,30	54,30	54,30	54,30	54,30	3,38↑	52,39	-	1	1
BIWF39	RUSSEL1000GR	DRE	-	-	-	-	-	-	67,56	-	-	-
BIWM39	RUSSELL 2000	DRE	51,30	50,97	51,33	51,13	51,33	0,76↑	50,00	55,00	329	126.480
BIXC39	BKR GLB ENER	DRE	-	-	-	-	-	-	55,65	60,03	-	-
BIXG39	BKR GL FIN	DRE	-	-	-	-	-	-	38,99	-	-	-
BIXJ39	GLOBALHEALTH	DRE	56,70	56,70	56,70	56,70	56,70	=	53,60	-	1	67
BIXN39	GLOBAL TECH	DRE	12,55	12,55	12,81	12,67	12,81	3,14↑	12,20	-	3	91
BIYE39	BKR US ENER	DRE	86,22	85,50	86,76	86,47	86,67	=	-	87,04	762	3.633
BIYF39	US FINANCIAL	DRE	31,32	31,30	31,32	31,30	31,32	-0,09↓	27,99	40,02	5	20.400
BIYG39	USFINANCSERV	DRE	-	-	-	-	-	-	13,00	18,01	-	-
BIYJ39	BKR US INDLS	DRE	62,76	62,72	62,76	62,72	62,72	0,52↑	-	-	2	6.300
BIYT39	BKR 7 10 YRT	DRE	46,85	46,70	46,90	46,85	46,90	0,10↑	46,65	-	6	290
BIYW39	US TECHNOLOG	DRE	19,67	19,67	19,68	19,67	19,68	1,96↑	18,90	20,00	2	241
BJQU39	JP QLT FACT	DRE	-	-	-	-	-	-	29,90	-	-	-
BKNG34	BOOKING	DRN	103,90	103,90	106,43	105,97	106,00	2,50↑	100,17	108,68	63	3.386
BKSA39	BKR SAUDARAB	DRE	-	-	-	-	-	-	50,00	60,00	-	-
BLAK34	BLACKROCK	DRN	60,30	60,06	60,90	60,73	60,72	0,69↑	60,63	61,00	30	3.015
BLAU3	BLAU	ON NM	12,08	11,83	12,08	11,92	12,00	-0,82↓	11,91	12,00	905	234.600
BLBT39	GX LITHIUM B	DRE	28,66	28,66	29,04	28,74	29,04	0,93↑	28,60	-	3	17
BLPA39	GX MLP ETF	DRE	-	-	-	-	-	-	49,98	-	-	-
BLPX39	GX MLP EN IN	DRE	-	-	-	-	-	-	49,98	-	-	-
BLQD39	BKR IBOX IGC	DRE	54,25	53,80	54,25	54,00	53,98	0,11↑	53,98	54,25	23	695
BMEB3	MERCANTIL	ON N1	-	-	-	-	-	-	21,00	25,00	-	-
BMEB4	MERCANTIL	PN N1	23,00	22,71	23,20	22,93	22,90	-0,43↓	22,90	23,00	29	4.700
BMGB4	BANCO BMG	PN N1	3,45	3,40	3,46	3,42	3,43	-0,57↓	3,43	3,44	659	457.400
BMIN3	MERC INVEST	ON	-	-	-	-	-	-	17,01	26,00	-	-
BMIN4	MERC INVEST	PN	-	-	-	-	-	-	15,37	15,94	-	-
BMKS3	BIC MONARK	ON	-	-	-	-	-	-	410,00	443,99	-	-
BMMT11	B INDEX MOME	CI	114,60	114,60	114,95	114,94	114,95	-0,36↓	111,79	114,95	6	27.455
BMOB3	BEMOBI TECH	ON NM	13,14	13,06	13,25	13,16	13,17	0,15↑	13,09	13,17	504	150.400
BMTU39	MSCIUSAMOM F	DRE	-	-	-	-	-	-	37,99	-	-	-
BNBR3	NORD BRASIL	ON	-	-	-	-	-	-	106,70	111,50	-	-
BNDA39	MSCI INDIA	DRE	66,50	66,18	66,70	66,26	66,70	0,54↑	65,00	66,86	175	2.032
BOAC34	BANK AMERICA	DRN	45,92	45,91	46,68	46,36	46,33	-0,70↓	45,95	46,75	66	3.937
BOBR3	BOMBRIL	ON	-	-	-	-	-	-	0,02	-	-	-
BOBR4	BOMBRIL	PN	2,18	2,09	2,18	2,12	2,15	=	2,12	2,16	92	25.500
BOEF39	BKR SP100	DRE	-	-	-	-	-	-	61,39	-	-	-
BOEI34	BOEING	DRN	888,00	874,83	888,00	886,10	885,73	-0,08↓	867,03	940,20	9	66
BONY34	BNY MELLON	DRN	281,96	281,94	281,96	281,94	281,94	-0,51↓	-	294,00	2	58
BOTZ39	GX ROBOTC AI	DRE	39,13	39,13	39,51	39,22	39,51	1,51↑	38,61	39,51	4	7
BOVA11	ISHARES BOVA	CI	124,10	123,33	124,24	123,70	123,72	-0,34↓	123,66	123,72	156.149	5.565.522
BOVB11	ETF BRA IBOV	CI	128,78	128,78	129,23	129,13	129,17	-0,53↓	126,60	129,17	93	74.781
BOVS11	SAFRAETFIBOV	CI	98,43	97,86	98,46	98,13	98,12	-0,45↓	-	98,12	388	550
BOVV11	IT NOW IBOV	CI	130,42	129,30	130,42	129,70	129,67	-0,47↓	129,60	129,67	27.646	1.104.314
BOVX11	TREND IBOVX	CI	12,95	12,85	12,95	12,87	12,90	-0,38↓	12,88	12,90	196	113.427
BOXP34	BOSTON PROP	DRN	31,80	31,80	31,86	31,80	31,80	-1,76↓	30,50	32,37	3	61
BPAC11	BTGP BANCO	UNT N2	35,10	34,43	35,20	34,68	34,72	-0,80↓	34,72	34,73	19.758	7.338.700
BPAC3	BTGP BANCO	ON N2	17,23	17,08	17,43	17,18	17,32	-0,11↓	17,16	17,62	29	4.200
BPAC5	BTGP BANCO	PNA N2	8,80	8,61	8,91	8,68	8,61	-1,60↓	8,60	8,70	35	5.900
BPAN4	BANCO PAN	PN N1	9,21	9,05	9,31	9,13	9,30	0,97↑	9,26	9,31	2.768	2.746.700
BPAR3	BANPARA	ON	-	-	-	-	-	-	190,00	300,00	-	-
BPIC39	BKR GBMM PRD	DRE	-	-	-	-	-	-	45,00	-	-	-
BPVE39	GX INFRA DEV	DRE	-	-	-	-	-	-	46,98	-	-	-
BQQW39	FT NASD100EQ	DRE	-	-	-	-	-	-	61,19	-	-	-
BQTC39	FT NASD100TC	DRE	-	-	-	-	-	-	63,29	65,58	-	-
BQUA39	MSCIUSQUAL F	DRE	-	-	-	-	-	-	43,98	60,02	-	-
BQYL39	GX NASDAQ100	DRE	30,59	30,59	30,59	30,59	30,59	1,89↑	29,80	-	1	1
BRAP3	BRADESPAR	ON N1	20,25	20,10	20,30	20,17	20,26	-0,19↓	20,13	20,26	395	84.400
BRAP4	BRADESPAR	PN N1	20,97	20,68	20,97	20,82	20,83	-0,04↓	20,82	20,85	6.331	2.773.000
BRAX11	ISHARES BRAX	CI	106,92	106,16	106,92	106,47	106,48	-0,41↓	106,16	108,00	32	2.182
BRBI11	BR PARTNERS	UNT N2	16,40	16,05	16,54	16,18	16,11	-2,06↓	16,09	16,11	926	136.400
BREW11	B INDEX BREW	CI	120,45	120,03	120,85	120,48	120,49	-0,62↓	120,49	-	5	228
BRFS3	BRF SA	ON NM	16,88	16,25	16,97	16,68	16,90	0,11↑	16,88	16,90	15.850	7.628.100
BRGE11	ALFA CONSORC	PNE	-	-	-	-	-	-	10,00	-	-	-
BRGE3	ALFA CONSORC	ON	-	-	-	-	-	-	-	18,00	-	-
BRGE5	ALFA CONSORC	PNA	-	-	-	-	-	-	12,01	-	-	-
BRGE6	ALFA CONSORC	PNB	-	-	-	-	-	-	12,00	13,49	-	-
BRIT3	BRISANET	ON NM	4,24	4,22	4,33	4,28	4,28	1,18↑	4,28	4,32	1.133	315.800
BRIV3	ALFA INVEST	ON	-	-	-	-	-	-	12,21	14,00	-	-
BRIV4	ALFA INVEST	PN	-	-	-	-	-	-	12,20	12,99	-	-
BRKM3	BRASKEM	ON N1	23,83	23,66	24,20	23,90	23,92	0,54↑	23,66	24,10	32	3.800
BRKM5	BRASKEM	PNA N1	24,62	24,32	24,70	24,51	24,54	-0,68↓	24,53	24,54	5.162	1.440.900
BRKM6	BRASKEM	PNB N1	-	-	-	-	-	-	14,00	17,29	-	-
BRSR3	BANRISUL	ON N1	13,27	13,15	13,28	13,22	13,28	0,07↑	13,24	13,49	23	2.400
BRSR5	BANRISUL	PNA N1	-	-	-	-	-	-	15,50	16,24	-	-
BRSR6	BANRISUL	PNB N1	13,34	13,12	13,47	13,30	13,33	-0,07↓	13,33	13,35	3.335	1.020.100
BSCZ39	BKR MS EAFE	DRE	-	-	-	-	-	-	32,99	-	-	-
BSDV39	GX SUPERDIVD	DRE ED	54,50	54,50	54,50	54,50	54,50	1,58↑	-	-	1	1

Continua...

Pregão

Continuação

Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas		Negócios Realizados	
									Compra (R$)	Venda (R$)	Número	Quantidade
BSGO39	BKR 0 3M TRS	DRE	-	-	-	-	-	-	50,89	-	-	-
BSHV39	BKR SHORT TR	DRE	55,85	55,85	56,16	56,15	56,16	0,19↑	55,66	59,00	4	94
BSHY39	BKR 1 3 YRTR	DRE	51,70	51,70	51,70	51,70	51,70	1,17↑	51,00	52,40	1	5
BSIL39	GX SILVER MN	DRE	32,50	31,85	32,50	32,10	32,40	0,18↑	32,43	-	8	6.812
BSIZ39	MSCIUSASIZF	DRE	-	-	-	-	-	-	46,05	-	-	-
BSLI3	BRB BANCO	ON	9,27	9,27	9,51	9,48	9,51	=	9,27	9,51	3	800
BSLI4	BRB BANCO	PN	10,29	9,51	10,29	9,82	10,28	-1,05↓	9,64	10,26	5	500
BSLV39	SILVER TRUST	DRE	43,55	43,08	44,20	43,62	44,20	2,79↑	44,00	44,25	1.108	12.532
BSNS39	GX INTERTHGS	DRE	-	-	-	-	-	-	30,99	-	-	-
BSOC39	GX SOCIAL MD	DRE	-	-	-	-	-	-	24,00	-	-	-
BSOX39	BKR SEMICOND	DRE	28,21	28,11	28,75	28,24	28,75	2,93↑	28,21	28,77	16	272
BSRE39	GX SUDIVREIT	DRE ED	-	-	-	-	-	-	80,00	-	-	-
BTEK11	INVESTO BTEK	CI	65,53	65,53	66,32	66,19	66,32	1,79↑	66,31	80,02	4	368
BTFL39	BKR FLOT RTE	DRE	51,55	51,55	51,56	51,55	51,56	1,49↑	-	60,02	2	4
BTIP39	BKR TIP	DRE	-	-	-	-	-	-	53,74	-	-	-
BTLT39	BKR 20YR TRS	DRE	30,41	30,41	30,72	30,58	30,72	0,39↑	30,51	31,80	656	56.093
BURA39	GX URANIUM	DRE	51,25	50,90	52,65	52,21	52,65	2,53↑	52,50	52,65	26	5.191
BURT39	BKR MS WLD	DRE	-	-	-	-	-	-	36,99	60,03	-	-
BUSR39	CORE US REIT	DRE	44,12	44,12	44,12	44,12	44,12	-1,05↓	39,98	-	1	1
BUZZ39	VE BUZZ ETF	DRE	-	-	-	-	-	-	33,25	-	-	-
BVEG39	BKR GBL AGRO	DRE	-	-	-	-	-	-	40,99	50,02	-	-
BVLF39	JP US VL FAC	DRE	52,08	52,08	52,13	52,10	52,13	1,14↑	-	-	2	2
BVLU39	MSCIUSVALUEF	DRE	-	-	-	-	-	-	46,98	54,48	-	-
BXPO11	INVESTO BXPO	CI	123,90	120,84	123,90	122,37	120,84	-0,58↓	116,68	120,85	2	2
BXTC39	EXPON TECHNL	DRE	-	-	-	-	-	-	49,19	55,00	-	-
BZRO39	PCOM 25 YRZC	DRE	-	-	-	-	-	-	30,51	-	-	-
C1AB34	CABLE ONE IN	DRN	-	-	-	-	-	-	9,59	12,50	-	-
C1AG34	CONAGRA BRAN	DRN	-	-	-	-	-	-	-	170,00	-	-
C1BS34	PARAMOUNT GL	DRN	54,25	54,25	57,81	57,50	57,81	6,77↑	54,37	57,80	7	115
C1CI34	CROWN CASTLE	DRN	-	-	-	-	-	-	123,50	150,06	-	-
C1CL34	CARNIVAL COR	DRN	75,99	75,83	76,30	75,83	76,30	1,16↑	72,79	78,70	4	1.002
C1DN34	CADENCE DESI	DRN	791,15	791,15	791,15	791,15	791,15	2,04↑	-	-	1	120
C1FI34	CF INDUSTRIE	DRN	410,82	410,82	410,82	410,82	410,82	-0,29↓	-	421,00	1	100
C1GP34	COSTAR GROUP	DRN	4,67	4,67	4,67	4,67	4,67	-1,47↓	4,54	-	1	2
C1HR34	CH ROBINSON	DRN	-	-	-	-	-	-	-	20,00	-	-
C1IC34	CIGNA GROUP	DRN	-	-	-	-	-	-	420,55	-	-	-
C1MG34	CHIPOTLE MEX	DRN	759,98	759,98	764,19	761,38	764,19	2,13↑	399,87	-	2	9
C1NC34	CENTENE CORP	DRN	362,88	362,88	366,12	364,11	363,96	-0,39↓	-	-	71	71
C1NP34	CENTERPOINT	DRN	-	-	-	-	-	-	-	175,03	-	-
C1NS34	CELANESE COR	DRN	412,00	412,00	412,00	412,00	412,00	2,07↑	-	-	1	2
C1OG34	COTERRA ENER	DRN	140,42	140,39	141,20	140,50	141,20	8,37↑	-	-	24	174
C1PR34	COPART INC	DRN	142,95	142,95	142,95	142,95	142,95	0,20↑	-	-	1	28
C1RR34	CARRIER GLOB	DRN	-	-	-	-	-	-	49,95	-	-	-
C1TV34	CORTEVA INC	DRN	-	-	-	-	-	-	66,45	74,00	-	-
C2AC34	CACI INTERNL	DRN	2,33	2,29	2,38	2,29	2,38	=	2,29	-	3	25
C2GN34	COGNEX CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	-	34,07	-	-
C2HP34	CHARGEPOINTH	DRN	2,78	2,78	2,78	2,78	2,78	-1,06↓	2,59	5,80	1	1
C2OI34	COINBASEGLOB	DRN	51,25	50,46	53,53	51,76	53,53	4,42↑	53,31	53,50	177	29.280
C2OL34	BANCOLOMBIA	DRN	47,20	45,04	47,20	45,30	45,40	=	40,00	58,05	5	66
C2OU34	COURSERA INC	DRN	-	-	-	-	-	-	-	36,10	-	-
C2PR34	COUSINS PROP	DRN ED	-	-	-	-	-	-	28,95	-	-	-
C2RN34	CERENCE INC	DRN	-	-	-	-	-	-	-	27,00	-	-
C2RS34	CRISPR THERA	DRN	-	-	-	-	-	-	36,27	53,00	-	-
C2RW34	CROWDSTRIKE	DRN	72,32	72,00	73,36	72,49	73,29	1,65↑	72,85	73,50	38	1.412
CALI3	CONST A LIND	ON	-	-	-	-	-	-	20,00	29,00	-	-
CAMB3	CAMBUCI	ON EJ	11,01	10,85	11,02	10,95	10,97	-0,18↓	10,95	10,98	110	26.200
CAML3	CAMIL	ON NM	8,56	8,49	8,72	8,60	8,67	0,93↑	8,67	8,69	1.105	398.100
CASH3	MELIUZ	ON ER NM	4,56	4,53	4,72	4,59	4,54	-0,43↓	4,53	4,54	4.737	1.969.800
CASN3	CASAN	ON	-	-	-	-	-	-	10,97	20,00	-	-
CATP34	CATERPILLAR	DRN	117,86	116,66	118,85	117,70	118,44	0,49↑	118,20	121,68	261	1.400
CBAV3	CBA	ON NM	4,72	4,70	4,90	4,83	4,87	3,39↑	4,86	4,87	4.530	2.816.200
CBEE3	AMPLA ENERG	ON	-	-	-	-	-	-	10,00	12,00	-	-
CCRO3	CCR SA	ON NM	13,71	13,53	13,73	13,59	13,57	-1,09↓	13,56	13,57	13.548	6.317.500
CEAB3	CEA MODAS	ON NM	11,63	11,25	11,94	11,54	11,46	-0,77↓	11,46	11,52	7.173	3.312.900
CEBR3	CEB	ON	21,22	21,20	21,60	21,45	21,60	0,27↑	21,40	21,60	19	2.000
CEBR5	CEB	PNA	19,96	19,96	20,49	20,36	20,49	2,65↑	20,38	20,50	15	2.500
CEBR6	CEB	PNB	21,84	21,51	21,90	21,67	21,80	-0,27↓	21,62	21,80	21	4.700
CEDO3	CEDRO	ON N1	-	-	-	-	-	-	32,00	35,00	-	-
CEDO4	CEDRO	PN N1	27,38	27,38	29,60	29,07	29,60	8,30↑	27,84	29,60	19	5.100
CEEB3	COELBA	ON	39,20	39,20	39,20	39,20	39,20	-0,55↓	38,83	39,57	1	100
CEEB5	COELBA	PNA	-	-	-	-	-	-	34,30	55,00	-	-
CEED3	CEEE-D	ON	-	-	-	-	-	-	16,01	26,99	-	-
CEED4	CEEE-D	PN	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	=	19,00	34,69	1	100
CEGR3	CEG	ON	-	-	-	-	-	-	-	80,00	-	-
CGAS3	COMGAS	ON ED	118,94	118,55	118,94	118,68	118,55	-0,77↓	115,81	119,48	2	300
CGAS5	COMGAS	PNA ED	112,98	112,98	117,40	115,69	117,40	3,91↑	115,90	118,00	18	2.000
CGRA3	GRAZZIOTIN	ON	27,02	27,02	27,50	27,34	27,50	0,54↑	27,02	27,50	6	900
CGRA4	GRAZZIOTIN	PN	27,97	27,96	28,50	28,13	28,30	1,17↑	28,25	28,50	35	20.100
CHCM34	CHARTER COMM	DRN	22,68	22,25	22,68	22,50	22,57	2,73↑	22,25	23,16	4	58
CHME34	CME GROUP	DRN	-	-	-	-	-	-	209,93	-	-	-
CHVX34	CHEVRON	DRN	82,70	81,20	83,26	82,36	82,18	-0,53↓	81,30	82,50	75	5.457
CIEL3	CIELO	ON NM	5,36	5,35	5,42	5,38	5,40	0,18↑	5,40	5,41	13.323	17.086.000
CLOV34	CLOVERHEALTH	DRN	-	-	-	-	-	-	3,45	4,51	-	-
CLSA3	CLEARSALE	ON NM	6,33	6,19	7,00	6,62	6,87	8,35↑	6,79	6,87	3.088	1.550.200
CLSC3	CELESC	ON N2	-	-	-	-	-	-	64,01	68,40	-	-
CLSC4	CELESC	PN N2	66,97	66,71	67,14	67,04	67,11	1,52↑	66,67	67,12	11	2.000
CLXC34	CLOROX CO	DRN	-	-	-	-	-	-	-	217,52	-	-
CMCS34	COMCAST	DRN ED	40,55	40,28	40,92	40,75	40,81	1,11↑	39,80	40,95	16	1.468
CMDB11	BTG COMMODIT	CI	13,26	13,26	13,43	13,34	13,43	-0,14↓	13,36	13,45	4	30
CMIG3	CEMIG	ON N1	15,16	15,04	15,38	15,22	15,16	0,39↑	15,16	15,20	1.159	198.800
CMIG4	CEMIG	PN N1	13,14	13,02	13,23	13,14	13,11	-0,22↓	13,10	13,12	16.208	9.825.000
CMIN3	CSNMINERACAO	ON N2	5,12	5,07	5,16	5,10	5,08	-0,39↓	5,08	5,10	10.596	8.109.400
CNIC34	CANAD NATION	DRN	27,69	27,42	27,69	27,62	27,42	-1,61↓	-	-	3	14
COCA34	COCA COLA	DRN	49,90	49,76	50,34	50,04	49,84	-0,43↓	49,80	49,84	637	13.071
COCE3	COELCE	ON	-	-	-	-	-	-	36,00	51,00	-	-
COCE5	COELCE	PNA	34,51	34,50	34,99	34,54	34,50	-0,20↓	34,41	34,50	13	2.700
COGN3	COGNA ON	ON NM	2,32	2,26	2,34	2,29	2,29	-1,71↓	2,28	2,29	14.086	25.394.800
COLG34	COLGATE	DRN	62,52	62,52	62,97	62,71	62,66	-0,14↓	62,50	62,97	6	86
COPH34	COPHILLIPS	DRN	56,40	55,65	56,40	55,85	56,40	0,23↑	56,27	56,70	12	664
CORN11	BB ETF MILHO	CI	6,12	6,11	6,14	6,12	6,13	-0,32↓	6,13	6,14	29	1.646
COTY34	COTY INC	DRN	28,05	28,05	28,05	28,05	28,05	-3,60↓	16,01	-	1	2
COWC34	COSTCO	DRN	92,60	92,02	93,28	92,97	93,23	1,94↑	92,02	94,40	31	2.537
CPFE3	CPFL ENERGIA	ON NM	35,64	35,09	35,64	35,31	35,29	-1,17↓	35,26	35,31	7.277	1.856.000
CPLE3	COPEL	ON N2	8,49	8,22	8,51	8,35	8,28	-2,81↓	8,28	8,29	11.568	19.269.600
CPLE5	COPEL	PNA N2	19,90	19,90	19,90	19,90	19,90	-0,64↓	19,90	21,00	1	100
CPLE6	COPEL	PNB N2	9,58	9,18	9,59	9,35	9,22	-3,75↓	9,21	9,23	33.865	33.403.200
CPRL34	CANAD KANSAS	DRN	109,89	109,89	110,11	109,97	110,11	-1,37↓	100,00	-	2	30
CRFB3	CARREFOUR BR	ON NM	12,87	12,44	12,88	12,57	12,60	-2,55↓	12,59	12,63	10.203	4.930.400
CRIP34	CTRIPCOM	DRN	250,08	250,08	253,44	252,96	253,44	3,97↑	160,00	275,00	2	7
CRIV3	ALFA FINANC	ON	-	-	-	-	-	-	6,61	7,80	-	-
CRIV4	ALFA FINANC	PN	-	-	-	-	-	-	6,53	7,00	-	-
CRPG3	CRISTAL	ON	-	-	-	-	-	-	33,80	40,00	-	-
CRPG5	CRISTAL	PNA	31,92	31,55	32,00	31,87	32,00	0,94↑	31,93	32,00	7	800
CRPG6	CRISTAL	PNB	30,49	30,49	30,66	30,60	30,66	2,02↑	30,25	30,98	3	300
CSAN3	COSAN	ON NM	15,55	15,01	15,59	15,16	15,01	-3,53↓	15,01	15,02	27.592	14.784.200
CSCO34	CISCO	DRN ED	49,85	49,85	50,20	50,13	50,20	0,40↑	49,00	50,91	2	5
CSED3	CRUZEIRO EDU	ON NM	4,40	4,26	4,41	4,32	4,36	-0,68↓	4,28	4,32	661	208.300
CSMG3	COPASA	ON NM	21,80	21,44	22,10	21,85	21,99	1,10↑	21,96	21,99	4.028	1.125.600
CSNA3	SID NACIONAL	ON	14,42	14,27	14,49	14,34	14,32	-0,20↓	14,30	14,32	10.857	14.206.300
CSRN3	COSERN	ON	25,77	25,77	26,50	26,10	26,50	2,79↑	25,77	26,50	5	500
CSRN5	COSERN	PNA	26,00	26,00	26,00	26,00	26,00	6,55↑	24,40	28,89	1	100
CSRN6	COSERN	PNB	-	-	-	-	-	-	23,20	26,00	-	-
CSUD3	CSU DIGITAL	ON NM	19,45	19,24	19,51	19,29	19,25	-1,02↓	19,25	19,31	127	39.700
CSXC34	CSX CORP	DRN	89,90	89,74	89,98	89,85	89,98	-0,71↓	89,98	-	5	16
CTGP34	CITIGROUP	DRN	50,94	50,65	51,76	51,42	51,54	0,86↑	50,66	52,98	220	1.059
CTKA3	KARSTEN	ON	-	-	-	-	-	-	10,00	20,80	-	-
CTKA4	KARSTEN	PN	-	-	-	-	-	-	19,02	19,50	-	-
CTNM3	COTEMINAS	ON	-	-	-	-	-	-	8,30	8,79	-	-
CTNM4	COTEMINAS	PN	1,17	1,15	1,17	1,16	1,17	=	1,15	1,17	37	14.600
CTSA3	SANTANENSE	ON	2,87	2,84	2,90	2,85	2,84	-0,69↓	2,82	2,84	9	1.300
CTSA4	SANTANENSE	PN	1,52	1,50	1,52	1,50	1,50	-0,66↓	1,49	1,50	12	3.800
CTSH34	COGNIZANT	DRN	-	-	-	-	-	-	300,00	-	-	-
CURY3	CURY S/A	ON NM	20,28	19,70	20,43	20,17	20,39	1,54↑	20,38	20,41	9.596	1.847.900
CVCB3	CVC BRASIL	ON NM	2,45	2,33	2,45	2,38	2,36	-4,06↓	2,35	2,36	11.384	23.376.400
CVSH34	CVS HEALTH	DRN	36,00	35,75	36,00	35,83	35,75	-1,13↓	35,10	38,99	3	39
CXSE3	CAIXA SEGURI	ON NM	15,85	15,74	16,20	16,02	16,03	1,32↑	16,02	16,05	8.663	3.019.100
CYRE3	CYRELA REALT	ON NM	23,63	23,34	24,03	23,63	23,89	1,10↑	23,86	23,90	15.466	5.425.700
D1DG34	DATADOG INC	DRN	65,76	65,44	66,51	66,06	66,51	4,57↑	65,40	-	5	35
D1EL34	DELL TECHNOL	DRN	636,00	626,00	636,00	627,37	629,92	-0,95↓	628,00	640,00	101	1.126
D1EX34	DEXCOM INC	DRN	14,35	14,35	14,35	14,35	14,35	0,41↑	12,01	-	1	140
D1HI34	DR HORTON IN	DRN	771,00	771,00	771,00	771,00	771,00	-2,65↓	-	-	1	5
D1LR34	DIGITAL REAL	DRN	182,80	182,80	182,80	182,80	182,80	1,25↑	140,00	195,86	1	13
D1OC34	DOCUSIGN INC	DRN	-	-	-	-	-	-	14,45	15,35	-	-
D1OW34	DOW INC	DRN	74,41	74,41	74,41	74,41	74,41	-0,78↓	-	75,00	1	1
D1VN34	DEVON ENERGY	DRN	-	-	-	-	-	-	236,08	277,55	-	-
D1XC34	DXC TECHNOLO	DRN	-	-	-	-	-	-	-	116,00	-	-
D2AS34	DOORDASH INC	DRN	47,15	47,15	47,15	47,15	47,15	1,83↑	-	-	1	25
D2KN34	DRAFTKINGS	DRN	38,46	38,46	38,76	38,69	38,76	1,57↑	-	-	35	1.886
D2KS34	DICKS SPORT	DRN	104,80	104,80	104,80	104,80	104,80	0,76↑	-	-	1	80
D2OC34	DOXIMITY INC	DRN	-	-	-	-	-	-	15,24	-	-	-
D2PZ34	DOMINOSPIZZA	DRN	-	-	-	-	-	-	49,99	-	-	-
DASA3	DASA	ON NM	5,43	5,31	5,46	5,38	5,35	-1,47↓	5,34	5,38	1.279	207.300
DBAG34	DEUTSCHE AK	DRN	80,00	79,36	80,08	79,94	80,08	-1,28↓	79,76	-	5	131
DDNB34	DUPONT N INC	DRN	-	-	-	-	-	-	-	419,99	-	-
DEAI34	DELTA	DRN	241,24	241,24	243,80	241,40	243,80	4,86↑	240,88	-	2	32
DEEC34	DEERE CO	DRN	69,69	69,30	69,93	69,67	69,93	0,31↑	69,68	70,18	13	446
DEOP34	DIAGEO PL	DRN	40,20	39,90	40,20	40,04	39,90	-0,74↓	39,88	40,70	15	514
DESK3	DESKTOP	ON NM	15,20	14,78	15,20	14,94	14,78	-2,31↓	14,77	14,92	533	91.400
DEXP3	DEXXOS PAR	ON N1	11,49	11,24	11,50	11,35	11,50	1,32↑	11,26	11,50	219	44.900
DEXP4	DEXXOS PAR	PN N1	11,27	11,25	11,27	11,25	11,26	-0,17↓	10,73	11,16	4	400
DGCO34	DOLLAR GENER	DRN ED	32,62	32,50	32,76	32,60	32,50	-0,24↓	32,50	33,77	4	280
DHER34	DANAHER CORP	DRN	44,56	44,24	44,65	44,43	44,32	-0,56↓	41,93	45,54	783	848
DIRR3	DIRECIONAL	ON NM	24,85	24,68	25,27	24,94	24,83	-0,68↓	24,82	24,84	10.386	2.210.800
DISB34	WALT DISNEY	DRN	39,66	39,44	40,05	39,74	39,90	0,47↑	39,86	39,90	485	22.113
DIVO11	IT NOW IDIV	CI	89,75	89,37	89,80	89,39	89,37	-0,42↓	89,35	90,00	120	28.300
DMFN3	DMFINANCEIRA	ON	-	-	-	-	-	-	-	12,29	-	-
DMVF3	D1000VFARMA	ON NM	6,72	6,67	6,93	6,80	6,78	1,04↑	6,78	6,83	399	137.700
DNAI11	IT NOW DNA	CI	31,82	31,82	32,13	31,95	32,13	0,18↑	31,01	33,03	3	585
DOHL3	DOHLER	ON	-	-	-	-	-	-	6,41	9,98	-	-
DOHL4	DOHLER	PN	4,46	4,46	4,50	4,47	4,50	=	4,40	4,50	3	500
DOTZ3	DOTZ SA	ON NM	5,53	5,23	6,02	5,59	5,88	6,52↑	5,71	5,88	116	21.200
DTCY3	DTCOM-DIRECT	ON	-	-	-	-	-	-	-	5,00	-	-

Indicadores Econômicos

Dólar

		12/04/2024	11/04/2024	10/04/2024
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,1210	R$ 5,0900	R$ 5,0770
	VENDA	R$ 5,1210	R$ 5,0900	R$ 5,0770
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,1358	R$ 5,0759	R$ 5,0648
	VENDA	R$ 5,1364	R$ 5,0765	R$ 5,0654
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,1580	R$ 5,1180	R$ 5,1120
	VENDA	R$ 5,3380	R$ 5,2980	R$ 5,2920

Fonte: BC

Ouro

	12/04/2024	11/04/2024	10/04/2024
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 2.344,53	US$ 2.373,35	US$ 2.332,91
BM&F-SP (g)	R$ 394,45	R$ 382,50	R$ 380,52

Fonte: Gold Price

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Abril	0,92	13,75
Maio	1,12	13,75
Junho	1,07	13,75
Julho	1,07	13,75
Agosto	1,14	13,25
Setembro	0,97	12,75
Outubro	1,00	12,75
Novembro	0,92	12,25
Dezembro	0,89	11,75
Janeiro	0,97	11,75
Fevereiro	0,80	11,25
Março	0,83	10,75

Reservas Internacionais

11/04.. US$ 352.230 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.112,00	Isento	Isento
De 2.112,01 até 2.826,65	7,5	158,40
De 2.826,66 até 3.751,05	15	370,40
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	651,73
Acima de 4.664,68	27,5	884,96

Deduções:
a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).
b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.
c) Contribuição previdenciária.
d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 528,00
Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023
Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.
Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de--renda/tabelas/2023 - **A partir de maio de 2023.**

Inflação

Índices	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	-0,95%	-1,84%	-1,93%	-0,72%	-0,14%	0,37%	0,50%	0,59%	0,74%	0,07%	-0,52%	-	-0,45%	-3,76%
IPC-Fipe	0,43%	0,20%	-0,03%	-0,14%	-0,20%	0,29%	0,30%	0,43%	0,38%	0,46%	0,46%	-	0,92%	3,00%
IGP-DI (FGV)	-1,01%	-2,33%	-1,45%	-0,40%	0,05%	0,45%	0,51%	0,50%	0,64%	-0,27%	-0,41%	-	-0,67%	-4,04%
INPC-IBGE	0,53%	0,36%	-0,10%	-0,09%	0,20%	0,11%	0,12%	0,10%	0,55%	0,57%	0,81%	-	1,38%	3,86%
IPCA-IBGE	0,61%	0,23%	-0,08%	0,12%	0,23%	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	0,42%	0,83%	-	1,25%	4,50%
IPCA-IPEAD	0,27%	0,44%	0,35%	-0,22%	-0,30%	0,80%	0,46%	0,30%	0,77%	2,12%	0,24%	-	2,36%	6,64%

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março
Salário	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1412,00	1412,00	1412,00
CUB-MG* (%)	0,11	0,10	-0,05	-0,18	0,05	0,13	0,29	0,14	0,07	0,03	0,88	0,75
UPC (R$)	24,06	24,06	24,06	24,17	24,17	24,17	24,29	24,29	24,29	24,35	24,35	24,35
UFEMG (R$)	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,2797	5,2797	5,2797
TJLP (&a.a.)	7,28	7,28	7,28	7,00	7,00	7,00	6,55	6,55	6,55	6,53	6,53	6,53

***Fonte:** Sinduscon-MG

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,7358	0,7487
COLON/COSTA RICA	35	0,3804	0,3833
COLON/EL SALVADOR	40	0,01021	0,01031
COROA DINAMARQUESA	55	0,7329	0,733
COROA ISLND/ISLAN	60	0,03623	0,03632
COROA NORUEGUESA	65	0,4715	0,4718
COROA SUECA	70	0,472	0,4722
COROA TCHECA	75	0,2158	0,2159
DINAR ARGELINO	90	0,07553	0,07593
DINAR/KWAIT	95	0,03805	0,03822
DINAR/BAHREIN	100	16,6639	16,6712
DINAR/IRAQUE	115	0,003918	0,003924
DINAR/JORDANIA	125	7,2335	7,2548
DINAR SERVIO	133	0,04666	0,04671
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,3983	1,3988
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,3254	3,3268
DOLAR/BAHAMAS	155	5,1358	5,1364
DOLAR/BERMUDAS	160	5,1358	5,1364
DOLAR CANADENSE	165	3,7321	3,7339
DOLAR DA GUIANA	170	0,0244	0,02465
DOLAR CAYMAN	190	6,1507	6,2259
DOLAR CINGAPURA	195	3,7741	3,7748
DOLAR HONG KONG	205	0,6553	0,6554
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,7524	0,7596
DOLAR DOS EUA	220	5,1358	5,1364
FORINT/HUNGRIA	345	0,01391	0,01392
FRANCO SUICO	425	5,6295	5,6326
GUARANI/PARAGUAI	450	0,0006918	0,0006949
IENE	470	0,03354	0,03354
LIBRA/EGITO	535	0,1078	0,1081
LIBRA ESTERLINA	540	6,3956	6,3984
LIBRA/LIBANO	560	0,0000573	0,0000574
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,000395	0,0003951
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,159	0,1592
LIRA TURCA	642	0,1587	0,1588
NOVO SOL/PERU	660	1,3883	1,3889
PESO ARGENTINO	665	0,06149	0,06157
PESO CHILE	715	0,005304	0,005312
PESO/COLOMBIA	720	0,00133	0,001331
PESO/CUBA	725	0,214	0,214
PESO/REP. DOMINIC	730	0,08603	0,08713
PESO/FILIPINAS	735	0,09073	0,09077
PESO/MEXICO	741	0,308	0,3082
PESO/URUGUAIO	745	0,1327	0,1329
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,6586	0,6606
RANDE/AFRICA SUL	775	0,002438	0,002453
RENMIMBI IUAN	795	0,7096	0,7097
RENMINBI HONG KONG	796	0,7067	0,7068
RIAL/CATAR	800	1,4076	1,4086
RIAL/OMA	805	13,3363	13,3448
RIAL/IEMEN	810	0,02049	0,02057
RIAL/IRAN, REP	815	0,0001223	0,0001223
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,369	1,3694
RINGGIT/MALASIA	828	1,076	1,0775
RUBLO/RUSSIA	830	0,05504	0,05506
RUPIA/INDIA	860	0,06143	0,06144
RUPIA/INDONESIA	865	0,000324	0,0003243
RUPIA/PAQUISTAO	870	0,3313	0,3331
SHEKEL/ISRAEL	880	1,3613	1,3656
WON COREIA SUL	930	0,00371	0,003712
ZLOTY/POLONIA	975	1,2766	1,2772
EURO	978	5,4671	5,4698

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/01/2024
Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.412,00	7,50
De R$ 1.412,01 até R$ 2.666,68	9,00
De R$ 2.666,69 até R$ 4.000,03	12,00
De R$ 4.000,04 até R$ 7.786,02	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.412,00	5 (*)	70,60
1.412,00	11 (**)	155,32
1.412,01 até 7.786,02	20	Entre 282,40 (salário mínimo) e 1.557,20 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;
**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2024		
(Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.819,26	R$ 62,04

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Dezembro/2023	Fevereiro/2024	0,3343	0,5746
Janeiro/2024	Março/2024	0,2545	0,4946

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.
Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

26/03	0,01362256	3,04057230
27/03	0,01362296	3,04066247
28/03	0,01362336	3,04075106
29/03	0,01362359	3,04080138
30/03	0,01362359	3,04080138
31/03	0,01362359	3,04080138
01/04	0,01362359	3,04080138
02/04	0,01362379	3,04084698
03/04	0,01362416	3,04092834
04/04	0,01362467	3,04104219
05/04	0,01362517	3,04115439
06/04	0,01362530	3,04118419
07/04	0,01362530	3,04118419
08/04	0,01362530	3,04118419
09/04	0,01362568	3,04126750
10/04	0,01362620	3,04138404
11/04	0,01362685	3,04153078
12/04	0,01362755	3,04168692
13/04	0,01362791	3,04176583
14/04	0,01362791	3,04176583
15/04	0,01362791	3,04176583

Fonte: Fenaseg

TBF

26/03 a 26/04	0,7907
27/03 a 27/04	0,7868
28/03 a 28/04	0,7490
29/03 a 29/04	0,7118
30/03 a 30/04	0,7474
31/03 a 01/05	0,7830
01/04 a 01/05	0,7830
02/04 a 02/05	0,7563
03/04 a 03/05	0,7556
04/04 a 04/05	0,7512
05/04 a 05/05	0,7065
06/04 a 06/05	0,6829
07/04 a 07/05	0,7189
08/04 a 08/05	0,7549

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Fevereiro	1,0450
IGP-DI (FGV)	
Fevereiro	0,9596
IGP-M (FGV)	
Fevereiro	0,9624

TR/Poupança

04/03 a 04/04	0,0824	0,5828
05/03 a 05/04	0,0812	0,5816
06/03 a 06/04	0,0780	0,5784
07/03 a 07/04	0,0473	0,5475
08/03 a 08/04	0,0196	0,5197
09/03 a 09/04	0,0548	0,5551
10/03 a 10/04	0,0805	0,5809
11/03 a 11/04	0,1062	0,6067
12/03 a 12/04	0,1130	0,6136
13/03 a 13/04	0,1100	0,6106
14/03 a 14/04	0,0821	0,5825
15/03 a 15/04	0,0519	0,5522
16/03 a 16/04	0,0501	0,5504
17/03 a 17/04	0,0759	0,5763
18/03 a 18/04	0,1017	0,6022
19/03 a 19/04	0,0985	0,5990
20/03 a 20/04	0,0935	0,5940
21/03 a 21/04	0,0628	0,5631
22/03 a 22/04	0,0340	0,5342
23/03 a 23/04	0,0514	0,5517
24/03 a 24/04	0,0869	0,5873
25/03 a 25/04	0,1125	0,6131
26/03 a 26/04	0,1100	0,6106
27/03 a 27/04	0,1061	0,6066
28/03 a 28/04	0,0785	0,5789
01/04 a 01/05	0,1023	0,6028
02/04 a 02/05	0,0857	0,5861
03/04 a 03/05	0,0850	0,5854
04/04 a 04/05	0,0807	0,5811
05/04 a 05/05	0,0462	0,5464
06/04 a 06/05	0,0227	0,5228
07/04 a 07/05	0,0486	0,5488
08/04 a 08/05	0,0843	0,5847
09/04 a 09/05	0,0840	0,5844
10/04 a 10/05	0,0836	0,5840
11/04 a 11/05	0,0808	0,5812

Agenda Federal

Dia 13

Scanc/Tributação monofásica - Refinaria de petróleo ou suas bases, CPQ, UPGN e Formulador de Combustíveis - a) entrega das informações relativas às operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo ou com álcool etílico carburante através do Sistema de Captação e Auditoria dos Anexos de Combustíveis (Scanc). b) entrega de informações por estabelecimento que tiver recebido o combustível de outro estabelecimento subsequente à tributação monofásica. Internet. Convênio ICMS nº 110/2007, cláusula vigésima sexta, § 1º, V, "a"; Convênio ICMS nº 199/2022, cláusula vigésima segunda, § 1º; Convênio ICMS nº 15/2023, cláusula vigésima segunda, § 1º; Ato Cotepe ICMS nº 174/2023.

Dia 15

IRRF - Recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente a fatos geradores ocorridos no período de 1º a 10.04.2024, incidente sobre rendimentos de (art. 70, I, letra "b", da Lei nº 11.196/2005): a) juros sobre capital próprio e aplicações financeiras, inclusive os atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, e títulos de capitalização; b) prêmios, inclusive os distribuídos sob a forma de bens e serviços, obtidos em concursos e sorteios de qualquer espécie e lucros decorrentes desses prêmios; e c) multa ou qualquer vantagem por rescisão de contratos. Darf Comum (2 vias)

IOF - Pagamento do IOF apurado no 1º decêndio de abril/2024:
- Operações de crédito - Pessoa Jurídica - Cód. Darf 1150
- Operações de crédito - Pessoa Física - Cód. Darf 7893
- Operações de câmbio - Entrada de moeda - Cód. Darf 4290
- Operações de câmbio - Saída de moeda - Cód. Darf 5220
- Títulos ou Valores Mobiliários - Cód. Darf 6854
- Factoring - Cód. Darf 6895
- Seguros - Cód. Darf 3467
- Ouro, ativo financeiro - Cód. Darf 4028
Darf Comum (2 vias)

Cide - Pagamento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico cujos fatos geradores ocorreram no mês de março/2024 (art. 2º, § 5º, da Lei nº 10.168/2000; art. 6º da Lei nº 10.336/2001):
- Incidente sobre as importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas a residentes ou domiciliados no exterior, a título de royalties ou remuneração previstos nos respectivos contratos relativos a fornecimento de tecnologia, prestação de serviços de assistência técnica, cessão e licença de uso de marcas e cessão e licença de exploração de patentes - Cód. Darf 8741.
- Incidente na comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool etílico combustível (Cide-Combustíveis) - Cód. Darf 9331. Darf Comum (2 vias)

Cofins/PIS-Pasep - Retenção na Fonte - Autopeças - Recolhimento da Cofins e do PIS-Pasep retidos na fonte sobre remunerações pagas por pessoas jurídicas referentes à aquisição de autopeças (art. 3º, § 5º, da Lei nº 10.485/2002, com a nova redação dada pelo art. 42 da Lei nº 11.196/2005), no período de 16 a 31.03.2024. Darf Comum (2 vias)

EFD-Reinf - Entrega da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf), relativa ao mês de março/2024. - Quando o dia 15 recair em dia não útil para fins fiscais, a transmissão da EFD-Reinf pode ser prorrogada para o primeiro dia útil subsequente. (Instrução Normativa RFB nº 2.043/2021, art. 6º) Nota: As entidades promotoras de espetáculos desportivos com equipes de futebol profissional (Instrução Normativa RFB nº 2.043/2021, art. 3º, V) devem transmitir a EFD-Reinf com as informações do evento até 2 dias úteis após a sua realização. Internet

Previdência Social (INSS) - Contribuinte individual, facultativo e segurado especial optante pelo recolhimento como contribuinte individual - Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência março/2024 devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelos segurados especiais que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual. Não havendo expediente bancário, permite-se prorrogar o recolhimento para o dia útil imediatamente posterior. GPS (2 vias)

Previdência Social (INSS) - Contribuinte individual e facultativo - Opção pelo recolhimento trimestral - Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas às competências janeiro e/ou fevereiro e/ou março (1º trimestre/2024), devidas pelos segurados contribuintes individuais e facultativos que tenham optado pelo recolhimento trimestral e cujos salários de contribuição sejam iguais ao valor de um salário-mínimo. Não havendo expediente bancário, permite-se prorrogar o recolhimento para o dia útil imediatamente posterior. GPS (2 vias)

DCTFWeb - Entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb), relativa ao mês de março/2024. - Quando o dia 15 recair em dia não útil para fins fiscais, a entrega da DCTFWeb pode ser prorrogada para o primeiro dia útil subsequente. (Instrução Normativa RFB nº 2.005/2021, art. 10, caput e § 1º) Internet

VIVER EM VOZ ALTA

A posse de Ailton Krenak na ABL

ROGÉRIO FARIA TAVARES*

Nascido na região do Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, Ailton Alves Lacerda Krenak fez a sua voz ser ouvida, ainda muito jovem, durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, quando liderou os povos indígenas em sua participação naquele momento histórico para a tão jovem e frágil democracia brasileira. De lá para cá, não parou de mobilizar a opinião pública em torno de temas cada vez mais centrais nas sociedades contemporâneas, como a relação entre a economia e o meio ambiente, que, pelo menos até agora, tem sido desastrosa para os recursos naturais que o planeta ainda conseguiu conservar. Seus livros "Ideias para adiar o fim do mundo", "A vida não é útil' e "Futuro ancestral", todos editados pela Companhia das Letras, exprimem um pouco do vigor de seu pensamento criativo e original, ousado, inovador, disruptivo, surpreendente. Por isso é tão rica a experiência de ler o que o autor publica. Sempre saímos tocados de algum modo, alterados na forma como vemos as coisas.

Empossado em 3 de março de 2023 na cadeira de número 24 da Academia Mineira de Letras (AML), eleito na sucessão de Eduardo Almeida Reis, Ailton foi ali recebido por Maria Esther Maciel, que, na ocasião, proferiu belo discurso, em que qualificou seu confrade como "esse homem dos trânsitos e dos traspassamentos de fronteiras, gêneros literários, tempos, paisagens e culturas, que já foi chamado de 'xamã cultural' e poderia também ser invocado como um 'xamã das letras'." Na sexta passada, 5 de abril, foi a vez de Ailton empossar-se na cadeira de número cinco da Academia Brasileira de Letras (ABL), sucedendo ao saudoso José Murilo de Carvalho, um dos melhores historiadores com que os mineiros presentearam o país.

> *Nascido na região do Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, Ailton Alves Lacerda Krenak fez a sua voz ser ouvida ainda muito jovem, durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987*

Em cerimônia lotada, a que não faltaram representantes de diferentes etnias indígenas, diplomatas, artistas, intelectuais, jornalistas e autoridades públicas (como os ministros Margareth Menezes e Sílvio Almeida), Heloísa Teixeira saudou o novo colega ressaltando a potência de suas intervenções no debate público. Ailton encantou a plateia falando praticamente de improviso, sem esquecer de homenagear o patrono de sua cadeira, o ouro-pretano Bernardo Guimarães, e a escritora cearense Raquel de Queiroz, outra ocupante ilustre de sua cátedra e primeira mulher a eleger-se para a Casa de Machado de Assis, em 1977. Ciente da força simbólica de sua chegada à ABL, disse que não é apenas um, mas pelo menos trezentos, numa reverência aos trezentos e cinco povos originários até hoje existentes no território nacional, todos portadores de tradições e costumes próprios, e, mais ainda, de língua própria. Num aceno amigo aos irmãos da diáspora africana, salientou a importância da literatura oral, e, nela, o papel dos 'griots', os contadores de histórias, incumbidos de fazê-las passar de uma geração a outra: "Todo mundo que escreveu um livro maravilhoso escutou histórias maravilhosas de quem não escreveu livro nenhum...".

Com alegria e bom humor, Ailton contagiou a audiência com o seu espírito livre, espontâneo, até brincalhão, mas, sobretudo, fiel à sua alma e à essência de sua mensagem. Uma mensagem que temos todos urgência de ouvir, antes que não tenhamos mais tempo...

**Jornalista. Doutor em Literatura. Presidente Emérito da Academia Mineira de Letras*

Semana da Inconfidência em Conexões une duas cidades

FOTOS: LUCIANO ALMEIDA

A Semana da Inconfidência em Conexões irá unir Ouro Preto e Tiradentes em torno das artes, gastronomia e de territórios criativos. Deste domingo (14) ao próximo dia 21, moradores e visitantes das duas cidades históricas vão ter uma série de atrações que vão conectá-los com história, raízes culturais, criatividade e o patrimônio artístico do Estado.

O evento, que termina no dia 21 de abril com a tradicional cerimônia na Praça Tiradentes, em Ouro Preto, é promovido pela Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult), Fundação de Arte de Ouro Preto (Faop) e Cemig, e tem como parceiros as prefeituras de Ouro Preto e Tiradentes, além da iniciativa privada.

Em Ouro Preto, terra dos Inconfidentes, o público terá a oportunidade de descobrir e se conectar com novos "territórios criativos" da cidade, lugares onde história, arte e cultura se fundem oferecendo inovadoras oportunidades de fruição cultural para moradores e turistas. Uma programação intensa com espetáculos e intervenções artísticas, oficinas, rodas de conhecimento e caminhadas guiadas destacam os bairros de Antônio Dias, Alto das Dores, Alto da Cruz e Padre Faria nesta segunda edição do evento.

Durante as caminhadas guiadas (*Walking Tours*), serão realizadas abordagens históricas, como no roteiro "Um Retorno às Origens" criado pelo Coletivo Palma Preta, que propõe rotas de Afroturismo conduzindo os visitantes em rotas e lugares inusitados, fora do percurso comumente chamado como Centro Histórico, e que remetem à formação de Ouro Preto. O reconhecimento de novos territórios criativos e seus usos será a tônica do projeto e a programação terá lugar em praças, adros de igrejas, largos, espaços culturais comunitários e escolas, que serão sediarão atividades gratuitas para todos os públicos.

Tiradentes - Em Tiradentes, no Campo das Vertentes, uma programação intensa e diversificada também irá movimentar moradores e visitantes da cidade. Na programação, o Festival Mineiridades, cujas atrações deste domingo (14) vão marcar a abertura da Semana da Inconfidência em Conexões no município.

> *Deste domingo (14) ao próximo dia 21, moradores e visitantes de Ouro Preto e Tiradentes vão se unir em torno das artes, da gastronomia e de territórios criativos numa programação gratuita para todos os gostos*

Está prevista ainda a Feira Mineiridades, no próximo dia 19, que vai promover um encontro dos mineiros com suas próprias raízes gastronômicas e culturais. Além de saborear pratos e quitutes de dar água na boca, moradores e turistas poderão se divertir ao som de moda de viola, seresta e pop rock. A programação ainda vai oferecer cursos e palestras. Os visitantes terão a oportunidade de aprender sobre métodos de extração de café, os segredos da famosa quitanda mineira e a como apreciar bons vinhos em uma degustação conduzida por um especialista. As atividades vão acontecer no histórico Largo das Forras, tradicional palco de grandes eventos culturais de Tiradentes.

Mas não será apenas o Largo das Forras que ficará movimentado. Na rua Direita, o Banquete da Inconfidência está confirmado. Nesse evento, restaurantes da cidade fazem doação de pratos típicos da culinária do Estado para o público em uma imensa mesa que será montada na rua.

Outra tradicional atração será a Cavalgada da Inconfidência, que acontece há mais de três décadas. Este ano, cerca de 400 cavaleiros estão confirmados. Haverá também o momento para os amantes das pedaladas. Cerca de 1,5 mil ciclistas irão participar do Ciclo-Turismo Oeste de Minas, que começa na cidade de Antônio Carlos, passa por Barbacena, Barroso, Prados, com chegada em Tiradentes.

No dia 21 de abril, está marcada a solenidade cívica que irá destacar os 232 anos da morte de Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, com chegada do Fogo Simbólico para acendimento da Pira da Liberdade. Está prevista ainda a aposição de uma coroa de flores junto ao monumento Alferes Tiradentes, em homenagem ao Mártir da Inconfidência Mineira.

A exemplo de Ouro Preto, em conexão com os territórios criativos, o distrito do Elvas também foi integrado à programação com a realização de uma feira cultural, cujo tema irá celebrar a Beata Nhá Chica.

É uma intensa programação variada e gratuita para o público conferir nas duas cidades históricas.

MT: moda é pilar fundamental da economia

O presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg), Flávio Roscoe, ao analisar os números da mais recente edição do Panorama Setorial da Indústria da Moda - boletim informativo da instituição, atualizado em fevereiro, em que o Estado teve participação na indústria da moda equivalente a 13,4% e 10,7%, respectivamente -, considera que, apesar dos desafios recentes, como a diminuição na arrecadação de ICMS, "a indústria da moda mineira continua a ser um pilar fundamental para a economia local".

Elaborado com base em levantamentos dos ministérios do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) e do Trabalho e Emprego (TEM), o estudo totalizou 56.990 empresas do setor no País e 1,12 milhão de empregados em 2021

Dessas, 7.583 empresas são de Minas, com 119.433 empregados. Os números mostram o potencial das micro e pequenas empresas na cadeia produtiva: no mesmo período, essas empresas mineiras responderam por 47% da geração de empregos na indústria da moda, com participação de 70%. Minas Gerais registrou também aumento nas exportações: 5,0% em 2021, contra 4,2% em 2012.

DIVULGAÇÃO / FIEMG

O Estado corrobora a posição do País como quinta maior indústria têxtil do mundo. Estimativas do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) apontam que somente o mercado de produtos do segmento infantil, por exemplo, movimenta mais de R$ 50 bilhões ao ano no Brasil.

Neste sentido, segundo Flávio Roscoe, é fundamental ter como resposta, cada vez mais, o foco em inovação e capacitação. E sustenta: "Para não apenas preservar, mas também expandir a posição de Minas Gerais no cenário nacional e internacional".

Dinamismo - A moda, em especial, a Kids, Baby e Teens é um mercado muito dinâmico, cresce de 8 a 10% ao ano no País. Mercado que tem em Minas o 3º estado que mais comercializa roupas do segmento infantojuvenil em âmbito nacional.

Tudo isso será destaque na 31ª edição do Minas Trend, de 16 a 18 de abril, no Minascentro, em Belo Horizonte. Promovido pela Fiemg, o evento, considerado o maior salão de negócios do segmento na América Latina, reunirá em três dias, lançamentos das coleções de primavera-verão 2025. Serão mais de 120 marcas distribuídas nos setores de vestuário, joias e bijuterias, bolsas e calçados, lingerie, moda-praia e sleepwear, além dos segmentos Kids, Baby e Teens.

A iniciativa contemplará, nessa edição, o tema "Onde a moda movimenta o mercado", em que se transforma e expande, abre as portas para cidade e traz um novo formato de participação: o projeto Minas Trend Showroom, que contará com 19 marcas de vestuário diretamente de suas sedes recebendo compradores de todo Brasil.

www.facebook.com/DiariodoComercio
www.twitter.com/diario_comercio
variedades@diariodocomercio.com.br
Telefone: (31) 3469-2067